UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CARLA WSTANE

PARQUE CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA:
o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte
2021

CARLA WSTANE

PARQUE CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA:
o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Espaço, Cultura e Linguagens

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Girardi

Belo Horizonte

2021

Carla Wstane de Souza Moreira

“PARQUE CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA: O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS URBANAS NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COMUNITÁRIO EM BELO HORIZONTE/MG”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Aprovada em 30 de março de 2021.

Comissão Examinadora:

Profª Drª Gisele Girardi (UFES)
Orientador e Presidente da Comissão

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão (UFES)
Examinador Interno

Prof. Dr. Soler Gonzalez (UFES)
Examinador Externo

Profª Drª Gisele Girardi por
Profª Drª Lussandra Gianasi (UFMG)
Examinadora Externa

Profª Drª Gisele Girardi por
Prof. Dr. Marcus Vinícius Polignano (UFMG)
Examinador Externo

Este documento foi assinado digitalmente por [illegible] RAFAEL DE CASTRO CATÃO
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/[illegible]?tipoArquivo=O

Ao Sr. José Costa (in memorian) e
ao Povo do Onça!

AGRADECIMENTOS

Gratidão à minha mãe, Marilia, pela força que tem e que me ensinou a ter.

Ao Vitor, meu filho, com quem partilho a vida: gratidão por tudo que me ensina.

Ao Léo e à Lu, irmão e irmã de sangue e de vida!

À Gisele Girardi, gratidão por me acolher, por me permitir a liberdade da criação, por confiar em mim. Por ter me mostrado geografias possíveis e potentes.

A Soler Gonzales e Rafael Catão, pelas contribuições valiosíssimas e minuciosas que fizeram na minha qualificação.

Gratidão à Lussandra Gianasi e à Dani Campolina, pelas águas que se encontram.

Gratidão aos membros do COMUPRA: Malu e Bella, Cléria, Davidson, D. Helena, Majô, Branco, Sonia França, Danilo, Maria José, Roneide, Saint Clair, Marcio Lima, Angélica, Célia e Solange, Manoela Marra, Rosely Correia, Virgilio, Ricardo Andrade, Sr. Tomaz, Seu Antônio, Seu José Educado e tantas outras pessoas que fazem o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa... agradeço por terem me ensinado que a luta é cotidiana. A vocês todo o meu respeito e admiração!

A Itamar de Paula, pelas incontáveis vezes que me fez emocionar com sua forma de ser e estar no mundo, pelas leituras de um sonho, por todas as realizações, por me mostrar o novo, por apontar o caminho!

A Marina Marques, Jair, Patrícia Rodrigues e Gardânia: uma equipe dessa!!! Agradeço pela dedicação ao Baixo Onça! Eu acredito no trabalho que vocês realizam.

A Gabriel Noronha, por traçar linhas e grafar afetos em mapas, croquis e imagens tão sensíveis. Agradeço por todas as nossas conversas sobre rios, cidades e mapas.

Às amigas Paula Brasil e Izabella Galera, por dividirem comigo as angústias e as realizações do doutorado, mas, principalmente, pela paciência com as minhas ausências e pela amizade incondicional.

A Izabella Resende, Marcus Vinicius Evaristo, Procópio de Castro e Lu Gomes, vocês são a minha estrutura. Eu só vou se for com vocês!!!

Gratidão ao Marcus Vinicius Polignano, por cada palavra de indignação e resistência, de incentivo e de amor. Obrigada por ter voltado para nós!

A Rodrigo Lemos, por tudo! Pela amizade e pela presença. Pelas discussões teóricas e práticas. Gratidão por ter doado seu tempo para que eu pudesse concluir a minha pesquisa.

À toda equipe de coordenadores e assessores do Instituto Guaicuy, agradeço por me fazerem forte.

A Lara, Roberta, Renata e Ariadne, porque me ajudam a não perder a minha essência.

À Elisa Caldeira Leite e sua família, toda a minha gratidão!

A todas as amizades!

E às deusas e aos deuses que me protegem!

Aos santos e orixás, agradeço por todos os caminhos abertos. Saravá!

Ao som dos rios, pela causa digna! Sempre!!

RESUMO

As cidades modernas se erguem a partir de uma cultura hidráulica e tecnosanitária de intervenção nos rios urbanos. Belo Horizonte/MG reproduz um modelo que canaliza córregos e ribeirões desencadeando grandes problemas socioambientais e econômicos em várias partes da cidade, tais como as inundações. O rio como indicador da qualidade de vida fundamenta o imaginário do Projeto Manuelzão e, associado à capilaridade dos cursos d'água da bacia hidrográfica, permite movimentos emergentes em todo o território. A partir da filosofia da diferença, discute-se a importância de uma base conceitual que permita cartografar devires democráticos, possibilitando aberturas para *outra cultura de água possível*. As experiências do COMUPRA e do "Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa" são elencadas como aberturas para um *imaginário de cidades e rios vivos* a partir das minorias, em uma das áreas mais vulnerabilizadas de Belo Horizonte, o Baixo Onça. O espaço é exaltado nesta pesquisa como possibilidade real do exercício da política e do reconhecimento das multiplicidades. A teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre dá elementos para se discutir a "prática espacial", a "representação do espaço" e os "espaços de representação" erigindo-se uma leitura espacial em torno do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça.

Palavras-chave: Rios urbanos. Bacias hidrográficas. Imaginário das águas. Participação popular. Cultura da água. Ribeirão Onça.

ABSTRACT

Modern cities have been risen from a hidraulic and techno channelization of rivers and streams unleash several socioenvironmental and economical problems different parts of the city, like major floods. Considering the river itself as a life quality measure that funds the Projeto Manuelzão ethos, the capillarity of the river basin thrives emerging movements throughout the territory. Concerning the Philosophies of Difference, this thesis discusses the importance of a conceptual framework that allows the cartography of democratic becoming, and also allowing new openings that another water culture is possible. COMUPRA experiences and Deixem o Onça Beber Água Limpa movement are displayed as possibilities of living cities and living rivers mentality, in one of the most vulnerable areas of Belo Horizonte, the Baixo Onça. That environment is uplifted in the present research as a true possibility of political engaging and also acknowledgment of the multiplicites. Some elements provided by Lefebrve's Theory of the Production of Space such as Practice, Representations of Space and Representational Space are key to organize a spatial lecture of the cilliary and common park of the Onça River.

Keywords: Urban rivers. Hidrographic basin. Water culture. Public participation. Water and society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Subcomitês da Bacia do Rio das Velhas 86
Figura 2 – Caiaqueiros na Expedição Manuelzão em 2009 passando por Raposos/MG 91
Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas..... 91
Figura 3 – Uma das primeiras reuniões do Projeto Manuelzão, realizada na Bacia do Velhas em 1997 94
Figura 4 – Logomarca do Conselho Municipal Unidos pelo Ribeiro de Abreu. 101
Figura 5 – Croqui das espacialidades produzidas na sede do COMUPRA 112
Figura 6 – Mapa da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça..... 120
Figura 7 – Grupo Fé & Política da Paróquia Verbo Divino em sua 1ª caminhada 122
Figura 8 – Brejo à beira do córrego Bom Jesus..... 123
Figura 9 – Seminário das nascentes da sub-bacia do Bom Jesus na Paróquia do bairro Tijuca..... 124
Figura 10 – Estudantes da escola municipal Adalto Cardoso em manifestação pelo córrego do Capão..... 126
Figura 11 – Seminário promovido na Faculdade Izabela Hendrix em 2017 com o tema "Um parque é mais que um parque"..... 127
Figura 12 – Consequências das chuvas em Belo Horizonte..... 129
Figura 13 – Edina ao lado de técnicos de órgãos municipais na Vila Ouro Preto..... 131
Figura 14 – Início das remoções de construções feitas diretamente no leito do córrego, em 2005 132
Figura 15 – Mapa dos núcleos Manuelzão e movimentos emergentes na bacia do Onça 133
Figura 16 – Bois atravessando o Ribeirão Onça na altura da foz com o Córrego do Izidora, em direção ao pontal da localidade Areia Branca (Bairro Ribeiro de Abreu) 136
Figura 17 – Cachoeira do Onça entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas..... 138
Figura 18 – Cachoeira do Onça entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas . 138
Figura 19 – Meninos observando a Cachoeira do Onça..... 139
Figura 20 – Cachoeira do Bairro Ribeiro de Abreu Acervo..... 139
Figura 21 – Cachoeira na altura do bairro Novo Tupi e Conjunto Ribeiro de Abreu .. 140
Figura 22 – Corredeira no Bairro Ribeiro de Abreu com interceptor 140
Figura 23 – Corredeira no Bairro Ribeiro de Abreu..... 141
Figura 24 – Celebração do bloco Tico Tico Serra Copo 2016 tem encerramento na Praia do Areia Branca, foz do ribeirão Izidora no Onça..... 142
Figura 25 – Ilha de pedra no Ribeirão do Onça na altura do bairro Aarão Reis 142
Figura 26 – Moradias em locais com elevada predisposição para desabamento e alagamentos 144
Figura 27 – Chuva arrasta carros no encontro dos córregos Vilarinho e do Nado, outubro de 2015..... 145

Figura 28 – Alagamento no encontro do Ribeirão Pampulha e córrego Cachoeirinha em fevereiro de 2021 145
Figura 29 – O Baixo Onça 148
Figura 30 – Proposta de Parque Linear do Ribeirão Onça, apresentação elaborada pela PBH para o IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina 155
Figura 31 – Mancha de Inundação e IQVU mostrados na apresentação elaborada pela PBH para o IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina 157
Figura 32 – Oficinas comunitárias para elaboração das diretrizes do Parque do Onça 159
Figura 33 – Mapa de distribuição das intervenções no Setor 1 do Projeto Urbanístico do Parque do Onça 161
Figura 34 – Mapa de distribuição das intervenções no Setor 2 e 3 do Projeto Urbanístico do Parque do Onça 162
Figura 35 – Detalhe de intervenção: quadra esportiva, quiosque, ciclovia 163
Figura 36 – Detalhe de intervenção: entrada da agricultura urbana e com ciclovia 163
Figura 37 – Detalhe de intervenção: mirante na parte de cima da cachoeira com vista para a ilha de pedra 164
Figura 38 – Detalhe de intervenção: mirante para a cachoeira com acesso adequado . 164
Figura 39 – Plantio de agrofloresta na nascente Fundamental do Onça (Nascente D. Julia) 171
Figura 40 – Exposição dos desenhos realizados pelas crianças durante o plantio de agrofloresta na nascente Fundamental do Onça (Nascente D. Julia) 172
Figura 41 – Visita técnica realizada como parte do plano de trabalho do projeto hidroambiental “Revitalização de Nascentes urbanas na Bacia do Ribeirão Onça” 173
Figura 42 – D. Julia na horta comunitária 174
Figura 43 – Área de acesso à Nascente Fundamental do Onça 175
Figura 44 – Rotatória próxima à Nascente Fundamental, com grande castanheira, ao lado passa uma das corredeiras do Ribeirão Onça 175
Figura 45 – Corredeira localizada próxima à Nascente Fundamental, ao lado da rotatória 176
Figura 46 – Deck implantado através do Projeto Hidroambiental Valorização de Nascentes Urbanas 176
Figura 47 – Crianças plantando o jardim que compõe área do campinho 178
Figura 48 – Mutirão para construção do campinho 178
Figura 49 – “Mutirinho” para construção do parquinho no Conjunto Ribeiro de Abreu 179
Figura 50 – Curso do rio, prainha, logo abaixo do Campino/parquinho 180
Figura 51 – Mutirão no CBTU realizado com o Coletivo às Margens 181
Figura 52 – Cecilia, moradora local, aprendendo a preparar a terra para plantio 182
Figura 53 – Mutirão de plantio de agrofloresta 182

Figura 54 – Seu Antônio, um dos cuidadores da horta comunitária 183
Figura 55 – Flyer de divulgação do Bloco Tico Tico Serra Copo, Carnaval, 2016 185
Figura 56 – Brincadeiras de Carnaval em uma das praias do Onça, Carnaval, 2016... 185
Figura 57 – Bloco Tico Tico Serra Copo, Carnaval, 2019 186
Figura 58 – Flyer-convite da CicloExpedição no Onça 186
Figura 59 – Ciclistas atravessando o Pontilhão na CicloExpedição do Onça 187
Figura 60 – Nadar no Onça, prática no rio realizada em abril/2016 188
Figura 61 – Comunidade reunida para manifestar contra a não construção do novo acesso ao bairro 188
Figura 62 – Bolo com formato de ponte servido no dia da manifestação pelas obras do novo acesso ao Ribeiro de Abreu 189
Figura 63 – Estrutura para o Arraiá do Onça sendo montada em 2016..... 190
Figura 64 – Apresentação de Grupo de quadrilha no Arraiá do Onça, 2016 190
Figura 65 – Montagem da primeira Árvore de Natal do Baixo Onça, 2017 191
Figura 66 – Apresentação de coral na inauguração da Árvore de Natal do Baixo Onça, 2018 192
Figura 67 – Horta Comunitária com decoração de Natal em 2018, ao lado da Árvore 192
Figura 68 – Árvore de Natal do Baixo Onça, 2020 193
Figura 69 – Anotações de áreas de usos coletivos das margens do Onça realizada nas Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos 196
Figura 70 – Imagem do Mapa da mancha de inundação elaborado pela SUDECAP .. 197
Figura 71 – Pessoas em torno do mapa identificando as potencialidades do Baixo Onça em uma das oficinas 201
Figura 72 – Mapa do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça 204
Fonte: 204
Figura 73 – 1ª Logomarca criada para o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, 2011 207
Figura 74 – Logomarca Atual do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa 208
Figura 75 – Mandala do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa 209
Figura 76 – Flyer-convite do 2º Deixem o Onça Beber Água Limpa, 2009 212
Figura 77 – Flyer-convite do 3º Deixem o Onça Beber Água Limpa 213
Figura 78 – Barraca da SLU montada no 3º Deixem o Onça Beber Água Limpa 214
Figura 79 – Flyer-convite do 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa 215
Figura 80 – Flyer-convite do 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa 216
Figura 81 – Estrutura montada no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa 217
Figura 82 – Apresentação cultural no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 217
Figura 83 – Atividades realizadas no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa 218
Figura 84 – Atividades realizadas no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa 218
Figura 85 – Flyer-convite do 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa 220

Figura 86 – Lazer na Nossa Praia no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa 221
Figura 87 – Faixa da Nossa Praia no 5º Deixem o Onça Beber Água Lima 221
Figura 88 – Expedição Navegando o Onça, Vivas ao Rio no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa 222
Figura 89 – Expedição Navegando o Onça, Vivas ao Rio no 5º Deixem o Onça Beber Água Lima 222
Figura 90 – Moradores no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa 223
Figura 91 – Lazer na Nossa Praia no 5º Deixem o Onça beber Água Limpa..... 223
Figura 92 – Faixa da campanha realizada antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 224
Figura 93 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa 225
Figura 94 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa 225
Figura 95 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa 226
Figura 96 – Flyer-convite do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa 226
Figura 97 – Vista panorâmica do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 227
Figura 98 – Barraca do COMUPRA montada no 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa 227
Figura 99 – Flyer-convite do 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 229
Figura 100 – Apresentação cultural 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 230
Figura 101 – Bandeira hasteada pelo grupo de escoteiros no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 230
Figura 102 – Apresentação cultural no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 231
Figura 103 – Barraca da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 231
Figura 104 – Estande do Subcomitê do Onça no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 232
Figura 105 – Exposição de Bentos do Projeto Manuelzão no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 232
Figura 106 – Organizadores do 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa 233
Figura 107 – Material informativo produzido para o 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa – Frente 233
Figura 108 – Material informativo produzido para o 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa – Verso 234
Figura 109 – Flyer-convite do 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa 236
Figura 110 – Preparação da roda de conversa com cuidadores de nascentes sobre a cidade que queremos no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa 237
Figura 111 – Exposição de fotos da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa 237

Figura 112 – Roda de conversa com cuidadores de nascentes sobre a cidade que queremos no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa 238
Figura 113 – Apresentação de orquestra no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa ... 238
Figura 114 – Anuncio pela COPASA da cessão da fazenda Capitão Eduardo para Sede do COMUPRA no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa 239
Figura 115 – Flyer-convite do 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa 241
Figura 116 – Agentes Comunitários de Saúde 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa 242
Figura 117 – Exposição do Projeto Manuelzão e do Subcomitê do Ribeirão Onça no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa 242
Figura 118 – Estande da URBEL no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa 243
Figura 119 – Apresentação cultural no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 243
Figura 120 – Instalação de fotos no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 244
Figura 121 – Flyer-convite do 10º Deixem o Onça beber Água Limpa..... 246
Figura 122 – Apresentação cultural 10º Deixem o Onça beber Água Limpa 247
Figura 123 – Organizadores do 10º Deixem o Onça beber Água Limpa 247
Figura 124 – Doação de mudas no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa..... 248
Figura 125 – Vista panorâmica e caixotes de hortaliças produzidos para o 10º Deixem o Onça beber Água Limpa..... 248
Figura 126 – Barraca do COMUPRA no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa 249
Figura 127 – Apresentação de Capoeira no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa .. 249
Figura 128 – Estandes no 10º Deixem o Onça Beber Água Limpa 250
Figura 129 – Brincadeiras com crianças no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa .. 250
Figura 130 – Flyer-convite do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa 253
Figura 131 – Entrada do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa 254
Figura 132 – Vista panorâmica da organização do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 254
Figura 133 – Certificado de Plantador de Árvore do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 255
Figura 134 – Plantio de árvore no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa 255
Figura 135 – Exposição de mural no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 256
Figura 136 – Estande da Feira Solidária no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa.. 256
Figura 137 – Detalhe do estande do COMUPRA no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 257
Figura 138 – Unidade Móvel de Educação Ambiental do Projeto Manuelzão no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa 258
Figura 139 – Flyer com a programação do evento distribuído nas redes sociais 260
Figura 140 – Primeiro encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 261
Figura 141 – Segundo encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 267
Figura 142 – Terceiro encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa 270

Figura 143 – Quarto encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 273
Figura 144 – Quinto encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa..... 281
Figura 145 – Flyer-convite do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa que aconteceu em formato on-line 285
Figura 146 – Cartografia das edições do Deixem o Onça Beber Água Limpa 286
Figura 147 – Linha do tempo dos processos de gestão 288
Figura 148 – Gráfico das qualidades necessárias para a Meta 2025, por técnicos, gestores e professores da PBH. 292

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Campo semântico da água na sociedade pré-moderna e na sociedade moderna 44

Quadro 2 – Campos de força que se desenvolvem distintos atores sociais 80

Quadro 3 – Quadro com listas dos usos coletivos propostos nas oficinas, com respectivas oficinas que podem ser realizadas 202

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBH Rio das Velhas	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CEAPA	Central de Acompanhamento de Alternativas Penais
CEA-PROPAM	Centro de Educação Ambiental – Programa Pampulha
COPAM	Conselho de Política Ambiental
COMUPRA	Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DN	Deliberação Normativa
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETAF	Estação de Tratamento de Afluentes
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
MDE	Modelo Digital de Elevação
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Mina Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SMAPU	Secretaria Municipal de Política Urbana
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMOBI	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUPLAN	Subsecretaria de Planejamento Urbano
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
URBEL	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

1.1 Justificativa: viver com o rio vivendo 22

1.2 Objetivo: conviver com o rio vivendo 26

1.3 Estratégias de produção do conhecimento: cartografias 27

1.4 Narrativas Cartográficas..... 29

1.5 A produção dos mapas 30

1.6 Estratégias metodológicas de produção do conhecimento para alcançar o 1º objetivo específico 31

1.7 Estratégias de produção do conhecimento para alcançar o 2º objetivo específico 32

1.8 Estratégias de produção do conhecimento para alcançar o 3º objetivo específico 36

2 TRAVESSIA: POR UMA OUTRA CULTURA DA ÁGUA POSSÍVEL .. 40

2.1 Cultura e gestão das águas onde se encontram? 40

2.2 Cultura Hidráulica e Tecnosanitária 55

2.3 O modelo belo-horizontino: rios invisíveis 61

2.4 Devir-rio: pelo espaço 66

3 ABERTURAS POSSÍVEIS: POR UM IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS 76

3.1 Por um devir democrático 76

3.2 Aberturas na política das águas no Brasil 81

3.3 O Imaginário das águas: Projeto Manuelzão 87

3.4 O Povo do Onça: por um devir democrático ou "*eu ajudo a melhorar o mundo, comecei pelo Onça*" 98

4 BACIA DO RIBEIRÃO ONÇA: ESPAÇOS DE DIÁLOGOS POSSÍVEIS 115

4.1 O Alto e o Médio Onça 115

4.2 Movimentos emergentes no Alto e Médio Onça: Devir democrático..... 121

4.3 O Baixo Onça: a potência de um rio não canalizado – Devir rio 134

5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ABERTURAS PARA DEVIRES DEMOCRÁTICOS..... 149

5.1 A prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação..... 149

5.2 O Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça: uma outra representação do espaço 194

6 O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NO BAIXO ONÇA 206

6.1 Deixem o Onça Beber Água Limpa 206

6.2 Cartografia espaço-temporal da produção de um imaginário por rios vivos 287

6.3 Cartografias dos desejos: por uma cultura da água possível..... 289
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 298
REFERÊNCIAS 300
ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE DO BAIXO ONÇA . 304
ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE 313
ANEXO C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA COPASA 321

1 INTRODUÇÃO

A água, elemento vital para todos os seres e para a dinâmica do planeta Terra, é também central nos processos de construção e reconstrução de todas as civilizações. No tempo/espaço que nos trouxe até aqui, a quase totalidade das formas de existir coletivamente foi se construindo e reconstruindo em torno das águas. Culturas diversas se ergueram às margens e por entre os rios, produzindo multiplicidades de relações entre os espaços sociais e físicos em torno dos corpos hídricos.

Os significados e representações das águas e dos rios são tantos e tão diferentes que despertam as mais variadas abordagens — da ciência à arte: da música às artes visuais; da antropologia às engenharias; da geografia à astronomia; da biologia à economia; da medicina às ciências sociais aplicadas. Essas abordagens servem de modelos e inspirações para apropriação e valor monetário, mas também de possibilidades de contato com o que nos permite (re)conectar com os ciclos do universo, da Terra, das águas e também do nosso corpo, cada vez mais urbano.

As formas como as diversas culturas vão se moldando, lançando mão de crenças e de significados em constante reconstrução de seus espaços/tempos, resultantes de processos culturais diferentes, permitem um extenso repertório de estratégias de vida e de possibilidades de se relacionar com a água. A partir dos diferentes entendimentos que se tem da natureza, a concepção sobre a água aparece de forma distinta nas diversas culturas, criando-se vários campos semânticos, o que diferencia os valores que sustentam as sociedades.

Nas sociedades pré-modernas da América Indígena, por exemplo, o movimento da vida e do cosmos ordenava os ritmos sociais. Era comum associar os ciclos naturais e as circunstâncias vitais (o nascimento das plantas, o retorno dos peixes, o aparecimento dos animais, os ciclos da lua) aos ciclos das sociedades, dando-lhes sentido (VARGAS, 2005). A água, neste contexto, é vista como elemento vital e objeto sagrado; é origem da vida; é fonte de saúde; é provedora de alimentos, de bênçãos ou castigo divino. As estratégias de vida seguem de acordo com os ciclos locais da água, aproximando os sujeitos e seus processos sociais da dinâmica hídrica.

As cidades modernas, todavia, construídas sob a égide da razão, possibilitam um modelo tecnosanitário de intervenção nos rios urbanos, excluindo-os da paisagem, causando grandes problemas nas cidades contemporâneas. Este modelo, adotado desde o século XVIII, abastece de água qualquer lugar, em qualquer quantidade, a qualquer custo,

principalmente a indústria e a agricultura. Os impactos causados pela infraestrutura referenciada pelo modelo sanitarista foram intensificados à medida que o espaço urbano tornou-se muito desenvolvido.

A relação entre a urbanização e os corpos d'água nas cidades, produziram, acima de tudo, profundas alterações no ciclo hidrológico, intensificadas pelo uso da técnica. Isto se deve, principalmente, à alteração da superfície e à canalização do escoamento, ao aumento de poluição com contaminação do ar e das superfícies urbanas, e à grande quantidade de material sólido disposto pela população.

Violamos os limites da natureza quando criamos uma sociedade que centra sua atenção na administração de grandes obras como aspecto de progresso. A sociedade moderna regida pela compreensão da água enquanto recurso hídrico, assente em grandes redes de água, canalizações dos rios, hidrelétricas, barragens, crise da água etc. Cria conceitos que giram em torno da água como "recurso natural", "fator de produção", "insumo", "bem econômico". Que por sua vez são sustentados por valores como progresso, controle, conforto, individualismo, salubridade, extrativismo, propriedade privada, mercado e outros.

O campo semântico criado em torno da água pela nossa sociedade, em uma visão econômico restrita, cria distanciamento desse elemento como possibilidade de conexão com os seres humanos e não humanos. Impedindo o exercício de política solidária, ao mesmo tempo que serve da água como justificativa para o próprio "progresso". Assim se constrói uma cultura da água que, de maneira trágica, a população comum, sujeitos do mundo, só lembram da sua existência quando há a sua falta, ou o contrário, quando os rios transbordam causando mortes e perdas materiais. E ainda assim, nem pensamos na violação que estamos fazendo em seu ciclo e na dinâmica dos rios com os modelos de cidades que construimos. Torna-se urgente outros olhares, outros campos semânticos sobre esse elemento tão essencial à vida.

Aqui nesta pesquisa, os rios urbanos exercem um papel orientador de uma visão de mundo: ora subjugados pelos desejos de controle que a ciência moderna encaminha à natureza; ora reveladores das contradições presentes no seio das sociedades. Contradições essas que nos levam a querer entender por que nos distanciamos tanto das águas como fonte de vida. Como se convive com rios poluídos, com o risco das enchentes, com o mal cheiro constante, com a morte da contemplação, do lazer e ainda assim se luta por ele?

Para compreender devires democráticos é preciso se despir da hegemonia do trabalho e do capital, dos padrões étnicos, patriarcais, linguísticos, tecnológicos e

econômicos sobre toda sorte de modos de viver, ser e trabalhar que não se inscrevem ou se adaptem à máquina de padronização planetária, de uniformização das vidas e das relações com os diferentes territórios e lugares, é preciso se lançar nas diferenças, nos devires como processos contra hegemônicos de atuação no espaço.

Existiriam aberturas para novas conexões com as águas urbanas? Doreen Massey (2008) nos fala que a forma sobre como imaginamos o espaço interfere nas formas como atuamos sobre ele. E ela propõe um olhar aberto para as multiplicidades de atores e coexistências de ideias e formas de atuação para além das hegemônicas, construídas historicamente. O espaço visto como aberto, em constante construção, e que não precisa ter um horizonte com um modelo único a ser alcançado, pode permitir devires democráticos e formas de atuação que resultem em outras relações das cidades com seus rios, fabricando hoje uma memória do futuro sobre os rios que queremos ter.

Para se produzir aberturas para além da gestão baseada em modelos hegemônicos de controle das águas, existe algum elemento cultural que desperte crenças e atitudes que possam potencializar mudanças nas condições dos rios urbanos? Como a construção de um imaginário de *rios urbanos vivos* poderia contribuir para uma gestão mais justa e eficaz de cidade? Mas os rios estão invisibilizados, tampados ou poluídos como se fossem canais de esgotos, aparentemente distante dos citadinos, causando medo e sofrimento em épocas de chuva.

Será que os rios urbanos abertos, não tampados, expressando toda sua potencialidade poderia proporcionar devires democráticos, ou seja, outras formas de fazer política, de nos relacionarmos entre sociedade e com os cursos d'água? É possível construir uma participação popular coletiva, voltada para a gestão de córregos e rios da cidade, tratados como esgotos ou encapsulados, dando lugar às vias públicas e aos automóveis – símbolo do individualismo da sociedade atual?

Nesta pesquisa, busco aproximações de práticas e discursos que demonstre m outros cenários possíveis na relação que se estabelece com os rios urbanos. No Brasil, em termos legais, a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997) traz caminhos de aberturas para a descentralização e participação social na gestão das águas (BRASIL, 1997). Entretanto, a importação de um modelo certamente causa grandes problemas, um deles é que o modo capitalista acaba por cooptar o *modus operandi* dos espaços de compartilhamento. É preciso diferenciar a letra da lei do que acontece de forma prática nos territórios. Contudo, algumas experiências de mobilização e participação social têm demonstrado possibilidades de ampliar e aprofundar o debate sobre rios vivos possíveis.

Essas participações da iniciativa popular podem conter uma energia capaz de incutir uma cultura da água que aproxime os citadinos de um campo semântico de conexão com os rios urbanos? Isso poderia potencializar práticas urbanas comunitárias que articula políticas públicas socioambientais, de habitação, saúde e educação, conduzidas pelo imaginário de um *rio urbano vivo*.

Atravessados pelo imaginário provocativo do Projeto Manuelzão[1] que elegem a *volta do peixe ao rio* como indicador da qualidade da água e, assim, da vida em seu entorno, existe um grupo – na região conhecida como Baixo Onça em Belo Horizonte/MG – que luta pela construção participativa de um projeto local. Trabalhando no mesmo sentido do Projeto Manuelzão, há o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA, idealizador e principal mobilizador e articulador do Movimento Deixem Onça Beber Água Limpa. Ele segue realizando articulações entre os vários setores sociais com uma pauta clara voltada para o enorme potencial socioambiental da região, promovendo e incentivando ações que levem à requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Baixo Onça.

A partir do que foi colocado em tela, a pesquisa busca focalizar as práticas, saberes e conhecimentos dos membros do COMUPRA, por meio de suas espacialidades nas ações do ‘Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa“ e do “Povo do Onça”. Eles recebem apoio de diversas entidades, entre elas setores da Prefeitura de Belo Horizonte, o Comitê do Rio das Velhas, o Subcomitê do Ribeirão Onça, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e outros grupos e pessoas envolvidas no processo, as quais discutem com os poderes públicos e os usuários de água a construção de um parque urbano ciliar e comunitário que está em curso na capital mineira e promovem várias atividades culturais no Baixo Onça. A centralidade do discurso e do projeto do parque parte de um eixo integrador: a qualidade das águas da bacia do Ribeirão Onça.

Cada vez mais torna-se necessário pensar a memória do futuro sobre os rios que estamos construindo no presente. É imperativo engrossar vozes e multiplicar atitudes em busca de transformações reais nas formas de se relacionar com as águas urbanas. Como multiplicar sonhos, construir metas, tecer vontades, produzir memórias de rios vivos e assim uma outra cultura da água possível? O Baixo Onça nos ensina a *viver com o rio vivendo*.

[1] Projeto de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), existente desde 1997, seu objetivo é a promoção da saúde, educação e cidadania, por meio de iniciativas socioambientais em torno da revitalização do rio das Velhas.

Os protagonistas participantes das ações populares são sujeitos que encaminham discussões que colocam em pauta os processos decisórios relacionados às formas de utilização e intervenção nos rios urbanos. Esses sujeitos se organizam em redes — que se articulam silenciosamente entre escolas, comunidades, associações, núcleos, subcomitês e comitês de bacias hidrográficas formando um movimento social em torno de *rios vivos* nas cidades. Mulheres e homens que discutem a consciência ecológica dos modos de vida da sociedade atual indo além das necessidades fixadas pelo mercado capitalista, depositando certa *energia vital* capaz de criar um mundo interior que, mesmo espelhando a realidade exterior, tem um compromisso com o outro, com o ambiente e com a vida. A *energia vital* nos remete a uma política que define "[...] o exercício da política nas suas múltiplas dimensões, por qualquer pessoa, como um projeto contra o *biocídio*, a favor da vida em mim, no outro — da vida no planeta" (CORTELLA; RIBEIRO, 2012. P. 100-101). Esta pesquisa defende um *antibiocídio* que se materializa em um devir democrático, tendo a política como *energia vital* para suportar o exercício de se reinventar uma gestão em que diferentes atores sociais compartilham poderes.

1.1 Justificativa: viver com o rio vivendo

Vivemos no Brasil de 2021, um cenário de descrenças e contradições, afinal os rios continuam poluídos; as enchentes e desastres ambientais continuam afetando as grandes cidades em épocas mais chuvosas; a cultura de escassez prevalece em uma das regiões com mais abundância de água do País; as lamas de rejeito de minério estão matando os grandes rios; a Política de Recursos Hídricos aparece mais como reprodução burocrática de um modelo ocidentalizado; o poder público se mantem à serviço das grandes instituições; e a conjuntura política fragiliza os núcleos de resistências, cooptando cada vez mais as pessoas.

São muitos os desafios para que os rios sejam vivos nas grandes metrópoles. Tecer redes sociais e físicas em um espaço adensado, impermeabilizado e impactado para a produção da vida urbana se torna cada vez mais desafiador, considerando as formas ainda precárias e deficientes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de mobilidade urbana e de habitação produzidas nas cidades. A própria produção do espaço nas cidades já se torna um desafio, afinal, as formas tradicionais de intervenção no espaço provocam toda essa gama de espaços fragmentados.

Ao invisibilizar os cursos d'água nas cidades, passamos a viver de forma mediada por aparatos tecnológicos que impedem, inclusive, de ver e de pensar que se precisa de terra para produzir alimento. E que a terra precisa de água. Se ela é um elemento tão importante e vital para as vidas humanas, a compreensão dos discursos produzidos sobre a água como manifestação da cultura ocidental moderna torna-se necessária e fundamental para que possamos pensar outros caminhos possíveis. Quais relações estabelecemos com o ciclo da água, com as chuvas e as nascentes em ambiente urbano? Em que medida a gestão das águas abriga uma cultura da água capaz de fazer com que se promova valores que sustentem relações mais justas das sociedades entre si e com o ambiente?

Tais perguntas permitem destacar a diferença dos códigos e dos significados da água na sociedade moderna que, distantemente de uma cultura da água que envolva o cuidado e conexão a esse elemento vital, exalta uma gestão de águas que favorece os setores dominantes do capital e as áreas hegemônicas do conhecimento, gerando injustiças sociais e espaços segregados.

O contexto atual de "crise hídrica"[2] pode ser muito importante para reflexões sobre a cultura da água da sociedade moderna. Essa crise não se relaciona apenas com a escassez, mas também com a falta do saneamento, com as grandes catástrofes e crimes acontecidos na calha dos nossos rios, sobre a forma como estamos continuamente alterando e degradando áreas de fundamental importância ambiental e, ainda, sobre como é feita a gestão de um recurso tão fundamental como a água. É criando outra cultura de nos relacionarmos com as águas e rios urbanos que acreditamos ser possível construir outros modelos de cidade, outras formas de desenvolvimento econômico.

Para tanto, é preciso, antes de tudo, envolvimento da população na reconstrução de um imaginário de cidade e de sociedade que seja sensível e incorpore, em sua paisagem, seus cursos d'água. E que aprenda novas formas de se relacionar, dando vazão a uma outra cultura da água, como nos ensina as *Lecciones de la América Indígena*:

> Esta necesidad de diálogo (de saberes, vivencias, visiones) surge de reconocer que no tenemos, para este tema, un modelo, un paradigma, una metodología y que por eso hay que construirlo con otros. Hay que salir a buscar la cultura del agua aún en los pueblos del desierto, aunque parezca un contrasentido pretender hallar lecciones sobre el agua en lugares donde no hay agua. Pero si

[2] Nos últimos anos Belo Horizonte viveu duas crises de abastecimento de água: 2012 a 2015 com a diminuição da vazão dos principais mananciais de uso metropolitano; e em 2019-2020 devido ao rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. que afetou a bacia do Paraopeba, comprometendo o sistema de abastecimento integrado do Paraopeba, Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul e o Rio das Velhas que não possui reservatório, sendo a captação a fio d'água.

> hay vida en el desierto, es porque existe una cultura, y muy refinada, de agua. (VARGAS, 2005, p. 15).

Para uma outra *cultura da água possível* a necessidade é de ampliar as discussões para além do poder público-privado e da ciência, buscando a construção de valores sociais que propiciem habilidades e atitudes voltadas à sustentabilidade da vida em suas várias dimensões, valorizando saberes constitutivos de ações coletivas. Ilse Scherer-Warren (2006) afirma que "no espaço das mobilizações de base local é onde se reafirmam e se consolidam as identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento — os projetos/utopias, que dão longevidade e significação ao movimento". Identifico, nesse caminho, um dos imaginários estampado na camisa do Deixem o Onça Beber Água Limpa: "Eu ajudo a melhorar o mundo, comecei pelo Onça!".

As pautas do COMUPRA, do Movimento e do "Povo do Onça" giram em torno da moradia digna, que pressupõe a realocação de mais de 1500 famílias situadas em áreas de risco geológico e de enchentes. E por consequência as áreas esvaziadas estão dando lugar ao Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Essa pauta é de extrema importância para ressignificar movimentos, dar luz à ações e atitudes que possam gerar transformações e para que mudanças reais possam acontecer em uma bacia já tão castigada pelas ações poluidoras da sociedade, de maneira geral, em anos de ausência de consciência coletiva social.

As ações deles buscam ampliar e consolidar a consciência coletiva e a sensibilização ambiental da comunidade local e da sociedade como um todo. Sendo elas: a necessidade de moradia digna, a conservação e preservação das nascentes, dos afluentes e dos rios que fornecem água; o plantio de sistema agroflorestal, com implantação de hortas comunitárias e a ocupação coletiva de lazer nas margens do rio, ainda que poluído. Discutir a implantação de um parque ciliar no baixo curso da uma bacia hidrográfica é, também, rediscutir intervenções realizadas em toda a cidade construída à montante.

Compreender os processos de participação popular nas políticas públicas que se voltam para a gestão das águas, a partir do conhecimento produzido com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, se justifica pela necessidade de se desvelar espaços onde existem esforços de diálogo e interação, potencialidade de devires.

Espaços potentes de diálogos nos quais é questionado o discurso do poder hegemônico a partir de práticas contra hegemônicas que não se baseiam apenas em desenvolvimento econômico como único valor social, mas em função da busca comum pelo diálogo profícuo entre várias esferas sociais. Além disso, compreender a função

política do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa possibilita legitimar todas as vozes. E assim proporcionar novos saberes e novas soluções e estratégias diferentes das convencionais, inibindo o impacto que modelos e tecnologias importadas têm na vida das pessoas. E, por fim, tornar visível uma *energia vital* capaz de proporcionar um novo sopro na vida política do cotidiano, de modo a propiciar o renascimento do entusiasmo e da esperança a favor da vida, de moradias dignas e de *rios plenos de vida*.

Ainda que os cursos d'água urbanos estejam invisíveis em sua grande maioria, eles existem e são indispensáveis à vida, à sobrevivência da sociedade atual tal como ela é. Este fato, por si só, é um forte motivo que legitima a luta dos *sujeitos do mundo* que colocam em pauta os cursos d'água como ambientes plenos de vida. Os rios agregam usos e permitem a reaproximação entre conhecimentos científicos e saberes diversos. Além disso, possibilitam ações conjuntas e mais solidárias entre várias esferas da sociedade, uma vez que "planejar e gerir uma cidade não é planejar e gerir apenas ou, sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.), mas sim planejar e gerir relações sociais" (SOUZA, 2006, p. 178). Focaliza-se, aqui, o processo dialógico de debate, buscando reconhecer realidades desiguais e conflituosas no processo de construção do planejamento das cidades.

A referência de participação de iniciativa popular em políticas públicas pode ser definida quando se incluem qualidades de interação: a sensibilidade para ouvir o mundo e, ao mesmo tempo, a nossa própria voz interior, dando voz à capacidade de relacionar-se e agir, resgatando as propriedades duradouras do afeto, da solidariedade e da autonomia que estão constantemente sendo acometidas nas sociedades em que a economia é o valor que prevalece.

Desta forma, produzir conhecimentos sobre *cultura e gestão de águas urbanas*, levando-se em consideração a interdependência e as divergências entre os atores nas diferentes racionalidades que orientam suas ações, assim como as consequências na configuração do espaço, requer transformações nas formas de relacionamentos entre ciência e política. Estes relacionamentos devem ser conduzidos por processos mais profundos nas formas de planejar e de atuar no espaço. Isso solicita novos ingredientes entre as formas de ver o mundo e, assim, novas formas de cooperação entre as parcerias, ensejando mais imaginação do que esforço, mais criatividade do que operações de máquinas, mais invenção do que repetição, mais solidariedade entre ideias e ações do que isolamento solitário e mais participação real do que simbólica.

As relações estabelecidas entre formas na paisagem e formas construídas compõem espaços feitos de olhos dos seres sociais, produtos das inter-relações entre os seres humanos, demais seres e o espaço-tempo em que tudo acontece. O entendimento relacional do mundo se constrói na constituição conjunta de identidades e inter-relações, o espaço torna-se parte integrante e produto disso. É no espaço que se reconhece a existência da multiplicidade e da diferença. Evidenciando que a própria espacialidade é uma das dimensões da construção da diferença, e ela deve ser explicitada.

A pesquisa se justifica também porque assim se fundamenta uma dimensão política no fazer ciência e se fundamenta a ciência como uma das dimensões do político, assim como, também, quando existe diálogo com outros saberes, que, ainda, repercutem nos modos de fazer ciência.

1.2 Objetivo: conviver com o rio vivendo

O objetivo principal desta pesquisa é discutir as espacialidades produzidas por *sujeitos do mundo* que possibilitam *aberturas* nas formas de ser e atuar no espaço, contribuindo para um imaginário de *rios urbanos vivos* e abrindo caminhos para *uma outra cultura da água possível*. E assim problematizar os processos de participação de iniciativa popular como potências e devires que demandam políticas públicas mais amplas.

Buscarei cartografar – à luz da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (1991) – as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação do Povo do Onça, através do registro das práticas espaciais do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, identificando elementos que despertem um imaginário de *rios urbanos vivos*.

Nessa direção procurei demonstrar como as ações que acontecem no Baixo Onça proporcionam diálogos que potencializam espaços de encontros, buscando reconhecer a multiplicidade de atores, de práticas e percepções socioespaciais em que se encontram a partir da autonomia de suas próprias ações, projetos e propostas voltadas para o diálogo com as comunidades e com os poderes públicos. Tais relações são construídas na produção dos espaços em torno do ribeirão Onça, nas áreas de risco de inundação, em que familias em situação de risco estão sendo realocadas, dando lugar para a implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça.

Aqui abordo a produção do espaço não só como uma entidade vinculada a processos de dominação político-econômica, mas, também, buscando compreender a

dialética de espacialidades, impregnada de simbolismos e de valores culturais capazes de sugerir formas outras de apropriação do espaço. Principalmente ao considerar, o ribeirão Onça – um curso d'água, que em um primeiro momento é confundido com esgoto a céu aberto, ou até mesmo visto como um entrave para a vida das pessoas que ali ainda residem.

Incita-me querer saber, também, se o fato do corpo d'água urbano estar em leito "natural", aberto, não invisível, mas poluído, interfere na mobilização social e na reconstrução desse território. A ideia é ter foco nas espacialidades produzidas cuja análise não se restrinja a seus efeitos materiais, mas considere a sua dimensão simbólica, através da interpretação das formas de como os moradores ribeirinhos se apropriam daquele espaço em transformação.

Objetivos específicos:

1) Cartografar múltiplas vivências que propiciem configurações espaço-temporais realizados na Bacia do Onça: a) elencando movimentos emergentes no alto e médio Onça; b) registrando as vivências na Sede do COMUPRA;

2) Problematizar a produção do espaço no Baixo Onça, junto ao Povo do Onça, com o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa – à luz da tríade espacial de Henri Lefebvre: "prática espacial", "representação do espaço" e "espaços de representação";

3) Compreender como as ações empreendidas no Baixo Onça afetam os sujeitos do mundo, professores, técnicos e gestores potencializando políticas públicas para a cidade.

1.3 Estratégias de produção do conhecimento: cartografias

Como Suely Rolnik e Félix Guattari, nesta pesquisa chamarei de exercícios cartográficos o conjunto de estratégias metodológicas que utilizei nesta pesquisa; Já que, como eles, o meu "intuito é avaliar os deslocamentos, registrar os vestígios de encontros que sinalizem para as formas do desejo no plano social" (GUATTARI; ROLNIK, 1986). Nesta direção, esse trabalho busca valorizar a possibilidade da pesquisa teórica entrelaçada à ação, trazendo para a geografia visões de mundo que se encontram, de forma a levar os sujeitos envolvidos a refletir sobre a própria prática e a transformar ainda mais suas próprias ações. Assim, assumo nesta pesquisa o meu caráter participante, em interação constante entre a observação e a formulação conceitual. A presença na práxis

desafia-me a desenvolver um trabalho que tenha os pressupostos da pesquisa-ação explicitada nas palavras do cientista social Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 129): ser "simultaneamente um trabalho intelectual e um trabalho político. E também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática". Sendo o maior interesse pelos processos do que pelos resultados.

Com o intento de produzir uma *ciência-saber* que seja contaminada de mundo, que garanta a presença do sujeito, através de uma *práxis* que possa ser considerada "mobilidade no sentido da sua libertação, da libertação do outro e da utópica transformação do mundo" (HISSA, 2013, p. 83), este trabalho buscou construir um mosaico de "estratégias de produção do conhecimento" para um "pesquisar-viver" em que se considerou as incertezas imanentes à própria vida, que se desenrola, a despeito da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa acontece a partir de diálogos com autores e, sobretudo, com os sujeitos do lugar, o Povo do Onça, os membros do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, e também com os poderes públicos, com técnicos e gestores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e da Companhia de Saneamento de Saneamento de Minas Gerais.

Na primeira parte da pesquisa busquei dialogar com autores (Ramon Vargas, Ailton Krenak, Karl A. Wittifogel, Edgar Morin, Zigmund Bauman) sobre a cultura da água da sociedade ocidental moderna; e a construção das cidades nesse contexto (Marcelo Vargas Coutinho), o que me permitiu problematizar as questões da pesquisa.

Também no diálogo com autores discutiu-se possibilidades de imaginar o espaço/tempo, que não utilize a razão e os métodos hegemônicos como única forma de conformar os espaços, mas que tragam aberturas que possam reorganizar o modo como o imaginamos, e assim poder atuar sobre ele, resgatando reais possibilidades do exercício da política (Dorren Massey). Ainda com outros autores (Gilles Deleuze, Félix Guattari, Suely Rolnik) procurei na filosofia da diferença subsídios para elucidar a importância de devires e de multiplicidades que possam reconhecer formas contra hegemônicas de ser e atuar no espaço.

Ainda nos diálogos com autores lanço mão da tríade da produção do espaço proposta por Henri Lefebvre como aporte metodológico para compreender as espacialidades produzidas no Baixo Onça, que compõem as narrativas cartográficas que são construídas a partir dos diálogos teóricos com Gisele Girardi, Tania Galli, Sueli

Rolnik e outros. A seguir faço algumas reflexões da abordagem teórico-metodológica a partir da cartografia social e da construção dos mapas.

1.4 Narrativas cartográficas

Visando cartografar os movimentos em torno do Ribeirão Onça, além do diálogo constante com essas pessoas nos últimos quinze anos, essa pesquisa foi gestada também através de intensos exercícios de campo, de registros fotográficos e de participação em diversas atividades — *exercício de visita intencional ao mundo*, a certo recorte de mundo.

Busquei utilizar a cartografia como um tipo de conhecimento narrativo e cartográfico gerado em consonância construtiva de produção da diferença, inerente ao viver, pautado por uma ética, uma estética e uma política que favoreça o desapego do hegemônico, capaz de produzir espacialidades possíveis. O intuito é produzir cartografias como forma de identificar "conhecimentos ativos, que exercitam o poder e são meios poderosos de mudanças sociais (CRAMPTON; KRYGIER, 2006, p. 15).

Essas cartografias não são apenas mapas, mas formas de registros que trazem elementos que demonstram as identidades, as estórias de vidas, fazendo valer o lugar, com nome e sentido. Foram exploradas as memórias dos registros fotográficos de diversos acervos do COMUPRA e de seus integrantes; linkados vídeos produzidos pelas escolas ou pelo próprio Povo do Onça; esboçados croquis e produzidos diversos rascunhos, esquemas, vídeos.

As cartografias não convencionais são ótimas ferramentas para apreender devires democráticos. Elas trazem outros códigos além dos de localização. Através das narrativas cartográficas é possível atualizar as "intensidades minoritárias" realizadas no Baixo Onça, aquelas que "corajosamente nos produzem um mal-estar, justamente porque nos arrancam do que éramos antes delas" (GALLI, 2012). Assim busquei cartografar acontecimentos que inauguram rupturas com alternativas divergentes que pedem passagem e que propiciam meios éticos, estéticos e políticos em acordo com os devires democráticos que brotam das espacialidades.

1.5 A produção dos mapas

Conforme apreendido com Gisele Girardi:

> A leitura de mapas pressupõe um produto pronto que pode se configurar como uma fonte de informação ou como um objeto de análise, mas é também pela via da leitura que o mapa é constantemente refeito, atualizado. O produzir-pensar implica na geração de imagens cujo ponto de partida é um pensamento sobre o espaço e a mobilização da linguagem cartográfica para sua expressão, apresentação e para processos de descoberta, podendo assumir, neste aspecto, um caráter metodológico. Finalmente, o comunicar como ato de transmissão, de compartilhamento de algum entendimento gerado sobre o espaço. (GIRARDI, 2014a, p. 79)

Ao entender a cartografia como processo experimentativo foram elaborados mapas da bacia hidrográfica do Onça ao longo do texto, em tamanho expandido, com objetivos de apresentar a localização, assim como os usos, a malha hídrica entre outros, capazes de abranger satisfatoriamente as diferentes sub-bacias e alguns elementos georreferenciados.

Fundamentalmente todos os mapas exibem os cursos d'água (córregos e ribeirões) responsáveis pela capilaridade do território na qual a bacia hidrográfica se configura. Para o primeiro mapa (Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça: localização e afluentes) foram consideradas afluência e localização de bacias. Onde se localizam no território nacional e estadual (encarte com mapas em escala ampliada), e a afluência de sua rede hidrográfica (por exemplo, Bitácula, Sarandi, Pampulha, Onça, das Velhas, São Francisco). Foram considerados os limites municipais e administrativos (regionais de Contagem e Belo Horizonte), haja vista que se trata de uma bacia em região metropolitana, profundamente urbanizada e conurbada. Foram elencados 15 pontos de referência (grandes equipamentos público-privados) para situar melhor o leitor. Neste mapa, localizado no terceiro capítulo da tese, foi imprescindível a consulta de base de dados do Consórcio (Intermunicipal) de Recuperação da Bacia da Pampulha, assim como o Macrozoneamento da RMBH.

Para o segundo mapa, nomeado Núcleos Manuelzão e movimentos emergentes na bacia do Onça, foram levadas em considerações aspectos "naturais" da bacia hidrográfica (altitude e hidrografia) e movimentos sociais ligados às águas, reiterando a partir do Capítulo Quatro que a luta dessas comunidades e lideranças está sintonizado às particularidades geomorfológicas e hidrológicas da bacia.

A partir da sub-bacia besta pesquisa delimitada Baixo Onça, foram segmentadas outras 3 porções da bacia do Ribeirão Onça, delimitadas em caráter sugestivo. A altitude foi obtida a partir de dados SRTM da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), subsidiando a construção de classes hipsométrica para fácil visualização da diferença altimétrica na bacia. Foram destacados pontos culminantes e confluências de ribeirões. Os movimentos emergentes foram elencados de A a G e os núcleos Manuelzão foram enumerados de 1 a 17.

O terceiro mapa foca na sub-bacia do Baixo Onça, território mais a jusante da Bacia e foco deste trabalho. Para melhor enquadramento do Ribeirão em um mapa no formato paisagem, o norte foi rotacionado em 80°. Com isso o ribeirão passou a se deslocar predominantemente da esquerda superior para a direita inferior (onde se encontra a foz no rio das Velhas), em um sentido imediato de reconhecimento do fluxo de água. Um pequeno encarte destaca os ribeirões que confluem no Onça e os municípios adjacentes à essa bacia hidrográfica. Habilitada em níveis de transparência, a imagem de satélite do Google Earth foi sobreposta por uma camada translúcida das quadras, realçando levemente o arruamento dos bairros. Bairros que por sua vez foram rotulados. Foram destacadas localizações das edições do Deixem o Onça Beber Água Limpa, além das principais escolas colaboradoras desse Movimento. E finalmente, alguns marcos do Ribeirão do Onça foram destacados com algumas fotografias obtidas por acervos de pesquisadores da área.

Além desses mapas produzidos para a pesquisa, outros mapas aparecem como imagens para ilustrar a representação do espaço pelo poder público no mapa do Parque Linear do Onça (Capitulo 4) elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte (2015) e o mapa afetivo produzido nas Oficina de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos realizada pela URBEL e facilitada pela autora da pesquisa.

A seguir busco detalhar as estratégias de produção do conhecimento utilizadas para cada objetivo específico proposto.

1.6 Estratégias metodológicas de produção do conhecimento para alcançar o 1º objetivo específico

Para alcançar o objetivo específico de *cartografar múltiplas vivências que propiciem configurações espaço-temporais realizados na bacia do Onça* foram utilizadas estratégias de produção de conhecimento em dois momentos da pesquisa.

O primeiro para elencar “movimentos emergentes” que acontecem no alto e médio Onça. Aqui foram realizadas entrevistas por videochamada[3] com sujeitos do mundo localizados em diversos pontos da Bacia do Ribeirão Onça que, através de movimentos emergentes, lutam pelas nascentes, córregos e rios localizados no alto e médio curso da bacia do Onça, compondo o *Capítulo III* da pesquisa.

O segundo momento em que se *cartografou múltiplas vivências que propiciam configurações espaço-temporais na Sede do COMUPRA, utilizou-se* a estratégia de conhecimento a partir da organização de um banco de dados com as práticas espaciais realizadas na localidade. Buscou-se retratar, portanto, o espaço em transformação nos últimos anos, de 2017 a 2021. Foi desenvolvido um croqui da área com o retrato do momento atual, considerando o espaço aberto, sempre em transformação. Isso dialoga com outras espacialidades que foram registradas nos Capítulos 4 e 5 da pesquisa onde busquei compreender a produção do espaço no Baixo Onça.

1.7 Estratégias de produção do conhecimento para alcançar o 2º objetivo específico

Para que se possa problematizar a produção do espaço às margens do Onça junto aos membros do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa — através da tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”, proposto por Henri Lefebvre, as estratégias utilizadas nesta pesquisa se deram a partir do diálogo com a teoria espacial de Henri Lefebvre, através da qual busquei retratar diferentes momentos de produção de espacialidades que serão detalhadas a seguir.

A proposta de Henri Lefebvre apresenta uma figura dialética tridimensional que emerge dos três momentos dialeticamente interconectados: prática social material (prática espacial); linguagem e pensamento (representação do espaço); e o ato criativo, poético (espaços de representação).

Para resolver esse objetivo dividi o texto em três partes complementares, sendo no Capitulo 4 em que busquei discutir a ii) a *representação do* espaço a partir da ótica dos poderes públicos, com o estudo do Parque Linear do Onça; e ii) *prática espacial*, em que a partir do registro fotográfico busco mostrar como são realizadas as ocupações espontâneas em torno do Ribeirão Onça; iii) a *representação do espaço*, através do qual

[3] As entrevistas foram realizadas por videochamada devido à pandemia do coronavírus.

mostro a produção de conhecimento espacial do Povo do Onça, com a produção de mapas afetivos elaborados nas Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos da URBEL; e (no Capitulo 5) iv) os *espaços de representação*, através do qual apresento os eventos do Deixem o Onça Beber água Limpa como a prática espacial simbólica do "Povo do Onça". A seguir busco detalhar os procedimentos realizados nesses quatro momentos que compõem os Capitulos 4 e 5 da pesquisa:

i) Com o intuito de discutir a ***representação do espaço*** na proposição de Henri Lefebvre, coloquei em foco a elaboração das diretrizes do Parque Linear do Onça que foi utilizado como pano de fundo para retratar a representação do espaço concebido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Aqui considera-se que "representações do espaço emergem no nível do discurso, da fala como tal e, consequentemente, encerram formas verbalizadas, tais como: descrições, definições e teorias (científicas) do espaço" (SCHMID, 2012, p. 92). Busquei discutir a representação do espaço no Baixo Onça a partir da produção do mapa oficial do Parque Linear, uma proposta que resultou em um projeto Urbanístico construído através de oficina participativa realizada pela Secretaria Municipal de Política Urbana (SMAPU) em 2014, mas sem previsão de ser executado pela Prefeitura.

ii) O registro da ***prática espacial*** na pesquisa se deu através de registros pessoais e busca de imagens no acervo do COMUPRA que retratam as atividades espontâneas que foram acontecendo ao longo do tempo nas margens do Ribeirão Onça. Essas práticas trazidas como espacialidades intencionais de mundo, se tornam forte resistência à uma única narrativa, e externaliza as multiplicidades das heterogeneidades contemporâneas do espaço.

iii) Foi desenvolvida também uma outra estratégia de conhecimento para abordar a ***representação do espaço*** a partir dos sujeitos do Baixo Onça, em que se utilizou os mapas afetivos que foram produzidos nas Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos da URBEL, facilitadas pela autora da pesquisa. Aqui a *representação do espaço* foi linguisticamente definida pelo "Povo do Onça" a partir dessas oficinas, para a qual teve a base material concebida pelo poder público, tanto através da proposta do Parque Linear do Ribeirão Onça, elaborada em 2014, quanto através do mapa da mancha de inundação apresentado para as comunidades.

As oficinas ocorreram em três momentos distintos, que serão descritas a seguir.

1.7.1 Primeiro encontro: O que tínhamos!

Na ocasião, com o objetivo específico de resgatar a memória local, foi apresentada a história de luta, a relação com o Ribeirão Onça e a importância de realocação das famílias em áreas de risco de enchentes.

Para a compreensão das manchas de inundação foram apresentados mapas produzidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital que demonstravam as áreas de remoção. Contudo, o mapa estava com linguagem muito técnica, tendo sido necessário que os participantes o traduzissem para uma linguagem que fosse compreendida por eles. A atividade consistiu em transformar aquele mapa técnico em uma linguagem afetiva e decodificada. Para realização da atividade os participantes se dividiram em três grupos que se reuniram no entorno do mapa inicial. Os participantes começaram a identificar os locais e a elaborar os conhecimentos que tinham dos espaços. Após as discussões em grupo, os participantes apresentaram seus resultados, e formou-se um mapa com os principais pontos em torno do Ribeirão Onça. Esse mapa afetivo inicial serviu de base para a produção de outros mapas que foram utilizados nos outros dias das oficinas. Neste primeiro encontro também foram organizados os grupos de trabalho para participarem dos próximos encontros das oficinas que foram realizadas por região[4].

1.7.2 Segundo encontro: O que temos!

Para que se pudesse vislumbrar as potencialidades da região do Baixo Onça, e que se compreendesse as manchas de inundação de onde as famílias seriam removidas e quais possibilidades de uso poderiam ser dadas a essas áreas, esse encontro foi realizado por região, conforme separadas no encontro anterior. Nesse momento recuperou-se as diretrizes do Parque Linear do Onça elabora dos junto à SMAPU em 2014. Os objetivos desse encontro foram os de reconhecer os problemas, as potencialidades e as possibilidades que se encontram no Baixo Onça. Debruçados sobre o mapa afetivo produzido no encontro anterior, os participantes discutiram em grupo as possíveis formas de ocupação coletiva que poderiam ser dadas aos espaços que seriam esvaziados pelas remoções. Ao final os grupos apresentaram as suas propostas e o resultado foi validado coletivamente.

---

[4] Região 1: Ouro Minas, Novo Aarão Reis e Belmonte – oficinas serão realizadas no CRAS.
Região 2: Ribeiro de Abreu, Conjunto CBTU e Areia Branca – oficinas serão realizadas no COMUPRA.

Na ocasião foram discutidas as futuras oficinas que serão necessárias para que os mutirões aconteçam, buscando formas ampliadas de capacitação dos moradores locais.

1.7.3 Terceiro encontro: O que queremos!

O objetivo específico nesse momento da Oficina de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos foi a apresentação da proposta consolidada pela URBEL das futuras oficinas a serem realizadas para capacitação dos moradores para ocupação coletiva das margens do Onça, evitando que essas áreas fossem ocupadas de forma irregular.

Esse conjunto de oficinas geraram mapas afetivos que compõem o Capítulo 4 desta pesquisa, através do qual busquei retratar a *representação do espaço* a partir do Povo do Onça, participantes das Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos da URBEL.

iv) Dando prosseguimento às estratégias de produção do conhecimento para alcance do segundo objetivo específico, ainda no diálogo com Henri Lefebvre, para discutir os ***espaços de representação***, que abordo no Capitulo 5 da pesquisa, buscou-se discutir os eventos realizados pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, trazido aqui como o elemento que externaliza a prática simbólica do "Povo do Onça", a "ordem" material que aflora na superfície, que torna-se ela mesma um veículo transmissor de significados. Dessa maneira, um simbolismo (espacial) se desenvolve expressando e invocando normas, valores e experiências sociais. "[...] trata-se da dimensão simbólica do espaço. Assim, os espaços de representação se referem ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material)" (SCHIMID, 2012, p. 92). O símbolos do espaço aqui é o rio. Nesse momento registrei os dozes eventos realizados pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, apresentando os temas discutidos e as imagens dos eventos coletadas no acervo do COMUPRA e nas redes sociais.

Além disso, para o 12º Evento que foi realizado de forma virtual devido à pandemia do coronavírus, a estratégia de produção de conhecimento utilizada se deu através da transcrição dos cinco encontros que compuseram a 12ª edição do Deixem o Onça Beber Água Limpa, através do qual busquei dialogar com os conceitos da pesquisa. Nos espaços de representação do Povo do Onça busquei extrair a produção de um imaginário de rios vivos na cidade que foi exaltado nesses eventos.

Esse mosaico de estratégias metodológicas construída a partir da tríade espacial proposta por Henri Lefebvre na sua teoria da produção do espaço, serviu como aporte para a produção de um conjunto de narrativas cartográficas proposto nesta pesquisa.

1.8 Estratégias de produção do conhecimento para alcançar o 3º objetivo específico

Para cumprir o terceiro objetivo específico da pesquisa, Compreender como as ações empreendidas no Baixo Onça afetam os sujeitos do mundo, assim como os técnicos dos poderes públicos potencializando políticas públicas para a cidade, inicialmente no projeto da pesquisa apresentei a proposta de realizar grupos focais com os atores envolvidos. Porém no momento de coleta das informações vivíamos o auge da pandemia de coronavírus que assolou todo o País. Devido aos protocolos de segurança sanitária a estratégia de produção do conhecimento se configurou como um formulário do Google Form que foi encaminhado para os atores da pesquisa.

No periodo de setembro a novembro de 2020 foram elaborados três questionários para públicos diferentes: um para a comunidade, outro para os gestores públicos e um terceiro para os técnicos e gestores da COPASA (ANEXOS A, B, C). Os questionários possuem perguntas de múltipla escolha com uma escala ordinal, através do qual foi possível analisar as respostas individual e coletivamente. Em ambos os casos, foi possível comparar com facilidade a frequência relativa de cada opção para identificar os principais argumentos. Com essas respostas foi possível alinhar as opiniões compartilhadas por respondentes.

O questionário *on line* com questões objetivas dirigido às pessoas da comunidade buscou entender um pouco mais sobre a visão que as pessoas comuns, o Povo do Onça, membros do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa possue sobre a região e sobre as ações coletivas que acontecem no Baixo Onça. O contexto das perguntas se circunscreveu a partir dos diversos projetos comunitários encabeçados pelo Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, que em parceria com diversas entidades e com setores da Prefeitura de Belo Horizonte, vem mobilizando as comunidades com vistas à implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça.

O questionário foi disponibilizado para dois grupos de WhatsApp que compõem as lutas do Onça: “Acorda Ribeiro de Abreu” com 44 participantes e “Abraçando o Novo

Aarão Reis" com 36 participantes. Trinta (30) pessoas das comunidades responderam ao questionário que foi analisado no Capítulo 5 da pesquisa.

Já para o diálogo proposto com com as/os técnicas/os da PBH foi feito também um questionário *online* para buscar compreender se os projetos realizados em parceria com as comunidades do Baixo Onça podem qualificar políticas públicas já existentes e/ou estimular outras, e a relevância desses trabalhos para o aprimoramento da sua vida profissional em sua área do conhecimento. A pesquisa se dirigiu à/aos técnicas/os e gestoras/es da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN) e de professores da Secretaria Municipal de Educação (SMED) que desenvolvem ou desenvolveram algum projeto na região do Baixo Onça nos últimos anos. A proposta de diálogo teve o intuito de compreender a opinião dos técnicos e gestores acerca dos projetos realizados em parceria com as comunidades do Baixo Onça. O questionário foi enviado para 46 pessoas e trinta pessoas entre técnicos e gestores responderam ao questionário.

A proposta de diálogo com técnicos e gestores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) teve o intuito de saber da interação dos seus técnicos e gestores com os projetos realizados na região do Baixo Onça. O formulário foi enviado para oito pessoas, mas apenas três responderam.

A aplicação dos questionários consistiu a última coleta de dados da pesquisa, em que se buscou compreender como os vários atores sociais envolvidos nas práticas do Baixo Onça percebem que suas ações e se acreditam que as mesmas contribuem para uma outra cultura da água possível.

Em resumo, o mosaico de estratégias metodológicas utilizadas para problematizar as espacialidades produzidas por *sujeitos do mundo* que possibilitem *aberturas* nas formas de ser e atuar no espaço, contribuindo para um imaginário de *rios urbanos vivos* e abrindo caminhos para *uma outra cultura da água possível* se construiu em três momentos distintos: a) cartografia de múltiplas vivencias que configuram espaços temporais, com a produção de mapas e croquis; b) Cartografia da tríade espacial de Henri Lefebvre a partir da discussão das práticas espaciais; da produção do espaço e dos espaços de representação no Baixo Onça e por fim, c) do questionário on-line enviado aos atores sociais envolvidos com as atividades no Baixo Onça.

Diante dessas ideias de pesquisa entrelaçadas à ação, o texto assim se estrutura em capítulos:

1. *Travessia: Por uma outra cultura da água possível*: A partir do conceito de Cultura e de gestão das águas, discuto o estabelecimento de uma cultura hidráulica e tecnosanitária nas cidades modernas. Através do modelo Belorizontino apresento a racionalidade técnica empreendida na construção da Nova Capital, a partir da história de saneamento básico em Belo Horizonte, preconizada por uma visão higienista de intervenção no espaço. Contextualizo as contradições de uma cidade planejada. A partir da filosofia da diferença discuto a importância de uma base conceitual que permita cartografar devires democráticos, permitindo aberturas para uma outra cultura da água possível.
2. *Aberturas: por um imaginário das águas.* Nesse capítulo procuro ressaltar as resistências, trazer experiências que sirvam de aberturas para um *imaginário de cidades e rios vivos* a partir das minorias, em um *devir democrático* na construção de uma memória do futuro a partir das águas. Identifico limites e aberturas na Política das Águas no Brasil e ressalto o imaginário das águas proposto pelo Projeto Manuelzão na Bacia do Rio das Velhas. Apresento a luta do Povo do Onça através da estória do COMUPRA até 2021, o território da sede e as espacialidades produzidas.
3. *A Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça:* territórios de diálogos possíveis. Apresento a capilaridade dos cursos d'água da bacia do Onça relacionando-os com os movimentos emergentes e o território de Bacias Hidrográficas.
4. *A produção do espaço: aberturas para devires democráticos.* Esse capítulo discute a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação no Baixo Onça, à luz da teoria da produção espacial de Henri Lefebvre, tendo como pano de fundo a ideia de um Parque Linear Público a um Parque Ciliar Comunitário.
5. O imaginário das águas: Deixem o Onça Beber Água Limpa. Aqui discuto os Espaços de representação e o imaginário das águas no Baixo Onça e o olhar sobre as práticas no Baixo Onça a partir das comunidades, dos professores, dos técnicos e gestores da Prefeitura de Belo Horizonte e da COPASA.

No intuito de cartografar os devires daqueles interpelados pelos rios da cidade, esta pesquisa registra os saberes e o conhecimento dos sujeitos que participam da luta por rios vivos em ambientes urbanos. Procurando compreender suas visões de mundo, as multiplidades e coexistências na produção do espaço, e assim tentar descobrir de que modo é que se constroem caminhos de diálogos, se fazem transposições de saberes, e como se abrem frestas capazes de promover mudanças de percepção da realidade.

2 TRAVESSIA: POR UMA OUTRA CULTURA DA ÁGUA POSSÍVEL

2.1 Cultura e gestão das águas onde se encontram?

O padrão de conhecimentos, de práticas, de crenças, de costumes e saberes humanos, transmitidos e apreendidos por diversos meios – falados, grafados e decodificados – e que definem os comportamentos por meio da aprendizagem social, é o que de forma geral a sociedade moderna entende por cultura. Um conceito amplo que muitas vezes é usado como sinônimo para termos ainda mais amplos, como "mentalidade", "tradição", "ideologia", sendo difícil apreender uma ideia única do seu significado.

De acordo com o Dicionário Etimológico[5], a etimologia da palavra cultura vem de *culturae*, que se originou a partir de outro termo latino: *colere*, que possui vários significados como a "ação de tratar", de "cultivar", de "cultivar a mente e os conhecimentos", e também de "cultivar as plantas" ou "ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas".

Cuche (2002) explica que até o século XVI, o termo era mais utilizado para se referir a uma ação e aos processos, como as formas de se ter cuidado com os animais e a plantação, e para designar o estado de algo que fora cultivado, como as células, por exemplo. Nesse contexto os ciclos da natureza e os ciclos sociais parecem fazer sentido, em um mundo em permanente necessidade de compreensão.

Já no pensamento iluminista francês, a cultura caracterizava o estado do espírito cultivado pela instrução. "A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história" (CUCHE, 2002, p. 21). A palavra está ligada também às ideias de progresso, de evolução, de educação e de razão. Origem, inclusive, do pensamento que diferencia o estado natural do ser humano irracional ou selvagem, visto como o "sem cultura". Decorre daí a ideia de que as comunidades primitivas poderiam evoluir culturalmente e alcançar o estágio de progresso das nações "civilizadas".

Na contemporaneidade a palavra cultura sempre vem acompanhada de um complemento: cultura de massa, cultura política, cultura erudita, cultura popular, cultura empresarial, cultura organizacional, cultura corporal... e tantas outras. Isso reafirma que

[5] Disponível em https://www.dicionarioetimologico.com.br/cultura/. Consultado em 28/11/2020.

o conceito de cultura é trabalhado a partir de distintos enfoques, perpassando por diferentes áreas da vida cotidiana. Constata-se desde já o reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma cultura universal.

Os distintos enfoques da ideia de cultura atravessam diferentes áreas da vida cotidiana, quero dialogar nesta pesquisa sobre *cultura da água*, uma abordagem urgente, necessária, mas muito cara às sociedades atuais. Todas as sociedades têm e sempre tiveram uma *cultura da água*, qual é a cultura dela hoje para a sociedade moderna? Como nos relacionamos com os corpos hídricos das cidades urbanas na atualidade? O que podemos aprender com sociedades diferentes da nossa, de outros tempos e culturas? Essas perguntas serviram de pano de fundo na busca da compreensão por novas formas de relacionar com a água na vida contemporânea e me ajudaram a decifrar meus objetivos.

Um histórico sobre o uso da água e a compreensão sobre o que ela é importa para responder essas questões. Portanto, o caráter aborígene e vital da água é muito relevante e significativo para diferentes povos. Estudiosos[6] afirmam que, diferentemente dos conflitos sobre outros recursos naturais, a questão da água deverá ser motivo de uma profunda mudança no paradigma civilizacional. Ramom Vargas[7], em seu livro *"La Cultura del Água: lecciones de la América Indígena"* proclama que "a cultura da água do futuro fará parte de uma cultura democrática ou não haverá paz" (Vargas, 2005, p. 18).

Ao afirmar que toda sociedade tem e sempre terá uma *cultura da água*, pressupõe-se que a cultura se manifesta nas formas em que nos vinculamos com os demais seres humanos e com os elementos da natureza[8]. Observar a água em uma perspectiva cultural, nos mostra os valores da sociedade, sua forma de desenvolvimento, as tecnologias empregadas, as crenças e a gestão em torno do elemento hídrico. A relação que se estabelece entre os rios e a construção das cidades é moldada por uma *cultura da água* que se vincula aos moldes do pensamento da sociedade moderna.

Propor a *cultura da água* como objeto conceitual nos permite cercar-nos da realidade complexa que surge da relação entre água e sociedade, onde se estabelece uma direta relação com a vida em tempos e lugares concretos. É nesse caminho que Ramon

---

[6] Vandana Shiva (2000); Ramon Vargas (2005); Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) e muitos outros.

[7] Ramón Vargas foi membro do Conselho de Administração da Administração Provincial de Águas da Provincia do Chaco, de 1996 a 2004. Ele é licenciado em geologia e sua atividade profissional se desenvolveu inicialmente na hidrogeologia e posteriormente ampliou para o desenvolvimento, gestão e planejamento de recursos hídricos.

[8] Não há como separar a natureza da rede de associações – tanto materiais, quanto simbólicas – de que ela faz parte. As relações sociais, as práticas culturais, a linguagem, as práticas ideológicas e as construções discursivas que a abarcam, nos permite afirmar que natureza é algo socialmente construído.

Vargas afirma que “centrar em um projeto de futuro comum desde a *cultura da água* é reconhecer a necessidade de reestabelecer vínculos e perseguir a construção de uma democracia de água, para ele, “uma ética da vida” (2005, p. 19).

Em seu livro Ramon Vargas abriga de diferentes formas, baseando-se em algumas vivências atuais e outras trazidas das experiências dos povos da América Indígena, conceitos em que a “visão integrada e a abordagem harmônica dos processos naturais e sociais constituem a base para a formação da *cultura da água* e da própria “sustentabilidade” da vida” (VARGAS, 2005). O autor é enfático, ao reforçar que somente com observância de valores éticos – base para o exercício da solidariedade, será alcançada uma mudança de paradigma para a proposta de construção de uma *cultura da água*, que é a *cultura da vida* como eixo central de um novo processo de gestão das águas. “Para entender como a cultura da água poderia ser incorporada “como eixo central” para uma gestão das águas, é importante entender melhor os termos que a compõem (VARGAS, 2005, p. 20).”

Refletindo com Zygmunt Bauman, *o autor* defende que o termo cultura não pode ser empregado sem que seja avaliado como “conceito”, como “estrutura” e como “práxis”. Para Bauman,

> La cultura se refiere tanto a la invención como a la preservación, a la discontinuidad como a la continuidad, a la novedad como a la tradición, a la ruptura de modelos, al seguimiento de las normas como a su superación, a lo único como a lo corriente, al cambio como a lo predecible. (BAUMAN, 2002, p. 22)

Em acordo, Edgar Morin esclarece que a cultura está organizada a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos “do saber/fazer aprendidos, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças místicas de uma sociedade”. Desse modo, se manifestam em “representações coletivas”, “consciência coletiva” e “imaginário coletivo” (MORIN, 1991).

Ramón Vargas (2005) compreende por cultura os modos de ser, de fazer e de viver dos povos, incluindo os modos de satisfazer suas necessidades e de decidir a peculiar maneira pelas quais serão geradas estratégias de vida. Ele relaciona essas estratégias com a *cultura da água*, que em seu entendimento, deve ser

> Al conjunto de modos e medios utilizados para la satisfacción de necesidades fundamentales relacionadas com el agua y com todo lo que se hace com el agua, em el agua y por el agua para ayudar a resolver la satisfacción de algunas de estas necesidades fundamentales. Se manifiesta em la lengua, em las creencias (cosmovisión, conocimientos), em los valores; em las normas y

> formas organizativas; en las prácticas tecnológicas y em la elaboracíon de objetos materiales; em las creaciones simbólicas (artísticas y no artísticas); em las relaciones de los hombres entre sí y de éstos com la naturaliza y en la forma de resolver los conflictos generados por el agua. La cultura del agua es, por lo tanto, un aspecto específico de la cultura de un colectivo que comparte, entre otras cosas, una serie de creencias, de valores y de prácticas respecto de ella (VARGAS, 2005, p. 38)

Nas sociedades pré-modernas da América Indígena as estratégias de vida seguiam de acordo com os ciclos locais de água, aproximando os sujeitos de seus processos sociais e da dinâmica hídrica. Na modernidade, todavia, são as máquinas, as engrenagens, o relógio e o dinheiro que marcam o ritmo da vida. A água torna-se um produto industrial, um serviço comercial. As diferenças nas formas de relacionar com as águas se dão devido às formas como as diversas culturas vão se construindo, lançando mão de crenças e de significados em constante reconstrução de seus espaços-tempos, resultante de processos culturais.

As lendas e relatos orais, longe de ser um tema arcaico, obsoleto e meramente literário ou antropológico configuram um grito de alerta e uma permanente fonte de conhecimento objetivo. Questões como não contaminar a água, proteger as nascentes, respeitar os ciclos humanos e naturais são princípios de vida que deveriam atravessar as culturas desde outros tempos. No entanto, em dias atuais, é tratado pelo *marketing verde*[9] como algo "inovador".

Para exemplificar as diferentes abordagens em torno das práticas sociais em relação à água, Ramón Vargas (2005), desenvolve um quadro comparativo de campos semânticos da água na sociedade pré-moderna e na sociedade moderna. Através desse quadro , pode-se ter a ideia das concepções e pressupostos dos quais estamos hoje construindo a nossa *cultura da água* na sociedade.

Em busca da compreensão das diferentes abordagens o mesmo autor observou os contextos de ocorrência de redes de associação e de oposição de palavras que se referem à água em textos antropológicos. Para ele as línguas são sistemas de classificação do real, em que nomear é um ato cognitivo e valorativo (avaliativo). É o mesmo que dizer que o conhecimento e os valores circulam permanentemente através da linguagem. Para melhor compreensão, entende-se por campo semântico os múltiplos sentidos, o espectro de significados formado por palavras e expressões que remetem a um mesmo objeto.

O quadro a seguir demonstra que a partir de diferentes entendimentos que se tem da natureza, a concepção sobre a água aparece de formas distintas nos discursos das

[9] Expressão que faz crítica à apropriação feita pelas grandes corporações capitalistas da proteção ao meio ambiente.

diversas culturas, criam-se campos semânticos diferenciados e, por conseguinte, os valores que sustentam as sociedades também se diferenciam.

Quadro 1 – Campo semântico da água na sociedade pré-moderna e na sociedade moderna

Sociedade	Concepção do "homem" em relação à natureza	Concepção de água presente em seu discurso	Campos semânticos de água	Valores que sustenta
Pré-moderna	O homem convive com a natureza e não é seu dono. Os elementos da natureza devem ser utilizados e conservados. A adptação ao meio é a garantia da sobrevivência de todos	Elemento vital, espaço e objeto sagrado, origem da vida, ser vivo, fonte de saúde, provedora de alimentos, via de comunicação, função de religarlaços sociais e bendiçõesou castigo divino.	Mãe d'água, dilúvio, mundo de baixo e mundo de cima, água proibida, água que cura, rio sagrado, guardiões da água, dança da água, frutos da água, outros.	Segurança, solidariedade, Adaptação, auto-regulação, reciprocidade, respeito, cuidado, sustentabilidade, vitalidade, comunicação, sacralidade.
Moderna	O homem está habilitado a dominar e aproveitar da natureza. O controle das forças naturais e de outros homens é a condição para o progresso. O progresso se traduz em bem estar. O desequilibrio do meio ambiente é o efeito não desejado do progresso.	Recurso natural, fator de produção, via de transporte de mercadorias, insumo para a produção, bem econômico, elemento da natureza e produto industrial da sociedade.	Recursos hídricos, obras hidráulicas, água potável, redes de água, rios artificiais, bombas de água, mercado de água, crise de água, guerra de água, rentabilidade.	Progresso, controle, conforto, individualismo, salubridade, extrativismo, transformação, propriedade privada, mercado

Fonte: Vargas, 2006, p. 27.

Essa maneira de descrever o uso da linguagem para demonstrar outras configurações socioculturais pode ser um aporte para um processo de reapropriação das histórias (estórias) próprias de cada lugar e não apenas de uma história universal.

Ainton Krenak nos ensina que:

> Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do proprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a entregar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos prórpios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sobre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estamos adiando o fim do mundo. (KRENAK, 2019, p. 26-27)

A partir da leitura dos campos semânticos que envolvem o tema água nas sociedades, farei breves considerações que nos guie na ampliação da compreensão de como a cultura orientou as práticas pré-modernas, assim como tem orientado as práticas modernas em relação ao uso que se faz da água.

Na sociedade pré-moderna, a água, elemento da natureza, era considerada como fazendo parte da interrelação entre as comunidades, as atividades produtivas e o

espaço vital. Nesta perspectiva a água não é propriamente um recurso, mas está na origem da vida, dá origem à vida, é primordial para a existência e até pode ser considerada um ser vivo protegido pelos "espíritos guardiões". Os valores são construídos sob a ótica de quem convive e se serve dela cada vez que necessita. A água é endógena. E pode ser considerada capital natural.

Nessa sociedade é premente a relação entre necessidade e disponibilidade (oferta e demanda), mas não aparece a ideia de acumulação ou ganância, nem mesmo de mercado. Para se resolverem os desajustes entre a oferta e a demanda se recorre a um saber fazer (tecnologia), mas o mesmo é de caráter principalmente adaptativo-construtivo e não destrutivo ou disruptivo dos ciclos do meio ambiente. A tecnologia se fundamenta no aspecto sócio-organizacional, biológico e não só no físico. E que, de acordo com as necessidades da comunidade e a tecnologia de uso do meio ambiente, o espaço de vida muda ou pode variar em tamanho e forma. As consequências dessas interrelações se expressam na forma de ocupação desses espaços, se permanente ou transitória, se intensiva ou extensiva e como se dão as trocas em suas estratégias de vida.

Aos olhos da contemporaneidade parecem estranhas as formas como outras sociedades se relacionaram com a água e com os demais seres. Porém, os valores que impregnavam os comportamentos das sociedades pré-modernas, podem ser um reservatório de pautas que permitam uma nova aliança natureza-cultura, reorientando os potenciais da ciência moderna com saberes que renovam os modos de vida e as formas de habitar a terra.

Em relação ao apreendido do campo semântico da água a partir da sociedade moderna, também mítica, pois, concebe o "homem feito à imagem e semelhança do criador", se dando ao direito de dominar o mundo como meio de se obter um tipo de progresso que se assenta em "acumulação de ruínas e de sofrimento à seus pés" (SANTOS, 2008, p. 53). Nessa concepção, a relação com a natureza se traduz em enfrentamento e os conflitos "homem-natureza" começam a ser acentuados a partir da entrada do século XXI. Nesse período é que origina as *ideias-força* de meio ambiente que configuram a modernidade como a conhecemos.

Essas ideias-força são efetivamente conclamadas pelos pensadores formadores da ciência moderna, cientistas[10] que provocaram a chamada revolução científica a partir do

[10] Nomes como Nicolau Copérnico (1473-1543), que cunhou a teoria heliocêntrica; Galileu Galilei (1564-1642) e Francis Bacon (1561-1626), que lançaram ideias percussoras da metodologia das propriedades quantificáveis; Jonh Locke (1632-1704), que propõe a experiência através do empirismo; e principalmente

século XVI. Eles preconizaram formas de pensar marcadas por um sistema de valores que emergiu no fervor das condições econômicas, políticas e sociais do ocidente europeu a partir dos séculos XVI e XVII – o Iluminismo. Tais formas de pensar ecoam até os tempos atuais nas relações que as sociedades estabelecem entre si e com o ambiente em que se desenvolvem e dos quais retiram condições de viver e sobreviver, em uma troca constante de energia vital que se estabelece entre cada lugar de existência e o mundo.

Neste sistema a razão é apresentada como principal instrumento de reflexão, e a "revolução científica tratou de substituir a concepção orgânica da natureza pela metáfora do mundo como máquina" (CAPRA, 2000, p. 51). O mundo então é visto como uma engrenagem, composto de partes separáveis sobrepostas sobre outras, sem absolutamente se envolverem em um todo contínuo. Está aí a separação homem meio e toda a semântica que envolve essa mudança.

O relacionamento entre pessoas e instituições, e destas com a natureza, foi assim erguido priorizando-se relações de dominação, no entendimento de que tal forma de se pautar no mundo pudesse garantir a supremacia da cultura ocidental moderna sobre outras culturas. Esta percepção, racional, com o intuito de dominar o meio ambiente, outras culturas, sempre consideradas "primitivas" e "selvagens" – e que por isso deveriam ser adestradas ou tornadas invisíveis – impôs-se como única forma de pensamento: aquele originário da razão, que se deseja único, hegemônico, mas que, no entanto, tornou-se incapaz de absorver a complexidade inerente às questões da vida, que, por sua vez, se apresentam além dos ditames da racionalidade.

O pensamento doutrinador desta forma ocidentalizada de ser no mundo distingue sujeito e natureza, estimula a competição em detrimento da cooperação, limita a visão de mundo a um único sistema de valores que atinge toda uma civilização: os valores capitalistas – que prometem um progresso infinito de acumulação de riquezas materiais. A hegemonia do capital a favor, principalmente, de suas próprias demandas, se impõe sobre qualquer cultura, qualquer saber, em qualquer lugar. O "homem" é o centro do universo. Dessa forma a modernidade também tem seus próprios mitos de salvação: a promessa de um crescimento sem fim; a abundância material como satisfação de todos os desejos; a unificação da humanidade através do mercado e a aceitação da destruição do ser humano e da natureza confiando nas forças salvadoras do mercado.

René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1727): o primeiro inaugurou o racionalismo científico, e o segundo fundamentou a mecânica clássica.

A partir dessa leitura, o paradigma modernizador/colonizador é sinal da crise do ser humano, caracterizada pela exclusão de grandes setores das populações mundiais na divisão social do trabalho. Leva às populações excluídas a estratégias precárias e desesperadas de sobrevivência, que ameaçam a mesma sociedade; além da destruição acumulativa da natureza e de todo ambiente. Grandes contingentes populacionais passam fome, há derrubada das florestas, poluição do ar e da terra; o encaixotamento dos rios, e outras questões seríssimas que atestam esta crise. A água é talvez a expressão mais dramática desse tipo de cultura dos bens naturais.

Dialogando então com Bauman, Morin e Vargas, é possível pensar que, dentre outras questões, cultura é *praxis*, é saber fazer coletivo e além de se fundamentar em conceitos, línguas e conhecimentos, "la cultura del agua debería de ser considerada como un componete más de los proyectos, programas y planes para passar a ser entendida como generadora y condicionante de todos los otros componentes de la gestión (VARGAS, 2005, p. 49).

Aqui quero entender que *gestão* e *cultura da água* se misturam, em um saber fazer permeado por valores culturais que se refletem nas formas de gerir e cultivar o "recurso" disponível, e desejo a busca por caminhos que nos levem com mais segurança e harmonia social e não ao conflito. Como é mostrado por Ramon Vargas (2005, p. 24) em que para os povos originários da américa andina a relação com o habitat se expressava em uma continuidade física e em uma interdependência tangível com seu entorno. As estratégias de vida fluíam ao ritmo dos ciclos locais da água.

Ao contrário, na sociedade atual, diferentemente de uma abordagem ética e não conflituosa, reduz-se o valor dos recursos hídricos ao valor monetário, como se a natureza, sem questões éticas, pudesse ser reduzida e taxada, colando-se preço no bem universal. Apesar das diferenças entre as posturas mencionadas, tudo indica que frente à crise hídrica, os discursos atuais coincidem em postular mudanças de atitudes e de valores, a necessidade de novas pautas de condutas e de nova educação como atuações imediatas.

A física indiana Vandana Shiva, (2000) mostra a fragilidade da abordagem moderna-eurocentrada ao explorar o significado da palavra *resource*, em que a água corrente é abordada como um *recurso que se renova seguidamente*. A autora esclarece que:

> O tratamento da natureza como recurso que só adquire valor através da exploração em benefício do crescimento econômico, foi essencial para o

> projeto do desenvolvimento. Foi também fundamental para a crise do desenvolvimento. Do ponto de vista filosófico, a dessacralização da natureza significou a violação de sua integridade, através da violação dos limites que teriam que ser mantidos para que a vida natural pudesse ressurgir e renovar-se. No relacionamento de uma cultura ecológica com a natureza que se renova continuamente, reconhece-se a inviolabilidade desses limites e, de acordo com eles, restringe-se também a ação humana. Esse relacionamento é, antes de tudo, um relacionamento ético. (SHIVA, 2000, p. 307)

Os recursos naturais nos processos ecológicos e na economia de sustentação própria da sociedade moderna são frágeis, pois quando se apropriam das águas como base da produção de mercadorias e acumulação de capital, vê-se perderem as conexões necessárias para se garantir as possibilidades de um relacionamento "ético".

Carlos Walter Porto-Gonçalves escreve:

> A atual disputa pelo controle e gestão da água, parte da crise ambiental, revela também, a crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderno-colonial. [...] a água é fluxo, movimento, circulação. Portanto, *por* ela e *com* ela flui a vida e, assim, o ser vivo não se relaciona com a água: ele *é* água. (GONÇALVES, 2004, p. 150-151).

Ainton Krenak questiona:

> Como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que têm tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos hoje, num extremo, gente que precisa viver de um rio, e no outro, gente que consome riosncomo um recurso? A respeito dessa ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento uns dos outros? (KRENAK, 2019, p. 51)

Vivemos uma desordem ecológica global, visível se abordada através da água; e, se *somos água*, a desordem ecológica reside primordialmente em nós, ou seja, nos valores da sociedade atual, na sua cultura. "Existem relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos *lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem" (GONÇALVES, 2004, p. 68). A abordagem do Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves demonstra, portanto, que modos de vida vão se enfraquecendo ao ritmo das mudanças tecno científicas e aos avanços dos processos de globalização, evidenciados por uma gestão de recursos e meios de vida que mais desagregam valores que permitam ações de solidariedade e comunhão.

Querer entender sobre gestão e *cultura da água* nos levou ao conhecimento dos estudos voltados para as chamadas culturas hidráulicas[11], aquelas que se desenvolvem a

[11] Ver: Wittifogel , K.A.: Despotismo oriental. Ediciones Guadarrama; Madri; 1963; e Steward, J. Et alt. "Irrigation Civilizations: a comparative study". Pan-American Union. Washington, D.C. 1995.

partir de grandes obras hidráulicas relacionadas com processos de organização e poder estatal. O livro intitulado “Despotismo oriental: estudo comparativo do poder totalitário”, de Karl A. Wittfogel (1963), é um dos primeiros estudos sobre as sociedades hidráulicas no mundo, inclui comparações com cidades menos desenvolvidas, mas sempre desde os aspectos da organização burocrática, das estruturas sociais, do funcionamento dos sistemas hidráulicos e do poder político. São abordados casos de desenvolvimento hidráulico na China, Índia, Oriente Médio e México. Na América Latina inclui importantes obras hidráulicas do Peru, da Bolívia, do Equador e da Colômbia, mas com análises pouco aprofundadas e para alguns estudiosos com algumas observações equivocadas. No entanto é importante mostrar o ponto de vista do autor, a seguir um trecho de sua obra, onde Wittfogel traz uma periodização e um esboço do seu entendimento sobre cultura da água.

> El hombre primitivo ha conocido regiones deficitarias de agua desde tiempo inmemorial; pero mientras dependía de la caza, recolección y pesca tenía pocas necesidades de un control planificado del agua. Sólo después que aprendió a utilizar los procesos reproductivos de la vida de las plantas empezó realmente a apreciar las posibilidades agrícolas de las zonas secas, que contenían fuentes de agua distintas de la lluvia. Solamente entonces empezó a manipular las cualidades recientemente descubiertas de los antiguos lugares mediante un cultivo con riego a pequeña escala (hidroagricultura) y, a gran escala y dirigida por el gobierno (agricultura hidráulica). Sólo entonces surgió la oportunidad de que aparecieran patrones despóticos de gobierno y sociedad.

Em sua obra Wittfogel entende bem que a água é uma variável natural por excelência, mas como seu olhar está voltado para a compreensão do que chama de “sociedades hidráulicas”, ele se preocupa principalmente com a gestão das águas superficiais em detrimento do uso das águas pluviais e subterrâneas. Toda sua conceituação centra-se na construção de obras, na sua gestão e no potencial de geração de “poder despótico”. Por isso, certas generalizações devem ser evitadas nas análises da *cultura da água* de sociedades específicas.

É importante esclarecer que em nenhum momento do livro Wittfogel afirma que o desenvolvimento da administração das grandes áreas irrigadas e outras obras hidráulicas conduzem necessariamente a uma ordem social hidráulica, mas afirma que gera oportunidades para padrões despóticos de governo e sociedade. Ele exemplifica a diversidade de abordagens, mostrando que as obras hidráulicas da planície do Rio Pó, na Itália, que modificaram fortemente o meio ambiente sem desenvolver sistemas hidráulicos de governo e propriedade. E complementa:

> De este modo, demasiada agua o demasiado poca no lleva necesariamente al control gubernamental del agua; ni el control gubernamental del agua implica necesariamente métodos despóticos de estatismo. El hombre sólo se mueve, reaccionando específicamente frente al paisaje deficitario de agua, hacia un orden de vida específicamente hidráulico por encima del nivel de una economía de subsistencia extractora, más allá de la influencia de fuertes centros de agricultura de lluvia, y por debajo del nivel de una cultura industrial basada en la propiedad. (WITTIFOGEL, 1963, p. 42)

O mais importante a ser apreendido com Wittifogel é reconhecer que ele abre de uma maneira importante o debate em relação à água, à sociedade e ao poder. A *cultura da água* de uma sociedade tem estreita relação com a ética e a política e essa relação se dá nos processos socioespaciais, políticos e históricos que dão identidade a essas sociedades.

Na investigação social da gestão das águas o desafio é ter que abrir brecha frente a um aparato científico e político esmagadoramente positivista. A gestão e planejamento institucional da água adota modelos fechados e prepotentes que não admitem outros parâmetros que os das ciências mais duras e rechaça depreciativamente o conhecimento compreensivo, as metodologias qualitativas, a análise cultural ou qualquer outro paradigma. O desencontro também acontece no plano da produção de conhecimento.

Entende-se então que a cultura é forjada também pela circulação de conceitos e significados, que mediados por distintas redes de comunicação, são favorecidos pelas narrativas dominantes, mas que apesar disso, existem inúmeros mecanismos e espaços potentes que transformam a circulação de discursos hegemônicos em diversidade de recursos contra hegemônicos, para construir outros códigos, outros entendimentos e outras culturas.

Essa circularidade atual da cultura é assim construída como a matriz na qual as sociedades que forjam a cultura também as forjam. É preciso então que busquemos novas formas de gestão, que proporcionemos novas *culturas de água*. Aqui os conceitos de cultura e gestão, se retroalimentam.

Para entender a relação entre conceitos, apreendemos com Rodrigo Lemos que

> [...] um conceito é construído a partir dos significados atribuídos aos seus significantes, mas também aos seus usos e às representações associados às palavras. É possível aproximar conceitos a partir do entendimento de como seus significantes consolidaram-se historicamente, das suas origens e das formas como são recorrentemente utilizados. Assim, talvez, seja possível ir além do significado e entender as representações sociais que se aproximam das palavras. (LEMOS, 2018, p. 38)

Infere-se, portanto, que em um mundo de polissemias, aproximações e distanciamentos conceituais, são os usos e as representações que dão significados aos termos e produzem espacialidades, práticas espaciais.

No exercício de buscar distinguir, mas também de associar conceitos e práticas às palavras gestão e planejamento, Rodrigo Lemos (2018) infere, dentre outras questões, que o planejamento pode anteceder à gestão no sentido de ser um "eixo norteador para a tomada de decisões em nível de gestão". Mas também que "a gestão pode entender o planejamento como ferramenta ou instrumento para a efetividade de suas ações". E ainda reforça que "planejamento e gestão são ações intrínsecas à racionalidade e às ações humanas coletivas, principalmente àquelas orientadas pelos poderes instituídos" (LEMOS, 2018, p. 39).

Planejar e gerir são ações da modernidade, tendo origem na área da administração, não fazendo sentido dizer que a sociedade pré-moderna, por exemplo, planejava a gestão das suas águas. Não é isso, embora *o cultivar das águas* tenha sido sempre uma prática para quaisquer que sejam os tempos e as sociedades em questão.

Muitos são os tipos de relações que as diversas culturas estabelecem com as águas, mas "a gestão de seus recursos dentro de uma ideia de ordenamento, de controle sobre algo e que permita alcançar melhores resultados para uma prática a partir de políticas, instrumentos, instâncias e normas" (LEMOS, 2018, p. 40) são notadamente das sociedades ditas modernas. No entanto, para o geógrafo Rodrigo Lemos "a gestão se materializa na efetivação do trajeto, no cotidiano, nas políticas e no caminhar" (p. 40). Nessa direção, a gestão poderia ser um processo que incorporasse uma *cultura de relacionamento ético com a água*, que se deriva em um *relacionamento ético com a vida*.

L. Kroeber, citado por Ramón Vargas (2005, p. 49), desenvolveu considerações entre *gestão das águas* e *cultura da água* ao distinguir os termos *eidos* e *ethos*. O *eidos* de uma cultura seria sua aparência, seus fenômenos, tudo aquilo que se pode descrever explicitamente. Porém, a realidade escondida, mais profunda, que proporciona coerência e regularidade para a superfície do fenômeno é chamado *ethos*.

Ramón Vargas defende que a gestão das águas pertenceria ao domínio do *eidos* e da organização social, e a *cultura da água* ao domínio do *ethos* e da estrutura social. A gestão das águas remete principalmente ao que o Estado e suas instituições fazem com a água. E a *cultura da água* é o que as pessoas pensam e realizam sobre ela. E ele ainda afirma que tudo o que fazem as instituições e as pessoas é cultura. É preciso então perceber uma coerência pragmática, entendendo existir necessariamente

correspondências entre o que se sente, se pensa, se diz e o que se faz, seja nas instituições ou fora delas. Porém, percebe-se que é comum ver que em uma gestão estratégica, com interesses setoriais, não existe legislação capaz de envolver a prática, uma coisa é dita e outra é feita. Ou seja, a prática espacial dificilmente se torna projeto realizado e incorporada à gestão, portanto, se tornam espacialidades somente com os lugares onde os sujeitos a produzem.

Uma análise que pode ajudar a entender o que se abordou acima é perceber o quanto se reproduz em diversos lugares da mesma prática gerencial das águas. Portanto, pergunta-se: quanto existe de transformação e de inovação nas ações e nos discursos da sociedade? É dessa forma que discursos de dominação, de dependência ou de resistência e de libertação, permeiam a gestão das águas nas sociedades contemporâneas? Ramón Vargas faz a seguinte provocação:

> Entendemos que es interesante revisar los contenidos que circulan por el mundo de la gestión del agua, para ver el grado en que los mismos – como eidos – están descuidando o ignorando el domino del ethos, en una suerte de hemiplejía de la reflexión y la acción, que por derecho y necesidad corresponde al conjunto de la sociedade. (VARGAS, 2005, p. 52)

A questão que trazemos para debater é se a atual forma de gestão das águas dará respostas à suposta crise da água e à incorporação de práticas espaciais que tenham fim o vislumbre de rios vivos. Quando a gestão reconhece e abre espaços para valores é porque entendeu que as motivações humanas são basicamente culturais, inspiradas pelo emocional, afetivo e simbólico. Mas ainda há um longo caminho a percorrer para que a gestão assuma a validade e legitimidade da cultura como uma matriz de repertórios sociais que são tão ou mais fortes do que os derivados de planejamento, leis, ou condições puramente econômicas e técnicas. Todas as áreas: técnica, política, científica, jurídica, financeira, comercial, ecológica, de desenvolvimento humano, demandam implícita ou explicitamente uma troca cultural.

O desafio é o da legitimidade de fazer essa transformação, e entender se, como sociedade, estamos dispostos a conviver com diferentes conteúdos, diferentes normas, diretrizes e valores que podem coexistir harmonicamente.

Existe uma necessidade de diálogo de saberes e visões para reconhecer que não existe um único modelo, um único paradigma, é preciso construir com os outros. Há vida no deserto porque existe uma cultura muito refinada de água cultivada por esses povos. Tomar conhecimento de outros ambientes e culturas que vão fortalecendo a ideia de

aproximação e conexão com a água deviam ter um enfoque baseado na cultura e seu potencial de transformação. Ramón Vargas nos faz entender que:

> La mirada desde una filosofía propia que descubra nuestra propia ecología cultural, nos lleva a compartir que la "cultura no es una totalidad rígida, sino que comprende además una estrategia para vivir". Y si la ciencia y la tecnología dependen de la cultura, ella también es una estrategia para vivir y, entonces también es política. La cultura está en función de su sentimiento de totalidad y no en el inventario de los objetos y su construcción. (VARGAS, 2005, p. 35)

Uma cultura não é uma totalidade rígida, mas também compreende uma estratégia de viver, continuamente modificada e retroalimentada no tempo histórico. Existem muitas maneiras diferentes e legitimas de pensar. O desafio da cultura ocidental é ir além de sua própria cultura. O mais importante é pensarmos que sem mudança cultural não pode haver mudança na gestão das águas. Isso implica que a *cultura da água* não deve ser considerada como mais um componente de projetos, programas e planos, mas vir a ser entendida como gerador e condicionamento de todos os outros componentes de gerenciamento.

Seguimos então na busca por resistência e libertação como aprofundamento da democracia, da construção ecológica e solidária em uma gestão das águas que possa remeter a utopias igualitárias e éticas. Mas que sabemos, que transitam do discurso hegemônico ao não hegemônico. É preciso então lembrar que uma *cultura da água* deve estar ligada a um coletivo que compartilha valores e práticas em constante movimento. É preciso que se façam profundas reflexões sobre o diálogo entre diversos saberes na gestão ambiental em um regime democrático. A existência deste diálogo implicaria a participação das pessoas no processo de produção de suas condições de vida. Isto se acrescenta ao exercício da política, que se manifesta no diálogo com todos os atores e seus saberes, abrangendo a complementaridade de olhares diferenciados.

Essas reflexões me levam a pensar na vida cotidiana das pessoas comuns, em seus lugares de vida, em como a água se manifesta no imaginário das pessoas que vivem nas cidades urbanizadas, onde a materialização desses corpos hídricos geralmente é estrangulada pelas formas que atuamos nesse espaço.

Quando o imaginário das águas nos afeta? Seria quando associamos a chuva a uma noite romântica à luz de velas, ou quando fechamos os olhos na ducha, deixando a água correr pelo rosto; ou quando abrimos a torneira da cozinha para encher o copo, ou até mesmo quando lavamos as louças do jantar? Embora pareça existir certo distanciamento exposto nessas imagens, é recorrente escutar sobre as brincadeiras na

enxurrada em tardes de verão. Mas, também há o temor dos deslizamentos depois de longas chuvas. São inesquecíveis a imagem das enchentes que se misturam ao trâ nsito caótico com os carros navegando na geografia urbana, rios que se confundem com avenidas; isso nos remete às aglomerações insustentáveis na beira dos rios, eternas planícies de inundação; mas penso também nas ETAs[12] e nas ETEs[13] (o que faz lembrar dos emissários de esgoto jogados ao vento, na beira dos córregos e ribeirões entupidos de esgoto). As ETAs me remetem à grandes barragens e às redes de abastecimento de água potável; essas grandes estruturas me fazem lembrar também das barragens de rejeito de minério que se rompem causando grandes crimes ambientais, devastando povos em bacias hidrográficas inteiras... o cotidiano das águas me faz pensar na sede, na falta de acesso à água; nas nascentes aterradas; no esgoto no rio; na morte do rio; na mortandade dos peixes; na escassez de saneamento básico em pleno século XXI em grandes metrópoles... e questiono se essas memórias que tenho das águas e dos corpos hídricos, e que me provocam tantos desconfortos, se isso são causadas por um problema de gestão das águas ou se é algo cultural. Ailton Krenak em entrevista para a Revista do Velhas menciona,

> [...] para você explicar cientificamente para um sitiante que ele não pode ocupar a cabeceira de um rio, de um córrego, de uma nascente, você tem que levar os fiscais lá, multar o cara, você usa um conjunto de argumentos – que chegam a ser até intimidação – para ele entender. Mas se o cara tivesse cultura, se ele tivesse ideia de quem eram os antepassados dele, se ele guardasse uma memória cultural daquele lugar, você não ia ter que intimidar ele, porque ele ia falar: "eu não posso mexer na cabeceira daquele rio porque aquele rio é sagrado". Não precisa ser uma religião católica, umbandista, espírita; basta você ter cultura. A cultura torna determinados estágios e ambientes da nossa vida sagrados. Não porque você imprime um sentido religioso, mas porque você imprime um sentido de memória. (KRENAK, 2019, p. 35)

Todos esses pensamentos me levam a querer entender que *cultura da água* permeia nossa sociedade e em que medida ela está diretamente ligada à construção dos ambientes urbanos que vivemos? Que cidades foram formadas para que a ciência moderna se firmasse, dando vida a seu projeto hegemônico, impondo-se à natureza? Quais são os discursos produzidos sobre a água como manifestação da cultura ocidental moderna? Em que medida a gestão das águas abriga uma *cultura da água* capaz de fazer com que se promova valores que sustentem relações mais justas das sociedades entre si e com o ambiente?

[12] Estação de Tratamento de Água.
[13] Estação de Tratamento de Esgoto.

São reflexões em torno dessas questões que buscarei retomar um dos temas debatidos na dissertação de mestrado[14] de minha autoria, ao discutir o modelo tecnosanitário, um modelo importado de gestão das águas, que moldou a formação de diversas cidades brasileiras.

2.2 Cultura Hidráulica e Tecnosanitária

Na sociedade ocidental moderna, o pensamento racional deu vida à cidade da razão. A mentalidade de dominar o espaço e de domar a natureza – visão resultante dos modelos cartesiano e positivista da ciência moderna – inspirou a construção de espaços formais, higienizados, excludentes e fragmentados. Em nome do progresso criaram-se relações de domínio, de segregação social, e, principalmente, de exploração extensiva da natureza, entendida como recurso, em uma abordagem completamente diferente da proposta trazida por Vandana Shiva anteriormente abordada neste texto.

O desenvolvimento industrial propiciou o adensamento urbano, criando a necessidade de dispositivos técnicos coletivos para abastecimento regular de grandes quantidades de água limpa e para evacuação das águas servidas. Este "beneficiamento" surgiu inicialmente para satisfazer as necessidades de fornecimento regular de água para as indústrias. Só a partir de então "ele se desenvolve progressivamente para atender as necessidades da população urbana através de uma série de bicas e chafarizes públicos colocados nas áreas centrais e nos bairros populares" (COUTINHO VARGAS, 1999, p. 120).

Uma das principais características das cidades modernas foi se construindo: soluções técnicas adequadas ao abastecimento de água em qualquer lugar, independentemente das características topográficas ou da disponibilidade local de mananciais; e a criação de capilaridades de linhas d'água para cada lugar de abastecimento, invadindo espaços e habitações urbanas.

[14] Na dissertação de mestrado intitulada "Gestão de águas urbanas: mobilização social em torno de rios invisíveis" (2013) iniciei tais reflexões com parte de grupos que compõem o que chamo de *mobilização social por rios vivos* empreendida na bacia do Rio das Velhas. Estes grupos discutem perspectivas de reinvenção de práticas sociais no planejamento das cidades e apontam algumas aberturas e representações sociais que o modelo de intervenção nos rios urbanos carece de considerar. Entendi que a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97) aparece como possibilidade de transformação na gestão do espaço urbano, definindo princípios e instrumentos de planejamento e de gestão, dando à bacia hidrográfica o *status* de território de gestão, entendendo que ela deve ser descentralizada e participativa. Questionei como se dá a participação popular, elucidando o que se entende por termos tão caros à *práxis* e à ciência — como *alianças de aprendizagem* e *governança* —, e termos que apresentam aberturas de diálogo — como *transdisciplinaridade* e *ecologia de saberes*.

Esta forma de apropriação e intervenção no espaço é chamada por Marcelo Coutinho Vargas (1999) de exploração extensiva dos recursos hídricos. Ela é constituída por sistema de captação, adução, reservatórios e canalizações de distribuição bastante ramificadas e baseia-se em práticas notavelmente técnicas e em paradigmas econômicos e culturais advindos do pensamento ocidental.

O modelo extensivo traduzido Marcelo Vargas Coutinho pode-se resumir nos seguintes critérios:

> 1) garantir o acesso permanente à grande quantidade de água limpa à preços baixos para a maior parte dos estabelecimentos urbanos, independentemente da disponibilidade local dos recursos hídricos, através da tecnificação e da capilarização crescentes do dispositivo de distribuição;
> 2) ligação da maioria dos domicílios e estabelecimentos urbanos à rede de esgotos para permitir a evacuação imediata das águas servidas através de canalizações subterrâneas, que são instaladas normalmente nas vias públicas e deságuam (com ou sem tratamento prévio) nos córregos urbanos;
> 3) ideal quantitativo de consumo abundante estimulado politicamente pelas lideranças sociais e os poderes públicos, mediante a multiplicação de instalações e equipamentos domésticos, bem como de dispositivos financeiros, legais e educativos, tendo em vista tanto objetivos de saúde pública quanto "necessidades hidráulicas" das redes;
> 4) "desresponsabilização" e desconhecimento das práticas de consumo de água dos usuários, cuja mensuração global não permite identificar desperdícios ou ineficiência dos equipamentos;
> 5) crença na capacidade ilimitada da técnica para resolver os problemas de degradação dos mananciais através de tratamentos cada vez mais sofisticados que permitiriam o fornecimento de uma água de qualidade única e satisfatória ("potável") para todos os usos e necessidades;
> 6) competição aberta entre os usos particulares e setorizados da água, negligenciando compromissos e cooperação para assegurar a utilização racional e compartilhada dos mananciais;
> 7) negligência para com a proteção e a conservação dos recursos hídricos superficiais, manifesta na preocupação tardia com o tratamento das águas servidas e dos efluentes industriais e também na precariedade de programas de economia ou "reciclagem" da água. (COUTINHO VARGAS, 1999, p. 118)

A relação que se estabeleceu entre a construção das cidades e a natureza — em uma visão fragmentária, fruto do parcelamento da realidade, usada nas instâncias da produção do espaço e do conhecimento – é, e sempre será, uma relação em que os exercícios de poder se manifestarão primordialmente. Isto é, "a organização geral, [...], espaço-temporal, da prática social tem a aparência de uma racionalidade completa porque é feita de ordens e coações" (LEFEBVRE, 2002, p. 42). Este poder se materializou na formatação de um espaço fragmentado, distorcido, impermeabilizado e linear. Esta razão se impôs na construção das cidades, na canalização de seus rios, na eliminação do que não pudesse ser referendado pelo conhecimento científico.

Consequências posteriores nos indicam que o desenvolvimento do abastecimento domiciliar de água limpa provocou aumento significativo do consumo doméstico, sem que fosse encontrado um mecanismo para evacuação das águas utilizadas. Tais condições geraram consequências insalubres à população. A falta de um sistema de coleta e evacuação do lixo provocou epidemias de cólera nas grandes cidades europeias e norte-americanas. A multidão era identificada como a principal causa dos problemas das cidades e, a partir disso, desenvolveu-se um grande movimento no sentido da assepsia urbana.

Como uma vasta reação a este conjunto insalubre, surgiu o movimento higienista ou sanitarista[15] que, na Inglaterra, se desenvolveu ao longo da década de 1840-1850. Marcelo Coutinho Vargas (1999, p. 121) elucida que

> [...] os "anticontagistas" — "desconhecendo os mecanismos microbiológicos de propagação das doenças descobertos por Pasteur e Koch em 1857 e 1870" — recusavam a hipótese em que os doentes eram os principais vetores das doenças. Eles consideraram que o principal meio de transmissão de doenças era a "acumulação de lixo e o vazamento das fossas, cujos efluentes se misturavam com as águas servidas das atividades domésticas e as águas pluviais, culminavam na estagnação de águas fétidas nas ruas e espaços públicos urbanos, produzindo vapores que contaminavam o ar". (COUTINHO VARGAS, 1999, p. 121)

Coutinho Vargas (1999, p. 121) enfatiza que, historicamente, os preceitos higienistas tornaram-se um poderoso "[...] movimento de elites reunindo médicos, arquitetos, engenheiros e políticos, cujos principais objetivos eram modificar as concepções populares da higiene pessoal", buscando promover a construção de redes públicas de infraestrutura para limpar e sanear as cidades.

Com o intuito de levar o lixo para longe dos centros urbanos e o mau cheiro das grandes cidades, esta visão se impôs hegemonicamente até os dias atuais, canalizando córregos, reutilizando seus leitos, continuamente negligenciando a totalidade das bacias hidrográficas preexistentes no espaço.

A cidade, organizada e saudável, era o ideal de uma sociedade disciplinada. As cidades guardam consigo a memória viva da história – um passado que se reflete na atualidade –, trazendo implicações para a população e o meio, devido à determinação de uma racionalidade imposta em outro tempo. No entanto, tal racionalidade se estende por mais de duzentos anos em diferentes localidades, através do incremento das redes de

[15] A abordagem sanitarista/higienista originou-se a partir de estudos estatísticos feitos por Sir Edwin Chadwick, advogado em Londres e secretário da Poor Law Commission, sobre a situação de saúde e condições de vida da classe operária britânica entre 1832 e 1842. O que deu origem a formação de uma Comissão Nacional sobre a saúde das cidades, tornando-se base de apoio ao movimento higienista (COUTINHO VARGAS, 1999, p. 121)

infraestrutura sanitária. Contudo, não se considerou (e ainda pouco se considera) as consequências do consumo de água limpa, tendo em vista a necessidade de sua evacuação depois de servida.

A precariedade do tratamento dos esgotos urbanos pode ser explicada pelo alto custo dos investimentos, pela necessidade de articulação entre municípios e, principalmente, pela falta de prioridade atribuída historicamente ao aspecto ambiental no campo do saneamento. A preocupação com a despoluição dos corpos d'água, com a necessidade do tratamento dos efluentes domésticos e industriais, só passou a ser pensada na maior parte dos países desenvolvidos a partir de meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, sob a influência do movimento ambientalista internacional.

Portanto, é importante compreender que as relações que se estabeleceram entre a construção das cidades e o saneamento ambiental, a urbanização e os corpos d'água neste espaço, produziram, acima de tudo, profundas alterações no ciclo hidrológico, intensificadas pelo uso da técnica e através de grandes obras. Isto se deve, principalmente, à alteração da superfície e à canalização do escoamento, ao aumento de poluição com contaminação do ar e das superfícies urbanas, e à grande quantidade de material sólido disposto pela população.

A defasagem entre os serviços prestados de água, esgotos e poluição se resumem a uma lógica de oferta tecnosanitária, enfatizando a oferta abundante de água em domicílio a baixo preço, colocando a questão da qualidade da água em segundo plano. Estes problemas são ainda maiores nos países pobres, onde a população, já no século XXI, ainda sofre com a falta de saneamento básico, com o precário atendimento por redes de esgotos e com a deficiência no tratamento dos efluentes urbanos. Tal como lembrado por Jacques Le Goff (1988, p. 25): "A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga".

Os impactos causados pela infraestrutura referenciada pelo modelo sanitarista – para a exploração extensiva dos recursos hídricos – foram intensificados à medida que o espaço urbano se tornou muito adensado. O planejamento continuou insistindo em uma lógica de intervenção que já não mais atendia à complexidade destes espaços. Com a construção de canais de concreto, que nos dias atuais transforma rios em "avenidas sanitárias" a inundação é transferida para o baixo curso do rio, afetando outra parte da população. Intera-se a qualidade e a quantidade da água.

Carlos Tucci e Oscar Cordeiro (2004) inferem que as empresas de engenharia lucram de forma significativa, pois estas obras podem chegar a uma ordem de magnitude

dez vezes superior ao controle local. Eles explicam que, na macrodrenagem, a tendência se dá através da canalização dos trechos críticos, cuidando apenas de parte do sintoma e sem considerar as consequências no restante da bacia. Canalizar os pontos críticos só transfere espacialmente a inundação no interior da mesma bacia. Nestes termos, são necessários mais investimentos para ampliar as canalizações; ou, quando não há mais espaço para ampliar os canais, "[...] as soluções convergem para o aprofundamento do canal que envolve custos altos. Este processo é prejudicial aos interesses públicos e representa um prejuízo extremamente alto para toda a sociedade ao longo do tempo" (TUCCI; CORDEIRO, 2004, p. 65).

A ciência moderna permitiu consideráveis avanços da técnica e, melhor que isso, fomentou a evolução técnica que permeia o mundo contemporâneo. Entretanto, demandas de um espaço social racionalizado e mercantilizado interferem diretamente em intervenções feitas sob a ótica de um planejamento "de cima para baixo" e mutilador do espaço social urbano.

Perceber a cidade e refletir sobre avanços e conquistas efetuadas pelas práticas científicas nos últimos dois séculos – a partir das intervenções urbanas realizadas – nos faz deparar com uma imensidão de vazios e brechas, materializadas nas disparidades expressadas em um espaço urbano díspar, feito de teoria do planejamento e de práticas políticas excludentes.

Ao se procurar na efetivação das promessas feitas pela ciência moderna em nome de transformação, de justiça e de liberdade, o que se encontra são zonas abissais de desigualdades e de condições sociais. A abordagem encaminhada pela engenharia sanitária nos mostra a visão setorizada do planejamento urbano; um planejamento realizado sem agregar os aspectos referentes aos diferentes componentes que se relacionam à água, à saúde da população e aos impactos no ambiente. A ciência moderna, fragmentária e disciplinar, limitou o saneamento ao abastecimento de água e esgotamento sanitário. Porém, conforme Carlos Tucci e Oscar Cordeiro (2004) o problema é mais complexo e amplo, em que não se podem desprezar os componentes de inundações e drenagem urbana, resíduos sólidos e saúde. De acordo com os autores,

> Até a década de 70 do século vinte, os aspectos técnico-científicos de recursos hídricos eram respondidos, isoladamente, por engenheiros civis, quando se tratava de construir uma barragem, um canal, a drenagem de uma bacia; por engenheiros sanitários e civis quando se tratava de um sistema de água e esgoto; por químicos e biólogos, no caso do desenvolvimento de processos de tratamento de água e esgoto; por agrônomos, quando se tratava de irrigação ou programas de conservação do solo; por geólogos quando se tratava de obter

> água subterrânea; por meteorologistas para prever as condições de tempo e clima, etc. Definiam-se, assim, sistemas de intervenção limitados pelo espaço e pelas áreas do conhecimento e por objetivos específicos. (TUCCI; CORDEIRO, 2004, p. 23)

Esta forma de planejar, intervir e construir o espaço urbano demonstra o erro básico das ciências ao se dividir em partes supostamente independentes. Essas abordagens estilhaçadas se refletem na cisão entre a política social, a economia e a natureza. Elas fornecem a imagem de que a técnica a serviço do mercado por si só possui a capacidade crescente de fazer frente aos problemas diversos. Isso reforça a visão parcelar da realidade de intervenção nos rios urbanos, nos fazendo crer que o ideal qualitativo dos engenheiros sanitaristas restringiu-se à distribuição de água "limpa" e "clara" às indústrias e à população dos centros urbanos.

O referido processo de intervenção foi aperfeiçoado com técnicas científicas no campo da bacteriologia e da epidemiologia; e, posteriormente, incluiu-se a estação de tratamento visando à "potabilização" da água bruta. Veja-se, com Coutinho Vargas, a aposta na evolução permanente das técnicas:

> O ideal sanitário de tratamento das águas adota uma abordagem nitidamente mais curativa que preventiva, cujos limites iriam tornar-se cada vez mais evidentes a partir do início dos anos 70, com a maior visibilidade social adquirida pelo movimento ecológico e a progressiva incorporação da problemática ambiental na agenda dos países industrializados. (COUTINHO VARGAS, 1999, p. 125)

Tais características reforçam a visão dominante do meio técnico, que expressa uma ciência que nos faz acreditar que a técnica é determinante dos nossos sistemas de valores e das nossas relações sociais. No entanto, é justamente o inverso: "nossos valores e relações sociais [é que] determinam a natureza de nossa tecnologia" (CAPRA, 2000, p. 210). O que impele à necessidade de mudanças de valores e de mentalidade nas práticas de planejamento e intervenção nos espaços urbanos.

No contexto das cidades atuais, a partir do reconhecimento de todos os problemas gerados por essa cultura da água, hidráulica e tecnosanitária, torna-se evidente que o modelo sofre limitações, fazendo-se necessária a adoção de novas estratégias de planejamento e gestão, capazes de apontar soluções para os problemas gerados pela exploração extensiva dos recursos hídricos.

A seguir vou trazer a experiência da gestão das águas em uma das maiores capitais brasileiras, Belo Horizonte/MG, localizada no alto curso da bacia do Rio das Velhas, que tem uma política de invisibilizar a grande quantidade de cursos d'água existentes na

região. Também apresento o devir-rio, que se apresenta como *aberturas* a partir da mobilização social como resistências e práticas possiveis de uma nova construção de rios vivos.

2.3 O modelo belo-horizontino: rios invisíveis

A decisão dos governantes mineiros no final do século XIX foi de construir uma nova capital para o Estado, como símbolo de um novo arranjo político e de novas forças econômicas. Rigorosos estudos foram realizados para a implantação da metrópole, nos quais técnicos e engenheiros levantaram e analisaram, criteriosamente questões relativas à topografia de terrenos, condições de salubridade, viabilidade de comunicações, riquezas agrícolas, clima e hidrografia que foram fundamentais para a escolha do "vale verdejante e mais regular" de Curral Del-Rei como o lócus da Nova Capital: um pequeno povoado pertencente à Sabará, localidade situada às margens do largo e abundante rio das Velhas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997).

Os referidos estudos avançavam em temas inovadores como eletricidade, abastecimento de água, sistemas de esgotos e de transportes urbanos. Os estudos serviram para que Belo Horizonte fosse construída sob a égide de uma concepção científica moderna, em que o plano urbanístico não poderia trazer arruamentos irregulares e nem antigas condições de saneamento das cidades coloniais, devendo incorporar preceitos sanitários e higiênicos referendados por códigos disciplinadores:

> [...] a requalificação estética de cidades que, [...] experimentam um acentuado crescimento demográfico e uma clara deterioração das estruturas espaciais preexistentes. Nesse sentido, as intervenções urbanas são marcadas por dois aspectos interligados: uma concepção higienista [...] e uma concepção ordenadora e estética. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997a, p. 33)

O tipo de intervenção no espaço que originou a nova capital mineira baseou-se no pensamento cientificista – de concepção positivista –, que, ideologicamente, propõe uma metódica aplicação da ciência à vida e, ainda, procura reduzir os problemas da cidade ao âmbito de aplicação de técnicas supostamente neutras. Neste domínio sobre os espaços ditos naturais da paisagem a ideia higienista buscava legitimar cientificamente a pretensão do urbanismo de exercer o controle sobre o espaço e sobre o universo humano.

A trajetória de mais de cem anos dos serviços de água e esgoto na capital mineira (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997) mostra que o saneamento básico foi totalmente negligenciado ao abandonarem a concepção inicial de se fazer o tratamento dos esgotos,

optando-se pelo lançamento das águas não tratadas no ribeirão Arrudas, importante curso d'água localizado no centro da Capital. A falta de tratamento das águas e o lançamento do esgoto *in natura* desencadearam o longo processo de poluição, dando ao ribeirão Arrudas o estigma de marginalidade e o pensamento de que os rios em leito natural são um estorvo para a sociedade Belorizontina. Nesse contexto, o ribeirão Arrudas foi considerado como "fundos" da área urbana – sem o *status* de marco natural –, tendo em vista o plano urbanístico que previa o espaço formal da cidade, que não considerava o a existência dos rios nesse contexto.

Os principais problemas vividos pela população, devido à esse modelo de intervenção, estão relacionados ao lançamento indiscriminado, nos rios, de esgotos domésticos e industriais sem tratamento, de resíduos de agrotóxicos, do lixo de um modo geral, além da consideração dos desmatamentos e do uso e ocupação inadequada do solo com grande repercussão na sua impermeabilização. Todos esses problemas, por sua vez, ainda contribuem para a ocorrência de enchentes que acarretam inundações, assoreamento e doenças de veiculação hídrica. "Em todos esses itens, temos um grande passivo ambiental acumulado em séculos, que deixaram o rio das Velhas em estado de quase morte, sem oxigênio em alguns trechos e com histórico de grandes mortandades de peixes" (SEPULVEDA; PROCÓPIO, 2010, p. 15).

Neste contexto, imagina-se o caminho dos rios urbanos, por vezes encaixotados e com poucas possibilidades de expressar o potencial pedagógico e político que agregam, como a sua capacidade de alinhar conhecimentos vivenciais e práticas científicas de atores sociais diversos, voltadas para um mesmo espaço de intervenção. Percebe-se a força de um modo de vida marcado por um sistema construído sob a égide de uma visão cartesiana e mecanicista de mundo, em que "o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza" vista como "obrigada a servir" e ser "escravizada" (BACON *apud* CAPRA, 2000, p. 51).

Tem-se, assim, a partir de tais referências, a construção das sociedades urbanas fundamentada em um sistema de valores fragmentados, concebendo cidades que, para se fazerem modernas, tornam invisíveis córregos, ribeirões e rios progressivamente transformados em avenidas e confundidos com canais condutores do esgotamento urbano.

Mal conseguimos nos dar conta da quantidade de córregos e ribeirões que existiam (e ainda existem) percorrendo os terrenos de Belo Horizonte. A maioria desses rios – ora poluídos, ora canalizados, ora aterrados e, portanto, extintos – tornaram-se invisíveis aos olhos da população ao longo da construção e da formação da Nova Capital Mineira.

Durante muito tempo, registrou-se a falta de serviço de água em Belo Horizonte. Inicialmente isto acontecia devido à consecutivas paralizações das obras nos reservatórios, mas, posteriormente, esta questão se agravou devido aos problemas na distribuição. Para se ter uma ideia dos problemas enfrentados, ainda em 1904, moradores do Barro Preto organizaram um abaixo assinado pedindo a construção de chafarizes, para evitar o consumo de água dos córregos que já estavam contaminados. Isto se deu muito pelo fato de que, até 1905, a rede de esgoto restringia-se às áreas mais densamente povoadas da zona urbana (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 83) que não contava com nenhum tipo de esgotamento sanitário, com esgoto sendo lançado diretamente nas águas do ribeirão Arrudas sem tratamento algum. A cidade vem sendo adensada, o espaço urbano planejado vem se formando com bastante intensidade e, a partir de 1930, Belo Horizonte já não é mais considerada um projeto urbanístico desprovido de cidade. No entanto, dados da época mostram que menos da metade das moradias tinham acesso ao serviço de abastecimento de água e menos de um terço da população possuíam rede de esgotos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997). Ao longo do tempo, em um emaranhado de processos políticos – como, por exemplo: a diversidade de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que se sobrepuseram; alguns financiamentos aprovados e outros não aprovados por bancos internacionais; parcerias firmadas entre o poder público de Belo Horizonte e empresas de saneamento; dentre outras medidas que visavam o saneamento –, o espaço urbano de Belo Horizonte foi se formando e se transformando. A abertura de vias se tornou uma das principais metas de intervenção na cidade formal e também para além do seu espaço planejado, tornando comuns e desejadas as práticas de encapsulamento dos rios para dar lugar às ruas e avenidas. O número de veículos aumentara consideravelmente e as ruas e avenidas, antes arborizadas e calçadas, foram sendo asfaltadas e alargadas com o corte das árvores para proporcionar a melhoria do fluxo viário, um dos principais objetivos das gestões municipais desde então. Outra alteração expressiva na paisagem urbana foi a "substituição das antigas canalizações abertas e sua arquitetura característica por canais fechados com maior capacidade de escoamento" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997, p. 146).

A cada nova canalização de um córrego, tornavam-se necessárias mais intervenções em outro trecho, numa infinidade sucessiva. Isso provocou a determinante de invisibilidade dos cursos d'água de Belo Horizonte, impossibilitando aos habitantes visualizarem o caminho dos córregos antes existentes na cidade, prática que se repercute atualmente. Essa forma de intervir no espaço para a construção de uma cidade planejada

sob ditames técnicos e higienistas se perpetuou e se agravou ao longo de mais de cem anos da Capital Mineira.

> Nem sempre os melhoramentos no sistema de drenagem acompanharam o crescimento acelerado das grandes cidades, a exemplo de Belo Horizonte, onde a expansão da área urbana realizou-se sem um plano eficaz de controle das cheias, resultando em aumento das ocorrências das inundações, muitas das quais provocaram perdas materiais e de vida humanas. (CHAMPS, 2008, p. 88)

Simultaneamente à construção da capital foram surgindo as favelas, fruto de ocupações ilegais e das remoções promovidas na zona urbana, acentuando-se a segregação de populações destituídas dos direitos básicos de cidadania. De maneira especial, através da necessidade de infraestrutura de saneamento, constata-se uma crescente discrepância entre o crescimento da população e a capacidade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A partir da década de 1950, o processo de metropolização se adiantava, a mudança espacial era visível e a verticalização iniciada na área central começava a se espalhar. Os problemas urbanos decorrentes desse processo surgiam ao mesmo tempo em que se acentuava a falta de investimentos em equipamentos urbanos destinados a dar suporte a esse crescimento.

Ainda que a canalização dos córregos para a drenagem urbana, para o saneamento e para a conformação do espaço viário represente altos custos para a administração pública, na tentativa de reduzir a frequência das inundações, por outro lado, impõe um elevado custo ambiental em razão da exclusão desses corpos d'água do cenário urbano. No entanto, esta foi, e ainda é, a prática mais utilizada. Na maioria dos casos, a própria população das áreas insalubres reivindica a exclusão dos cursos d'água com a construção dos canais em concreto, para evitar o convívio com o mau cheiro e outras formas de degradação. Portanto, a população demanda a canalização para evitar as inundações, para esconder o córrego que se encontra poluído, solicitando a construção de avenidas sanitárias na ilusão de que, com isso, estariam alcançando algum tipo de desenvolvimento local. Isso parte de uma cultura técnica convencional que induz a solução através da canalização, pois enquanto a própria população moradora dos fundos de vale é vítima das inundações, ela se reafirma como solução para superação dos extravasamentos e transbordamentos, o que faz predominar uma forte pressão a favor da mesma.

Isso gera um processo de desvalorização dos cursos d'água nas cidades que, via de regra, apresentam condições insalubres. Surgem focos de inúmeros problemas relacionados à saúde pública e, consequentemente, a população vê os cursos d'água como fonte de problemas – forma estanque de enxergar o problema da poluição das águas. Neste

caso, geralmente, a canalização traz a ilusão do desenvolvimento, que vem acompanhado de forte permeabilização do solo, intensificação do trânsito local, aumento da poluição, aumento do perigo de tráfego, especialmente para crianças e jovens da comunidade; além disso, a transferência das inundações para trechos de jusante provoca um efeito conhecido por "canhão hidráulico", ou seja, "um volume de água superior à condição natural anterior para o mesmo espaço de tempo" (CHAMPS, 2008, p. 90).

Isto revela uma contradição na medida em que, na atualidade, presenciam-se avanços nas concepções de novos modelos de cidade voltadas para a preservação e a organização do espaço urbano. Vê-se a disputa de interesses diversos e contraditórios, pois, se, por um lado, as ineficiências do poder público na implementação histórica de obras de infraestrutura, deixou cursos d'água ainda em condições "naturais", existindo a possibilidade de "tratá-los" através de concepções ambientais, por outro, a população reivindica a canalização, sempre tão praticada, por não acreditar no eficiente saneamento do lugar.

Torna-se necessário, portanto, a mudança de postura do poder público, mas também da própria sociedade em aceitar os córregos não canalizados, desde que despoluídos. Aquele lugar que poderia receber intervenções com enfoque socioambiental, com a despoluição do córrego, a proteção das nascentes, o plantio de mata ciliar adequada ao terreno, a construção de lugares de convivência, a implantação de vias de tráfego menor, dentre tantas alternativas menos impactantes e mais condizentes com as margens dos córregos e rios da cidade. Mas preferimos o modelo rodoviarista, tornando-se lugares desabitados, com seus cursos d'água escondidos, transformados em lugares de passagem, de tráfego de veículos, desabitado pelos próprios moradores do lugar, pois as pessoas não se sentem responsáveis, pertencentes ao seu lugar de existência. As pessoas não mais se sentem envolvidas, apenas atravessam, se trancam dentro de suas casas, e a ilusão do desenvolvimento torna-se aquilo que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) chama de des-envolvimento. Para o geógrafo,

> [...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; [...] ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista. O urbano é o *oikos*, por excelência, de uma sociedade mercantil. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39)

É no sentido do que provoca a busca pelo progresso, que resulta nesse desenvolvimento e no sentido de ampliar as escalas da complexidade que envolve compreender a nossa cultura da água, pergunto se a crise na qual vivemos é resultante de

uma cultura ou é a gestão? É esse o caminho da proposta dessa pesquisa. Acredito que o debate a partir das águas urbanas, das questões que se relacionam em um todo, que abarcam saneamento básico, drenagem urbana, políticas públicas em seus vários níveis, bem como os campos de conhecimento que interagem com esta questão, a diversidade de caminhos percorridos e de soluções empregadas, que vão desde ações especificas, ajustadas a distintas realidades socioespaciais, até intervenções de esfera regional e nacional, faz crescer também o debate sobre o modelo de desenvolvimento no qual estamos inseridos.

A gestão das águas urge novas formas de ser, estar e produzir o espaço/tempo que vivemos nesse momento da história, por uma nova *cultura da água*. Redes de infraestrutura e saneamento são apenas uma parte, ainda que fundamental, de um sistema no qual interagem, entre outros fatores, as condições de trabalho e de renda, de participação social, de acesso aos serviços de saúde e educação, de alimentação adequada, de qualidade de transporte e vida digna. Questões que demandam mudanças culturais cuja formulação só é possível a partir de outros sistemas de valores no qual a sociedade se assenta.

2.4 Devir-rio: pelo espaço

Como vimos ao longo do Capítulo 1, sobre os sistemas de cultura valores nos quais se assentam a produção dos nossos saberes, da nossa *cultura da água*, da construção das nossas cidades, podemos resumir com Felix Gattari e Suely Rolnik (1986, p. 20) que "a cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem um mercado geral de poder".

Isso se expressa na administração das grandes obras como aspecto de progresso. Regido pela compreensão da água enquanto recurso hídrico assente em redes de água, canalização, mercado de água, crise de água... Em que os conceitos que giram em torno da água são os de recurso natural, de fator de produção, de insumo para produção e de bem econômico. Conceitos que são sustentados por valores como progresso, controle, conforto, individualismo, salubridade, extrativismo, transformação, propriedade privada, mercado.

Nesse modelo, só nos lembramos da existência dos rios quando transbordam e assim pensamos na violação que fazemos em seu ciclo e na dinâmica dos rios com os

modelos de cidades que estamos construindo. Essa é a nossa cultura da água, hidráulica e tecnosanitária, que vem construindo a relação trágica de uma gestão dos recursos hídricos em que as águas são apenas insumo e mercadoria.

Pensar em um sistema de valores e crenças que possa criar *resistências* e provocar *aberturas* frente à essas questões, resultantes da abordagem positivista das ciências modernas, em que a busca de reconhecimento na necessidade de se construir uma outra cultura da água é o grande desafio. Reconhecer a água como elemento vital, espaço e objeto sagrado, origem da vida, fonte de saúde, provedora de alimentos, e que seja circundada por valores como segurança hídrica, solidariedade, adaptação, autorregulação, reciprocidade, respeito, cuidado, sustentabilidade, vitalidade, comunidade e até mesmo sacralidade, nos remonta à necessidade de uma outra perspectiva sobre o espaço, a política e a ciência.

Na tentativa então de encontrar aberturas para *uma outra cultura da água possível*, encontro na filosofia da *diferença*, um modo de pensar que se apresenta como possibilidades de abordar de modo distinto o pensamento que está por detrás da ciência moderna que, em sua concepção de padronização da vida, com a ideia de homogeneizar a *semelhança*, sob a perspectiva de uma "repetição do mesmo", traz à tona um jeito de pensar a partir das *diferenças*.

Nessa perspectiva, um caminho que se abre é retirar o foco da concepção de generalizar as coisas semelhantes, que aprisiona a diferença inerente a cada ser, e se abrir para o inusitado, o não óbvio, o inesperado, o *devir* como possibilidade de outras subjetivações e produções espaciais.

Friedrich Nietzsche foi o precursor do conceito de *diferença* que circulou na França, e que mais tarde, nomes como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard seriam associados ao que ficou conhecido como *filosofia da diferença* (GALLO, 2008), ou pós-estruturalismo como foi difundida nos Estados Unidos.

Gilles Deleuze, inspirado por Bergson, se contrapôs ao pensamento moderno de semelhança, mostrando que a repetição é inexistente, pois a repetição é sempre diferida, que guarda em si a *diferença.* A repetição é um processo que se dá na singularidade, sendo esta impessoal. Cada processo de repetição será único para cada corpo e a própria repetição torna-se a promotora de uma *diferença*. Gilles Deleuze então escreve em Diferença e Repetição: Pensar uma diferença que não se subordine à identidade e uma repetição que não seja mecânica" (DELEUZE, [1968] 2006, p. 48). Entendemos assim

que mais afirmar identidades fixas e pré-estabelecidas, unificando e totalizando o que for em “iguais”, podemos perceber, compreender e exaltar a diferença, pois tudo se difere, em maior ou menor grau.

Dentre as várias pesquisas que surgiram a partir desses filósofos, Gilles Deleuze e Felix Guattari propuseram um modo próprio de estabelecer uma *Filosofia da Diferença* compreendida também como a teoria da multiplicidade. É através dela que se abre caminhos para outras possibilidades de produção de subjetividades no espaço e no tempo.

Para tentar esclarecer um pouco mais a teoria das multiplicidades, vamos à Bergson (2005 [1907]) que nos mostra que estamos nos diferenciando o tempo todo, ainda que não possamos nos dar conta disto a todo momento. Há diferenças de grau, diferenciações das quais não nos damos conta, e diferenças de natureza, aquelas que se tornam perceptíveis para nós. E é somente quando uma diferença se torna perceptível, quando é uma diferença de natureza, que julgamos estar passando por um momento de evolução ou de desenvolvimento.

No contexto da filosofia da diferença, as multiplicidades são entendidas como sendo as próprias realidades, não supõem nenhuma unidade, não entram em totalidade e tampouco remetem a um sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 1996). É nas multiplicidades que aparecem os processos de subjetivações, de totalizações e de unificações que produzem o tempo todo.

Além da lógica nietzschiana da diferença, a filosofia lançada por esses pensadores, se apoiam em um conjunto nuclear de conceitos originados nesse contexto. Apresenta-se não como um todo, mas uma ideia desta proposta de Deleuze e Guattari, nos ensinam os princípios característicos das multiplicidades:

> [eles, os princípios] estão ligados à seus **elementos**, que são *singularidades*; as suas **relações**, que são *devires*; a seus **agenciamentos**, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus **espaços-tempos** que são *espaços e tempos livres*; a seu **modelo de realização**, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu **plano de composição**, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos **vetores** que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização.* (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 8, grifo nosso)

Posto alguns elementos essenciais, nessa citação, para essa pesquisa, postulo que não é objetivo dessa pesquisa aprofundar nos conceitos do pós-estruturalismo, contudo, após esse brevíssimo resumo dos seus princípios, quero ressaltar o da multiplicidade. A partir dele, a minha proposta tem mais a ver em pensarmos outros fundamentos, novos olhares, e assim pensar em outros pilares que nos faça refletir mais sobre possibilidades

e aberturas na gestão das águas e menos sobre desigualdades e tragédias provocadas por um sistema de valores e crenças sobre as cidades e as águas.

Entendido como um dos princípios característicos das multiplicidades, os *devires* são as relações, um vir-a-ser indissociável do tempo, que tem relação com aquilo que somos capazes de produzir e de inventar como possibilidade de vida, potência de vida, o poder da vida em si.

Quero entender que devir é, em primeiro lugar, mudar, não mais sentir as coisas da mesma maneira; não mais fazer das mesmas formas, mas se expressar em uma produção da diferença, um diferir de si mesmo que se remete ao imprevisto, ao inesperado, ao fora do comum. O devir produz a sua própria realidade, e é na diferenciação que essa realidade se passa.

Deleuze e Guattari (1996) propõem o devir como a possibilidade de romper com o que é hegemônico, tanto os conhecimentos e poderes, e por isso os devires só se instalam na minoria. Para os autores todo devir é minoritário. É um elemento de variação que escapa, que se descola da maioria. Que se torna um elemento diferenciador da maioria, pois nasce dos encontros das multiplicidades que são inéditos e inauditos.

Por passar pelos modos de vida minoritários, focados nas potências dos devires, os autores propuseram o devir-criança, que se contrapõe ao adulto; o devir-mulher, que se contrapõe ao homem; e o devir animal, que se contrapõe a consciência. Esses devires são apenas os primeiros passos de uma dança em que improvisar é um aprendizado; é uma arte dos encontros que se faz a cada passo. Para Deleuze e Guattari, em Mil Platôs:

> [...] devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 67)

Na mesma direção Suely Rolnik e Felix Guattari (1986) falam de um devir-cidadão, devir-negro, devir-índio, devir-homossexual e outros dos quais ainda não se sabe, pois para eles sempre há mais modos de experimentar a vida do que poderíamos descrever. Os devires serão sempre marcados por acontecimentos e transições. Por isso todos os devires escapam das representações, eles só podem indicar algumas trilhas, pouco usadas e ainda desconhecidas pela maioria.

Me arrisco então a propor um devir-rio em que a força, a fluidez e transparência das águas poderiam nos guiar. Um devir-rio em que os obstáculos são encarados da forma

que é possível naquele aqui e agora: empoça, arrebenta, circula, meandra, pinga; de acordo com a sua capacidade (que está sempre em amadurecimento), e com o propósito inflexível de passar com integridade, transparência e força pelos desafios. Um devir-rio: o de vencer os obstáculos e fluir para seguir o seu caminho, pois os ciclos das energias não têm fim; um devir-rio que se construa a si mesmo, então, como um complexo e esplendoroso agente do ambiente (como rios, mares, lagos, aquíferos...) inteiramente conectados com os demais agentes formadores do espaço, das paisagens; um devir-rio de quem nasce de um pequeno olho d'água que não sabe dos caminhos a percorrer, mas que sabe que faz parte de um todo muito maior.

A escassez do elemento água, fundamental à vida só nos vem confirmar que os rios internos da humanidade também estão poluídos, represados, sufocados. A consciência de que este zelo é uma extensão do reconhecimento de que não existe separação entre natureza e cultura.

Um devir é um ato político, pois, inevitavelmente, outros modos de vida se criam, mesmo que temporário e até fragmentário. Essa colocação nos põe a pensar as ligações entre os devires e as políticas contra hegemônicas e todas as potências que se descortinam. O devir diz respeito a uma produção de diferença, que estende outros rumos para a vida, e não se reduz às concepções de reação, de contraposição e de negação.

O conceito de devir é importante não apenas pelo seu entendimento, mas principalmente em suas possibilidades práticas, pois incita outras maneiras de pensar o fazer político, desatrelado da ideia de programa previamente definido. Isso nos remete ao *ethos*, que corresponde a uma realidade mais profunda, que proporciona coerência e regularidade para a superfície dos fenômenos, sendo preciso começar a pensar em uma ética dos devires que ponha fim à moral ocidental moderna.

Buscar uma ética dos devires é mover-se pelos terrenos de uma *ética do menor*, mais solta, que resiste frente aos padrões, se permitindo a capacidade de afetar e de ser afetado pelos encontros. Por isso a importância dos afetos. "O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor" (ESPINOZA, 2008, p. 163).

Para essa leitura eu evoco a visão unificadora de Espinosa, "O filosofo da liberdade e da alegria" conforme descrito por Marilena Chauí em sua obra Cultura Política e política Cultural (CHAUÍ, 1995, p. 12). A visão unificadora de Espinoza integra o ser

humano aos cosmos, de modo que, para refletir sobre ética, despotismo e democracia, ele fala de Deus, natureza e das paixões.

A época que Espinosa viveu, o controle da natureza era uma aspiração para melhorar a qualidade de vida, diferentemente da problemática ambiental do final do século XX. Mas ainda assim ele já combatia o antropocentrismo. Ele não escreveu sobre ecologia, mas fez importantes críticas ao conhecimento científico que surgia, sobretudo à sua maneira dominadora de tratar a natureza. Assim ele nos deixou uma preciosa herança para orientar as reflexões contemporâneas sobre a relação entre "homem e natureza", quando a ciência, com correspondente avanço tecnológico é orientada pela lógica capitalista, cria um sistema de depredação e de destruição ambiental a partir do século XVII.

A filosofia espinosana contém uma ética da totalidade, afinada com a defendida pelos ecologistas que consideram que ao maltratar o mundo, você está maltratando a si mesmo, propondo, em lugar da conquista da natureza pelo homem, a libertação de ambos. Nessa ética ele estabelece a identidade entre Deus e natureza, promovendo a exaltação da natureza, ideia fundamental para qualquer reivindicação ecológica.

Todos os seres são intimamente ligados, embora cada um mantenha a sua dignidade de realidade singular na plenitude de suas especificidades. Para o filósofo não é correto falar de supremacia do homem sobre o meio ambiente. Ambos constituem uma unidade de forma que a saúde de um depende da do outro. Os valores éticos devem ser pensados globalmente baseando-se na natureza. Por fim, Espinosa (2005) propõe o estímulo a afetos positivos, derivados da alegria, por considerá-la a base da autonomia. Daí sua recomendação de que para se atingir a democracia, é preciso fortalecer emoções alegres e a felicidade.

Assim, a importância das multiplicidades, das relações em devires, dos afetos para fabricar *outras culturas de água possíveis*. Queremos um pensamento que não considere a diferença um problema, mas sim ponto de partida para criar outras questões e, assim: problematizar a cultura e a gestão das águas impostos na atualidade.

No contexto de cidades urbanas, onde rios se apresentam mais como ameaças do que como possibilidade de vida, um devir-rio é urgente produção dos espaços. Nos olhares e vivências de quem olha para um corpo d'água em ambiente urbano e enxergue um rio e não um canal de esgoto. Que cidades se construam com pessoas que sabem que avenidas sanitárias são antes de tudo, córregos e ribeirões, e que elas se importem com isso; que as áreas de inundação não sejam densamente ocupadas, e nem que as pessoas se

sintam ameaçadas pelos rios, porque foram expulsas pela especulação imobiliária para as zonas de risco geológico e de enchente. Que as crianças não perguntem se é da parede que a água vem, mas que elas tenham contato mais com rios limpos do que com esgotos a céu aberto; que não tenhamos medo da chuva na cidade urbana; que possamos olhar o rio... o devir-rio nos mostrará o comportamento do rio, os meandros, praias e cachoeiras que se formam, e com eles outras possibilidades. O rio em leito aberto, sem poluição, esbanjando força, beleza e alegria é capaz de provocar aberturas para outra ciência, outras formas de produzir o espaço e assim, outra cultura da água?

O que discutimos até agora, é que a partir de um pensamento hegemônico, assim como os rios são tornadas invisíveis as "multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço, reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história" (MASSEY, 2008, p. 24). Não queremos um lugar na fila da história, queremos devires. Mas para que devires sejam possíveis e que sejam abordados como potencias para novas formas de fazer política, Doreen Massey nos ensina que é preciso mudar as formar de pensar e fundamentar o espaço. Esta abordagem serve, nesta pesquisa, para nos levar a compreender o espaço integral e integrador, que não se desassocia de uma abordagem social do ambiente.

A produção e reprodução de uma cultura está diretamente relacionado à produção do espaço. Inclusive, como nos ressalta Doreen Massey, "o modo como imaginamos o espaço tem seus efeitos" (2008, p. 22). A conceituação do espaço como uma reflexão a posteriori, como um resíduo do tempo (41) exige "um movimento em direção ao reconhecimento do seu contínuo devir, que está na natureza do seu ser" (MASSEY, 2008, p. 44).

Doreen Massey nos alerta para a atenção de que narrativas, estórias, trajetórias são todas elas suprimidas na emergência da ciência como escritura do mundo e isso é que remove o dinamismo da vida real. "A descrição do mundo como é, é diferente da imagem através do qual está sendo feito" (2008, p. 50) e como o espacial é político, as formas como se pensa o espaço é fundamental para que se busque outras formas de produzi-lo.

Para se pensar então o espaço de formas outras que demonstre potencias e devires de formas contra hegemônicas de pensar as espacialidades, farei uso das três proposições da geógrafa Doreen Massey para se fundamentar o espaço como real possibilidade da política e dos devires.

As proposições são colocadas em linhas gerais, à saber: a) Espaço como produto de interrelações, em um entendimento relacional do mundo e da política. Compreendendo

que o espaço não existe antes da(s) identidade/entidades e de suas relações (p. 30); b) Possibilidade da existência da multiplicidade. A imaginação da globalização como sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas, e que pode criar futuros que também podem ser diferentes; c) O espaço está sempre em construção, nas *relações-entre*, no *fazer-se*. Existe uma simultaneidade de "estórias-até-agora".

Essas três linhas fundamentam um olhar contra hegemônico, das quais Doreen Massey produz sua teoria das espacialidades. E elas nos dão fundamentos para pensar como estamos produzindo os espaços da cidade na busca de um imaginário das águas, em que poderiam ser reconhecidas as coexistências, outras formas de ser, viver e se relacionar com as águas e os rios das cidades que não estão ligadas a um projeto hegemônico. Assim como compreender o caráter relacional contido no espaço, em que só há produção de espacialidades se houver relação entre os entes que o compõem, e assim o transformam; e que o espaço, assim como a cultura, não estão finalmente dados, mas que são construídos e reconstruídos a partir dos devires e não de uma realidade pronta.

Para Doreen Massey, "imaginar o espaço como sempre em processo, nunca como sistema fechado, implica em uma insistência constante, cada vez maior dentro dos discursos políticos, sobre a genuína abertura do futuro" (2008, p. 31). Imaginar o espaço como sempre interacional, sempre com conexões ainda por serem feitas, permite um futuro sempre aberto, a fazer-se, isso implica em relações relações que podem ou não sere realizadas e que por isso haverá campo para uma política do cotidiano. É preciso, portanto, olhar para o espaço, como "um dos momentos vitais na produção de articulações que são necessárias para a existência do político" (2008, p. 68) e é no espaço onde acontecem as interações, onde se envolve com as multiplicidades, com as diferenças.

Cássio Viana Hissa (2009, p. 39) faz referência ao mundo físico e à diversidade de mundos físicos que são plenos de conteúdo social, e interroga: "que mundo físico não seria social?" As relações estabelecidas entre formas na paisagem e formas construídas compõem espaços feitos de "olhos do ser, sociais, produtos da relação entre os seres humanos". Cássio Viana Hissa (2008, p. 19) ressalta que "no interior do corpo aparentemente apenas físico do ambiente, a história social se apropria dos demais conteúdos de corpo para que se faça ambiente".

Retomemos os rios: os rios enchem, transbordam e inundam áreas ribeirinhas: esta parece ser uma das histórias dos rios. A inundação urbana é uma ocorrência tão antiga como a existência das cidades. No entanto, suas margens nunca foram tão densamente

ocupadas, os rios tão poluídos, o solo tão impermeável e a ocupação humana tão densa. As águas, antes fonte de sobrevivência, passam a carregar e distribuir dejetos pelo território, trazendo insalubridade, riscos de doenças, proliferação de pragas, entre outros. As mesmas águas, correndo em cursos transformados por seu próprio movimento e pela ação humana, também geram riscos pontuais de deslizamento de terra. Períodos de chuvas intensas amplificam o volume dos corpos d'água, apresentando riscos de inundações, deslizamentos de terra e soterramento às ocupações das margens.

Nesse contexto, imaginamos os rios urbanos sendo aprisionados entre prédios, avenidas, veículos, contaminação, descaso, tratados por uma única forma de atuarmos no espaço, sempre tentando domá-lo, sem nem considerar relações ali construídas, produto de conexões e desconexões e seus efeitos. É preciso reelaborar as narrativas da modernidade. Doreen Massey (2008) explica que o que se desenvolveu dentro do projeto da modernidade foi o estabelecimento e a tentativa de universalização de uma única maneira de imaginar o espaço. Queremos dizer aqui sobre a importância de novos olhares, outras abordagens que possam permitir devires.

Ou seja, essas águas são atores ativos na conformação da realidade social. Apesar de nem todas as variáveis estarem postas nessa breve descrição – pois são infinitas –, é possível compreender que as águas são atores socioambientais que, dialeticamente, afetam e são afetados dentro da mesma realidade.

Discutir elementos que possam fundamentar *uma outra cultura da água* requer compreender não só os aspectos físico-ambientais de sua degradação e de sua possível recuperação, mas também o valor simbólico das águas e do lugar, a relação historicamente construída da população com as águas, os aspectos políticos e econômicos e as relações de poder nas escalas local, regional e global, as experiências do presente no local, e principalmente, o caráter contínuo, inacabado, processual dos devires.

A importância de se voltar para o imaginário das águas e para a cultura de um povo ou sociedade está em buscar sentido naquilo que fazemos e temos em comum, entendendo o imaginário social como dimensão simbólica compartilhada por uma sociedade em determinado tempo, através de sua cultura e modo de vida. Com esse exercício, proponho resgatar valores e significados atribuídos ao imaginário das águas, entendendo ser através do resgate das coisas que já vimos e experienciamos que podemos sugerir novas imagens, novos modelos e situações. O imaginário é uma construção coletiva.

Nessa leitura do espacial é justo reconhecer a possibilidade de narrativas potencialmente dissonantes ou concordantes. Lugares, que em vez de serem localizações

de consensos, tornam-se os focos do encontro e do não encontro, do previamente não selecionado e assim essenciais para a geração do novo.

Para que se persiga devires grafados no espaço, em que se reconheça a "coetaneidade, das múltiplas trajetórias que têm pelo menos algum grau de autonomia uma em relação à outra (que não são simplesmente alinháveis em uma estória linear" (DOREEN MASSEY, 2008, p. 111), a fim de elucidar sobre o imaginário das águas, que possam induzir uma outra cultura da água possível, nos próximos capítulos buscarei abordar os caminhos inicias que considero como aberturas que se apresentam na Política Nacional de Recursos Hídricos, mas que na bacia do rio das Velhas se fundamenta a partir do trabalho de mobilização social em torno de um rio impelido pelo Projeto Manuelzão.

3 ABERTURAS POSSÍVEIS: POR UM IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS

3.1 Por um devir democrático

Temos dito aqui que os rios urbanos tornaram-se invisíveis a partir dos processos de construção das cidades. Eles foram estrangulados para dar o máximo do espaço ao sistema viário, transformados em canais retificados pelo concreto, exercendo a função hidráulica de drenagem das águas pluviais e, sendo confundidos com esgotos à céu aberto. Essa forma de produzir as cidades e de se relacionar com as águas está na base de uma cultura, resultante de formas de pensar e atuar no espaço à partir de uma visão hegemônica, característica do pensamento moderno.

A fim de reconhecer múltiplas trajetórias que possam ter algum grau de autonomia uma em relação à outra, quero dar ênfase às contra narrativas sobre cultura e gestão das águas como estamos acostumados. Nesse contexto, mais do que sobre os rios que atravessam as cidades, falaremos sobre sujeitos do mundo, pessoas comuns que transitam entre o formal e o informal, o privado e a vida pública da cidade; em um movimento de exercício da política do cotidiano, da cidadania e, através dela, trazem à tona questionamentos que dão vida a práticas e ações permeadas por um imaginário das águas diferente da cultura da água a qual estamos ligados.

Ainda que os cursos d'água urbanos estejam invisíveis em sua grande maioria, eles existem e são indispensáveis à vida, à sobrevivência da sociedade atual tal como ela é. Este fato, por si só, é um forte motivo que legitima a luta dos sujeitos do mundo que colocam em pauta os cursos d'água como ambientes plenos de vida. Lembrando com Doreen Massey (2008) que as estórias desses sujeitos do mundo nos ajudam a reconhecer que a desigualdade não pode ser lida em termos de estágios de avanço ou atraso material, que os saberes e modos de vida são característicos de cada um, não devendo existir um modelo ideal. O olhar atento para as diferenças compõem nossas singularidades, o reconhecimento das multiplicidades e o encontro das coexistências de distintos atores com diferentes ideias e formas de atuação é que dão vida a potencialidades jamais imaginadas.

Ainton Krenak, nos ajuda a pensar sobre as subjetividades:

> Cantar, dançar e viver a experiencia mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prorspectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia

> por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos pelo menos ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de estarmos compartilhando esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. (KRENAK, 2019, p. 32-33)

Propomos encontrar com sujeitos do mundo formas de ser e atuar que tragam aberturas possíveis para o exercício dos devires, em um constante transitar por entre as multiplicidades e as estórias até aqui. Entender os sujeitos do mundo, os localizados no baixo Onça, que colocam no centro do debate novas formas e possibilidade de se relacionar com as águas e rios das cidades, é propor reconhecer *devires democráticos* na gestão das águas.

O que persigo é um percurso no chão da história capaz enfatizar sujeitos que transitam na abertura do futuro, coexistindo *pelo espaço*, no exercício de uma política real em um contexto de cidade que negligencia seus corpos d'água. São sujeitos que buscam construir práticas compatíveis e menos estranhas a seu próprio lugar de existência, proporcionando um encontro com outros que estão também fazendo estórias.

Em que ambiente se quer e se pode viver? Como e por que os rios urbanos — poluídos, tampados e invisíveis – interpelam pessoas em encontros e desencontros, entre si e com as instituições? São esses os sujeitos, especialmente os que compõem o COMUPRA, que interessam nessa pesquisa. Sujeitos que lutam por uma *democracia das águas*, como um *devir democrático*, que não se confundem com as formas de democracia constituídas historicamente, mas que pode ser vista como um "abalo no terreno da história", e assim dar condição para uma experimentação de algo que escapa à democracia tal como a conhecemos.

Itamar de Paula Santos, torneiro mecânico, morador do Baixo Onça, liderança comunitária representante das minorias, ele nos fala de uma (devir) democracia que

> ... seja feita para servir ao povo, e não a um governo que o manipula. Uma democracia que sirva para libertar um grupo, para servir a esse grupo e não para aprisioná-lo e servir ao governo que vai mandar nesse grupo. Um grupo que não busca privilégio, mas que faça funcionar suas ideias, a despeito de todo o resto. (Itamar de Paula Santos)

As democracias como regimes políticos ou formas de sociedade fazem apelo às maiorias, enquanto um devir, de acordo com Deleuze e Guattari "[...] é por natureza o que se subtrai sempre à maioria." (1993, p. 143). Contudo, um *devir democrático* é abalar as formas históricas, o que somos, para provocar o que estamos em via de nos tornarmos, um limiar que traça um caminho, inaugurando novos possíveis que passa por devires minoritários.

Aqui é preciso recorrer à Deleuze e Guattari (1996), que para eles uma sociedade não se define, como no marxismo, por suas contradições, mas sim pelo que lhe escapa, ou seja, por suas "linhas de fuga"[16]. Os centros de poder constituem-se não por sua potência, mas por sua impotência em reter o que lhes escapa.

Nesta pesquisa quero ressaltar as resistências, trazer experiências que sirvam de aberturas para um *imaginário de cidades e rios vivos* a partir das minorias, em um *devir democrático* na construção de uma memória do futuro a partir das águas. Quero trazer à tona um imaginário de rios que vem sendo cultivado nos últimos vinte anos por minorias na bacia do rio das Velhas. Mas para falar sobre esses sujeitos, falaremos antes sobre o processo democrático das quais surgiram aberturas para novos agenciamentos[17].

A ideia ocidental de democracia, percebida como um tipo de ascensão social das massas, só se estabeleceu com espaços abertos à participação popular após sua longa gestação durante o século XX. Antes disso, a democracia representativa configurou-se na modalidade de política para disciplinar as populações que se alçaram aos espaços urbanos no século XIX. Nesse sentido a democracia está posta – ainda que se discutam os modos de exercê-la. No entanto, no final do século passado, foi a crise da democracia representativa o que mais se pautou no chamado debate público. Não seria essa crise sintoma dos limites disciplinares dessa forma de governo?

A modalidade *participativa* da democracia povoou o debate a partir da década de 70, como solução para a crise da representação política. No Brasil, os processos democráticos tiveram avanços e retrocessos ao longo da história e só começaram a se desenhar com precisão no final da década de 1990. Ainda que a Constituição da República

[16] Para Deleuze, as desterritorializações, ou as linhas de fuga, são uma das pontas do agenciamento do desejo, não podendo ser confundidas com os dispositivos de poder. Trata-se de afirmar o primado do intempestivo e das linhas de fuga na constituição de uma forma social, situando o problema da resistência na dimensão do acontecimento. Não o que somos, ou que fomos, mas o que nos tornamos, um devir outro.

[17] Segundo Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), o agenciamento comporta dois segmentos: um de "conteúdo", relativo ao agenciamento maquínico dos corpos (os corpos se penetram, se misturam, transmitem-se afetos); e outro de expressão, os enunciados coletivos (regime de signos). Sob um outro eixo (vertical), o agenciamento possui uma face de territorialização ou reterritorialização que o estabiliza e uma outra de desterritorialização que o arrebata.

Federativa do Brasil de 1988 buscasse ecoar pressões da sociedade – incorporando tanto a perspectiva da descentralização quanto a da participação social, a condição apresentada era a de uma democracia representativa.

Pode-se afirmar com mais segurança: a democracia está posta! Entretanto, é com a mesma segurança que construimos tal afirmação que percebemos a democracia como palavra e instrumento também utilizados por sujeitos, partidos fascistas e grupos diversos não democráticos que deles se valem para a construção das suas ideologias que negam princípios fundamentais e constitutivos da democracia.

As relações sociais tendem a perpetuar práticas de regulação da sociedade. Muitas vezes, o interesse de promover a participação da sociedade civil em projetos públicos é imposto de cima para baixo, tornando-se um lema politicamente atraente (MARICATO, 2008). A participação popular, em diversos momentos da história, já não era mais vista como uma ameaça aos projetos verticalizados, mas também como uma forma a trazer investimentos e sucesso para a ação empreendida.

Os processos democráticos institucionalizados precisam ser duramente (re)conquistados pelos atores sociais em seus lugares de existência. Ter esta consciência faz diferença na relação que cada sujeito estabelece ao exercitar, democraticamente, a política. A capacidade de exercê-la é o que nos torna humanos no ato da convivência e da conexão da vida em sociedade. Isso faz multiplicar os conselhos de gestão de políticas públicas, e diversificam-se os segmentos da sociedade com a finalidade de expressão da modalidade institucional da democracia participativa. Os chamados direitos do cidadão à participação traduzem o anseio por inclusão na maioria.

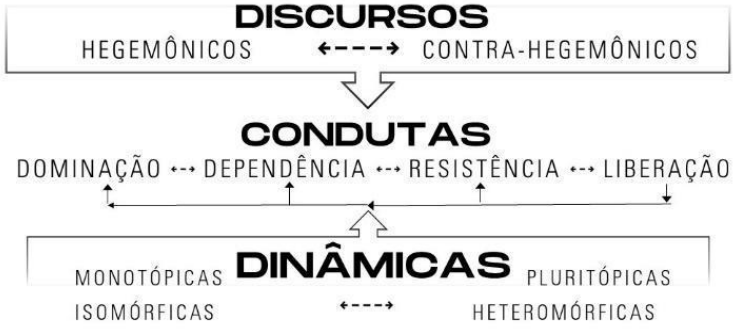
Considerar a democracia participativa relacionada às maiorias, é tê-la como sempre foi, um dispositivo de controle para conter os *fluxos vivos que escapam*, ou que os procedimentos majoritários de representação não conseguem conter. Integrar as minorias às maiorias é um procedimento da democracia participativa, em que identificar e incluir, torna-se o mesmo que capturar.

Ramon Vargas (2005) também nos fala sobre o processo democrático e a participação social como pautados em discursos de dominação, de dependência, mas também de resistência e de libertação. Sobre a libertação, ele nos diz:

> [...] también podrían utilizarse términos como: democracia; construcción; ecológica; solidaria y otras denominaciones que remiten a “utopias igualitarias y éticas”. No importa tanto la denominación como la comprensión del proceso. En definitiva son discursos que van desde lo “hegemónico” hasta lo “contra hegemónico”. (VARGAS, 2005, p. 18)

Ele apresenta um quadro-esquema (QUADRO 2) que discute a presença dos discursos que se expressam simultaneamente e coexistem conforme as circunstâncias.

Quadro 2 – Campos de força que se desenvolvem distintos atores sociais



Fonte: Vargas, 2005, p. 51.

O autor nos mostra que os discursos carregam hibridismos que estruturam estratégias comunicativas e combinam distintas proporções de cada cultura para realizar seu fim. As dinâmicas que geram os discursos e suas condutas adquirem uma imagem que pode ser assimilada como campos de forças em que se desenvolvem diferentes atores.

Na Epistemologia Ambiental do economista Enrique Leff (2001), é feita uma profunda reflexão sobre o diálogo entre saberes na gestão ambiental em um regime [de devir] democrático. Para o autor, a existência deste diálogo implicaria a participação das pessoas no processo de produção de suas condições de existência. Para ele, o saber ambiental funda-se no encontro de múltiplos saberes, legitimados por diferentes matrizes de racionalidades inscritas em lógicas culturais distintas.

Quanto mais contra hegemônicos forem as condutas de um movimento, mais de resistência e de libertação serão suas ações. O fazer política de cada dia deve preceder um envolvimento real: o de proteger *devires democráticos* em seu exercício cotidiano.

Nesse campo de forças um *devir democracia* propõe não o que somos, ou que fomos, mas o que nos tornamos. A ideia é agir sobre o presente, contra o passado e por um tempo vindouro, que não é o futuro da história, mas um devir.

A proposta é não se fixar na história, ou em seus valores, mas na resistência, em que "resistir é criar", experimentar algo que foge à história. Na atualidade, é como escapar aos enunciados coletivos que se expressam nas falas dos poderes dominantes. Resistir é um experimento irredutível a qualquer projeto de melhoria da sociedade. Resistir é abrir-se ao ilimitado do devir.

Isso reforça a importância do encontro entre a vida e o conhecimento, entre saberes e atores diferentes. Isto se acrescenta ao exercício da política, que se manifesta no diálogo com todos os atores e seus saberes, abrangendo a complementaridade de olhares diferenciados. Este envolvimento, que proporciona abertura e flexibilização dos olhares e intervenção no mundo, permitirá novas estratégias conceituais ao invés de constituir um campo discursivo homogêneo estabelecido *a priori*.

Na construção dessa narrativa, em uma proposta de *cartografar* uma outra cultura da água possível, a partir dos devires democráticos e do reconhecimento da existência simultânea no tempo de várias formas de viver e atuar, iniciarei traçando aberturas na política das águas implantada no Brasil. A Lei 9433/97[18] se apresenta como uma proposta vanguardista ao traçar um modelo descentralizador e participativo na gestão das águas. Portanto, discutiremos essa lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos e os limites impostos na democracia da água.

3.2 Aberturas na política das águas no Brasil

No contexto das políticas públicas que se referem à gestão das águas, o processo de gestão participativa foi longamente negligenciado no Brasil. Construiu-se um modelo tecnicamente centralizador e facilitador da hegemonia do setor energético, da engenharia e da agricultura. No entanto, as mudanças nas relações entre Estado e sociedade demandaram rupturas com os modelos de gestão autoritária enraizada no País. Mas apenas no final do século XX é que a gestão compartilhada das águas começou a se afirmar como um elo de aproximação entre a sociedade civil organizada e os poderes público e privado.

A gestão das águas no Brasil é preconizada pela Constituição de 1988 que estabelece o conceito de proteção ao meio ambiente (art. 225) e, dentre outros, determina a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos[19]. Durante dez anos (1986 a 1996), discutiu-se a criação deste Sistema. O Projeto de Lei que deu origem à Lei 9.433/97 – que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos tramitou de 1996 no Congresso Nacional, tendo sido sancionada em 1997. Os fundamentos que, de maneira geral, satisfazem os anseios técnicos e institucionais compõem seu artigo primeiro:

[18] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm.
[19] É importante mencionar que várias outras legislações versavam sobre o tema da água no Brasil e no Estado de Minas Gerais, como levantado por Maciel Jr. (2000): Código de Águas, Decreto 24643 (1934); Lei Estadual 10793/92; Política Estadual de Recursos Hídricos, lei 11504/94; dentre outras.

> I – A água é um bem de domínio público; II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV – a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997)

É possível compreender que os fundamentos e princípios desta política estimulam uma democracia da água, especialmente por ter a finalidade de legislar sobre o que é de todos e possui caráter vital para a sobrevivência das sociedades.

O desenho de políticas participativas na gestão das águas se materializa em três dimensões decisórias: a formulação de princípios e planos de ação; a operacionalização das ações e o acompanhamento dos processos. No entanto, quais são as possibilidades reais de ação nesses espaços – mesmo legitimados – de decisão? Qual é o "valor" da opinião da sociedade civil nesses espaços? Existe de fato tal participação? Ou esses espaços democráticos servem para aprisionar resistências? Sob esta ótica, é preciso considerar a reflexão trazida por Rebecca Abers:

> Não se pode esperar que a simples abertura de novos fóruns decisórios pelo Estado motive a participação de atores da sociedade, que precisam perceber que as decisões tomadas em tais fóruns darão retorno positivo para os interesses ou causas que identificam como importantes. Os cidadãos participantes precisam entender as decisões a serem tomadas como *relevantes*. Também precisam acreditar que elas serão respeitadas, ou seja, que o processo tem *credibilidade*. (ABERS, 2003, p. 260)

O caminho de discussão da participação popular na gestão das águas como um estímulo para a construção e para a reconstrução de uma democracia de água é atravessado por discursos hegemônicos que favorecem dinâmicas de dependência e que admite que os processos atuais são como são, mas também são atravessados por discursos contra hegemônicos com tendências de libertação, expressos em devires democráticos.

É preciso ir em busca de espaços de diálogos, em que os campos de forças possam permitir resistências que permitam ampliar os discursos e forçar o reconhecimento das coexistências e das multiplicidades.

Na Política Nacional de Recursos Hídricos, o "espaço legitimado" para o diálogo entre as várias esferas sociais se dá nos Comitês de Bacias Hidrográficas[20]. A Lei 9.433/97 preconiza, dentre outras questões, que a gestão da bacia deve ser participativa e

[20] Compete aos comitês, dentre outras atribuições: promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas (BRASIL, 1997).

descentralizada. E conforme estabelecido em seu Artigo 39, os comitês de bacia hidrográfica são compostos por representantes assim definidos: dos poderes executivos da União, dos Estados e dos Municípios (metade do total de membros); dos usuários das águas; e das entidades civis com atuação comprovada na bacia.

Sobre a importância do diálogo entre distintos atores no âmbito da gestão das águas, Antônio Pereira Magalhães Jr. e Oscar de Morais Cordeiro Neto, afirmam:

> O diálogo busca a reflexão conjunta e a observação cooperativa da experiência, exercitando novos modos de vida e criando significados em conjunto. Nesse sentido, o diálogo não incorpora a fragmentação e a simplificação dos fatos [...]. Ao permear o diálogo, a palavra liga e não separa, aglutina e não fragmenta, forma "redes" de conversação. (MAGALHÃES JR. 2007, p. 245)

Tais redes deveriam ser erguidas, portanto, no enlaçamento de conhecimentos técnico científicos com as experimentações da vida – em vários níveis sociais, estando uns a favor de outros –, tendo em vista o emaranhado socioambiental incompatível com uma visão fragmentada do espaço que compõe as bacias hidrográficas. Neste âmbito, os diferentes atores devem buscar o diálogo, procurando aprimorar o entendimento entre si, compartilhar experiências e promover novas formas de atuar no território. No entanto não é assim que acontece. Os comitês de bacia repetem a lógica tecnicista do discurso competente em que os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera da sua própria competência.

Para que a gestão compartilhada das águas se apresente aberta para reais possibilidades de participação social, os saberes locais devem ser valorizados quando associados à eficácia do conhecimento científico sobre o território; e o conhecimento científico se aprimorará ao incorporar, em suas análises, as experiências, os desejos e as demandas locais. Essa direção nos obriga a olhar o espaço de forma que subverta os limites administrativos inventados por um planejamento técnico convencional, assim, uma visão integral do território, proporcionada pelos limites físicos das bacias hidrográficas, possibilita outras formas de atuação, quando associados ao diálogo entre diversos atores – o que demanda confiança mútua ao se desejar transformar determinada realidade.

A construção formal, com base na Lei 9433/97, da participação popular na gestão das águas na bacia do rio das Velhas tem destaque para o papel de seu Comitê – o CBH Rio das Velhas. Na esfera informal destaca-se o papel da mobilização social

em torno desta bacia, fomentada pelo Projeto Manuelzão, que será abordado mais à frente na pesquisa.

O CBH Rio das Velhas[21] foi implantado em 1998, de cima para baixo, inicialmente, para cumprir exigências do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)[22]. Por não haver na bacia entidades civis organizadas em torno da questão da água, o CBH rio das Velhas "[...] durante mais de um ano não conseguia [...] quórum para votar seu próprio regimento interno" (ABERS, 2003, p. 266). Entretanto, a participação do Projeto Manuelzão no CBH Velhas agregou novas possibilidades de atuação e permitiu um esforço em direção à descentralização da gestão das águas nesta bacia.

Existem evidencias de que os comitês que se mobilizam inicialmente para cumprir um programa governamental, ou para obter recursos, podem mais tarde ganhar escala e adquirir uma autoridade mais ampla. Na medida em que as pessoas envolvidas percebem que os comitês podem ser um espaço efetivo para a tomada de decisões elas começam a abordar questões maiores. Por exemplo, no caso do Comitê do Velhas, inicialmente criado apenas para cumprir uma exigência de contrato, o 'casco vazio' do comitê foi aos poucos 'recheado' por atores, tanto do governo quanto da sociedade, que enxergaram uma oportunidade de influenciar as políticas de água. Hoje [...], não só participam ativamente no comitê lideranças da sociedade civil, usuários e governos municipais, como suas decisões são respeitadas pelo poder público (ABERS, 2003, p. 267).

Tendo em vista a diversidade física, social e cultural, além da grande extensão da bacia do rio das Velhas, que abrange total ou parcialmente 51 municípios de Minas Gerais – incluindo a região metropolitana de Belo Horizonte –, arrisco a dizer que o processo de construção da legitimidade do seu Comitê de Bacia começou a se evidenciar a partir do mecanismo de descentralização proposto pelo Projeto Manuelzão ao Comitê, para criação dos subcomitês.

Essa deliberação, a Normativa CBH Rio das Velhas 02/2004, instituiu seus Subcomitês e buscou efetivar a descentralização e a participação que preconiza a Lei

[21] Disponível em: https://cbhvelhas.org.br/.

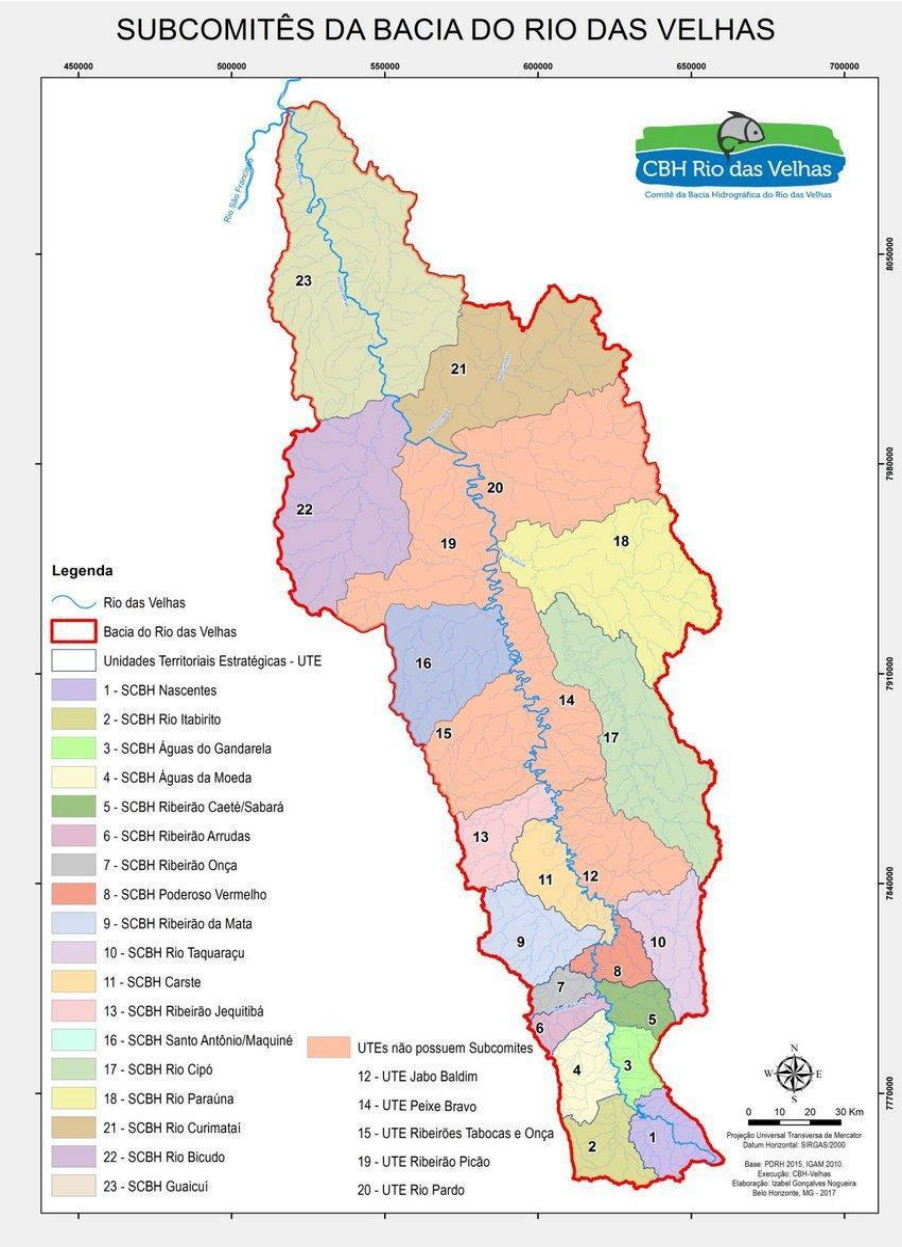
[22] Atores governamentais criaram o comitê como condicionantes de empréstimos para obras de saneamento na região metropolitana de Belo Horizonte, pois, no contrato, sobrepujavam exigências relacionadas à gestão de águas como mecanismos participativos de decisão (ABERS, 2003).

9.433/97. De acordo com artigo publicado no VI Fórum Mundial das Águas Marselha-França, 2012,

> Os Subcomitês de sub-bacias são os grupos responsáveis pelo acompanhamento das ações em nível local, pois participaram ativamente das definições dessas ações quando da elaboração dos projetos. A possibilidade de criação de Subcomitês, grupos consultivos e propositivos, com atuação nas sub-bacias hidrográficas do Rio das Velhas foi instituída pelo CBH Rio das Velhas [...]. Eles devem seguir o mesmo formato do Comitê, com paridade entre representantes da sociedade civil organizada, dos usuários de água e do poder público. Essa proposta garante a efetiva descentralização das decisões em toda a bacia. (SEPULVEDA; PROCÓPIO, 2010, p. 5)

A Figura 1 a seguir apresenta os subcomitês do rio das Velhas criados a partir da DN-02/2004:

Figura 1 – Subcomitês da Bacia do Rio das Velhas



Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas.

Para operacionalizar esta gestão, o então presidente em exercício do CBH Velhas, Rogério Sepulveda, esclareceu que o investimento mínimo para a implementação efetiva da solução descentralizada e participativa seria realizada por uma equipe de mobilizadores que viajariam pela bacia assessorando as reuniões dos Subcomitês e auxiliando nas demandas desses grupos.

Os projetos das sub-bacias foram elaborados de forma participativa com apoio dessa equipe, a partir de realização de oficinas de projetos com os integrantes dos Subcomitês. Essa equipe também auxiliou os municípios na elaboração de demandas de

projetos de saneamento para serem financiados com recurso da cobrança. (SEPULVEDA; PROCÓPIO, 2010, p. 8). Vale lembrar que os projetos realizados pelo CBH Velhas e seus Subcomitês têm recursos advindos da cobrança da água. A cobrança pelo uso da água é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos previsto no Art. 32 da Lei 9433/97, competindo aos comitês de bacia hidrográfica "estabelecerem os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados", segundo o Art. 38 da mesma lei.

O desenho descentralizado dos Subcomitês institucionalizados pelo CBH Rio das Velhas já existia como formas de atuação do Projeto Manuelzão através dos Núcleos Manuelzão. Os subcomitês se tornaram oficialmente instâncias de planejamento e gestão de recursos hídricos, apesar de manterem as várias características de movimentos sociais por terem origem nos Núcleos. Entretanto terem sido institucionalizados, embora interessante por acrescentar uma vertente oficial, ao mesmo tempo passou a restringir outras possibilidades. Suas ações se enrijeceram ao longo do tempo; os subcomitês por terem caráter local nem sempre são escutados pelo Comitê a trazer questões da política das águas que conflituam com interesses setorizados que acabam sendo questionados por possuírem a vertente mais social.

Bom, muito pode se falar sobre o esforço de descentralização e de ampliação da participação popular promovido pelo CBH Velhas, contudo, esse não é o foco da pesquisa. A política das águas na bacia do CBH Velhas se apresenta como um esforço que promovem aberturas para o exercício da democracia, mas que se esbarram nos limites de uma democracia que serve mais aos modelos hegemônicos do que às minorias.

Contudo é preciso reconhecer o movimento concomitante, propiciado pelo Projeto Manuelzão que deu força às possibilidades de devires democráticos com aberturas reais de participação na gestão das águas à partir da criação de um imaginário que se apresenta como verdadeira fonte de possibilidades de uma cultura da água possível. É sobre aberturas de um agir coletivo que trago a história do Projeto Manuelzão, uma proposta de promoção da saúde coletiva que tem o rio como indicador da qualidade da vida das pessoas.

3.3 O Imaginário das águas: Projeto Manuelzão

A identificação entre um povo e seu ambiente tem a importância social de criar linhas de fuga e agenciamentos singulares pelo cotidiano. A importância de se voltar para

o imaginário e para a cultura de um povo ou sociedade é o buscar sentido naquilo que fazemos e temos em comum, entendendo o imaginário social como dimensão simbólica compartilhada por uma sociedade em determinado tempo, através de sua cultura e modo de vida.

Os rios, apropriados de múltiplas formas pelas sociedades modernas – além de importante recurso –, podem ser vistos também como potenciais instrumentos políticos através da dinâmica social que os envolve. Eles agregam usos e permitem a reaproximação entre conhecimentos científicos e saberes diversos. Além disso, eles possibilitam ações conjuntas e mais solidárias entre várias esferas da sociedade, uma vez que "planejar e gerir uma cidade não é planejar e gerir apenas ou, sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.), mas sim planejar e gerir relações sociais" (SOUZA, 2006, p. 178). Com esse exercício, há um resgate de valores e significados atribuídos às águas. A memória capacita a imaginação, pois é através do resgate das coisas que já vimos e experienciamos que podemos sugerir novas imagens, novos modelos e situações. O imaginário é uma construção coletiva.

A fim de elucidar sobre o imaginário das águas é impossível deixar de reconhecer o trabalho de mais de vinte anos de mobilização social impelido pelo Projeto Manuelzão (UFMG)[23]. Fundado em janeiro de 1997, em um emaranhado de questões que envolvem a promoção da saúde, a cidadania e o meio ambiente se fundamentou o audacioso Projeto Manuelzão.

Intitulado Projeto Rio das Velhas[24], o projeto de extensão que surgiu na Faculdade de Medicina da UFMG foi apresentado em um seminário da disciplina de Internato em Saúde Coletiva. O projeto buscou questionar o conteúdo estudado na disciplina que, se limitava à clínica médica dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) nas cidades do interior – e não a discutir as questões relativas à Saúde Coletiva como era proposto. A inserção curricular na Faculdade de Medicina, na disciplina Internato Rural, onde estão presentes questões sociais, políticas, biológicas, epidemiológicas, ambientais, existenciais, científicas e econômicas, exige da formação do médico uma abordagem complexa. Essa realidade questiona a estrutura disciplinar estrita, se excludente da transdisciplinaridade.

[23] Disponível em: https://manuelzao.ufmg.br/.

[24] Apelidado de Projeto Manuelzão em homenagem a Manuel Nardi, um vaqueiro de "prodiosa memória, na arte de contar 'causos' e na fina e irônica percepção dos episódios da vida cotidiana" (LISBOA *et al*., 2008, p. 11-12), conhecido como Manuelzão e imortalizado por Guimarães Rosa em sua obra "Manuelzão e Miguilim" (2001).

Apolo Heringer Lisboa (2008, p. 224) um de seus idealizadores afirma, que “saúde não é basicamente uma questão médica, mas de qualidade de vida”, ou que “saúde pública não tem o mesmo objeto que saúde coletiva: saúde coletiva vê os núcleos humanos como ecossistemas humanos” (LISBOA, 2008, p. 242).

O Projeto surgiu, também, do fato de que “os milhões de usuários do SUS não desfrutam de saneamento básico e ambiental, vivendo em regiões e moradias inseguras e [...] socialmente marginalizados” (LISBOA, 2008, p. 244). Essas duas percepções encaminham a crítica de que o SUS teria uma prática que “expressa uma ruptura com o marco conceitual subjacente a seu arcabouço legal básico.” Sobre este arcabouço legal básico, Apolo Heringer Lisboa cita a importância da “atenção à saúde”, que compreende três grandes campos, a saber:

> a) o da assistência [...], que é prestada no âmbito ambulatorial [...] bem como em outros espaços, especialmente no domiciliar; b) o das intervenções ambientais no seu sentido mais amplo, incluindo as relações e as condições sanitárias nos ambientes de vida e trabalho, o controle de vetores e hospedeiros e a operação de sistemas de saneamento ambiental (mediante o pacto de interesses, as normalizações, as fiscalizações e outros) e; c) o das políticas à saúde, que interferem nos determinantes sociais do processo saúde-doença das coletividades, de que são partes importantes das questões relativas às políticas macroeconômicas, ao emprego, à habitação, à educação, ao lazer e à disponibilidade e qualidade dos alimentos (LISBOA, 2008, p. 245).

A ruptura está nas formas como estão sendo encaminhadas pelo Estado e municípios as questões de saneamento básico, de construção da cidade, de disponibilidade hídrica, de intervenções ambientais e do relacionamento com as comunidades.

Para o Projeto Manuelzão, a promoção da saúde estrutura-se-ia a partir de um território de ação, o da sua bacia hidrográfica. A proposta do Projeto é a de revolucionar a ideia de território, substituindo a referência administrativa municipal pela referência de bacia hidrográfica, indo ao encontro da Política Nacional de Recursos Hídricos que acabava de ser sancionada em 8 de janeiro de 1997, um dia após a cerimônia de fundação do Projeto Manuelzão (LISBOA, 2008, p. 224).

Lisboa (2008, p. 238) ao definir “[...] as águas e seus ecossistemas como referencial maior nas ações para a transformação das relações ambientais, sociais e da mentalidade cultural” busca no território de bacias hidrográficas o eixo de monitoramento das ações do Projeto Manuelzão. Através da abordagem sistêmica, a qualidade das águas do rio torna-se um indicador da qualidade da vida no seu entorno.

Quando os cursos d'água são canalizados, desaparecem enquanto objeto peculiar e transformam-se em ruas, avenidas e esgoto a céu aberto dificultando relações humanas com os corpos hídricos. Para o Projeto Manuelzão a utilização da bacia hidrográfica como unidade de intervenção deve necessariamente considerar as interações entre os ecossistemas aquáticos e terrestres adjacentes, além de aspectos sociais, culturais e econômicos.

O seu objetivo operacional é a volta do peixe ao rio, o imaginário que mobilizou e ainda mobiliza pessoas, instituições e o Governo do Estado de Minas Gerais[25]. O Projeto Manuelzão profere a volta do peixe ao rio como principal indicador[26] de saúde coletiva no território da bacia hidrográfica do rio das Velhas através de propostas,

> [...] transdisciplinares — por reunir biólogos, médicos, engenheiros, geólogos, geógrafos, historiadores, advogados, pedagogos, e vários outros profissionais em torno do tema; transinstitucionais — pois, conforme seus idealizadores, "consolidou e continua a fomentar, ainda, parcerias com universidades, escolas de ensino fundamental e médio, órgãos e entidades governamentais e não governamentais, empresários e diversos setores da sociedade civil" (LISBOA et al., 2008, p. 3); e transetoriais — articulando diversas esferas da sociedade.

No sentido de querer aproximar as práticas sociais, um dos principais mecanismos utilizados pelo Projeto Manuelzão é a mobilização de atores tanto da sociedade civil quanto do poder público e do poder privado. Buscando abrir caminhos para diálogos e articulações políticas, reconhecerem a legitimidade de interesses de personagens que procuram dialogar sobre a complexidade que abrange a gestão de fenômenos ambientais, sociais e culturais, conectados em um enredamento imensurável no território de bacias hidrográficas.

O projeto de mobilização e incentivo à participação social desenvolvido pelo Projeto Manuelzão se organizou em alguns eixos fundamentais, como os apresentados a seguir:

> - A criação dos Comitês Manuelzão [...] denominados Núcleos Manuelzão, [...] e a realização de curso de gestão de bacia para [seus] membros;
> - [Destaca-se] o fortalecimento da participação da sociedade civil no sistema de gerenciamento de recursos hídricos;
> - As atividades de comunicação, [...] com o Jornal Manuelzão [que se transformou em Revista Manuelzão, de circulação gratuita em toda a bacia, fortalecendo um imaginário pelas águas e rios vivos];

[25] O desafio da melhoria das águas do Rio das Velhas foi proposto pelo Projeto Manuelzão ao Governo de Minas Gerais, em 2004, passando a ser um de seus Programas Estruturadores — o que significa prioridade entre os investimentos do Estado. Em 2010, um documento compromisso foi assinado pelo Governador de Minas, Antônio Augusto Anastasia, pelo Projeto Manuelzão e pelos prefeitos dos municípios da área de abrangência do Projeto, reafirmando os esforços com a continuidade das ações realizadas na Meta 2010 e propondo avanços para a melhoria da qualidade das águas da bacia, a Meta 2014.

[26] Ao romper com a "primazia de tradicionais indicadores epidemiológicos, como a mortalidade infantil", foi rechaçado e escandalizado pelo "pensamento hegemônico compatível com a indústria da doença" (LISBOA, 2008, p. 224).

> - As Expedições do rio das Velhas [...] com produções de vídeos, mapas e publicações específicas; - As parcerias visando o desenvolvimento de pesquisas científicas na bacia, [...] destacando-se o biomonitoramento por meio de peixes e bentos [...] e o desenvolvimento de modelos para a recuperação de matas ciliares e proteção de nascentes;
> - A participação na construção de políticas públicas [...], como por exemplo, a Deliberação Normativa do COPAM que regulamentou as intervenções em cursos d'água;
> - O trabalho de educação ambiental realizado em parceria com as redes públicas de ensino estadual e municipais;
> - A participação no Comitê da Bacia do rio das Velhas e o fomento à criação dos Subcomitês de bacia a ele vinculados;
> - A realização [em várias edições] [...] do FestiVelhas, festival de cultura da bacia do rio das Velhas;
> - Publicações científicas, cartilhas e vídeos distribuídos aos municípios e às bibliotecas das escolas da rede pública;
> - A construção de base cartográfica e produção de mapas relacionados às atividades de mobilização e capacitação;
> - O recebimento de denúncias acompanhadas de visitas técnicas e encaminhamento aos órgãos responsáveis. [Dentre outros] (SEPULVEDA; PROCÓPIO, 2010, p. 58-59)

Três grandes expedições[27] foram realizadas por todo o leito do rio das Velhas. Por três vezes (2003, 2009, 2017), o Projeto percorreu 804 km: das nascentes em Ouro Preto até a foz em Barra do Guaicuy, no encontro com o rio São Francisco, passando por 51 municípios, incluindo a região metropolitana de Belo Horizonte. Essas expedições tiveram muita expressividade para as comunidades ribeirinhas, tendo em vista que "[...] combinam reconhecimento das condições socioambientais das bacias com uma mobilização de proximidade, que trabalha as questões locais" (SEPULVEDA; PROCÓPIO, 2010, p. 57).

Figura 2 – Caiaqueiros na Expedição Manuelzão em 2009 passando por Raposos/MG



Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio das Velhas.

[27] Foram realizadas também outras expedições menores em diversos afluentes do Rio das Velhas.

O desafio inicial alcançado pelo Projeto Manuelzão foi fazer com que os olhares da sociedade em geral se voltassem para o rio das Velhas, em uma proposta não apenas de melhoria nos parâmetros químicos e físicos da qualidade da água, mas na ideia de que melhorando substancialmente as condições do rio, da vida em seu entorno também melhora.

Várias ações foram empreendidas para o alcance de seus objetivos, como as Metas 2010 e 2014, essas de forma geral obtiveram avanços, à saber: a aprovação do Plano Diretor da Bacia; o fortalecimento do Comitê do rio das Velhas que passou a contar com as Câmaras Técnicas; a formação da Comissão de Integração e Acompanhamento da Meta 2010; o termo de cooperação para a retirada dos esgotos de BH e Contagem; o Plano Municipal de saneamento de Belo Horizonte que aponta prioridades; a implantação e operação das Estações de Tratamento de Esgotos — ETEs Arrudas e Onça que já tratam mais de 60% dos esgotos coletados[28] nas bacias; a Deliberação Normativa 96 do Conselho de Política Ambiental (COPAM) que obriga todos os municípios de Minas Gerais a implantar um sistema de esgotamento sanitário; a Deliberação Normativa 95, também do COPAM, que cria uma série de restrições às obras de canalização em Minas Gerais; a criação dos Subcomitês da bacia do rio das Velhas; e o fortalecimento dos Núcleos Manuelzão; dentre outras iniciativas.

As práticas trabalhadas pelo Projeto Manuelzão, desenvolvidas através de convênio com as prefeituras, o estado e a universidade – envolvendo a relação entre bacias hidrográficas, saúde coletiva, cidadania, meio ambiente, política e cultura – implicam a abordagem de temas como participação social, saneamento básico, promoção à saúde, cidadania e educação.

As ações instituintes de uma ideia, de um imaginário de *volta do peixe ao rio* como um mote para a saúde coletiva, tem educação e cidadania como práticas que ampliam a democracia. As referidas práticas podem apontar para a possibilidade de aberturas na mentalidade civilizatória de gestores, empresas e cidadãos, validando a participação das pessoas na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a gestão das águas no Estado de Minas Gerais.

[28] Atualmente 92,52% da população de Belo Horizonte têm atendimento de coleta de esgoto, realizado pela Companhia de Saneamento Urbano de Minas Gerais (Copasa). Desse percentual, 60,6% do esgoto é coletado e tratado. Com a implantação dos novos interceptores, o percentual de esgoto coletado e encaminhado para tratamento terá um aumento significativo

O Projeto Manuelzão mobiliza atores, intensifica lutas e ajuda a construir a identidade dos protagonistas da bacia do rio das Velhas. Introduz mecanismos de descentralização que são praticados pelo CBH Velhas, através de seus Subcomitês e pelos Núcleos Manuelzão, buscando debater sobre a gestão das águas junto às próprias populações que vivem à margem do córrego urbano, poluído, tampado e excluído da vida da cidade.

Assim sujeitos do mundo que, em suas rotinas, inserem a reflexão, o debate e a busca de alternativas que possam disseminar a mentalidade vinculada aos rios vivos; mentalidade esta geradora de vida e de um elo de harmonia entre os espaços densamente urbanizados e os ecossistemas aquáticos de que tanto nos servimos para abastecimento, esgotamento sanitário e tantas outras atividades.

O Projeto Manuelzão passa então a realizar o mapeamento de potenciais formas de organização coletiva nas sub bacias de Belo Horizonte. O objetivo da iniciativa era o de apresentar uma visão do espaço a partir dos córregos e ribeirões que se encontravam canalizados e poluídos, mas que, no entanto, deveriam ser vistos como um elo de harmonia entre os espaços naturais e os densamente e/ou precariamente urbanizados da paisagem.

Esse movimento deu origem à formatação dos chamados Comitês Manuelzão, através de parcerias firmadas com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O Projeto Manuelzão propõe às diversas comunidades – através de suas associações, igrejas, grupos e escolas de uma mesma sub-bacia hidrográfica – a realização de um curso que envolve mudança na percepção ambiental da cidade. Intitulado *Educação Ambiental Urbana – Água nossa de toda vida*, a proposta deste curso empregou a água como tema transversal e neste curso foram debatidos temas relacionados à gestão das águas – urbanização e saneamento básico, educação ambiental, políticas públicas, participação social, gestão e planejamento – sempre estimulando os participantes a voltar o olhar para o próprio lugar de existência. O curso foi realizado em 18 microbacias do Velhas e permitiu uma abertura entre processos técnicos e o chão do mundo, sem desassociar a ciência da política.

Inicialmente chamados de Comitês Manuelzão, em 2004, durante o 6º Encontro de Comitês Manuelzão, estes grupos passaram a ser denominados Núcleos Manuelzão, como consta da Carta aprovada no evento, na qual se compreende que a alteração do nome possuiu o intuito de estabelecer uma distinção entre o movimento social ligado ao Projeto Manuelzão e os Subcomitês e comitês de bacias hidrográficas tendo em vista que,

geralmente, os Núcleos não tinham em sua formação a paridade representativa exigida para a formação de um comitê ou subcomitê.

Os Núcleos Manuelzão: são grupos informais de lideranças locais que fazem o esforço voluntário de discutir as questões sociais sob a ótica da promoção da ideia de rios plenos de vida em ambiente urbano. Na composição dos Núcleos Manuelzão, existe uma diversidade de atores com características singulares. São acadêmicos, professores, militantes, mas Rogério Sepulveda e José de Castro Procópio (2010, p. 67) reforçam a importância dos diálogos com a sociedade de forma geral. Então existe grande diversidade em sua composição, como "[...] alguns Núcleos são formados por leigos, [...] outros são formados em sua maioria por aposentados [...]. Existem aqueles cuja origem está diretamente direcionada a uma escola, ou a uma associação. Existe uma gama enorme de padrões para classificar os Núcleos Manuelzão".

Figura 3 – Uma das primeiras reuniões do Projeto Manuelzão, realizada na Bacia do Velhas em 1997



Fonte: Acervo Manuelzão.

Neste arranjo, alguns membros dos Núcleos se tornaram ao mesmo tempo conselheiros dos Subcomitês e do CBH Velhas, representando suas entidades e suas microbacias. Os Subcomitês existem, portanto, devido à intensa mobilização proporcionada pelo projeto do CBH Velhas, e isso é um passo no sentido de trazer aberturas em termos de descentralização da gestão das águas. A ação participativa dos Núcleos na gestão das águas se dá em conjunto com os Subcomitês, que, por sua vez, encaminham ao Comitê do rio das Velhas os debates que se referem a "[...] elaboração e

discussões de projetos, construção de parcerias, captação de recursos, apoiando e assessorando o Comitê quando solicitados" (SEPULVEDA, 2010, p. 5).

Assim, um movimento em torno de rios vivos vai se construindo na bacia do rio das Velhas – com vistas à discussão, elaboração e execução de metas relativas à gestão das águas, organizado pelas comunidades buscando auxiliar na formulação e avaliação de políticas públicas por bacia hidrográfica.

O imaginário começa em um movimento que repensa a forma como nos relacionamos com o rio e as formas como construímos as cidades. É questionando os modelos econômicos e estruturais que optamos por seguir, que se coloca em pauta as dificuldades de diálogo, as diversas injustiças ambientais e sociais existentes em vários pontos da cidade, que constroem tantos espaços de segregação e de desigualdades.

O imaginário dos rios vivos nos instiga a repensar a própria participação na vida política da cidade e na gestão que se faz das águas, que também é de responsabilidade de todos. Nesse caminho, a prioridade de se construir um imaginário das águas é de uma discussão ampla e irrestrita sobre o que queremos para os nossos rios e o que queremos construir para a nossa sociedade. Como um devir democrático que pode proporcionar abertura e flexibilização dos olhares e intervenção no mundo, permitindo novas estratégias elaboradas por meio do diálogo entre as diferenças, ao invés de constituir um campo discursivo homogêneo estabelecido *a priori*.

É possível refletir sobre um tipo de projeto que seja continuamente construído junto às comunidades, em busca de um cenário de apropriação do espaço que possa requerer a iniciativa e o envolvimento dos cidadãos, favorecendo o pertencimento para que se sintam também responsáveis pelas transformações ocorrida, fazendo surgir uma cultura de participação que esteja constantemente questionando seus processos. Forma-se uma rede da sociedade civil que se articula com os poderes públicos e privados desde o lugar vivido até os amplos espaços da bacia.

Neste complexo exercício de esforços que se voltam para a construção descentralizada e participativa da gestão da bacia do rio das Velhas, a partir de um imaginário de rios vivos, percebe-se a energia vital necessária ao fortalecimento dos membros dos Núcleos, dos Subcomitês e do Comitê do Velhas, que vêm pautando críticas no que tange às políticas públicas e às ações em que pese deliberação do Comitê. Estes grupos são fortalecidos por anos de militância a favor dos rios vivos proclamados pelo Projeto Manuelzão.

Embora que na mobilização social empreendida em torno do rio das Velhas, se perceba a elaboração de um imaginário das águas em construção, e que certa energia vital mantenha esses movimentos na busca pela autonomia, sabemos que discursos hegemônicos ainda buscam adestrar pessoas, impondo discursos de governança que exigem ainda outras aberturas para devires democráticos.

Isso se dá devido ao cenário de descrenças e incertezas. Os rios continuam tampados e poluídos. Vivemos uma cultura de escassez em uma das regiões brasileiras que mais produz água. Continuamos convivendo com enchentes e inundações. A Política de Recursos Hídricos mais e apresenta como uma reprodução burocrática de um modelo importado, com mercantilização dos instrumentos de cobrança. Além da falência do poder público à serviço das grandes instituições.

Isso reflete a necessidade de transformação dos sujeitos que buscam autonomia, que deve ser não só da sociedade, mas, principalmente, daqueles que já detêm os poderes. Portanto, no esforço de gestão compartilhada das águas, existem diferentes questões que precisam ser encaradas como fragilidades que desafiam as potencialidades.

Nesta pesquisa quero ressaltar essas potencialidades que estão sendo construídas através do imaginário das águas, e que podem ser vistas como resistências, aberturas e devires democráticos no que vem se desenhando no contexto de luta por rios vivos em Belo Horizonte, na bacia do rio das Velhas. Percebo grande riqueza social que pode estar sendo desperdiçada, tendo pouca visibilidade pelos cientistas sociais ou pelas estâncias políticas convencionais.

Isto se dá porque a hegemonia científica e social dominante torna invisíveis experiências que estejam a favor da emancipação social. Em conformidade com Doreen Massey (2004), como dito pelo sociólogo e ativista social Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 94), “a experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante”; e, ainda: “a pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca” (SANTOS, 2008, p. 101). Apenas porque está fora de uma razão imposta e que estamos acostumados a identificar, valorizar e nunca questionar. Isso reforça a necessidade de voltarmos os olhares para as estórias até aqui, as coexistências que fundamentam o chão do mundo, possibilitando o exercício da real política.

O imaginário das águas que vem sendo construído por vários atores na bacia do Rio das Velhas, fortalecidos pelo Projeto Manuelzão, pelo CBH Velhas e seus

Subcomitês, e Política Nacional de Recursos Hídricos, além de outros atores, criam condições para que movimentos comunitários que lutam por melhores condições de vida, tão antigos na luta quanto os citados acima, vem produzindo devires democráticos. Quero focalizar os membros do COMUPRA – Conselho Municipal Unidos pelo Ribeiro de Abreu que através do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa os são protagonistas deste empenho através do seu lugar de existência. Me refiro ao baixo curso da Sub-bacia do Ribeirão Onça, onde vivem em torno de um rio urbano ainda em leito aberto, em uma das regiões mais vulneráveis da capital mineira (provocando devires nesses sujeitos do mundo).

Para que possamos olhar o espaço sob uma ótica dos devires, vejo o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa como sujeitos da ação, da prática e da reflexão. Da ação porque não apenas esperam que façam por eles o que precisa ser feito: eles se colocam diante do desafio de transformação do espaço onde vivem, mas antes buscam se autotransformar. Da prática porque estão constantemente refazendo, reconstruindo, redesenhando caminhos e experimentando saberes, fantasiando utopias, praticando a autoavaliação, a empatia, a liberdade interior. E da reflexão porque não existe ação sem imaginação, prática sem ponderação, trajetória sem caminho. Esses sujeitos do mundo constroem saberes que se baseiam na experimentação da vida, e buscam formas de materializar tais saberes em seus próprios espaços e tempos. São sujeitos que reafirmam identidades e buscam o diálogo com os demais poderes sociais, mas constantemente precisam escavar seu próprio direito de fala.

Os sujeitos do mundo questionam caminhos que antes lhes foram impostos; mas também exercem deveres em nome de seus sonhos, sem questionar se há justiça em tantos processos burocráticos que se inserem na cena pública. Precisam gritar para que se façam ouvir. Às vezes, os gritos ecoam em políticas públicas e transformações locais. No entanto, muitas vezes o grito-mudo reverbera dentro das contradições sociais e das limitações que lhes são impostas por outros sujeitos: os sujeitos da universidade-fábrica, da burocracia, do mercado.

Os sujeitos de mundo buscam realçar a necessidade de melhorias no espaço onde se inserem, por meio do qual são convocados a tecer suas próprias considerações. São sujeitos que buscam esmiuçar as contradições existentes nas formas de intervir no espaço urbano e se esforçam para alcançar melhorias nas condições dos lugares de vida, tendo como referência o rio, aquele curso d'água, ainda que poluído.

Na busca de problematizar a cultura da água que produzimos, e encontrar aberturas elaboradas a partir de leituras de mundo que se abrem para o reconhecimento

do espaço como possibilidade real de uma política, farei como Doreen Massey, me arremessar para dentro do espaço. A proposta é discutir nos próximos capítulos, à luz das proposições trazidas aqui, a produção do espaço na região do Baixo Onça, localizado na entre as regionais norte e nordeste de Belo Horizonte/MG, onde tentarei compreender as produções de espaço a partir da tríade espacial proposta por Henri Lefebvre (1991), já tendo como fundamentos as questões discutidas: as multiplicidades e coexistências, os devires, os afetos, as espacialidades e outras possibilidades de potencias.

3.4 O Povo do Onça: por um devir democrático ou "*eu ajudo a melhorar o mundo, comecei pelo Onça"*

Falar sobre uma *outra cultura da água possível* é refletir como os *sujeitos do mundo* transitam entre o formal e o informal, o privado e a vida pública da cidade, exercitam a política do cotidiano, a cidadania e, através dela, trazem à tona questões elementares que se relacionam às formas de coexistir no espaço e na relação construída com os cursos d'água.

Buscarei aqui identificar espaços de diálogos onde se questiona o discurso do poder hegemônico a partir de práticas contra hegemônicas, que não se baseiam apenas em desenvolvimento econômico como único valor social, mas muito em função da busca comum pelo exercício dos devires. Capaz de proporcionar novos saberes e novas soluções, além de estratégias diferentes das convencionais, inibindo o impacto que modelos e tecnologias importadas têm na vida das pessoas. Quero tornar visível a *energia vital*, que proporcione um novo sopro na vida política do cotidiano, de modo a propiciar o renascimento do entusiasmo e da esperança a favor de rios plenos de vida.

Tentarei abordar essas questões a partir das narrativas cartográficas das práticas e saberes do Povo do Onça, que "sem saber que era impossível, eles foram e fizeram"[29].

Iniciamos essa conversa com as palavras do Itamar de Paula, um visionário das águas, "oreia seca", como se auto intitula, um provocador, um plantador de vontades.

> Quando eu vim prá cá, o pessoal cortava um dedo, ia lá para a MG-20 pegar carona para ser socorrido no pronto-socorro, aqui não tinha um centro de saúde. Essa escola que tem aqui na rua de cima tinha acabado de ser construída, estava novinha. Então, eu comecei a conversar com pessoal, por que a gente não faz um centro de saúde? [...]

[29] Um dos lemas usado pelo grupo.

Um dia, fui conversar com um amigo meu que chamava Hilton com a ideia de fazer uma coisa diferenciada aqui para o bairro, algo que funcionasse como uma associação comunitária, mas sem essa institucionalização da associação. Em 2001, colocamos a ideia para funcionar com uma proposta de sair dessa coisa de mandar ofí cio e aguardar resposta. A gente queria ouvir o morador que nem sempre vai à reunião, mas a gente ouve no boteco, na padaria, caminhando pelo bairro. [...]

Nós fizemos o Natal sem fome durante quatro anos, aí nós chegamos a uma percepção que, graças a Deus, não precisava mais.

Sobre alfabetização, tinha um menino do depósito que era aluno. Ele falou uma coisa que achei muito interessante, "Minha vida mudou por causa da alfabetização por conta do seguinte, eu tenho 23 anos e agora ninguém precisa ler mais cartas da minha namorada. Agora eu não preciso falar para o outro o meu sentimento para ele escrever para mim e pôr lá no correio. Eu mesmo faço. Agora eu leio faixa em ônibus, papelzinho na rua". Eu achei o maior barato. [...]

Uma das demandas coletivas que surgiram a partir de 2001 foi a duplicação da MG-20, onde é a ocupação do Novo Lajedo, que ainda nem era ocupação. Com a duplicação da MG-20, foram realocadas seiscentas famílias. O COMUPRA não tem característica de luta por moradia, ele não tem uma característica de luta ambiental e faz todas elas. Então, essa realocação aconteceu dentro do COMUPRA. Nós alugamos um espaço para a Urbel, porque uma coisa é eu resolver dentro do meu território, outra coisa é eu resolver as coisas do lado de fora do meu território. Se você pega um morador daquele ali e põe ele para negociar indenização lá na Rua da Bahia com Contorno, é uma coisa, né. Se você pega ele e põe pra negociar aqui, onde ele viu os amigos dele, a casa dele, ele pode tomar um cafezinho, é outra coisa. Em um ano nós resolvemos tudo sem brigas, sem discussão, sem sacanear ninguém. Foi um aprendizado também. [...]

De 2005 para 2006, a violência na região foi assustadora, 57 homicídios em um ano. Com a realocação dessas famílias, que na realidade estão todas aqui então não foram realocadas para lugar nenhum, caiu de 57 para 12. Elas precisavam de polícia ou de moradia? Elas estavam em paz. Você já viu gente feliz brigando? É isso que eu acho que tem de acontecer em nosso país, os direitos têm de ser respeitados. Não é privilégio não, é direito! [...] Quando você passa a respeitar o povo, a primeira coisa que melhora é a autoestima e, junto com a autoestima, anda a paz. Todo mundo quer paz. E a paz não é a paz do tiro não dado, da facada não tomada. É algo muito maior e valioso. [...]

Hoje (ano), em Belo Horizonte, poucas instituições têm essa carga que o COMUPRA tem. Graças a Deus, a região está mudando e vai mudar mais. A gente vive do impossível. Eles falaram que duplicar a rodovia

> MG-20 era impossível, eles falaram que colocar academia a céu aberto na beira do rio era impossível, eles falaram que iluminar a MG-20 era impossível. Está tudo lá. O quê que era impossível? Você entra dentro do bairro, você não vê placa, não vê nada do COMUPRA, a propaganda é de coração.
>
> O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa é uma loucura. Ele surge a partir da realocação das famílias da MG-20, em 2007. [...] o movimento vai se construindo, vai construindo uma discussão na região, as pessoas vão conhecendo a região, vão aprendendo com a região. Dessa forma não fica aquela coisa engessada. E nós estamos falando de uma região, o Deixem o Onça Beber Água Limpa não é só de um bairro, então você tem que enxergar a região.
>
> É um movimento que trabalha com a mobilização. Queremos que a ideia de sustentabilidade ambiental esteja mais perto da realidade, das atitudes das pessoas. Queremos chamar a atenção para o Ribeirão do Onça. Mas o rio não é uma coisa separada da vida, ele é vivo e é preciso pensar nas pessoas ligadas a esse rio. Não podemos pensar num discurso moralista, vazio.Precisamos investir na capacitação comunitária para gerar atitudes ambientalmente sustentáveis para a região. E precisamos de atitudes diferentes do poder público, também. É preciso seriedade dos agentes públicos em relação às nossas águas.
>
> O primeiro evento do Deixem o Onça Beber Água Limpa foi o dia inteiro. Teve desfile de escola de samba e até ato ecumênico, no meio da rua, aberto. [...] Todos os lugares estão sabendo do Onça. Antes ninguém sabia, era só tragédia. Ficavam esperando para ver na televisão o Ribeiro de Abreu inundado. Hoje, se você quiser ser uma pessoa que vai enxergar diferente, você tem um caminho.[30]

Itamar nos fala em devires, em afetos, coexistências e multiplicidades em torno de um Ribeirão poluído onde se constrói um movimento de busca pelo exercício da política do/no cotidiano, um exercício de cidadania e, através dela, são trazidas à tona questões elementares que se relacionam às formas como atuamos com/no espaço.

Ainda que na prática muitas contradições existam, propor e desenvolver ações comunitárias, trazendo as águas do Ribeirão Onça como eixo integrador, permite que uma pluralidade de poderes e de interesses, muitas vezes conflitantes e supostamente incompatíveis, se encontrem e que, devido à heterogeneidade e pela existência de discursos distintos, precisa visar à autonomia de seus participantes para ser coerentemente efetivado e ter condições de propiciar mudanças.

---

[30] Itamar de Paula, um dos idealizadores do COMUPRA. ANDRADE, E. B.; XAVIER, E.; LIMA, R.; CASTRO, S.; LISBOA, V. L. M. (Org.). **Histórias do Nordeste de BH**: rede de memória dos agentes comunitários. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2018.

O Povo do Onça produz espacialidades, fincadas no território, em torno de um rio poluído, com suas margens densamente ocupadas de forma irregular. Ainda assim estabelece relações entre vários atores sociais, em uma das regiões mais vulneráveis de Belo Horizonte, promovendo transformações visíveis no espaço. Essa forma de atuar dialoga com a segunda proposição de Doreen Massey (2008), em que o espaço é a esfera da possibilidade da multiplicidade, onde distintas trajetórias podem coexistir, propiciando a pluralidade de visões necessárias ao exercício coletivo da política cotidiana.

Nesse contexto surge o Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), uma organização não governamental, criada pela comunidade do bairro Ribeiro de Abreu nos idos de 2001. As pessoas que compõem o grupo atuam na região desde a década de 1980, e as cinco diretorias que já passaram pela entidade se reúnem até hoje com os mesmos objetivos e com amizade.

Figura 4 – Logomarca do Conselho Municipal Unidos pelo Ribeiro de Abreu.



Fonte: Acervo do COMUPRA.

As iniciativas do grupo se organizavam em torno da luta por melhorias que suprissem as necessidades da comunidade, e assim pudessem reunir recursos (capital humano, social, político e econômico) para realizar ações conjuntas que pudessem modificar a vida das pessoas que moram no bairro Ribeiro de Abreu e adjacências, um dos bairros que compõe a região do Baixo Onça.

As lideranças comunitárias da região se mobilizaram para combater problemas sociais, políticos e econômicos cientes de que responsabilidade social é um dever de todos, tanto do poder público quanto das populações que vivenciam situações de vulnerabilidade social. Os integrantes dos movimentos comunitários locais foram percebendo ao longo dos anos e com a experiência adquirida, que precisavam sistematizar as ações e otimizar os resultados dos projetos. O objetivo é o de trazer à tona os problemas sociais e ambientais, assim como o despertar para as potencialidades e possibilidades locais, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da região.

Desde 2007, o COMUPRA toma a frente do movimento de despoluição e revitalização do Ribeirão Onça, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, através de ações coletivas nas áreas de educação, cultura, lazer e cidadania, realizadas principalmente no Baixo Onça nas margens do Ribeirão.

O COMUPRA é o idealizador e principal articulador do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa que propõe a requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Baixo Onça, através de um constante movimento de diálogo e práticas socioambientais.

Em 2020, as reivindicações de anos do COMUPRA, que são anualmente fortalecidas pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, se transformaram na *Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça*[31]. O intuito da meta é provocar compromissos, fazer com que os órgãos públicos, as entidades privadas e a sociedade em geral se articulem em torno da sua realização. Os objetivos que compõem a Meta 2025 são os pontos de luta do Movimento que se expressão à seguir:

- 100% de interceptação e tratamento de esgoto da bacia do Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes;
- Construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu e região, para possibilitar e melhorar o trânsito entre os bairros circundados pelo Ribeirão Onça;
- Municipalização da MG-20;
- Implementação do Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do ribeirão Onça no trecho entre a Cachoeira do Novo Aarão Reis e a ETE Onça.
- Construção do Parque Ciliar do Ribeirão Onça em trecho de 5,2 km de onde as famílias serão removidas;

As metas servem como um horizonte a ser alcançado. Permite materializar o imaginário e provocar mudanças nas atitudes e projetos desenvolvidos na localidade. É importante perceber que as metas, palpáveis, demandam o envolvimento de uma política que se materializa na espacialidade do lugar. Para o Itamar de Paula:

> A regenerabilidade socioambiental, objeto do COMUPRA, mesmo algumas vezes não tão claros até pra nós, mostra a necessidade de atitudes políticas ainda mais, autênticas, igualitárias, coletivas e eficientes, para com isto e algumas vezes, apesar disto,

[31] A Meta 2025 será melhor discutida mais à frente nessa pesquisa

> trabalhar juntos, seguir modificando o que está perto da gente facilitando e melhorando a nossa vida, de nossos amigos, nossos vizinhos, nosso bairro, nossa região, o município e por aí afora. Só pra lembrar, de novo.[32]

Esse movimento provocador, sempre convocando as pessoas para a ação é parte de um processo mobilizador que se vê como catalizador de mudanças. Nas palavras do Itamar: *"Quando tem um povo à margem de um rio, ou ele está mostrando que o rio está limpo, ou ele está querendo mostrar que ele precisa de cuidados*".

O espaço, rio, torna-se aqui o propulsor de um movimento que provoque o envolvimento das pessoas, mas também das instituições.

O COMUPRA torna-se o catalizador ativo de um movimento nesse jogo de transformação espacial e empoderamento social. Nessa direção questiona-se a construção de autonomia em um processo mobilizador, exigindo articulação e corresponsabilidade. Rodrigo Lemos (2018) nos lembra que "a autonomia não deve se formar pelo isolamento, mas deve se consolidar pelo diálogo e pela construção coletiva" (2018, p. 58), ela é uma travessia, uma construção contínua desenvolvida pelas práticas e diálogos cotidianos. Provoca-se no Baixo Onça justamente esse movimento, de uma autonomia que permita mudanças e a construção de possibilidades de gestão que enfrente os conflitos, empodere as pessoas e contribua para uma outra cultura da água, onde os rios aparecem como um espaço político de atuação.

Esse movimento se inicia "dentro de casa", em uma casa comum, espaço de elaboração, mas principalmente de ação.

Para os moradores do Baixo Onça envolvidos nesse movimento, a casa comum é o rio, o Ribeirão Onça, território usado, não se limitando ao espaço físico da bacia hidrográfica, mas se estendendo ao território usado, conforme definido por Milton Santos:

> O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14)

A *estória* do COMUPRA se confunde com a *estória* do Onça. Esse movimento já ocupou alguns lugares no bairro. Nas diversas sedes que ocupou ao longo do tempo,

[32] Itamar de Paula em trocas de mensagens no grupo de WhatsApp "Acorda Ribeiro de Abreu" em 20 de janeiro de 2021.

muitos projetos foram sendo desenvolvidos. Desde telecentro para a comunidade até lócus de experimentação de agricultura urbana em projetos que se estendem para fora de seus muros, alcançando as praças e escolas locais. Assim o movimento foi se firmando no Baixo Onça, sendo reconhecido e fortalecido.

O COMUPRA, entidade sem fins lucrativos sempre passou por dificuldades financeiras para manter a sua sede. Parcerias como a do Projeto Manuelzão e da COPASA muitas vezes garantiam o aluguel ou uma conta de telefone da entidade. Mas a regra geralmente é que os próprios membros, individualmente ou através de "vaquinha" garantiam as contas do mês.

Essa questão passou a ser amenizada quando em 2016 foi assinado entre a COPASA e o COMUPRA um termo de cessão de uso da antiga sede da Fazenda Capitão Eduardo, de propriedade da COPASA, por um período de 10 anos, ou seja durará de 2016 a 2026. A fazenda, localizada na Região Nordeste, no limite com Santa Luzia, nas proximidades da foz do Ribeirão Onça, onde deságua no Rio das Velhas. Está margeado pela MG-20, pelos bairros e pela Estação de Tratamento de Esgoto do Onça – ETE Onça. Fechada há mais de 10 anos já foi *lócus* de geração de energia e produção de hortaliças para a localidade. Com suas instalações desativada, completamente tomada pelo mato, tornou-se um grande matagal, sem uso e sofrendo pressão de ocupações irregulares em seu redor.

A cessão do espaço pela COPASA acontece em um contexto de parceria e necessidade de transformação que poderia ser potencializado pelos usos que o COMUPRA já fazia em outros espaços bem menores, como a experiência da Nossa Horta II que era produzida em um pequeno quintal na sede anterior. O espaço atual contém casarões antigos, além de um enorme espaço externo de 25 mil m^2 e grande potencial para a produção e geração de conhecimento, fortalecendo vínculos e formando a população envolvida nas atividades junto às comunidades do Baixo Onça.

O COMUPRA convidou em 2016, como parceiros intervenientes, outras instituições como o Comitê da Bacia do Rio das Velhas, o Subcomitê do Ribeirão Onça, o Projeto Manuelzão e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Esses atores ajudaram a construir o regimento da sede, assim como apoiam atividades que foram realizadas ao longo desse tempo. No entanto, as questões burocráticas tomavam todo o tempo e essas instituições não conseguiram contribuir para além das questões internas, que giravam em torno da formulação do regimento e da reforma de segurança da casa.

Em 18 de fevereiro de 2016 foi quando a sede começou a ser ocupada, seis meses decorridos do início da ocupação algumas pessoas que já estavam vivenciando aquele espaço e percebendo suas potencialidades, seus limites e suas possibilidades resolveram planejar o uso da imensa área, buscando práticas que pudessem ser autossustentáveis, gerar renda e interação com as comunidades do entorno.

Esse planejamento, servindo-se como forma de orientação para as atividades a curto, médio e longo prazo sugere um caminho, com propósitos mais bem definidos, no intuito de que aquela ocupação não se transformasse num mero administrador da casa Sede, não perdendo de vista os objetivos do COMUPRA de requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Ribeirão Onça e região.

A primeira proposta de ocupação, divide a área de 2,5 hectares em oito setores, propiciando a ampliação das ações em torno do Onça. No esboço optaram por não citar planejamento de oficinas e concentraram nas ações de adequação do espaço físico que propiciariam a realização de outras atividades com mais assertividade e resultados.

A seguir relaciono alguns trechos desse esboço de planejamento que apontam para as potencialidades locais:

> **Sugestões de Planejamento gerais**
> - Melhorar a relação com a comunidade. Criar uma horta em que a comunidade seja a cuidadora e usufrua dela. Cada família ou pessoa teria um canteiro em que plantasse com orientação de uma pessoa competente, todos os dias esse "dono" deve fazer a manutenção do seu canteiro e assim circular e contribuir em outros espaços da casa.
> Pensar na possibilidade de contrapartidas do espaço, através de ações e contribuições;
> Criar atividades para receber as escolas e outras instituições;
> Criar Lojinha do Onça (BaiOnça);
> Cronograma de presença na SEDE, quem faz o quê e vai quais dias;
> Colocar Casa 2 em funcionamento para oficinas, inclusive a de culinária;
> Casa 1 ser a Sede do COMUPRA.
>
> **Planejamento de ações e atividades técnicas para o Espaço da SEDE do COMUPRA**
> Todo o planejamento técnico-ecológico, será efetuado de acordo com parecer adequado de entidades e/ou profissionais devidamente capacitados
> Plantio com Planejamento Agronômico (adequado de Cerrado e Mata Atlântica), com objetivo de Centro de Referência Ambiental;
> Desviar nascentes para a sede construindo criatório de peixes para
> futuro "pesque pague";
> Colocar a roda d´água para voltar a funcionar para

utilizar na agricultura da própria casa;
Fazer aceiro natural de bananeira;
Fazer cerca viva de bougainvíllea e ora-pro-nóbis para beleza e segurança;
Ampliar a diversidade do pomar de acordo com as características do cerrado e mata atlântica;
Criar espaço para plantas medicinais, com viveiro e oficinas para a utilização de cada planta;
Catalogação das espécies.

SETOR 1 (divisa de fundo ETE, divisa lateral Sr. Adelio, muro de pedra)
EXPERIENCIA 1 (área de várzea sintropia)
Instalação de ponto de água;
Plantio pequeno de milho, chuchu, jiló abobora, quiabo, maracujá
Sistema de irrigação;
Podar a cortina de sansão do campo e dar destinação correta à sobra
Coletar matéria orgânica grossa – permanente;
Experimentação que pode servir de base para a produção em áreas de várzea do Parque do Onça;
Construção de parreiras para maracujá azedo e chuchu.

SETOR 2 (muro, cerca lateral caminho para ETE, cerca de divisa fundo com a ETE, barracão bougainvíllea):
Cisterna:
Dar limpeza na cisterna ok 02 an álises de água;
Consertar a tampa;
Instalar bomba (bomba já adquirida e sendo patrimoniada pela SMASAN) canalização (já instalada mangueira cisterna caixa d'agua), parte elétrica definir cronograma a partir do pagamento da água por nossa conta;
Fazer controle/limpeza das moitas de bambu.
Território
Possibilidade de construção de galinheiro futuro
Neste caso 40 metros de cerca ligando o muro a divisa - não concordamos (já está pronta, doação feita por Júlio, uma porteira instalada 06/10/2018);
Podar a cortina de sansão do campo e dar destinação correta à sobra;
Coletar matéria orgânica grossa;
Fazer bancos próximo a algumas arvores (definir);
Plantio de milho, abobora, feijão andu, mandioca e fava branca 10/2018 02 parreiras maracujá doce.

SETOR 3 (muro pedra, barracão bougainvíllea, muro divisa setor 2)
Experiência 2 (sintropia);
Implantar sistema de irrigação;
Fazer a cerca de bambu.
Área para matéria orgânica/compostagem
Instalação de ponto de água;
Organização dos tubos delimitando o espaço (será necessária cobertura?);
O que fazer com o barracão, reformar? (barracão já está desocupado e iniciando recuperação de sua estrutura);
Desmontar parte da cerca que passara a ser de bambu e completar o que falta do outro lado.

SETOR 4 (galinheiro, barracão com banheiro, curralzinho, terreiro até muro do setor 2)

Galinheiro

Construção do galinheiro capacidade para 30 galinhas Temos 45 cabeças (05 galos, 12 angolas, 05 franguinhas, 23 galinhas)
Instalação de água próximo;
Se necessário ampliar criação pensar galinheiro futuro (setor 2).

Barracão

Reformar, adaptar e destinar o barracão criando espaço para manuseio adequado e aprendizado na manipulação da produção de frutas. Sua localização facilita o descarte e utilização das sobras;
Criar rótulo "BaiOnça";
Planejar sistema de escoamento de produção;
Estufa para mudas árvores/hortaliças;
Instalação de ponto de água, caixa d'água, sistema de irrigação;
Construção da estrutura da estufa em oficina usando bambu/eucalipto (em andamento parceria com SMASAN).

Minhocário:

Fazer cobertura usando eucalipto/bambu;
Adaptar o cocho para minhocário;
Reformar as cercas de tábua.

Curralzinho:

Reforma da estrutura e do telhado;
Buscar memória e recuperar roda d'agua;
Preparar espaço para encontros e oficinas.

SETOR 5 (caixa d'agua, casa 1, casa2, terreiro, estradinha)

Nossa Horta fase III;
Retomada da parceria já existente com SMASAN e EMATER;
Implantação da horta – em andamento;
Envelopar as duas caixas de alvenaria com sombrite;
Colocar alevinos de tilápia;
Implantação do sistema de irrigação.
Criar sistema de escoamento de produção;
Oficina de horticultura (COMUPRA, YARA TUPINAMBA,) participação EMATER. Meses 07/18 e 08/18.

Casa 1

Resolver parte elétrica furtada; - em andamento/COPASA
Fazer pequenas adaptações na cozinha visando o trabalho com a próxima safra de manga; - não concordamos, adaptar a casa 2 citar produção a base de jabuticaba da safra 2018;
Remontar o telecentro
Oficina Informática (COMUPRA, YARA TUPINMBA) meses 07 e 08 2018.

Casa 2

Colocar alarme;
Montar a lojinha do COMUPRA.

Terreiro

Implantar e cuidar dos jardins em andamento;

Projetar o palco;
Construir palco utilizando pneus perto do Flamboyant;
Articulado com a Empresa Neiber Pneus a doação dos pneus necessários.

SETOR 6 (cerca do galinheiro, pé de jaca, divisa casa do Sr. Adélio e muro divisa rua)
Espaço Infantil
Limpeza e avaliação das construções existentes no espaço;
Reforma e recuperação dos espaços/equipamentos destinado a atividades com criança.
Plantio de novas arvores principalmente no e próximo ao barranco casa Sr. Adélio;
Plantio de milho, abobora, feijão andu, mandioca, fava branca, quiabo, melancia, feijão miúdo.

SETOR 7 (pé de jaca, canil, moita de cana da índia caminho da entrada, muro divisa rua)
Experiência 3 (sintropia);
Limpeza das varas de bambu preparando para construção da cerca no setor 2;
Manutenção/delimitação da área ocupada por cana da índia em andamento;
Análise de solo?

SETOR 8 (portão de entrada, muro divisa da rua, estrada até o portão da ETE, limite de loteamento)
Entrada da sede;
Colocar placa acima do portão;
Melhorar a condição da fiação entre as arvores perto do padrão;
Verificar se vai ser rebocada a parede construída pelo proprietário no loteamento;
Plantar muda de planta ornamental nos buracos onde foram retirados os mourões;
Podar galhos em frente aos refletores
Reformar o muro para pintura grafite DEIXEM O ONÇA BEBER ÁGUA LIMPA;
Plantio de grama entre o passeio e o muro com sistema de irrigação
Fazer o passeio.

GERAL
ACEIRO - Feito desde a cerca de baixo (setor 1) até o galinheiro (ação institucional);
Articulação com a Regional NE;
Corte da "cana da índia" Próximo ao muro;
Fazer a limpeza capina do aceiro neste trecho (setor 7 e 6);
Terminar o aceiro em toda a área.

Quintal
Cadastro de todo o patrimônio de flora em toda a área,
Retirada de toda a matéria orgânica grossa.[33]

[33] Anotações de 30 de agosto de 2017.

Esse esboço de planejamento do espaço da sede do COMUPRA demonstra como as ações vem sendo tecidas, planejadas e desenvolvidas enquanto proposta para uso e ocupação deste espaço, apontando soluções pensadas a partir da vivência diária durante um ano por integrantes do COMUPRA nos diversos espaços que compõem a área externa da sede, visando compreender as potencialidades e limitações presentes, buscando transformar o espaço em um lugar de experiências e bem viver.

A proposta foi realizada por alguns moradores que estavam presentes em diversos momentos de planejamento e de ocupação. Nessa conversa registrada em 30 agosto de 2017 estavam presentes: o Itamar, torneiro mecânico; o Mateus, estudante do ensino médio; Sr. José Costa (aposentado, *in memorian*); Danilo, comerciante local; Ricardo, professor de história; e Júlio, engenheiro ambiental, pessoas comuns, sujeitos do mundo, homens lentos[34], por assim dizer, moradores que se envolverem com as questões relacionadas ao coletivo, percebendo o espaço de forma integral através do olhar para o espaço onde se inserem.

Ao mencionar as pessoas que circulam pelo COMUPRA e auxiliam nos trabalhos e nas propostas, é importante lembrar que já há bastante tempo o COMUPRA recebe pessoas que cumprem penas alternativas. É uma parceria com o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa) que ocorre em colaboração com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, em parceria com as prefeituras, o terceiro setor e a sociedade civil. Nos útimos anos passaram pelo COMUPRA mais de 12 pessoas que realmente se envolveram e passaram a ajudar nos trabalhos da sede. Essa parceria se deu devido à existência do projeto Nossa Horta I, II e II em que o cultivo de hortaliças chama atenção como ferramenta de socialização.

É importante dizer que as pessoas geralmente chegam adoecidas devido à situação em que se encontram. Elas são acolhidas para trabalhar no terreiro ou a desenvolver suas expertises, sem serem cobradas ou julgadas, assim é perceptível como mudam ao longo do tempo que estão lá. Conforme explicitado pelo Itamar de Paula Santos, *"no COMUPRA essas pessoas são estimuladas a usar a própria sabedoria para desenvolver suas habilidades. O que acontece quando uma pessoa faz o que gosta, no seu tempo? Elas se curam!"*.

Muitas soluções são trazidas por essas pessoas, como por exemplo a proposta da "vaquinha" para pagar o Senhor José que cuida das plantações no dia a dia, que além de

[34] A expressão – homens lentos – é forjada por Milton Santos e tem sido utilizada, em diferentes situações, por diversas áreas do conhecimento no âmbito das ciências sociais.

ter dado a ideia, a pessoa também contribui para garantir o importante trabalho realizado pelo Senhor José; a poda controlada das árvores dando abertura para a entrada de sol e possibilitando criar uma área de convívio social no terreiro com os troncos cortados também foi uma contribuição de uma dessas pessoas; os trabalhos de limpeza do quintal separando devidamente o que é insumo; a construção do galinheiro e tantas outras coisas foram realizadas a partir do trabalho, mas também de doações realizadas por essas pessoas como forma de gratidão pelo acolhimento e pelo respeito que tiveram nos espaços do COMUPRA. Ressalto também a participação na organização dos eventos, na montagem das árvores de Natal e tantas outras atividades que são realizadas por essas pessoas que acabam criando vínculo e mesmo após cumprirem a pena continuam sendo colaboradores do COMUPRA[35].

É interessante perceber que existe interlocução entre saberes diversos e a preocupação de forma integral relacionando ambiente e práticas educativas, de lazer, de manejo, de produção alimentar, e outras; além da preocupação com o aproveitamento das estruturas já existentes. Tem-se o desenho de uma proposta agregadora, focada em potencialidades que relaciona as atividades a uma produção política do espaço, não se limitando apenas ao ambiente físico, mas buscando interações sociais capazes de promover mudanças no espaço, e na vida das pessoas.

Ainda que tenha sido elaborado pelos sujeitos comuns, moradores locais, sem especialização técnica, e sem a participação das instituições intervenientes, o planejamento proposto "vingou". Muitas coisas aconteceram, muitas experiências deram certo e outras nem tanto. Mas o espaço, em constante transformação, nunca pronto, vai se moldando, como dito por Doreen Massey (2004) produzindo espacialidades em processos de devires, sempre em construção, nunca acabado. Considerando um sistema necessariamente aberto, em que o encontro de diferentes narrativas propicia novas e possíveis trajetórias, ampliando possibilidades de elaboração de imaginários por outra cultura da água possível.

No sentido de compreender o espaço sempre em transformação, nunca acabado, com possibilidades infinitas de atuação, buscarei atualizar como se organizou de fato o território da Sede. Tendo sido realizado o planejamento norteador em 2017, organizei um

[35] Apesar de tudo isso, Itamar de Paula, que coordena esse projeto, reclama que não existe nenhum tipo de apoio ou de retorno das Instituições de Justiça. Itamar ressalta que faz esse acolhimento pelas pessoas, porque sabe que ali elas têm muitas chances de se recuperar e não pelo sistema judiciário.

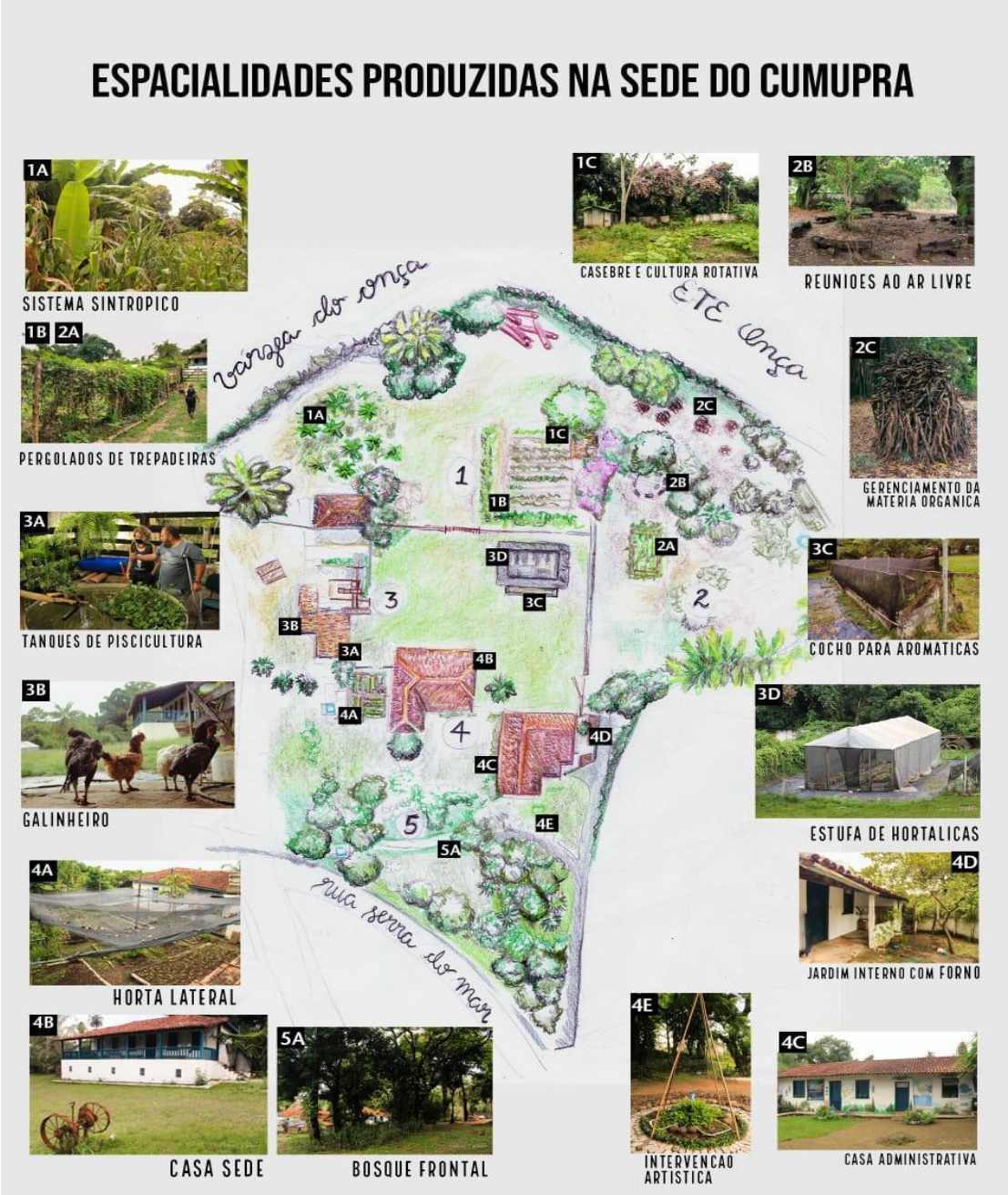
croqui da realidade atual, em uma primeira tentativa de cartografar as aberturas propiciadas pelo espaço para além do seu planejamento.

A primeira coisa a se observar é que o espaço mudou muito. Se antes havia lugares desconhecidos por estarem completamente tomados pelo mato, hoje a paisagem está completamente diferente. Bem mais acessível e cada parte do quintal é produtor de alguma coisa. São frutas, insumos, água, energia, alimentos, viveiros e tantas outras atividades que foram implantadas nos espaços da Sede do COMUPRA.

Praticamente todo o planejamento foi colocado em prática, contudo a organização espacial não obedeceu aos oito setores propostos inicialmente. Isso se dá devido às condições materiais e aos grupos envolvidos com determinadas práticas que acabaram dando características próprias à cada intervenção. A seguir organizei um croqui (FIGURA 5) da área com a distribuição dos setores e anexei as imagens realizadas em abril de 2021 registrando a situação atual que se encontra o quintal produtivo da Sede do COMUPRA.

O que antes eram oito setores agora se transformaram em cinco setores. As espacialidades que foram produzidas demonstram uma relação de cuidado e carinho com o local. Isso pode ser verificado nas imagens especificadas no croqui à seguir:

Figura 5 – Croqui das espacialidades produzidas na sede do COMUPRA



Fonte: Gabriel Noronha, 2020.

Com a ocupação da Sede, outras parcerias foram sendo fortalecidas, como por exemplo com a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), através da qual foram realizadas diversas oficinas, como a de construção de mobiliário sustentável com uso do bambu, matéria prima em abundância na sede. Mas, além disso, a parceria com a URBEL tem se firmado cada vez mais através do apoio e incentivo de ocupação coletiva nas áreas, fora da sede, onde estão havendo as remoções das famílias em áreas de risco, essas ações serão desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN), tem realizado acompanhamento na sede para melhor aproveitamento do espaço. Está apoiando na construção do viveiro de mudas nesse espaço e a horta comunitária às margens do Onça. O compromisso com a Secretaria de Abastecimento é produzir muda para todas as escolas e parceiros da secretaria. Mas o COMUPRA quer ir além, quer montar uma estufa com rotina e trabalho diário que possa ser feito por um grupo de terceira idade, servindo como um aprendizado.

Também neste momento a parceria com a SMAMA está proporcionando a elaboração de um projeto de iluminação fotovoltaica que será implantado na área da agrofloresta, do campinho e do parquinho construídos coletivamente em áreas de risco de inundação que foram esvaziadas devido às remoções, dando espaço ao Parque Ciliar do Onça (esse tema será abordado no próximo capítulo da tese).

Atualmente na sede os projeto em andamento se erguem em torno do "Memorial do Onça" uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, o COMUPRA, o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e a PUC Minas. O Intuito desse projeto é resgatar a memória do Grupo Garra, das famílias relocadas, do Ribeirão Onça, da Sede do COMUPRA, é a Secretaria de Educação mais a PUC conversando sobre o Onça.

Uma caixa d'água 3mil litros está sendo instalada para abastecer toda plantação e eliminar o cultivo da planta com água tratada, será usada a água do poço. Além da implantação do CSA – Comunidade Apoiando a Agricultura, através do qual os moradores do entorno estão ajudando no plantio, colheita e escoamento da produção.

Existe ainda um projeto em construção com a Secretaria Municipal de Educação, de colocar no calendário das escolas Municipais o trajeto turístico para que os estudantes realizem uma travessia às margens do Onça e cheguem à Sede, aonde poderão tomar um café colonial. Existe também a ideia de que as visitas realizadas na ETE Onça possam finalizar na Sede, mostrando formas possíveis de ocupar no espaço e valorizar o patrimônio histórico e cultural do lugar.

Acrescente, portanto, às atividades do COMUPRA as iniciativas realizadas pelas comunidades do Baixo Onça, a prática cotidiana de proteção de nascentes, os plantios de agrofloresta, a produção de energia solar, a produção de um viveiro de mudas, as trocas de saberes e conhecimentos, os espaços de educação ambiental, o patrimônio cultural, o circuito turístico, a geração de renda, de hortas comunitárias e uma população esperançosa de seu próprio potencial. Raramente grandes centros urbanos nos dariam a possibilidade de encontrar pessoas conversando, crianças brincando e até bola rolando no

entorno de um rio, aberto e potente, ainda que poluído.

A política das águas traz possibilidades de participação popular na gestão delas ao propor a descentralização e a gestão participativa através dos comitês de bacias hidrográficas. No entanto, os limites da democracia convencional impedem que esses espaços sejam legitimados como tomadas de decisão. Por outro lado, o imaginário das águas que provoca o Projeto Manuelzão promove a mobilização social em torno dos rios urbanos na bacia do rio das Velhas. Essa mobilização se intensifica no Baixo Onça e a questão encaminhada nessa pesquisa é se os rios abertos, não tampados, podem estimular a busca por uma participação mais ativa e de melhor qualidade nos rumos da própria localidade. O COMUPRA não é Estado, seu papel sempre foi o de provocar as discussões, criar condições e dar substância para que as coisas aconteçam

Trabalharemos essa questão com a Bacia do Onça, focalizando as práticas espaciais e a produção do espaço nos próximos capítulos.

4 BACIA DO RIBEIRÃO ONÇA: ESPAÇOS DE DIÁLOGOS POSSÍVEIS

4.1 O Alto e o Médio Onça

As relações estabelecidas entre formas na paisagem e formas construídas compõem espaços feitos de olhos dos seres sociais, produtos das inter-relações entre os seres humanos, demais seres e o espaço/tempo em que tudo acontece. O entendimento relacional do mundo se constrói na constituição conjunta de identidades e inter-relações, o espaço torna-se parte integrante e produto disso. É no espaço que se reconhece a existência da multiplicidade e da diferença evidenciando que a própria espacialidade é uma das dimensões da construção da diferença, e ele deve ser explicitado.

O território integral de bacias hidrográficas, elementos naturais da paisagem, permite que várias esferas da sociedade compreendam e interfiram no espaço de forma conexa e interdependente, não se limitando ao espaço físico da bacia hidrográfica. Tal premissa revela um território que nos leva à reflexão sobre a complexa relação entre os processos sociais e o espaço físico, material, vivido e visível, nos forçando a compreender, de forma simultânea, o mundo social e o mundo físico. Ao citar Godelier, Rogério Haesbaert (2007, p. 56) ressalta: "o território por ser relacional, [...] inclui também o movimento, a fluidez, as conexões". Compreender tais movimentos é fundamental para se pensar o contexto geográfico, histórico e social em que se inserem as relações estabelecidas entre formas na paisagem e formas construídas compõem espaços feitos de "olhos do ser, sociais, produtos da relação entre os seres humanos". Cássio Viana Hissa (2008, p. 19) ressalta que "no interior do corpo aparentemente apenas físico do ambiente, a história social se apropria dos demais conteúdos de corpo para que se faça ambiente".

A seguir apresento a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça, apresentando a sua localização, limites físicos e regionais. Apresentaremos também a distribuição dos Núcleos Manuelzão e dos movimentos emergentes, relacionando com o território e a capilaridade dos cursos d'água .

A totalidade da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça compreende parte do município de Contagem à jusante, englobando totalmente as regionais Ressaca e Nacional e parte ainda da região administrativa Eldorado e Sede. Já na Capital Mineira, ela abrange a metade norte do município, ocupando totalmente as regionais Venda Nova, Pampulha e Norte, e parte considerável das regionais Nordeste e Noroeste.

E finalmente desaguando no Rio das Velhas, notável afluente do Rio São Francisco. São 35,8 km de extensão do canal principal de curso d'água em uma área de 212 km^2, localizada em uma região de grande adensamento populacional, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça drena em suas porções mais elevadas à 1000 metros de altitude em seu extremo sudoeste, as águas do município de Contagem, até 660 metros, no extremo nordeste nos limites com Santa Luzia onde desemboca no Rio das Velhas. Destacam-se as serras do Engenho Nogueira e Serra Verde, importantes divisores de água ao Sul e ao Norte da Bacia do Onça, respectivamente. A Bacia está altamente urbanizada, apenas a extensão não completamente urbanizada na Bacia do Onça está reduzida à região da margem esquerda do Ribeirão da Izidora e porções das cabeceiras dos córregos Bom Jesus e da Tapera, afluente do Sarandi, ambos no município de Contagem.

Devido à sua grande extensão, apresentarei brevemente os principais cursos d'água do alto e do médio curso da bacia do Onça, densamente ocupada e impermeabilizada, fazendo com que frequentemente amargue o título do rio que mais polui a bacia Rio das Velhas. E posteriormente aprofundarei na descrição do Baixo Onça.

O Córrego Ressaca é outro importante afluente do Onça. O encontro do Ressaca com o Sarandi marca o final da região do alto Onça e antes de entregarem suas águas na bacia da Pampulha, esses importantes córregos urbanos passam por uma Estação de Tratamento de Afluentes (ETAF), buscando contribuir para a diminuição de carga poluidora na Lagoa.

A região da Pampulha é composta pela Lagoa da Pampulha e seus tributários da margem esquerda, o córrego Bom Jesus, Braúna, AABB e Olhos D'água. Na margem direita da Lagoa os afluentes diretos são o córrego do Tejuco e o Mergulhão. Por meio do Projeto Catalogador de Nascentes,[36] foram catalogadas 507 nascentes na Bacia Hidrográfica da Pampulha entre 2013 e 2015.

A represa da Pampulha é marca importante na sub-bacia do Onça, afinal segundo Lemos (2013, p. 11) "com nível de base regional, a Lagoa assimila e reflete os usos e conflitos existentes em sua área de contribuição", retém todos sedimentos e funciona como reguladora de vazão para os pontos à jusante". Entretanto, como abordaremos adiante, outros afluentes do Médio curso da bacia do Onça bastante afetados pela

[36] O Projeto Catalogador de Nascentes da Pampulha se encontra disponível no link: bit.ly/3sDfuvo

urbanização e canalização têm influenciado no agravamento dos episódios de cheias nas porções mais rebaixadas da Bacia.

"Após o vertedouro da Lagoa, o Ribeirão Pampulha segue em sentido leste e percorre 5,73 km até o seu encontro com o Ribeirão Cachoeirinha, formando o Ribeirão Onça" (LEMOS, 2013). A área de contribuição entre esta confluência e o Rio das Velhas na presente tese é segmentada como Baixo Onça. Excetua-se neste caso a sub-bacia do Ribeirão Izidora, que apesar de sua altimetria mais rebaixada é seccionada à parte do Baixo Onça, dada sua extensão.

Definimos na pesquisa o médio curso do Onça abrangendo os Córrgo Engenho Nogueira e o Córrego Cachoeirinha. Wstane (2013) apresenta a bacia do Engenho Nogueira descrevendo que o é primeiro córrego a desaguar no ribeirão Pampulha após a represa. A sua extensão total é de 8.232 km. A bacia possui uma área de drenagem de 11,47 Km^2 com diferentes usos, ocupações e classes sociais. As principais nascentes do córrego Engenho Nogueira — que percorre, total ou parcialmente, 21 bairros — estão localizadas no bairro Jardim Montanhês. A bacia do Engenho Nogueira compreende os pequenos córregos Cascatinha, Antônio Henrique Alves (também conhecido como Pandiá Calógeras) e Prentice Coelho, com uma boa parte em leito fechado, mas que ainda apresenta partes em leito não canalizado, uma cascata e um parque ecológico. Quando estes três córregos se juntam é que formam o chamado córrego Engenho Nogueira, que, canalizado, sob o Anel Rodoviário, atravessa a referida via de intenso tráfego. A partir de então no sentido sudoeste/nordeste corre a céu aberto em um trecho de aproximadamente 100 metros, passando então a construir a sua trajetória, na maior parte de sua extensão, sob galerias de concreto armado. O córrego São Francisco afluente do Engenho Nogueira passa embaixo da avenida perimetral perto do Aeroporto da Pampulha e, então, deságua no ribeirão Onça atrás da pista do aeroporto.

O Córrego Cachoeirinha se situa em parte da regional Nordeste e Noroeste de Belo Horizonte. Ele aparece submerso em uma das avenidas que mais possui histórico de alagamento na capital mineira, a Av. Bernardo Vasconcelos. Na confluência com o Ribeirão Pampulha ele deságua no Ribeirão Onça.

Conforme dados obtidos no Projeto Manuelzão (2018) a região hidrográfica do Vilarinho possui uma área de drenagem de 16,021 km^2. Composta por muitos afluentes: sub-bacias do córrego da Lagoinha (Capão, Venda Nova); Córrego do Pereira (Liege, Rua Emilio Franklin, Av. República); afluentes diretos do Vilarinho (Baleares e Candelária) e do córrego do Nado (Várzea da Palma e adjacências). A Vilarinho é

densamente povoada e altamente impermeável. Possui declividades elevadas, equipamentos de contenção de cheias precários devido à falta de manutenção e de saneamento produzindo muitas áreas de risco de inundação.

A região da bacio do Izidora[37] tem sua área situada no eixo norte de Belo Horizonte, englobando principalmente as Regionais Norte e Venda Nova, seus principais acessos são a MG-20 e a Av. Cristiano Machado. Está localizada na margem esquerda do Ribeirão Onça, considerada seu principal contribuinte. De acordo com informações da Prefeitura de Belo Horizonte a bacia apresenta área de drenagem em torno de 55km^2, possui cerca 64 córregos e 280 nascentes, das quais 66 estão drenadas e aterradas (PBH, 2010). O alto e médio curso correspondem a região mais urbanizada, enquanto no baixo curso predominam áreas preservadas.

A região dispõe de muitos cursos d´água em leito natural, com consideráveis áreas verdes em seu território a exemplo o Córrego Terra Vermelha que se encontra em leito natural com presença de mata ciliar; o Córrego dos Macacos que possui nascentes protegidas por vegetação natural, boa qualidade das águas e expressiva beleza cênica; e o Ribeirão do Isidoro que também em leito natural, possui significativa mata ciliar e cerrado. Porém está em processo de degradação com assoreamento, lixo doméstico, bota-fora, esgoto, atividade de extração de areia etc. (PBH, 2010). Destaca-se também a Mata dos Wernecks, área particular onde estão inseridas diversas nascentes.

Os principais problemas que afetam a sub-bacia do Ribeirão Izidora são as deficiências no saneamento básico como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta da drenagem pluvial, e coleta de lixo, fundamentais para a saúde dos cursos d'água. Além da pressão de ocupação irregular no entorno imediato, que aumenta da demanda por parcelamento da área.

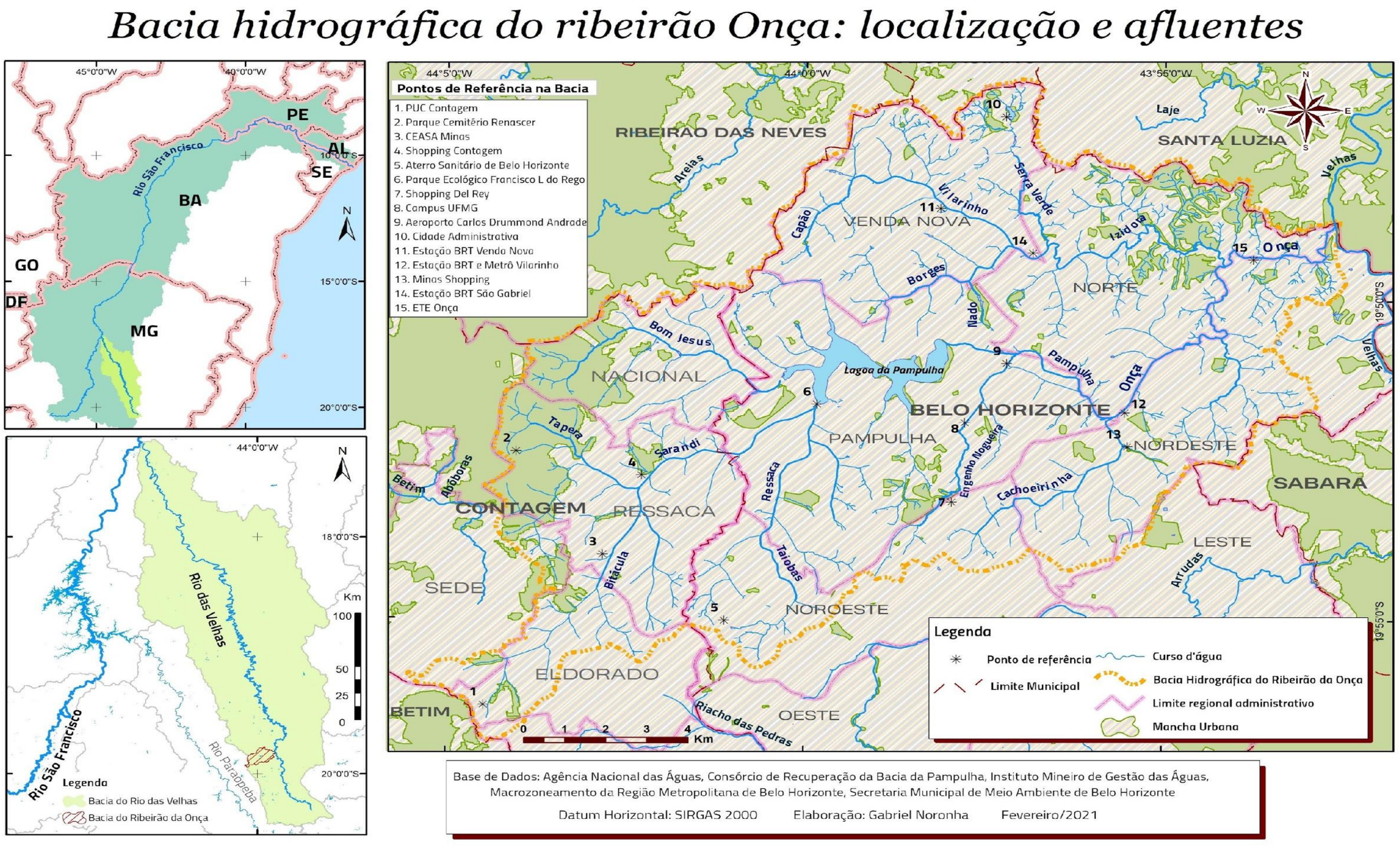
Em 2016 e 2017 foi realizado através dos projetos hidroambientais do CBH Velhas, um "Diagnóstico de Nascentes Urbanas na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça, em Belo Horizonte/MG" em torno de três sub-bacias importantes, a do Córrego Vilarinho, a do Ribeirão Izidora e a do Baixo Onça, próxima da foz e intensamente urbanizada e

[37] Existem dúvidas sobre a denominação da bacia se Isidoro ou Izidora. Nos mapas de Belo Horizonte, até pelos menos 1937, o ribeirão que deu nome a essa área está grafado como Ribeirão da Izidora, facilmente constatável nos mapas. Assim como o Ribeirão da Onça, ambos foram masculinizados nos mapas seguintes. No Quilombo Mangueiras, existente na mesma região, existe a informação de que Izidora teria sido uma escrava alforriada que ali constituiu sua descendência. Teríamos então uma questão de gênero e de classe. Alessandro Borsagli no site curraldelrei.com - escreve o seguinte: "em relação ao Izidora eu sei da existência de uma Izidora da Costa, que possuía 7 alqueires de terras no ribeirão da Onça quando sancionaram a Lei de Terras de 1850. É possível que o nome venha dela – Izidora da Costa. Nesta pesquisa mantemos o nome dado pelas comunidades na atualidade.

poluída. Em todas essas regiões existem muitas nascentes urbanas invisíveis aos olhos dos moradores e da cidade. Foram catalogadas 607 nascentes cadastradas nessas três regiões, por meio de um trabalho técnico, com metodologia científica, para caracterizar cada uma dessas fontes e propor ações possíveis para proteção/conservação. Em 120 dessas nascentes também foram realizados exames para análise da qualidade das águas.

No mapa a seguir (FIGURA 6), apresentamos a Bacia do Ribeirão Onça com os limites municipais e regionais, o limite da Bacia, os cursos d'água principais, a mancha urbana e alguns pontos de referência.

Figura 6 – Mapa da bacia hidrográfica do Ribeirão Onça



Fonte: Elaborado para a pesquisa..

4.2 Movimentos emergentes no Alto e Médio Onça: Devir democrático

Anteriormente nesta pesquisa apresentamos os Núcleos Manuelzão. Na bacia do Onça existem dezessete Núcleos Manuelzão estabelecidos na Bacia do Onça. Algumas microbacias vizinhas concatenam núcleos que adotam inclusive agenda comum, como é o caso do Cascatinha e Engenho Nogueira através do Pampulha Viva. O Núcleo João Gomes por outro lado viceja na região do Alto Onça, onde não são encontrados outros núcleos. Existem alguns estudos[38] que retratam alguns Núcleos específicos da Bacia do Onça.

Os Núcleos Manuelzão possuem histórico de fortalecer as organizações locais buscando disseminar o pensamento integrador de bacias hidrográficas, assim como propor o imaginário das águas em que o rio aparece como indicador da qualidade de vida do seu entorno. O Projeto Manuelzão trabalhar questões como a promoção da saúde, edicação e cidadania, e a partir dos Núcleos os temas são difundidos nas bacias do Onça e do Arrudas e em outras localidades da bacia do Rio das Velhas.

No entanto, outros movimentos em torno das águas vão surgindo na medida em que as pessoas começam a desejar ambientes urbanos plenos de vida. Aqui retrataremos alguns movimentos atuantes, entendidos como *movimentos emergentes*[39], que acontecem na bacia do Onça.

Visando cartografar multiplas vivências que propiciem configurações espaço-temporais realizadas na bacia do Onça, tecemos relatos com lideranças de movimentos emergentes na Bacia se revelando estratégia para produzir conhecimento, a partir de áreas à montante, contribuintes das águas do Baixo Onça. Foram trazidos à tona efeitos práticos na militância de cada um desses sujeitos, e o que lhes é peculiar. Entre os aspectos mais interessantes destaca-se a pluralidade desses sujeitos que, ao se reconhecerem nas nascentes e rios, se entendem como porta-vozes da mudança que desejam não somente para as microbacias onde convivem diariamente, mas assumidamente para toda a Bacia do Ribeirão Onça.

Edward Faria, mais conhecido como Vavá, tem 60 anos de idade e reside há cinco décadas na região limítrofe de Belo Horizonte e Contagem, no bairro Urca, porção

[38] Os estudos podem ser verificados em: Daniela Campolina Vieira (2014) e Carla Wstane (2013).
[39] Segundo o Michaelis Online *emergente* qualifica aquilo "1. Que emerge; 2. Que Surge 3. Que é resultante de". Portanto estão em verdadeira interface com movimentos já estabelecidos como os Núcleos Manuelzão. E que tratam de questões também entendidas como urgentes, que emergem à superfície e luz desta pesquisa sobre a Bacia do Onça.

mais elevada bacia do Ribeirão da Onça. Sua atuação política foi bem precoce, como presidente da Associação comunitária do bairro Urca, com 21 anos, mas atualmente reside em bairro vizinho, Tijuca, na retaguarda da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte. Vavá foi uma figura importante na fundação do grupo chamado Vida & Política, inicialmente batizado Fé & Política. O grupo foi criado na ocasião da campanha da fraternidade de 2017 da Igreja Católica no Brasil, que tinha como tema "biomas brasileiros e a defesa da vida". A campanha mobilizou cidadãos, como Vavá gosta de chamá-los, de seis diferentes paróquias da sub-bacia do córrego Bom Jesus com objetivo de *"buscar informação, sensibilização e mobilização"* em prol das nascentes e alagadiços da região.

Em março de 2017 foi promovida a 1ª caminhada para uma ação mais prática em sua comunidade e reuniu moradores e jovens da região, artistas mobilizadores e técnicos convidados das prefeituras de Contagem e Belo Horizonte. A caminhada contou com falas espontâneas de organizadores e técnicos e culminou com um lanche à beira do córrego Bom Jesus. O movimento promove uma interseção interessante entre a religião, arte e meio ambiente. O Padre Alvim, da Paróquia Verbo Divino, esteve presente e resumiu a missão como: *"A Natureza, entendendo o planeta terra como uma obra de Deus e como a gente intervê nessa obra"*.

Figura 7 – Grupo Fé & Política da Paróquia Verbo Divino em sua 1ª caminhada



Fonte: Gabriel Noronha, 2018.

O vídeo convite do encontro para o seminário[40] que se seguiu no mês de abril de 2017 teve em sua narração a mascote do Preá, um roedor comum na região, evocou o jequitibá da casa de um dos moradores que serve de ponto de encontro para as suas reuniões, e convidou os presentes a *"reviver a criança que cada um traz consigo"*, quando relembrar como é *"andar em meio às taboas, fazer guerra de mamonas ou nadar nos córregos*" é o sentimento que move esse movimento. Vavá conta que *"quando você desce do carro, você encontra nascentes, qualquer pessoa com mínimo de sensibilidade se sente tocado pela degradação delas"*.

Figura 8 – **Brejo** à beira do córrego Bom Jesus



Fonte: Gabriel Noronha, 2018.

O seminário ocorreu numa segunda à noite no auditório da Igreja Verbo Divino. Houve momento de sensibilização musical com o artista indígena Carlos Farias Maxakali, introdução dos participantes, pautas com o Edward e exposição de Gabriel Noronha, educador ambiental do CEA-PROPAM, sobre as nascentes da sub-bacia cadastradas no Projeto Catalogador de Nascentes, com entrega simbólica da tabela com todos os dados georreferenciados das mesmas.

[40] Vídeo convite sobre o Seminário do grupo Fé & Política "E se o rio corresse ao contrário?". Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=750801348421858&extid=Hjrsv5hm85Ua8Ri6.

Figura 9 – Seminário das nascentes da sub-bacia do Bom Jesus na Paróquia do bairro Tijuca



Fonte: Gabriel Noronha, 2018.

A maior dificuldade do grupo segundo Vavá é *"trazer a juventude*", pois o grupo é em sua maioria formado por adultos mais velhos, que raramente saem da sua região, exceto em atos como o "grito dos excluídos", e com limites em suas articulações. Ele relembra da segunda caminhada quando, às vésperas da disputa presidencial de 2018, houve *"uma disputa com a direita conservadora"*, onde jovens lideranças de algumas paróquias aceitaram participar do encontro conquanto levassem muitos outros participantes, mas o comparecimento real foi muito aquém ao esperado. Foi organizada uma grande feijoada pois era um grupo que interessava o debate, para confrontar ideias de *"desenvolvimento a qualquer custo"*, contudo Vavá acredita que aquilo tenha sido um boicote por parte daqueles jovens.

Quando perguntado sobre a COPASA, ele responde *"uma grande ausente, muitas vezes inimiga"*. A companhia de saneamento segundo ele "*não participa das discussões mesmo que convidada, e sempre que há algum problema, como o entupimento da rede de esgoto, levam-se semanas até ser sanado*". O problema vem agravando desde então pois os bairros estão passando por um processo de adensamento populacional, com a criação de conjuntos habitacionais imensos com aterramento de áreas de inundação. Apesar dessa enorme pressão sobre o patrimônio hídrico da região, houveram algumas conquistas como a audiência com o Ministério Público de Minas Gerais sobre as nascentes, em 2019.

A audiência marcada teve como assunto principal o embargo do Plano Diretor de Contagem. Para entender melhor sobre o assunto conversamos com **Maria Antonieta**

Pereira, moradora do Nacional desde 2012. Antonieta foi capacitadora de mediadores de leitura na UFMG, isto é, se ocupou por uma década da extensão destinada à alfabetização de cidadãos jovens e adultos. Coordenou projeto bastante conhecido batizado "Leitura para Todos" que disseminou textos literários e de divulgação científica por ônibus da região metropolitana. Sua militância recentemente se voltou para o cuidado com animais domésticos, e ela destaca que a degradação ambiental é também medida pelos maus tratos a eles. Com isso hoje em dia ela cuida de cerca de 100 animais em sua residência, convertida em um santuário para estes cachorros e gatos. Ela conta que "*além de muitos animais abandonados, morar numa chácara na região do Nacional é se deparar com área cheia de nascentes"*, contudo *"todo dia tem um prédio diferente subindo em área de nascentes"*.

Nesse engajamento Antonieta conheceu Vavá e o Movimento Vida & Política em uma *"articulação da campanha para presidente da república, em 2018"*. Obtiveram o apoio do Padre Alvim que financiou impressão de panfletos e mapas que foram afixados em igrejas da região, e lhes foi permitido a palavra nas missas pra explicar as ameaças as áreas verdes públicas da região. Houve volume superior a 2.000 assinaturas, que serviram de apoio para uma carta denúncia para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que se tornou objeto de interesse do Conselho de Política Ambiental (COPAM).

Entre os pontos polêmicos previstos no Novo Plano Diretor está a abolição das zonas rurais, infligindo parcelamento do solo à todo o município de Contagem, o que qualificou uma verdadeira ameaça às áreas verdes remanescentes nas áreas de cabeceira da bacia da Pampulha/Onça e na vizinha, Vargem das Flores. Antonieta disse que *"começaram a discutir primeiro a questão por Vargem das Flores, por causa das ameaças de empreendimentos que prejudicariam o abastecimento"*, entretanto ela denuncia sectarismo dentro do próprio movimento de resistência ao Plano Diretor, elegendo Vargem das Flores como prioridade e *"que o Nacional devia fazer sua luta sozinho"*.

Recentemente foi impetrada medida impeditiva no Novo Plano Diretor de Contagem por ele ser mais permissivo que o Plano Diretor da Região Metropolitana, ao qual ele estava submetido. A última cartada do movimento foi marcar reunião com Secretária de Meio Ambiente de Belo Horizonte, dada a importância estratégica de preservar áreas verdes à montante do município. Apesar disso, ela disse nunca ter recebido resposta do Secretário.

Marieta conclui que 2019 foi *"o ano que pegou fogo"*, onde a média de

participação de cidadãos nas reuniões eram de 5 a 20 pessoas, e contava com jovens de ensino médio. Ela partilha da vontade de construir uma associação civil comunitária, mas lamenta que "a pandemia tenha dispersou bastante a coesão do grupo".

Roseli Corrêa da Silva sempre morou no Céu Azul, desde seu nascimento em 1972. Há dois anos ela é conselheira do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Onça, e revela que foi *"a partir da educação em 2006, como professora de história, que fui pensar no córrego como espaço de vida"*. Ela relembra das memórias de infância relacionados aos córregos, e de certa topofobia que foi se consolidando, e cita elementos como *"taboas, brejos, rãs, cobras"* e que *"passava com muito medo pela pinguela"*.

A influência do projeto Semear da Secretaria de Educação do Governo de Minas foi de fundamental importância para que ela *"levasse a sala de aula para fora dos muros da escola"*. Quando ela entrou em contato com as cartilhas e revistas desse programa ela se reaproximou do córrego do Capão, a poucos metros da Escola Municipal Adalto Cardoso, onde leciona. Havia desde aquela época incertezas sobre a implantação da via 220, que supostamente ligaria a região do Barreiro até a Cidade Administrativa, configurando como típica avenida sanitária sobre o curso d'água.

Figura 10 – Estudantes da escola municipal Adalto Cardoso em manifestação pelo córrego do Capão



Fonte: Correia, 2014.

Roseli sentiu necessidade de *"publicizar a ideia de um parque ciliar no lugar da avenida*", de encontro com o que promovia o Projeto Manuelzão. Roseli então ajudou a fundar em 2013 um Núcleo do Manuelzão, e lista como pontos positivos o

"assessoramento, metodologia para reuniões e auxílio com a logística para transporte dos moradores, estudantes envolvidos em atividades do núcleo".

Hoje a comunidade ribeirinha do Capão dispõe orgulhosamente de um projeto de Parque Ciliar do Capão com 16.000 m², entremeando bairros da cabeceira do córrego do Vilarinho. Ele é uma compilação de pelo menos três projetos contemplando jardins infiltrantes, ciclovias e habitações, das respectivas universitárias urbanistas Priscila Neves, Amanda Henrique e Daniela Santos.

Figura 11 – Seminário promovido na Faculdade Izabela Hendrix em 2017 com o tema "Um parque é mais que um parque"



Fonte: Projeto Manuelzão, 2017, disponível em: https://bit.ly/3bMVD6s.

A luta da comunidade do Capão tem até data para virar filme. André, membro do Jornal Norte Livre será também diretor do filme "Reconciliar", e tem até 2022 para apresentar um documentário, que recentemente teve verbas autorizadas pelas entidades de fomento. A história ganhou outras mídias e o Capão hoje tem seu próprio podcast, *Narrar e Resistir*, gestado pelo coletivo Orla, que reúne o Núcleo Capão, o Espaço Cultural da Orla e a Associação Habitacional do Bairro Lagoa. [41]

No entanto, nem tudo são flores. Roseli destaca que houve audiência marcada por vereador em outubro de 2019 para dar procedimento à implementação do parque,

[41] O projeto Narrar é Resistir: Memórias Ribeirinhas, dirigido por Clarice Flores e outras participantes do coletivo Orla, se encontra disponível nas mídias digitais. O podcast reúne episódios sobre córregos e ribeirões fora da Bacia do Vilarinho, também. (https://open.spotify.com/show/6GkrENTGXlSKtxgipxZ99l)

entretanto *"a prefeitura não enviou representante algum, embora a comunidade tivesse comparecido em peso"*. Imediatamente antes à conversa com a professora houve anúncio e lançamento de obra orçada em 200 milhões de reais para construção de duas grandes bacias de contenção no baixo curso do córrego Vilarinho e do córrego Lareira/Marimbondo, recebendo grande destaque nas mídias.[42] Sobre isso, ela destaca que se trata de um paliativo e que *"esse dinheiro poderia apoiar outras iniciativas com muito mais benefício aos moradores locais e que atenuariam as enchentes*".

Ainda sobre a sub-bacia do Vilarinho-Izidora, o movimento EuVilarinho contesta as medidas inefetivas do poder público municipal para mitigar as enchentes e inundações do curso d'água.[43] O grupo tem como mote "eles passarão, eu vilarinho" em referência ao poema de Mário Quintana[44], traduzindo otimismo apesar dos obstáculos e dificuldades da convivência entre urbanização e os córregos da Vilarinho.

Um controverso projeto de engenharia havia sido apresentado subitamente pela prefeitura em 2019 como resposta à graves inundações no encontro do Córrego Vilarinho e córrego do Nado. Dessa vez seriam dois túneis com valor superior à 300 milhões a serem construídos abaixo do shopping Estação e estação de Metrô e MOVE. O CBH Velhas em conjunto com o Projeto Manuelzão e o Instituto Guaicuy concederam uma coletiva à imprensa elucidando que a proposta dos *canhões hidráulicos* seria, não somente ineficaz, como comprometeria ainda mais áreas à jusante no Ribeirão da Izidora.[45]

A figura à seguir mostra como as chuvas de fevereiro de 2020 afetaram as obras sendo executadas pela Prefeitura de Belo Horizonte com as estruturas de captação dos escoamentos superficiais dos Córregos Vilarinho e Nado.

---

[42] O anúncio feito em setembro de 2020 pelo prefeito Alexandre Kalil foi chamado de "maior contrato do Brasil entre municípios e a Caixa" e promete reduzir em 50% o volume de https://nortelivre.com.br/pbh-anuncia-convenio-de-r-200-milhoes-com-a-caixa-para-obras-na-avenida-vilarinho-em-venda-nova/

[43] Vídeo de apresentação do Eu Vilarinho, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3ZR8YeBxIvc.

[44] *Poeminho do Contra: Todos esses que aí estão/Atravancando meu caminho,/Eles passarão.../Eu passarinho!*

[45] A notícia deste episódio, e do estudo de caso feito por profissionais ligados às entidades de bacia se encontram no seguinte link: https://cbhvelhas.org.br/noticias/em-coletiva-de-imprensa-comite-critica-projeto-da-pbh-para-contencao-de-cheias-na-av-vilarinho/.

Figura 12 – Consequências das chuvas em Belo Horizonte



Fonte: Ricardo Andrade, fevereiro de 2021.

Wagner Eustáquio dos Santos tem 56 anos e é uma liderança bastante ativa na luta socioambiental da bacia do OBA, acrônimo para Olhos D'Água, Braúnas e AABB, afluentes da Lagoa da Pampulha, Alto Onça. Wagner é gestor e perito ambiental e, em 2011, durante trabalho de campo em disciplina da faculdade se reconheceu militante pelas questões ambientais de seu bairro. Ele também é agente sanitário estatutário da PBH e trabalha com controle de zoonoses e endemias.

Participou do conselho do Subcomitê do Ribeirão do Onça (SCBH-Onça) como suplente de Adilson Teles entre 2017-2018. Segundo ele a "*Avenida Francisco Negrão de Lima tem potencial para se tornar uma via sanitária com o leito mantido aberto em toda sua extensão*". Ele também tem no radar um projeto para ampliação do parque ecológico do Trevo, que foi vetado pela atual gestão da prefeitura. Segundo Wagner *"(o prefeito) não fala a língua ambiental. Quando criado pelo vereador Caixeta, foi uma motivação meramente política e não técnica pois não abarca o ecossistema e o perímetro desejado pela comunidade*".

Wagner destaca uma atenção especial da COPASA na região, por causa da

interação dos moradores com os responsáveis com a recuperação da Lagoa.[46] Contudo, ele ressalta que *"a PBH, representada pelo seu setor de fiscalização, tem deixado a desejar, pela omissão em fiscalizar de fato e agir pontualmente contra os infratores e principais causadores dos impactos e destruição do ecossistema ciliar"*

Sua participação no SCBH-Onça o motivou a criar a ONG SMRL, sigla para Serras Minas Rios e Lagos[47], que tem por objetivo *"traçar uma estratégia política e técnica visando o fortalecimento a aprovação de nossa luta na ampliação e anexação da área verde ao parque ecológico do Trevo"*. Ainda segundo ele *"junto à comunidade e as escolas públicas da região, plantaremos mudas nativas e frutíferas na área verde, sem deixar de lado a proteção dos cursos naturais de água"*.

Edina Teixeira Barbosa tem 56 anos, é nascida em Rubim, norte de Minas e se mudou para Belo Horizonte em 1984. Naquela época acompanhada de seu marido, Edna se estabeleceu por quatro anos no bairro Tupi, mas segundo ela *mesma "não veio morar em apartamento*". Então ela comprou um loteamento na vila que hoje diz fazer história, nesses 28 anos de reivindicações. Edna diz que "sempre teve esse dom de ser voluntariada" e que isso foi fundamental para sua militância.

Ela conta que perdeu um bebê de cinco meses e que naquele momento muito sensível e reclusa, vislumbrou as grandes mudanças na comunidade que estava inserida. Edina relata que o córrego que nasce naquela reentrância da serra se encontrava poluído, "*cheio de esgoto e lixo",* com diversas residências em cima do rego, ressaltando que *"nasci numa terra com escassez de água"*. Dessa maneira ela viu no Orçamento Participativo uma chance para mudanças no bojo da ocupação daquela pequena e problemática microbacia na Pampulha.

Desde 1993 a líder vislumbrava ter a revitalização do córrego aceita no recém criado Orçamento Participativo. A Vila Ouro Preto fez parte do itinerário do Seminário Internacional das Águas e do Meio Ambiente em 1997, quando Edina conta que foram recebidos por um grupo de capoeira da comunidade. Bastante estimulados, foram inúmeros mutirões sucessivos que culminaram com a retirada de mais de trinta toneladas de lixo descartados no leito do córrego, medidos por "*seis caçambas de lixo",* e uma grande passeata na semana do meio ambiente de 1998 na própria comunidade, quando o

[46] Suspeita-se aqui que, devido ao reduzido tamanho dessa bacia de contribuição direta e evidente para a Lagoa da Pampulha, havia uma tendência de pronta-atuação da concessionária.

[47] Wagner define a origem da sigla como: "Serras vem de área de recarga [...] e fazemos uma correlação de minas de Minas Gerais com as minas de nascentes", de imprescindível preservação para existência dos rios e lagos.

córrego foi batizado "*Córrego da Cidadania"*.

Ainda naquele ano foi direcionada verba do primeiro Orçamento Participativo aprovado na comunidade para que fosse feito o Plano Global Específico, instrumento norteador de investimentos da prefeitura em reassentamentos de vilas e favelas. Conta Edina que *"já fui conferencista do Manuelzão em Corinto, eles são muito de cobrar do governo, aqui a gente fez com as próprias mãos até conseguir recurso"*, e elenca três pontos que foram fundamentais para o "Movimento Cidadania pelas Águas" conseguir atingir a meta*: visibilidade, intencionalidade e comparatibilidade*.

Figura 13 – Edina ao lado de técnicos de órgãos municipais na Vila Ouro Preto



Fonte: Acervo da Edina, 2018.

Hoje ela fala orgulhosamente de dois lagos construídos no leito e esclarece *"no que poderia ser feito, fomos os primeiros a exigir gabião nessa obra"* em contraste com projetos contemporâneos com uso predominante de canais concretados. Foram sucessivos outros projetos aprovados que levaram a Vila Ouro Preto a se destacar pela auto-gestão compartilhada na bacia do Onça.

Figura 14 – Início das remoções de construções feitas diretamente no leito do córrego, em 2005

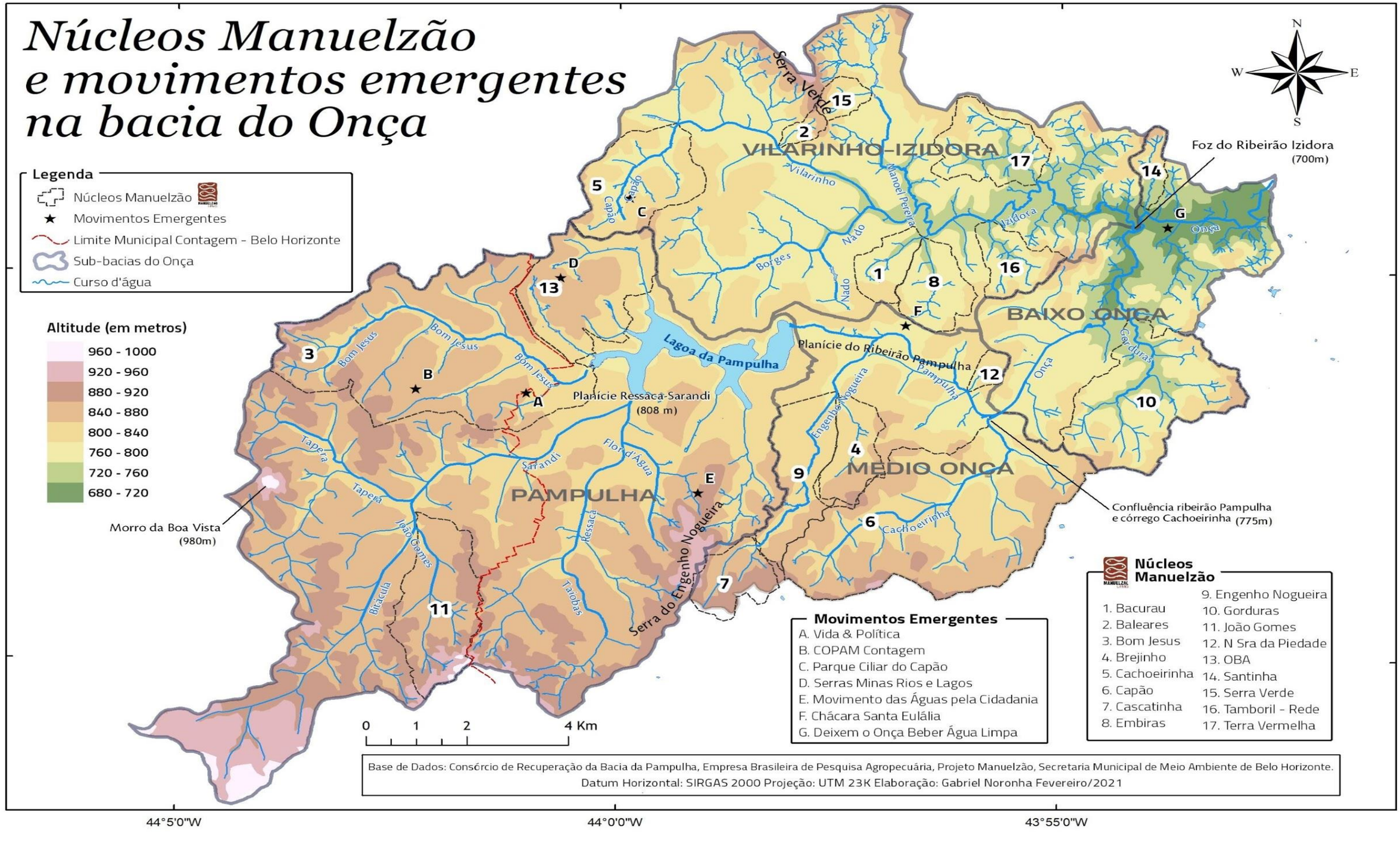


Fonte: Acervo da Edina, 2018.

No mapa (FIGURA 15) a seguir, foram segmentadas quatro diferentes sub-bacias desse território que é a Bacia do Onça. As coloridas faixas de altitude no modelo digital de elevação (MDE) são responsáveis por nos situar no "chão" e os Núcleos e movimentos sugerem a "identidade", recorrendo-se à Milton Santos (2007): "território usado é o chão mais a identidade". O Baixo Onça possui situações que lhe são particulares diante da Bacia da Pampulha que se encontra em porção mais elevada da bacia, por exemplo. Ao retratar altitude, aproveitou-se para indicar importantes divisores de água, bem como confluências de cursos d'água.

Cartografar multiplas vivências de imaginários possíveis que demonstrem um pouco como os rios interpelam as pessoas, ainda que não se procurou esgotar o assunto, é importante para que possamos ter em mente que a relação com os rios estão na base de luta das pessoas comuns em seus lugares de existência e não em pautas governamentais oficiais.

Figura 15 – Mapa dos núcleos Manuelzão e movimentos emergentes na bacia do Onça



Fonte: Elaborado para a pesquisa.

4.3 O Baixo Onça: a potência de um rio não canalizado – Devir rio

A prática do Povo do Onça junto com o COMUPRA e o Deixem o Onça Beber Água Limpa se revela no território de uma bacia hidrográfica em ambiente urbano, nos levando à reflexão sobre a complexa relação entre os processos sociais e o espaço físico, material, vivido e visível, que nos força a compreendê-lo de forma simultânea, o mundo social e o mundo físico. O Ribeirão Onça, não tampado, explícito na natureza física e social que o compõe, possibilita espaços de encontro que inclui o imaginário de rios vivos em suas narrativas sociais. É possível falar sobre ele, de forma contrária, pois correm em leito natural, aos rios invisibilizados do centro da cidade. Para tanto, vamos discutir as potencialidades, limites e possibilidades trazidas por um rio urbano em leito aberto em uma área de grande vulnerabilidade social.

A região do baixo curso do Ribeirão Onça (Baixo Onça) região em que se encontra em grande parte em leito ainda "natural", o que poderá fortalecer o entendimento de que o leito aberto permite, dentre outras coisas, o estabelecimento de relações que possam possibilitar aberturas para se pensar *uma outra cultura da água possível.*

Considera-se o baixo curso do ribeirão Onça a porção da bacia que se localiza à jusante da Lagoa da Pampulha, após o encontro do córrego Cachoeirinha com o ribeirão Pampulha – na Av. Cristiano Machado (próximo à estação de metrô do São Gabriel) – o curso d'água recebe o nome de Ribeirão Onça, e segue margeando a Via 240 e Rodovia MG20, até desaguar no Rio das Velhas, em Santa Luzia. Neste trecho possui uma extensão de 11,59 km, sendo 3,36 canalizados e 8,22 em leito aberto, visível, "natural". Tem como afluentes à margem direita o Córrego Gorduras e à esquerda recebe as contribuições dos Córregos Nossa Senhora da Piedade, Açudinho, Izidora e Santinha.

Mesmo antes da implantação de Belo Horizonte, a região conhecida hoje como Baixo Onça já era ocupada por fazendas, matas e chácaras que conformavam os povoados do Onça e de Gorduras, no entorno dos córregos de mesmo nome. Essas fazendas foram importantes para o fornecimento de materiais de construção para as obras de implantação da capital, tais como madeira, lenha, pedras e tijolos, além de fornecerem gêneros alimentícios, como carne, leite e queijo.

Com a implantação e o crescimento da capital, aos poucos essas fazendas foram dando lugar a pequenas vilas e bairros, implantados sem planejamento prévio, com moradias sendo edificadas às margens dos cursos d'água ou em encostas muito íngremes,

suscetíveis às enchentes e aos escorregamentos.

Até o final da década de 1940, algumas destas áreas pertenciam ao município vizinho, Santa Luzia, tendo sido posteriormente incorporadas à Belo Horizonte.

Diante da crescente demanda por moradia na região, a Prefeitura, o Governo Estadual e o Governo Federal deram início à construção de Conjuntos Habitacionais Populares a partir da década de 1970. Foram então implantados o Conjunto Habitacional Novo Aarão Reis, Conjunto Habitacional Antônio Ribeiro de Abreu, Conjunto Habitacional Novo Belmonte (no atual Bairro Ouro Minas), entre outros. Muitos destes conjuntos foram implantados a partir da doação de terras pelo poder público, com as edificações erguidas com recursos dos próprios moradores, por meio de mutirões.

Nessa época, paralelamente à construção dos Conjuntos Habitacionais Populares, o poder público iniciou um processo de aprovação de loteamentos clandestinos na região, com o objetivo de garantir às comunidades o acesso aos serviços básicos, como água, redes de esgoto, pavimentação e energia elétrica. Com o tempo, a ocupação na região foi se consolidando, ao ponto de se tornar difícil identificar características desta intervenção pública inicial na área.

Conforme o Diagnóstico Técnico e diretrizes para a implantação do Parque Linear[48] do Ribeirão do Onça, elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte, o padrão de ocupação vigente na região do baixo Onça é, em linhas gerais, caracterizado por ocupações em terrenos de grande declividade ou muito próximos à calha do rio. Nota-se que, quanto mais próximas ao curso d'água, mais precárias são as edificações. Tratam-se predominantemente de edificações residenciais, de um a dois pavimentos, de baixo padrão construtivo.

Na região do baixo curso do Ribeirão Onça encontram-se áreas pastoris ou de vegetação nativa, com cursos d'águas, nascentes e atividades típicas do ambiente rural – como criações de animais e plantios. Estas áreas convivem com hábitos e problemas ambientais comuns às periferias urbanas, como bota-foras clandestinos, ocupações irregulares e informais, lançamentos irregulares de esgoto, desmatamento, impermeabilização de áreas de nascentes e recarga d'água, dentre outros. Recebem poluição das águas à montante e sofrem com os efeitos da poluição difusa. A ocupação das áreas imprimiu à vegetação local remanescente uma descaracterização intensa,

[48] A Prefeitura de Belo Horizonte chama de Parque Linear, mas esse conceito é questionado pelos moradores do Baixo Onça, que se se referenciam como Parque Ciliar, trazendo o conceito mais orgânico e funcional das matas ciliares.

observando-se comumente sua suplantação, o que afeta diretamente o corpo d'água, as suas margens, os seus meandros e a existência das nascentes e toda a dinâmica hídrica.

Figura 16 – Bois atravessando o Ribeirão Onça na altura da foz com o Córrego do Izidora, em direção ao pontal da localidade Areia Branca (Bairro Ribeiro de Abreu)



Fonte: Acervo da autora, maio 2016.

Essas águas, poluídas, tornam foco de doenças e de miséria. As margens, tidas como de altíssimo risco, passam por inundações pelo menos uma vez por ano. Essa região foi conformada de maneira desordenada, configurando-se em uma precária produção do espaço, crescendo rapidamente e tendo como consequência diversos problemas estruturais, sociais e ambientais – tais como limitações nos serviços de transporte, escassez de equipamentos públicos, violência, falta de vias de acesso e tráfego entre bairros; ocupação irregular em áreas de risco às margens do Ribeirão do Onça, e a poluição e assoreamento do rio, devido à descarga de esgoto e o depósito de lixo que muitas vezes vem das áreas à montante. Este contexto retrata todo o cenário de degradação da bacia hidrográfica do Onça, considerada a maior poluidora do Rio das Velhas.

Entretanto, no Baixo Onça a relação com o rio exalta os caminhos ditos naturais de um curso d'água em ambiente urbano: provoca movimentos e possibilidades que carregam as identidades, estórias, coexistências e devires. Ainda que o rio se apresente

muitas vezes como ameaça, ainda que esteja poluído, ainda que suas margens estejam ocupadas e com mau cheiro, poluição e miséria é possível ver a beleza que se exprime em suas margens e ao longo do seu leito, podendo vislumbrar um imaginário de rios urbanos em harmonia com as cidades.

A região do baixo Onça apresenta grande beleza natural, que torna a região com potencial turístico, ambiental, educativo e de lazer. Existem três formações de cachoeiras de pequeno e médio porte na região, a primeira que está localizada entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas com uma extensão de 190m com queda de 31m de altura (FIGURA 17); a segunda cachoeira que aparece entre os bairros Ribeiro de Abreu e Novo Aarão Reis com extensão de 72 m e queda de 9 m de altura (FIGURA 18); e a terceira cachoeira entre os bairros Ribeiro de Abreu e o Conjunto Ribeiro de Abreu com 106m de extensão e queda de 11 m de altura (FIGURA 19).

Ao todo são nove praias, quatro à margem direita e cinco à margem esquerda do Ribeirão; além de três ilhas que se formam ao longo do rio, uma beleza escondida debaixo do entulho e do lixo. Atualmente é o maior poluidor do Rio das Velhas e expõe de forma incontestável a degradação de toda a bacia (PDRH Rio das Velhas, 2014).

À seguir trago algumas imagens do Baixo Onça que expõe toda beleza natural por traz da miséria social que salta aos olhos. São três cachoeiras, à saber: a primeira se localiza entre o bairro Novo Aarão Reis e o bairro Ouro Minas, com extensão 190m e queda de aproximadamente 31m de altura; a segunda cachoeira se localiza entre os bairros Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu, com extensão de 72m e queda de 9m de altura; e a terceira cachoeira localizada entre os bairros Ribeiro de Abreu e Conjunto Ribeiro de Abreu, com extensão de 106 m e queda de 11 m de altura;

Figura 17 – Cachoeira do Onça entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas



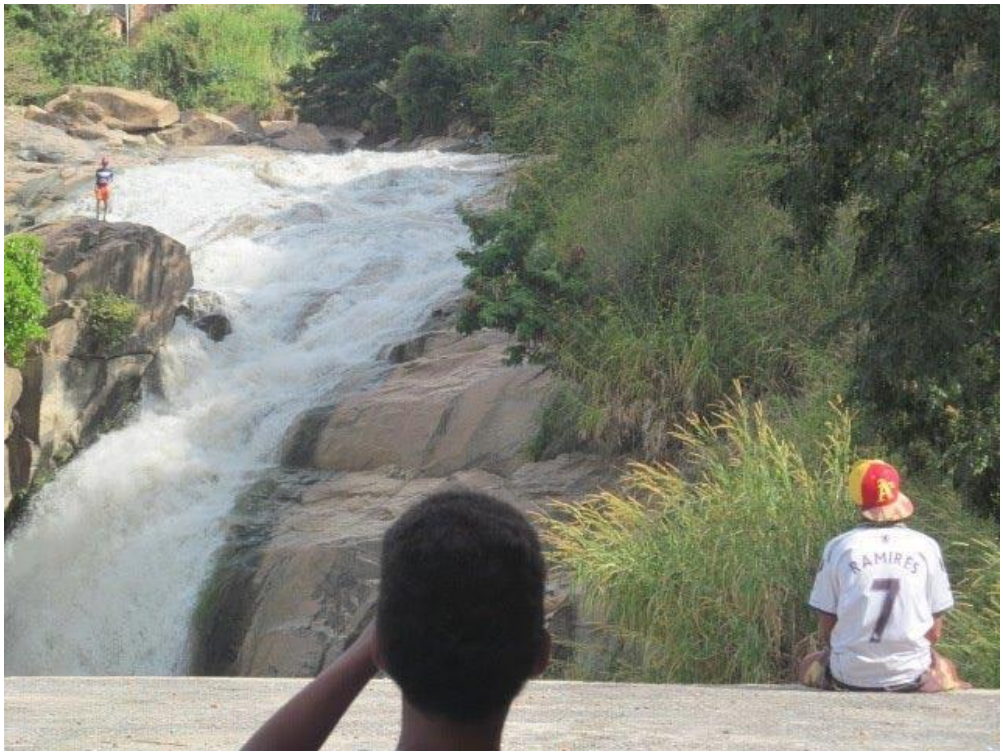
Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

Figura 18 – Cachoeira do Onça entre os bairros Novo Aarão Reis e Ouro Minas



Fonte: Guilherme Cerqueira, 2016.

Figura 19 – Meninos observando a Cachoeira do Onça



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2010.

Figura 20 – Cachoeira do Bairro Ribeiro de Abreu Acervo



Fonte: Patrícia Rodrigues, 2019.

Figura 21 – Cachoeira na altura do bairro Novo Tupi e Conjunto Ribeiro de Abreu



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Além das cachoeiras, existem 21 corredeiras que variam em extensão de 15 a 207 metros, algumas fotos mostram a beleza das corredeiras:

Figura 22 – Corredeira no Bairro Ribeiro de Abreu com interceptor



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Figura 23 – Corredeira no Bairro Ribeiro de Abreu



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2020.

A dinâmica do rio possibilita também a formação de praias em seu leito. São nove praias, sendo 4 à margem direita do Onça e 5 à margem esquerda do Onça

Figura 24 – Celebração do bloco Tico Tico Serra Copo 2016 tem encerramento na Praia do Areia Branca, foz do ribeirão Izidora no Onça



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

As ilhas também são cenários que se formam no leito do Onça. Ao total são três ilhas, incluindo a da ponte.

Figura 25 – Ilha de pedra no Ribeirão do Onça na altura do bairro Aarão Reis



Fonte: Patricia Rodrigues, 2019.

Por mais que se consiga extrair toda beleza e potencial natural existente no Ribeirão Onça e querer mostrá-lo para o mundo, expressando as possibilidades trazidas por esse corpo hídrico, visível, não tampado, também não é possível negar as contradições da sociedade que são expressas a partir desse curso d'água, e que saltam aos olhos quando percebemos o que a urbanização é capaz de produzir de miséria e exclusão social.

Historicamente, o processo de urbanização brasileiro ocorreu de forma desorganizada e desigual. Em Belo Horizonte não foi diferente, apesar da cidade ter sido planejada à luz do pensamento moderno, a dinâmica com as águas, a partir de um modelo tecnosanitário se perpetua ainda atualmente.

No centro se concentrava a infraestrutura, as principais atividades econômicas e as habitações mais caras. A periferia, mais adensada, era formada basicamente por ocupações irregulares[49], projetos governamentais de conjuntos habitacionais e loteamentos populares para abrigar a população de baixa renda que trabalhava formalmente ou informalmente na metrópole.

Esses processos se constituem por uma permanente valorização e desvalorização de terras que ocorre pela especulação imobiliária. À medida que as áreas precárias da periferia se estruturam urbanisticamente e dão melhores condições de vida para seus habitantes, elas também passam a ser valorizadas e mais ocupações irregulares vão surgindo ainda mais perifericamente, ou seja, em áreas de risco[50] antes não ocupadas.

Assim, esse ambiente acaba criando problemas ambientais de alagamento, deslizamentos, inundações, poluição para o local e para outras regiões que são direta ou indiretamente afetadas. Além disso, as ocupações em geral ocorrem com construções de moradias precárias, sem o menor planejamento para o corte dos taludes, sem abastecimento de água ou rede de esgoto adequada, o que tornam essas áreas ainda mais vulneráveis ou de alto risco.

[49] Uso aqui o termo ocupação irregular para tirar o tom pejorativo que o senso comum chama de invasão, entendendo que a ocupação irregular expressa o produto de uma especulação imobiliária crescente no país.

[50] As áreas de risco a inundações, segundo o Ministério das Cidades/IPT 2007, são os terrenos marginais aos leitos dos rios principalmente os ocupados por construções precárias e susceptíveis aos riscos diretos desses eventos.

Figura 26 – Moradias em locais com elevada predisposição para desabamento e alagamentos



Fonte: Patricia Rodrigues, 2019.

Como já citado nesta pesquisa, além das ocupações em áreas de risco, outros problemas relacionados ao modelo de construção das cidades interferem diretamente nos cursos d'água: os desmatamentos, a exposição do solo aos processos de erosão, a sua impermeabilização que faz com que as águas não infiltrem o que aumenta a velocidade do escoamento superficial. Da mesma forma que as retificações e as canalizações dos leitos provocam aumento na velocidade do fluxo bem como a concentração da água, já que os meandros que ajudam a dissipar a energia do rio são eliminados. Nesse cenário, o tempo de resposta da vazão para a quantidade de chuva recebida diminui, provocando inundações[51] muito rápidas e bruscas.

É possível verificar que existe uma forte correlação entre as populações mais afetadas por eventos de inundação com a própria situação de exclusão social que essa população vive. Assim, existe uma origem estrutural dos riscos que decorrem das dinâmicas de articulação entre o sistema social e o ambiente construído.

Tem-se registrado, a partir de dados coletados pela Prefeitura de Belo Horizonte , que as ocorrências de eventos de inundação na região do Baixo Onça só têm aumentado. Isso se justifica pelo adensamento urbano, assim como pela constante canalização dos cursos d'água à montante que provocam sérias consequências no Baixo Onça.

[51] As inundações são eventos de desbordes do rio que ocorrem geralmente por um alto índice pluviométrico em um curto período de tempo ou em chuvas de longa duração.

Embora em 2020 tenha-se registrado apenas uma ocorrência de inundação, em 2021 ao contrário, em apenas um dia de chuva registrou-se vários eventos de inundação em grande parte do Baixo Onça. A seguir alguns registros, que demostram o comportamento e a força das águas sufocadas em ambiente urbano. Os canhões d'águas, saem dos seus canais retificados e tampados à montante, quando encontram espaço para seguir seu fluxo, explodem, refletindo toda a compressão sofrida à montante do Baixo Onça.

Figura 27 – Chuva arrasta carros no encontro dos córregos Vilarinho e do Nado, outubro de 2015



Fonte: Hoje em Dia – Estadão https://bit.ly/3r0wR9m.

Figura 28 – Alagamento no encontro do Ribeirão Pampulha e córrego Cachoeirinha em fevereiro de 2021



Foto: BHTRANS. Disponível em: https://glo.bo/3bJz7vg.

As imagens demonstram que as cheias se associam a um desastre natural, sendo sua causa genética originária o elevado índice pluviométrico que enchem os cursos d'água, que naturalmente tendem a transbordar. Contudo, simultaneamente, causas sistêmicas, como o modelo de urbanização e a ocupação indevida de terrenos, também são responsáveis por grandes processos de ruptura social.

Entende-se nessa linha que "as inundações são acontecimentos com raízes profundas nas relações do sistema social com o ambiente por ele próprio construído, e por outro lado, enquanto produtores potenciais de rupturas graves" (RIBEIRO, 1995, p. 25).

O mapa do Baixo Onça à seguir, permite usar a composição colorida da imagem de satélite com melhor reconhecimento das texturas entre o que é urbanizado e permeável, e áreas verdes permeáveis. O principal articulador do Mapa do Baixo Onça é o próprio Ribeirão Onça. Aproveitando-se do sentido de leitura, o mapa foi girado para a esquerda 90°[52], entendendo o Ribeirão Onça como encontro do Pampulha e Cachoeirinha, desde sua esquerda superior, até sua foz com o Rio das Velhas, no canto direito inferior.

Os encontros do Deixem o Onça Beber Água Limpa foram georreferenciados, além das principais escolas colaboradoras. Uma das pautas da Metas 2025 do Movimento é sobre a municipalização da via MG-20 (Rodovia Camilo Teixeira Costa), que acompanha a margem esquerda do Ribeirão Onça.

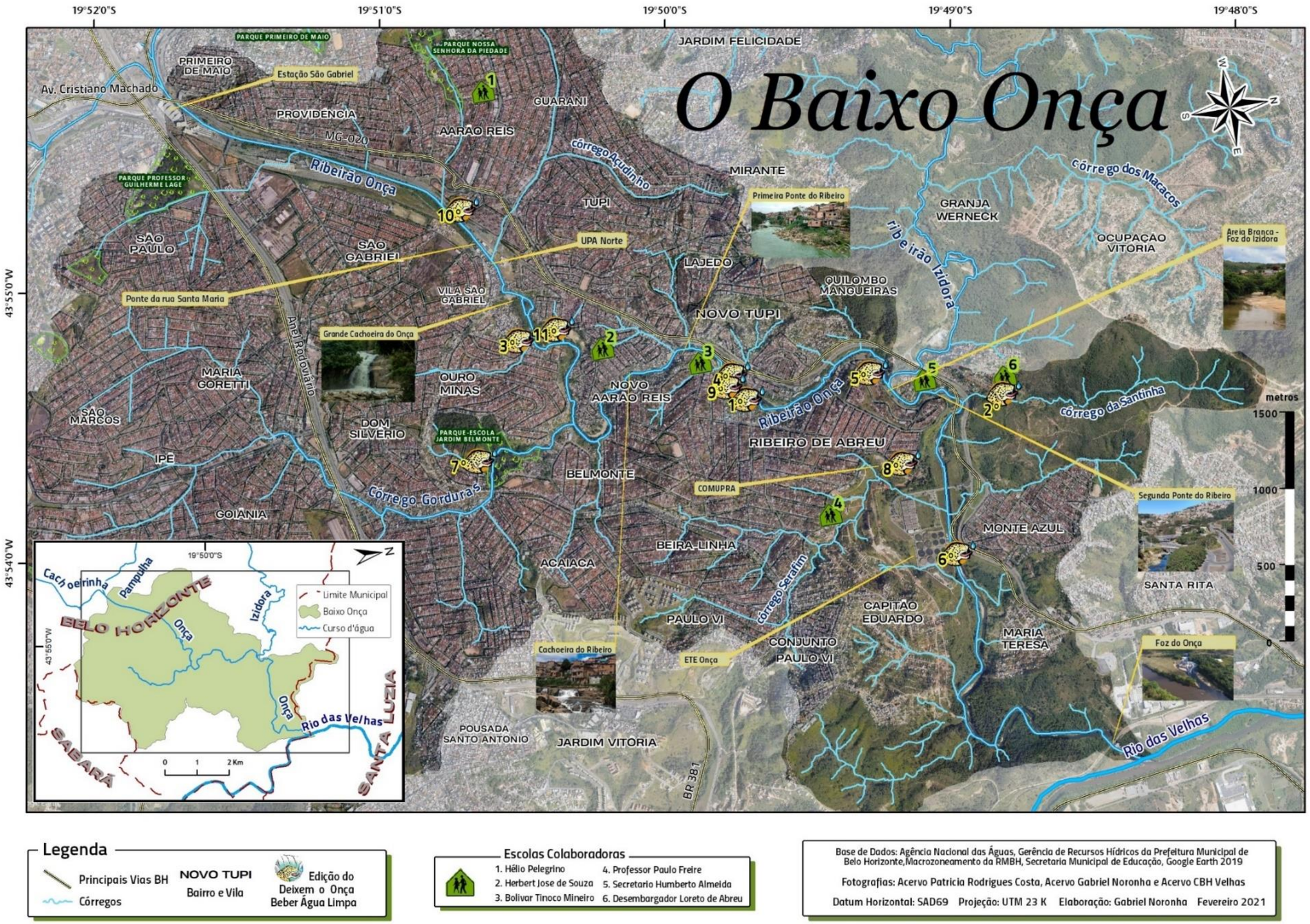
A via estadual aparece destacada em tom de laranja, em contraste com a avenida Risoleta Neves, que corresponde ao trecho amarelo que vai desde a Cristiano Machado até o Novo Aarão Reis. Outra importante via que corta o Baixo Onça, o Anel Rodoviário (BR-381 e BR-262), está destacada de vermelho ao Sul. Também foram indicados parques da região, além de pontos de interesse ao longo do trajeto ribeirinho.

Neste ponto, após apresentar as potencialidades físicas e naturais que se apresentam no Ribeirão Onça e o entendimento que os problemas são em decorrência do processo social que envolve a construção das cidades, a questão que quero encaminhar é sobre as possibilidades de que em ambiente urbano, a paisagem natural (rio em leito aberto) tem chances, mais do que os rios invisíveis do centro da cidade, de potencializar a participação das pessoas na produção de uma outra cultura da água possível, ainda que os riscos produzidos pelo descaso e pela miséria da paisagem social estejam estampados naquele curso d'água.

[52] Notou-se essa mesma orientação no mapa do "Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça", em que o Norte está virado para a direita.

Para responder à essa questão, buscarei nos proximos capítulos, cartografar a produção do espaço realizado no Baixo Onça, compreendendo que é no espaço que se encontra a real possibilidade da política e, nesse caminho, de aberturas e devires democráticos.

Figura 29 – O Baixo Onça



Fonte: Elaborado para a pesquisa.

5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ABERTURAS PARA DEVIRES DEMOCRÁTICOS

5.1 A prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação

Para Doreen Massey (2008) o espaço, em outras palavras, é inerentemente "disruptivo". Não tem como separar o espaço das relações sociais que o envolvem. Assim é o com o rio, que externaliza todas as contradições, ausências do estado, e desigualdades sociais. Para a geógrafa, dadas as conceitualizações hegemônicas, *o espaço não é uma superfície* (MASSEY, 2008, p. 17).

Assim o rio e seu entorno não é uma superfície, não é apenas um corpo hídrico solto no espaço. É produto de relações sociais que coexistem e se manifestam no espaço. Muitas vezes essas manifestações são tão desiguais, tão perversas, que é muito importante que se mostre relações mais afetuosas, mais respeitosas, de menos domínio e de mais harmonia na relação que estabelecemos esses corpos hídricos da cidade e como produzimos esses espaços de diálogos.

Nesse sentido buscarei aqui compreender a produção do espaço, ou as espacialidades produzidas pelo Povo do Onça, através das provocações de um imaginário das águas proposto pelo COMUPRA e do Deixem o Onça Beber Água Limpa ao Povo do Onça, na relação com esse importante curso d'água de Belo Horizonte.

A proposta é realizar uma cartografia das espacialidades produzidas no Baixo Onça a partir da abordagem das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação que compõem a teoria da produção do espaço proposta por Henri Lefebvre, como possibilidade de leitura das viv ências, buscando demostrar as relações estabelecidas com o rio. E assim procurar entender se tais práticas podem estimular novas políticas, outras formas de ser no mundo, buscando apontar aberturas para o reconhecimento da existência de multiplicidades e de produção de espacialidades, como propõe Doreen Massey (2004), bem como constituir devires conforme proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattary (2006).

O espaço deve ser entendido, pois, como uma mediação interativa entre as formas do ambiente construído, resultante da transformação da natureza e a vida social que anima essas formas. Doreen Massey (2004) nos mostra que o espaço está em um eterno processo de devir, nunca acabado e jamais fechado ou cíclico, sendo o domínio que permite a existência da multiplicidade e a coexistência de trajetórias diversas.

Para dialogar com a ideia de Doreen Massey (2005) no intuito de verificar multiplicidades é importante entender que na densa teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre, ele sugere que a compreensão e a análise dos processos espaciais devem ser abordadas em diferentes níveis, dando ao espaço um caráter relacional e aberto.

Primeiramente, Henri Lefebvre propôs a construção de uma dialética básica que possui fontes diferentes e que expressam os pensamentos de Hegel e Marx[53]. Mas, a dialética de Lefebvre não é binária e sim tridimensional, acrescentando a essa abordagem uma teoria da linguagem, em uma dimensão "simbólica" baseada nas proposições de Nietzsche[54]. O autor procura apreender a prática social enquanto totalidade e não apenas um aspecto parcial dessa prática. Lefebvre, descreve sua dialética como uma crítica radical de Hegel baseada na prática social de Marx e na arte de Nietzsche (LEFEBVRE, 1991, p. 406). Crhistian Schimid esclarece que "em um nível geral, a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético" (SCHIMID, 2012, p. 95).

Entende-se nessa direção como centrais a corporeidade humana, a sensibilidade e a imaginação que entram na relações entre si por meio de suas atividades e práticas. Aqui é importante dizer que Lefebvre (1986) rejeita a ideia de Hegel de que o movimento dialético ocorre no conceito e desta forma, apenas no pensamento. Se for assim, para Lefebvre *op cit*, esta dialética não pode ser aplicada à realidade. Sendo importante para o autor compreender a vida real em todas as suas contradições. A partir dessa crítica Lefebvre segue Marx que relaciona a dialética ao processo material da produção social. Reconhecendo que a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio dessas contradições. Para então propor a dialética triádica, Lefebvre acrescenta uma terceira dimensão, a simbólica, no sentido de que vários significados podem ser atribuídos aos símbolos, carregado de imagens, emoções, afetividade e conotações. Além da ambiguidade e da complexidade que são inerentes à linguagem viva e vivida. Nesse caminho interessa ao autor o instintivo, o emocional e o "irracional" como fatos sociais. Schimid (2012) esclarece que para Lefebvre, o símbolo constitui a base do imaginário social, que é diferente do imaginário individual.

---

[53] De acordo com Lefebvre, a tríade hegeliana "tese – antítese – síntese", que supunha construir o processo do devir, é uma ilusão uma vez que é construída apenas uma representação. Em contraste com isso, a tríade marxista "afirmação – negação – negação da negação" reivindica a interpretação do processo de devir mas não cumpre esta ambiciosa reivindicação (SCHIMID, 2012).

[54] Nietzsche fala sobre o ato criativo e poético, portanto, simbólico.

Assim, uma figura dialética tridimensional emerge, através do qual, os três momentos são dialeticamente interconectados: linguagem e pensamento (Hegel); prática social material (Marx); e o ato criativo, poético (Nietzsche).

A reivindicação de Lefebvre não é mais a interpretação do devir, nem mesmo a produção do devir, mas a análise do devir. Seu método analítico possibilita a descoberta ou reconhecimento do sentido: um horizonte de devir – de possibilidades, incertezas, probabilidades. E isso permite a formulação de uma estratégia – sem a certeza de se atingir o objetivo (LEFEBVRE, 1986, p. 41, 42).

O espaço então é compreendido como um processo de produção que acontece em termos de três dimensões dialeticamente interconectadas. A partir desta perspectiva, a análise tridimensional da produção do espaço aparece como: "prática espacial", "representação do espaço" e "espaços de representação".

O núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção do espaço, a saber:

1º) a produção material, em que o espaço social aparece na dimensão da *prática espacial* como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, terreno, geologia, espaços construídos).

2º) a produção de conhecimento, em que esta prática espacial pode ser linguisticamente definida e demarcada como espaço e, neste caso, constitui uma *representação do espaço*. Esta representação serve como um esquema organizador ou um quadro de referência para a comunicação, que permite uma orientação (espacial) e, assim, ao mesmo tempo, co-determina a atividade;

3º) a produção de significados, em que a "ordem" material que aflora na superfície pode tornar-se ela mesma um veículo transmitindo significados. Dessa maneira, um simbolismo (espacial) se desenvolve expressando e invocando normas, valores e experiências sociais, dando vida aos *espaços de representação*.

Isso torna claro que o espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente, provocando uma real possibilidade do exercício da política.

Henri Lefebvre (1991) faz também uma outra abordagem da teoria da produção do espaço que pode ser encontrada na fenomenologia, é o que ele chama de tríade dialética do homem. Os pontos de referência fenomenológicos também se tornam claros na dimensão da produção do espaço com os conceitos de percebido, concebido e o vivido

(SCHIMID, 2012). Para ele é uma abordagem ao mesmo tempo individual e social, proporcionando a autoprodução da sociedade, denotando processos individuais e sociais ao mesmo tempo.

Para evitar uma abordagem cética da fenomenologia, ele a combina com o conceito de prática espacial para mostrar que a percepção não acontece apenas na mente, mas se baseia numa materialidade concreta e produzida (SCHIMID, 2012). Além disso, o autor entende também que o vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido.

Para Lefebvre, sob a perspectiva fenomenológica o espaço emerge somente da interação de todas as três dimensões. A proposta do autor é abordar uma perspectiva que parta do sujeito que pensa, atua e experimenta para o processo de produção social do pensamento, ação e experiências. Para Christian Schimid, ao abordar a proposta de Lefebvre, a proposta fenomenológica conduz à algumas conclusões:

> [...] um espaço social inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido - uma "experiência". A materialidade em si mesma ou a prática material *per si* não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência vivida. A "experiência" pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. (SCHIMID, 2012, p. 107)

A partir das figuras tridimensionais da realidade social desenvolvida por Lefebvre, proponho aqui cartografar a produção do espaço no Baixo Onça, buscando trazer à tona as multiplicidades e coexistências que se encontram nesta localidade.

Vou iniciar buscando dialogar com a *representação do espaço* como ponto de partida para esse diálogo, abordarei como pano de fundo a proposta da Prefeitura de Belo Horizonte para discutir o (a) *Parque Linear do Onça*. Aqui focaliza-se a representação do espaço, como indutor de um pensamento formal e oficial dos poderes públicos.

No segundo momento vou abordar a *prática espacial* do Povo do Onça com vistas às (b) *ocupações coletivas* e espontâneas que vêm acontecendo ao longo dos anos nas margens do Ribeirão, recriando espaços de lazer, de convivência, de agrofloresta, horta comunitária, dentre outros. Acrescento aqui um outro momento de análise da *representação do espaço* a partir do Povo do Onça que se torna linguisticamente compreendida a partir das (a1) *Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos na elaboração de mapas afetivos* que traz contrapontos à representação do

espaço abordado a partir do olhar os poderes públicos.

No terceiro momento será abordado os *espaços de representação* a partir do (c) *Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa*, que envolve o simbólico, sendo o rio o elemento central dessa abordagem, tornando o desejo como formas de transcendência por rios vivos, que ajudam os devires a prevalecer sobre a morte dos cursos d'água urbanos.

Essas quatro abordagens trazem os três momentos da teoria de produção do espaço proposta por Henri Lefebvre (1991) , no que diz respeito à prática espacial, representação do e espaços de representação, que serão detalhados à seguir.

5.1.1 O Parque Linear do Ribeirão Onça: uma representação do espaço

> O Parque Linear do Ribeirão Onça é uma proposta que surgiu da Prefeitura de Belo Horizonte 2014, mas que se ergueu a partir da densa mobilização realizada pelo COMUPRA e Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, que pressionaram a Prefeitura ao longo de anos, de 2013 até os dias atuais. A população do Baixo Onça sempre sofreu, e continua sofrendo com inundações no período de chuvas. *"A gente levava para a Prefeitura a reivindicação e eles perguntavam de quantas famílias a gente estava falando. Mas levantar esse número tinha que ser responsabilidade da URBEL* (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte)", diz Danilo Leal da Silva, morador do Ribeiro de Abreu e integrante do COMUPRA.

A representação do espaço que está intrinsecamente ligada à produção de conhecimentos, se baseia, nesse momento da pesquisa, nos estudos[55] de implantação do Parque Linear, que foi realizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O documento se baseou na mancha de inundação da cidade e apontou inicialmente a necessidade de realocação de 1,3 mil famílias ao longo do Ribeirão do Onça.

Através de análise do Diagnóstico Técnico que cria diretrizes para o Parque do Onça, documento elaborado em 2015 pela PBH[56], buscarei demonstrar a representação do espaço a partir do poder público para a resolução no que se refere às áreas inundáveis no Baixo Onça. O documento se estrutura em um diagnóstico por áreas do conhecimento,

[55] Em 2013, a Prefeitura garantiu R$ 1 bilhão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, para a realização de obras de prevenção de enchentes em Belo Horizonte. Entre as oito obras que integram o "pacotão", está o projeto "Otimização do Sistema de Macro e Microdrenagem das Bacias dos Ribeirões do Onça, Pampulha e Córrego Cachoeirinha". Licitado em 2011, o projeto prevê, entre outras ações, o alargamento dos leitos desses córregos. com Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem, de 2006 a 2007.
[56] Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/parquedoonca_diagnostico.pdf

a partir do qual são elencadas diretrizes gerais e específicas para a implantação do Parque Linear do Ribeirão do Onça.

No intuito de buscar atender as demandas das comunidades, considerando os eminentes riscos de inundações e de escorregamentos de encosta no Baixo Onça, a Prefeitura de Belo Horizonte se baseou na Carta de Inundações[57] da cidade, para estabelecer os limites do Parque como o limite da mancha de inundação na região. Dentro deste limite, que abrange áreas com ocupações irregulares às margens do curso d'água, já estão sendo realizadas desde 2016 ações de desapropriação, remoção e reassentamento, visando à segurança da população no que tange às moradias em áreas de risco.

Os estudos para implantação do Parque Linear do Onça já mostravam que, em função da obra de otimização do sistema de macrodrenagem do Córrego Cachoeirinha e ribeirões Pampulha e Onça, que ampliará as seções à montante do Ribeirão do Onça, as vazões no trecho de jusante serão alteradas. Sugere-se que a obra em questão demanda e retirada das famílias em área de risco de inundação, previamente ao início das obras de solução de macrodrenagem à montante.

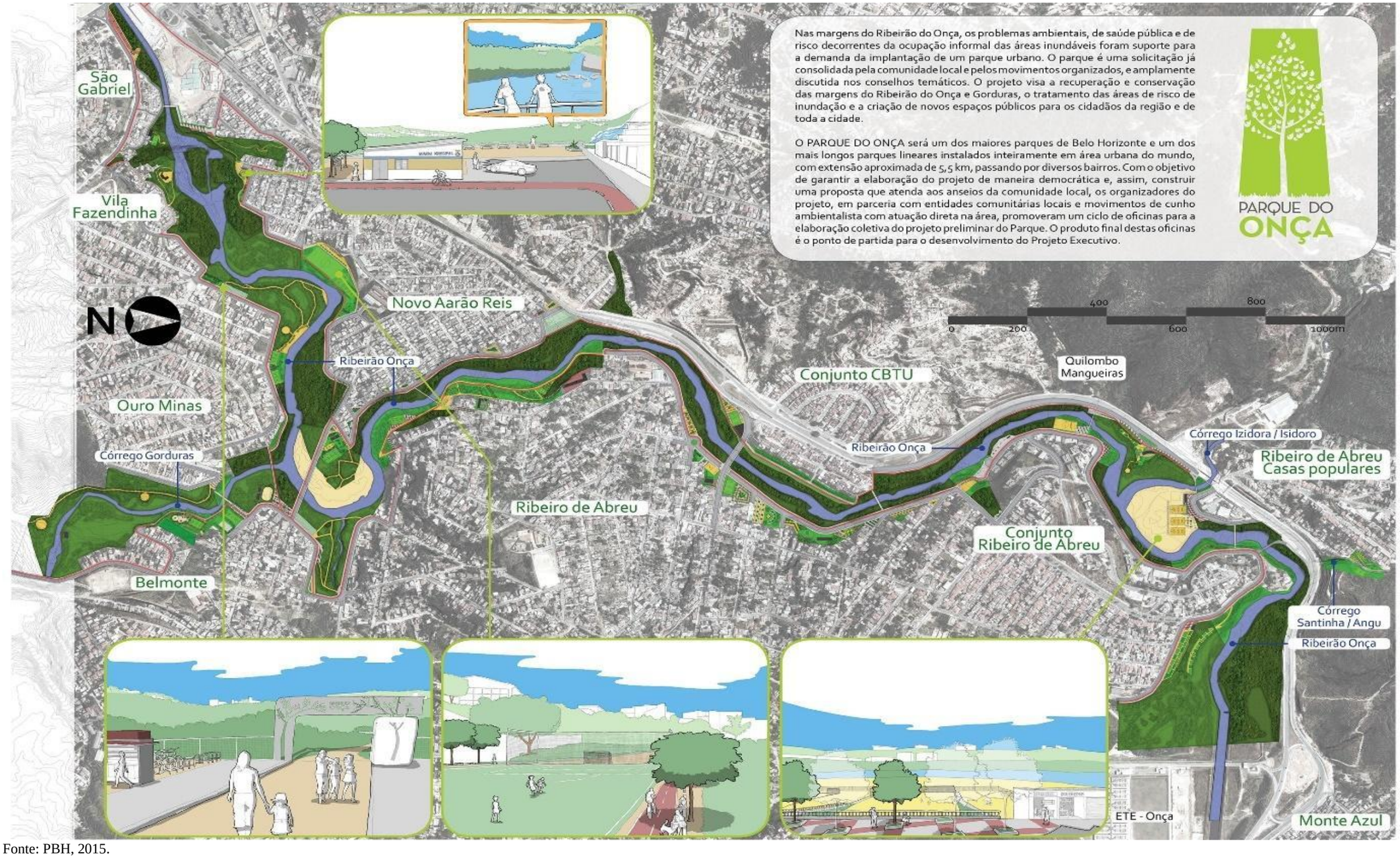
Os estudos apresentados demonstraram uma área de mancha de inundação de 75,15 ha, abarcando uma população de aproximadamente 4.400 habitantes, sendo o comprimento do talvegue principal na área de intervenção de aproximadamente 6 km.

A Prefeitura propõe a remoção das famílias residentes nas áreas sujeitas à inundação; a demolição das construções e remoção dos entulhos; o cercamento das áreas remanescentes e a implantação de áreas de uso social e paisagismo ao longo das áreas de preservação permanente – APPs. Conforme o mapa abaixo (FIGURA 30), o parque proposto será implantado junto ao leito natural do Ribeirão do Onça, abrangendo também trechos do afluente Córrego Gorduras. Esses cursos d'água margeiam[58] a MG-020, que conecta Belo Horizonte à Santa Luzia em uma linha quase reta.

[57] Com Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem, de 2006 a 2007.

[58] O Parque Linear do Ribeirão do Onça compreenderá principalmente os bairros Ouro Minas, Novo Aarão Reis, Antônio Ribeiro de Abreu, Belmonte, Ribeiro de Abreu, Vila Ouro Minas, Vila São Gabriel, Vila Antônio Ribeiro de Abreu, mas também abrangerá pequenos trechos dos bairros Nazaré, Novo Tupi, Lajedo, Granja Werneck e Maria Teresa.

Figura 30 – Proposta de Parque Linear do Ribeirão Onça, apresentação elaborada pela PBH para o IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina



Fonte: PBH, 2015.

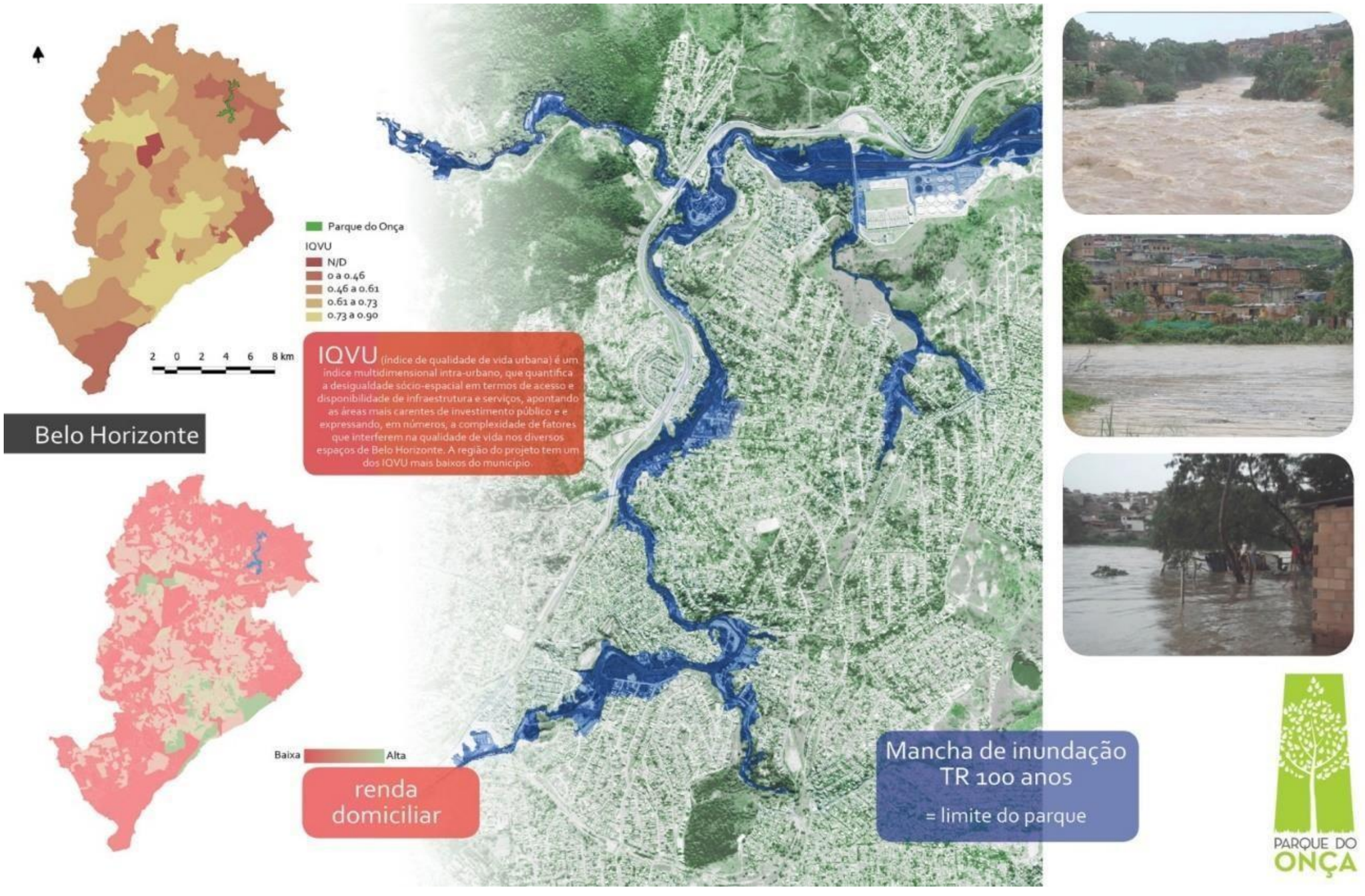
Os parques lineares são modelos importados que se desdobram do conceito de corredores verdes (*greenways*), vistos como equipamentos públicos difundidos a partir de experiências inglesas, francesas e estadunidenses no final do século XVIII e início do século XIX. Natalia Mayorga[59] explica que no Brasil, o conceito de Parques Lineares está bastante associado à ideia de proteção dos cursos d'água que passam por áreas urbanas e formam fundos de vale. Dessa maneira, os estudos dos parques lineares brasileiros focam esses elementos como se fossem instrumentos inovadores para a solução de problemas de drenagem urbana e reversão de impactos nas fontes hídricas das cidades.

Para a elaboração do projeto do parque, a PBH se baseou em diversos estudos técnicos e científicos sobre o território da bacia. Foram avaliados os aspectos geológicos, o uso e ocupação do solo, a caracterização das áreas verdes, a circulação viária, e o diagnóstico social, que abrangeu também os estudos de habitação e moradia.

Conforme os dados da Prefeitura de Belo Horizonte (2015), a região do Baixo Onça possui um dos IQVU mais baixos do município. O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) é um índice multidimensional intra-urbano, que quantifica as desigualdades socioespaciais em termos de acesso e disponibilidade de infraestrutura e serviços, aponta as áreas mais carentes de investimento público e expressa, em números, a complexidade de fatores que interfere na qualidade de vida dos diversos espaços de Belo Horizonte.

[59] MAYORGA, N. Experiências de parques lineares no Brasil: espaços multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas. Banco Interamericano de Desenvolvimento Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente. Julio, 2013. Banco Interamericano de Desenvolvimento Setor de Infraestrutura e Meio Ambiente NOTA TÉCNICA # IDBTN-518

Figura 31 – Mancha de Inundação e IQVU mostrados na apresentação elaborada pela PBH para o IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina



Fonte: PBH, 2015.

Aparentemente comparado a um modelo "ideal" os estudos mostram que trata-se de área na qual praticamente a totalidade da população é de baixa renda e onde há muitos assentamentos precários, irregulares e muitos deles em áreas de risco de inundação e de risco geológico.

A Prefeitura entende que a criação de um parque nessa localidade,

> [...] integrando soluções de saneamento e habitação, constituirá um grande projeto de abrangência e importância metropolitana. Outro significado singular desse projeto é possibilitar a acessibilidade para uma região atualmente *desconectada* de suas adjacências e da área central do município. (PBH, 2015, p. 41)

Em um discurso que se apresenta mais enquanto dominação (urbanização hegemônica) e dependência, a PBH reafirma informações que mostram quão vulnerável é a população do Baixo Onça, "necessitando, portanto, de amparo de políticas públicas para enfrentar modificações estruturais nas suas condições de vida (PBH, 2015, p. 42).

A partir das informações levantadas nos diagnósticos temáticos foram definidas pela Prefeitura as "diretrizes preliminares"[60] para o Parque Linear do Ribeirão do Onça. As diretrizes serviram como "referência inicial" para a organização de oficinas que foram realizadas com a comunidade local, em parceria com o COMUPRA e participação ampla de outras entidades e associações de moradores da região e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa.

O processo para construção conjunta com a comunidade local para elaboração do Estudo Preliminar para o Parque do Onça foi articulado a partir de pressão do COMUPRA, que junto com Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa tentou ampliar ao máximo a forma de construção do processo, estimulando o Povo do Onça a refletirem sobre "Que Parque Queremos"[61] buscando qualificar essa participação.

Em meio à agendas apertadas do tempo burocrático da PBH foram realizadas Oficinas Comunitárias organizadas em três reuniões: uma reunião de apresentação e sensibilização (realizada em 29/10/2014, com a presença de 191 pessoas) e duas oficinas (01/11 com 26 pessoas presentes; e 06/11/2014 com 84 pessoas participando).

Desse encontro, considerado pela PBH participativo, ou *participativista* pela ótica

---

[60] As diretrizes propostas foram agrupadas em 4 programas: Programa de Reestruturação Ambiental, Programa de Desenvolvimento Local, Programa de Habitação e Programa de Acessibilidade. Esses programas contemplam tanto ações mais abrangentes, sem amarração localizada sobre o território, quanto intervenções pontuais especializadas.

[61] "Que Parque Queremos" foi tema do 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa que será abordado ainda será abordado nesta pesquisa.

de Hemínia Maricato (2008), foram discutidos os problemas[62], potencialidades, pontos de referência e diretrizes gerais para o parque.

Nessa proposta, com roupagem participativa, os discursos hegemônicos aparecem como espaço vazio a ser preenchido, em que deve-se obedecer a uma lógica de organização dele através de um espaço concebido pelos olhares técnicos e conformados pelo estado, demonstrando fortes condutas de dominação e dependência, como se houvesse um modelo único a ser seguido, apontando para uma democracia a favor dos mais poderosos, longe de um devir democracia.

Figura 32 – Oficinas comunitárias para elaboração das diretrizes do Parque do Onça



Fonte: Diagnóstico Técnico do Parque do Onça, PBH, 2015.

Ainda assim, conforme o documento da Prefeitura de Belo Horizonte, foram apontadas as principais diretrizes para o projeto do Parque Linear do Onça pelas comunidades, expressos à seguir:

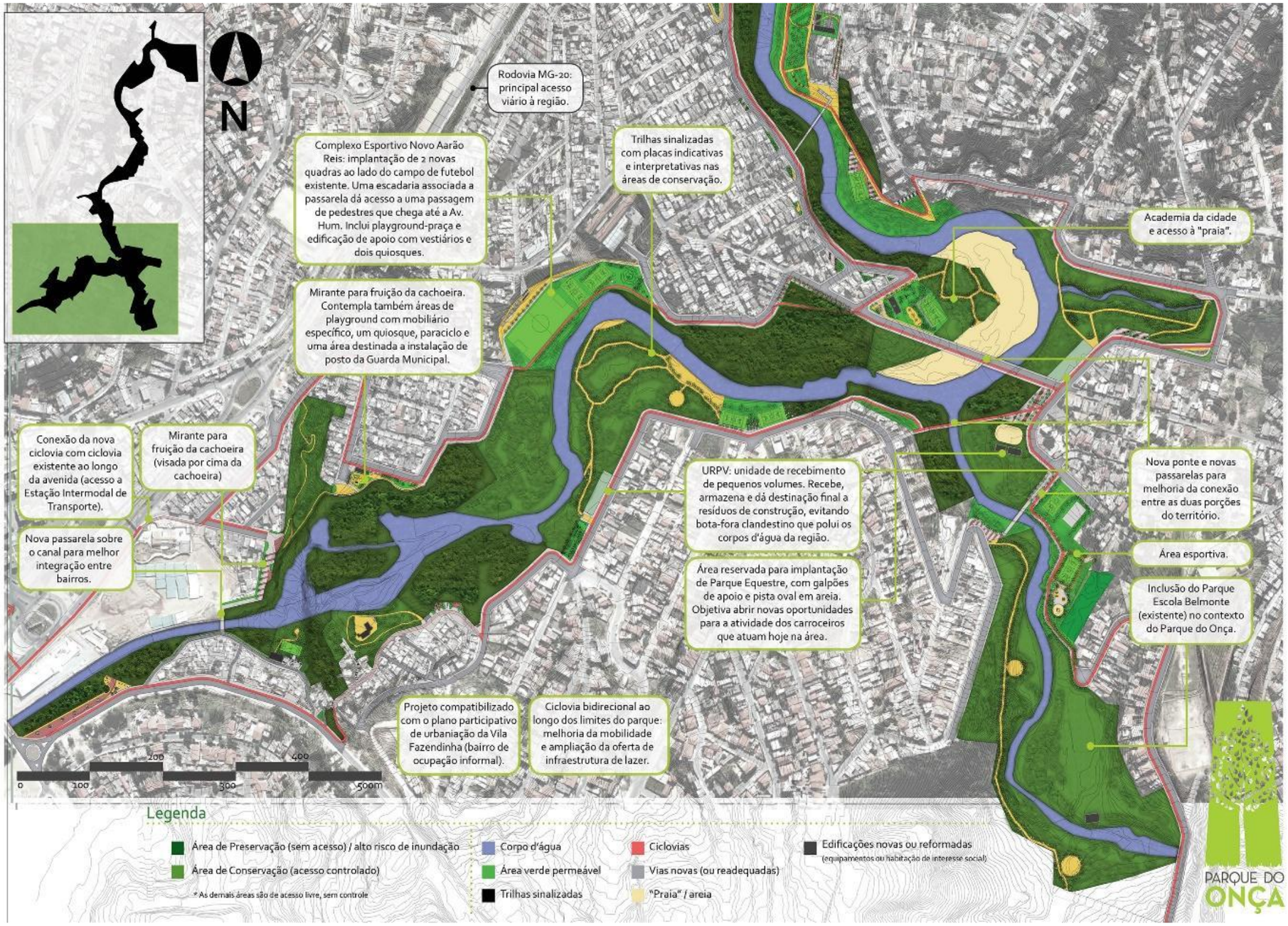
- Reassentamento das famílias na própria região, em cumprimento à Política Municipal de Habitação (raio de até 3 km);
- Melhoria da urbanização e infraestrutura do entorno;
- Ligação entre os bairros / melhoria da mobilidade;
- Definição de áreas para implantação de Parque Terapêutico, Parque Equestre e atividades de Agricultura Urbanas, com base em princípios da agroecologia;
- Implantação de equipamentos de referência (de caráter cultural e ambiental) com espaço multiuso e programação de atividades definida em conjunto com a comunidade;

[62] Os principais problemas identificados na área foram: Ocupação irregular nas margens do Ribeirão/invasões não somente nas margens; Enchentes/inundações; Existência de diversas áreas que funcionam como bota-fora clandestino; Poluição do Ribeirão (lixo, esgoto, bota-fora, lixo); Falta de fiscalização para coibir ocupação irregular, bota-fora, etc.; Atuação e falta de diálogo do poder público; Segurança; Falta de proteção das nascentes; Escassez de áreas de lazer de uso público (algumas das poucas que existem são de propriedade particular); Transporte público/mobilidade.

- Revitalização e implementação de equipamentos esportivos, de acordo com as demandas específicas da comunidade de cada setor do parque;
- Promoção da segurança e prevenção de acidentes;
- Limpeza das águas/100% de interceptação do esgoto que é lançado no Ribeirão;
- Sistema de monitoramento imediato;
- Definição de calendário de acompanhamento do projeto, com participação da Engesolo, Sudecap e comunidade.

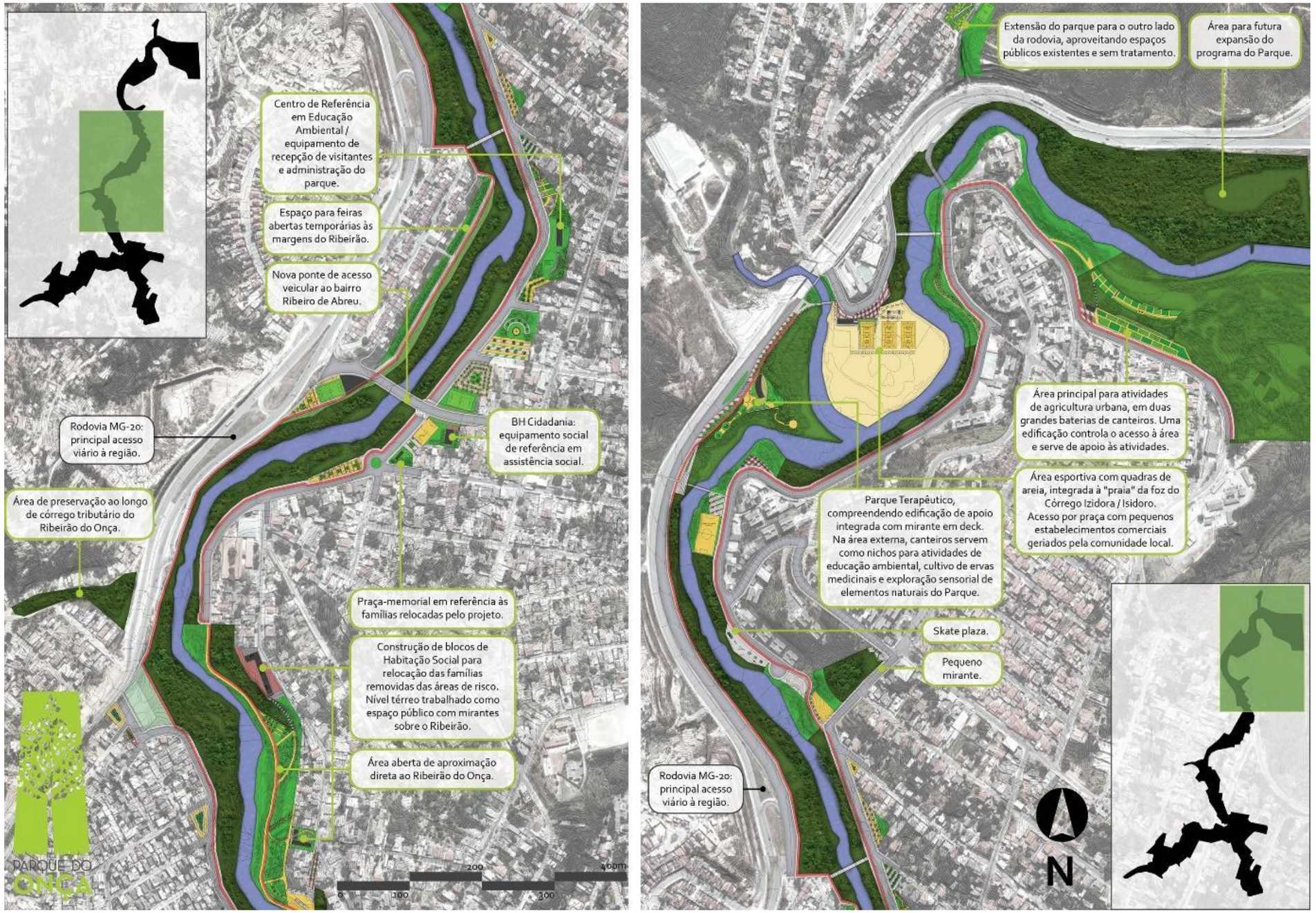
A partir dessas diretrizes a PBH elaborou o Projeto Urbanístico do Parque do Onça (2015). A seguir trago algumas imagens do projeto urbanístico com croquis do Parque: a distribuição das intervenções ao lingo do rio, e os detalhes das intervenções propostas.

Figura 33 – Mapa de distribuição das intervenções no Setor 1 do Projeto Urbanístico do Parque do Onça



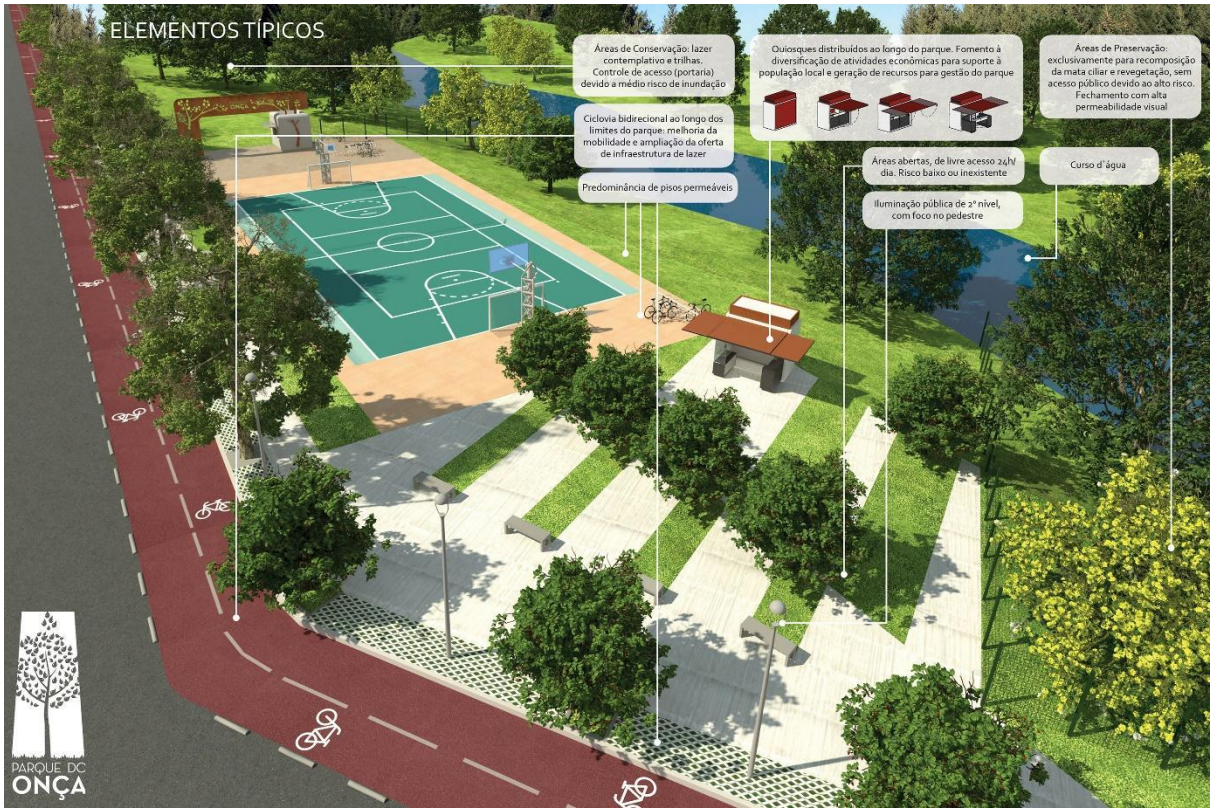
Fonte: PBH, 2015.

Figura 34 – Mapa de distribuição das intervenções no Setor 2 e 3 do Projeto Urbanístico do Parque do Onça



Fonte: PBH, 2015.

Figura 35 – Detalhe de intervenção: quadra esportiva, quiosque, ciclovia



Fonte: PBH, 2015.

Figura 36 – Detalhe de intervenção: entrada da agricultura urbana e com ciclovia



Fonte: PBH, 2015.

Figura 37 – Detalhe de intervenção: mirante na parte de cima da cachoeira com vista para a ilha de pedra



Fonte: PBH, 2015.

Figura 38 – Detalhe de intervenção: mirante para a cachoeira com acesso adequado



Fonte: PBH, 2015.

O Projeto urbanístico elaborado a partir dessas diretrizes foi submetido no IV Concurso Internacional de Projetos de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Banco de Desenvolvimento da América Latina, através do qual ganhou Menção Honrosa por: "É destacado a capacidade do projeto em enfrentar um problema complexo de desafios ambientais e urbanos. Oferece uma abordagem em múltiplas escalas: o curso d'água e a habitação, a combinação do social com o ambiental e a confluência de uma agenda pública com uma comunitária (PBH, 2015).

Aqui é importante mencionar que a produção do espaço alcança a expressão mais sofisticada e sutil, aquilo que Lefebvre chama, na sua divisão triádica do espaço social, *representação do espaço*, e que corresponde ao espaço concebido, fornecido, pelas ciências e pelas técnicas, ao serviço de uma ideologia que não pode ser senão de dominação e que, nas mãos de urbanistas, projetistas, arquitetos e tecnocratas, converte-se num instrumento discursivo em um espaço material que corresponde como espaço que se apresenta apenas como superfície.

Manuel Delgado no diálogo com Lefebvre explica a representação do espaço, para ele:

> é ideologia adornada com conhecimentos científicos e disfarçada através de linguagens que se apresentam como técnicas e especializadas que a tornam inquestionável, já que se presume estar baseada em saberes fundamentados. Esse é o espaço dos planificadores, dos tecnocratas, dos urbanistas, dos arquitetos, dos desenhistas, dos administradores e dos administrativos. É ou quer ser o espaço dominante, cujo objetivo é hegemonizar os espaços percebidos e vividos mediante aquilo que Lefebvre chama "sistemas de signos elaborados intelectualmente", isto é, mediante discursos. Este é o espaço do poder, aquele onde este não aparece senão como "organização do espaço", um espaço através do qual o poder "elide (suprime), ilude e esvazia. O quê? Tudo o que lhe opõe. Pela violência intrínseca. E se essa violência latente não for suficiente, pela violência aberta".[63]

A violência aqui se expressa de diversas formas, mas é certo que uma delas é a crueldade das expectativas que se criam nas pessoas para depois não dar cabo ao que foi "construído junto". Esse é exatamente o que acontece em um modelo participativista.

Embora houvesse avanços na realocação de famílias, retiradas das áreas de risco, processo ainda em andamento e que irei abordar à seguir, a própria ideia de organização do espaço pelo poder público não se sustenta, já que nenhuma ação, até hoje, exceto a remoção das famílias, foi realizada pela prefeitura como sendo diretamente uma

[63] DELGADO, M. Conferência proferida no âmbito do ciclo A Cidade Resgatada, organizado pela OASRN. Museu de Serralves, 15 de maio de 2013. O texto foi gentilmente cedido pelo autor com autorização da OASRN. Tradução do espanhol por Pedro Bismarck e Luís Piteira, p. 370.

intervenção para o Parque Linear do Onça.

A falta de ação é justificada pela Prefeitura devido ao alerta dado no documento de diagnóstico e diretrizes de elaboração do projeto do parque em 2016 que já trazia a importância da atualização da Carta de Inundações de Belo Horizonte para melhor definição dos limites do parque, justificando que

> [...] o crescimento exponencial que a cidade de Belo Horizonte sofreu nas últimas décadas na construção civil, impactando diretamente na impermeabilização dos solos e no aumento do escoamento superficial; e nas alterações climáticas percebidas nos últimos anos que impactam nas séries históricas de dados de chuva, e consequentemente, de vazão. A ampliação da área inundável pelo Ribeirão do Onça em virtude das obras de otimização do sistema de macrodrenagem do Córrego Cachoeirinha e ribeirões Pampulha e Onça repercutirá significativamente na alteração das vazões de jusante, isto é, na área de estudo do parque. (PBH, 2015, p. 56)

Dessa forma, a mancha de inundação do Ribeirão do Onça assume centralidade na concepção do projeto do Parque, pois determina a extensão mínima do parque projetado e o número de famílias a serem removidas da área de risco de inundação.

Assim, desde a elaboração do projeto urbanismo em 2015 até 2021 o projeto do Parque está engavetado, com a justificativa de que a ampliação da mancha de inundação aumentou a quantidade de famílias em áreas de risco, não havendo recurso para a implantação dele. Neste momento a retirada das famílias em área de risco de inundação, previamente às obras de macrodrenagem de montante, é uma etapa imprescindível desse projeto.

Ainda que a construção das diretrizes junto à população do Baixo Onça se apresente como caminhos para possíveis aberturas para um processo democrático, o que sucedeu desde a realização das oficinas demonstra os caminhos burocráticos de um modelo de gestão com um tempo de resolução bastante indefinido, criando expectativas e ansiedades.

Aqui é importante ressaltar o caráter “público” dado pela Prefeitura de Belo Horizonte ao Parque do Onça. Após todas as discussões é preciso entender com Lefebvre (1974), que,

> A noção *operatória* de classificação e ordenamento governa o espaço todo, do espaço privado ao espaço público, do mobiliário à planificação espacial. Serve ostensivamente a homogeneidade global, isto é, o poder. Quem ordena? Quem classifica? O Estado, as autoridades *públicas,* isto é, o poder. De resto, esta capacidade operatória alinha o espaço *público* sobre um espaço *privado*, o da classe ou fracção de classe hegemônica, aquela que detém e mantém ao mais alto nível a propriedade privada do solo e dos

> outros meios de produção. Aparentemente só o *privado* se organiza sob o primado do *público*. Na verdade, o que é instituído é o contrário. O conjunto do espaço é tratado a partir do modelo da empresa privada, da propriedade privada. (LEFEBVRE, 1974, p. 433)

No sentido de compreender como opera o que é público, o caminho hegemônico que muitas vezes o caráter público dá aos espaços que levam esse conceito, é o que Lefebvre chama de *espaço abstracto*, ou, *ideologia em acção*, que está associado ao espaço vazio, próprio de urbanistas e arquitetos, é o espaço das classes médias, espaços neutros, esvaziados de sentido. Muitas vezes esses espaços construídos, são gentrificados, tornam-se esvaziados de vida. Um exemplo é um parque em Belo Horizonte, onde antes de ser um espaço formalizado pela Prefeitura, as crianças subiam nas árvores, depois que se tornou um espaço público, um Parque Municipal, as crianças foram proibidas dessa brincadeira.

Discutir a construção sobre "Que Parque Queremos?" é de extrema importância para ressignificar movimentos, dar luz a ações e atitudes que podem gerar transformações para que mudanças reais possam acontecer em um local já tão castigado pelas ações da sociedade, de maneira geral, em anos de ausências de todas as ordens.

Nessa direção, ainda que não haja recurso para a implantação do Parque nesse momento, o processo de retirada das famílias em 2021 está em andamento e isso é visto pelo Povo do Onça, como algo prioritário. Por isso, as práticas espaciais no Baixo Onça têm revelado grande compromisso por parte das comunidades de fazer com que o Parque aconteça nas áreas que estão sendo esvaziadas pela Prefeitura, ainda que bem lentamente.

Assim é importante ressaltar que essas práticas espaciais em torno de um parque ainda está no imaginário das pessoas e através desse imaginário é possível extrair as multiplicidades, as coexistências de olhares e práticas espaciais que vão além do que está dado pelos poderes públicos. O Povo do Onça então, em seus devires democráticos criam formas e possibilidades de encontro para a realização de um Parque. Um Povo que não espera pelos tempos burocráticos dos poderem públicos, mas que procura, em suas práticas sociais, construir espacialidades no exercício de um devir democrático que passa pelas pessoas comuns, sujeitos do mundo, Povo do Onça. É sobre isso que vamos falar à seguir.

5.1.2 A prática espacial: o parque acontecendo

A luta pela requalificação do Baixo Onça empreendida pelo COMUPRA passa

pela remoção das pessoas que vivem nas áreas de inundação antes das chuvas de cada ano. São reais o medo e o risco vivenciado pelas pessoas dessas áreas devido à eminência das inundações invadirem suas casas.

A habitação é a primeira necessidade do indivíduo, é um direito constitucional. E assim também o meio ambiente equilibrado é primordial à vida. Contudo, a habitação tem um rebatimento fortíssimo no cotidiano e entendemos que o COMUPRA e o Deixem o Onça Beber Água Limpa vão além dessa discussão quando consideram a existência de um parque que seja utilizado pelas próprias pessoas que ali conviveram durante tanto tempo de risco e insalubridade ambiental. Defendem a permanência das pessoas realocadas na redondeza. Requerem um direito que outras partes da cidade não pediram.

No Baixo Onça pode-se afirmar que o espaço está em processo de rápidas e significativas transformações, não sendo mais, como explicitado por Doreen Massey:

> [o] domínio do que está morto conforme imagina Bergson, ou os estruturalistas, nem é simplesmente um corte horizontal através do tempo, nem uma dimensão cuja especificidade fica persistentemente oclusa ao ser lida em termos de temporalidade. Mais apropriadamente, o espaço se expressa agora como parte (e uma, parte necessária) da geração e da produção do novo. Em outras palavras, a questão aqui não é a ênfase somente na produção do espaço, mas o próprio espaço como integrante na produção da sociedade. (MASSEY; KEYNES, 2004, p. 19)

Assim, interessa saber, que diferentemente de outros grupos sociais que lutam ou por áreas verdes, ou por moradias na cidade[64] – áreas verdes em detrimento de moradias e/ou vice-versa – o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa buscam priorizar as famílias que vivem e sobrevivem nesses locais. Eles defendem a requalificação socioeconômica ambiental e participativa do Ribeirão Onça e região, sendo moradia digna e o Parque as consequências desta prioridade.

A luta pela requalificação do Baixo Onça passa pela remoção das pessoas que vivem nas áreas de inundação antes das chuvas de cada ano. A cada ano são reais o medo e o risco vivenciado por essas pessoas, mas o maior inimigo é uma burocracia inerente aos dos poderes públicos e às empresas que custam a colocar em prática e a executar os projetos propostos.

Conforme dados da URBEL (2020), de 2016 para hoje, mais de 400 famílias foram removidas de áreas de risco muito alto de enchentes, em um total de mais 1.500

[64] Belo Horizonte é palco de grandes lutas por moradias: Ocupações diversas como Rosa Leão, Izidora, Eliana Silva, Dandara etc. E por proteção de áreas verdes: Salve a Mata do Planalto, Parque Jardim América e outros. Mas, em nenhum caso se discute explicitamente a moradia e a proteção das áreas verdes de forma conjunta, vejo que essa problemática tem sido puxada no Baixo Onça.

famílias que estão em processo de remoção até 2021.

Essas áreas liberadas devolverão ao rio, o espaço do rio, sua planície de inundação, contudo, também devido aos tempos burocráticos da Prefeitura, corre-se o risco de que as áreas desocupadas sejam novamente ocupadas de forma irregular, causando prejuízos para os cofres públicos e não eliminando o problema de famílias em áreas de risco. Nesse contexto, as comunidades querem garantir que os espaços liberados resultem no Parque Ciliar do Onça que emergirá do processo de relocalização das famílias. Para que isso aconteça, as áreas do Parque já estão sendo ocupadas coletivamente pela própria comunidade, lideradas pelo COMUPRA juntamente com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa.

É importante destacar que, nesse trecho da bacia, o rio não está canalizado, proporcionando um belíssimo visual natural, com cachoeiras, praias e ilhas, a cerca de dez minutos do centro da Capital Mineira. Assim, despertam-se os olhares para a abundância, revisita-se sonhos antigos, percebe-se recursos próprios, as potencialidades locais e possibilidades infinitas de se organizar para uma ação de transformação coletiva, que só é possível quando as vontades são trazidas à tona a partir de um fluxo contínuo de energia interna movimentada pela missão e propósitos do COMUPRA, o de *viver com o rio vivendo*.

Configura-se aqui a ideia de transformar o projeto de parque linear urbano – que surge a partir de demanda e mobilização social em umas das áreas de maior vulnerabilidade socioambiental de Belo Horizonte – a ideia de um Parque Comunitário Ciliar. Através do qual grupos e pessoas se debruçam sobre um projeto de parque, muito mesmo antes de ele existir.

Nessa construção demandam-se intervenções significativas, mas que assegurem as características e modos de vida locais em detrimento da construção de um parque linear estéril, como muitos já construídos em Belo Horizonte/MG. Dentre várias ações, desde 2007 o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa se organiza no sentido de despertar nas comunidades o imaginário do parque que gostariam para aquela região.

Registra-se aqui que existência dos mutirões na região do Baixo Onça tem realizado mudanças significativas nos espaços em torno do rio. Tais transformações dialogam com o caráter relacional e aberto do espaço, como demonstrado por Doreen Massey:

> [...] significa que o espaço também contém, sempre, um grau de inesperado, de imprevisível. Assim, tal como extremidades inacabadas (loose ends), o espaço sempre contém, também, um elemento de "caos" (do ainda não prescrito pelo sistema). É um "caos" que resulta daquelas justaposições imprevisíveis, daquelas separações acidentais, o caráter frequentemente paradoxal das configurações geográficas em que, precisamente, um número de trajetórias distintas se entrelaçam e, algumas vezes, interagem. (MASSEY, 2010, p. 4)

É certo que a produção de novos espaços, permita novas estórias. Os bairros e comunidades do Baixo Onça estão em processo de desterritorialização das áreas de risco e reterritoralização das áreas de inundação com a proposta de ocupação coletiva para a construção do Parque Comunitário Ciliar do Ribeirão Onça. Conforme Haesbaert, a desterritorialização "é tratada como uma das marcas fundamentais de nosso tempo" (HAESBAERT, 2009, p. 113). O autor esclarece que, nos processos de desterritorialização/ reterritorialização, estão imbricadas as dimensões política e cultural. Um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração.

O potencial de forjar novas relações é a esfera da aproximação potencial de diferentes narrativas, assim a espacialidade é também uma fonte de produção de novas trajetórias, de novas estórias se comportando como uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças.

Para que as áreas não sejam novamente ocupadas de forma irregular, essas áreas já vêm sendo ocupadas coletivamente de forma espontânea pelas próprias comunidades, em um movimento coletivo de devir, liderado pelo COMUPRA juntamente com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e com o Povo do Onça.

Esses atores saem do imediato e do cotidiano. E, assim, carregam para si uma responsabilidade: a da mobilização social para a conscientização de que se pode viver em um ambiente harmonizado entre estruturas sociais construídas e as potencialidades ambientais, ainda que seja difícil pensar em harmonia em um processo de exploração e de produção desigual do espaço. Mas os movimentos que provocam aparecem como *um horizonte a ser alcançado* nos termos utópicos utilizados por Eduardo Galeano em sua *janela sobre a utopia*. Uma utopia essencial conjugada à frase do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa*:* "Sem saber que era impossível, eles foram e fizeram" buscam uma utopia que o restante da cidade em Belo Horizonte julga impossível, mas estão lá, cavando espaços de diálogo, desafiando tanto com a população ribeirinha quanto os poderes públicos à construção da cidade que se quer viver.

É na direção de um horizonte a ser alcançado, apesar de os recursos para implantação do Parque não estarem disponíveis, que o Povo do Onça envolvidos com a criação do Parque já realizam ações que integram o projeto. *"A gente não trabalha com a ideia de que o parque virá. Trabalhamos com a ideia de que ele já existe, existe a partir dos mutirões, da construção de espaços coletivos, da realocação de famílias"*, afirma o então coordenador geral do Subcomitê do Ribeirão do Onça, Márcio Roberto Lima. A partir das imagens abaixo começaremos a cartografar esses passos dados pelo Povo do Onça em diversos pontos das margens do Onça.

Figura 39 – Plantio de agrofloresta na nascente Fundamental do Onça (Nascente D. Julia)



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

Figura 40 – Exposição dos desenhos realizados pelas crianças durante o plantio de agrofloresta na nascente Fundamental do Onça (Nascente D. Julia)



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

A ideia é que os moradores ajudem a construir o espaço do parque, ainda que essa seja uma responsabilidade da Prefeitura, mas o principal é que sintam que o parque é um projeto que também pertence a eles. Nesse sentido, o COMUPRA é a organização de maior referência. *"Ele sai daquele papel de associação comunitária, que manda ofício e aguarda resposta, e começa a fazer. Eu acho que parte do sucesso se deve a isso"*, afirma Itamar, um dos idealizadores do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa.

São centrais para a teoria materialista de Lefebvre (1991), os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas (SCHIMID, 2012, p. 91).

Uma das primeiras ações espontâneas nas margens do rio foi a recuperação da "Nascente Fundamental do Onça", também conhecida como Nascente Dona Júlia, devido o cuidado de Júlia Machado Amaral, de 64 anos, com o manancial. *"Quando vim pra cá e comecei a construir minha casa, aqui não tinha água. Era da nascente que a gente pegava"*, conta. Depois que a Copasa chegou ao Ribeiro de Abreu, no final da década de 1980, a nascente ficou esquecida.

Figura 41 – Visita técnica realizada como parte do plano de trabalho do projeto hidroambiental "Revitalização de Nascentes urbanas na Bacia do Ribeirão Onça"



Fonte: Acervo CBH Velhas.

Quando Dona Júlia[65] começou a participar do COMUPRA, em 2013, ela soube do processo de cadastramento de nascentes, realizado pelo Subcomitê do Ribeirão do Onça, por meio do projeto Valorização de Nascentes Urbanas (2012). *"Eles cadastraram a nascente por minha insistência. Aí a Prefeitura cercou uma área enorme em volta dela. Então, pensei: 'dá pra fazer uma agrofloresta!' Aí fizemos um mutirão de plantio de mudas de árvores nativas do Cerrado"*, relata D. Julia.

[65] A indicação da D. Julia para o prêmio Bom Exemplo promovida pela Rede Globo e acaba por evidenciar as ações realizadas no Onça para toda a cidade, a matéria pode ser vista no link: https://www.facebook.com /1131877082/videos/10206193715978484/.

Figura 42 – D. Julia na horta comunitária



Foto Juliana Afonso, 2016.

O lançamento da Nascente da D. Julia como Nascente Fundamental do Onça, que contou com o plantio de mais de 80 mudas de árvores em seu entorno, provocou o comprometimento por parte da Prefeitura de Belo Horizonte em iniciar as obras do Parque imediatamente pelos locais ainda não ocupados. Contudo quem começou a plantar foram as próprias comunidades.

Esse lugar é bastante simbólico para a comunidade local. Além da nascente que externaliza uma articulação entre entidades e comunidades, existe uma rotatória com uma grande castanheira, na beira de uma das corredeiras do Onça, demonstrando potencialidades de encontros, ou de simples descanso e lazer na beira de um rio imenso de belezas naturais, em uma das regiões mais vulneráveis de Belo Horizonte.

Figura 43 – Área de acesso à Nascente Fundamental do Onça



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

Figura 44 – Rotatória próxima à Nascente Fundamental, com grande castanheira, ao lado passa uma das corredeiras do Ribeirão Onça



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Figura 45 – Corredeira localizada próxima à Nascente Fundamental, ao lado da rotatória



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Através do Projeto de Valorização das Nascentes Urbanas (Fase III), um projeto hidroambiental promovido pelo Subcomitê do Ribeirão Onça com recurso da cobrança pelo uso da água (prevista no Plano Diretor de Bacia do Rio das Velhas, 2010) a área foi contemplada com escadas de madeira para acesso à nascente e com um deck para protegê-la do pisoteio e poder contemplá-la.

Figura 46 – Deck implantado através do Projeto Hidroambiental Valorização de Nascentes Urbanas



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Uma das ações que mais vem dando legitimidade às ocupações coletivas nas margens do Onça, que demonstram as práticas espaciais materializando os exercícios de devires democráticos, são os mutirões comunitários para a construção de áreas de convivência.

A primeira área de inundação que foi esvaziada devido à remoção das famílias, que antes era densamente ocupadas por casas em áreas de risco, marcada pela violência entre bairros, hoje tornou-se conhecida como "campinho/parquinho" e é até mesmo chamada de *Complexo do Onça*, por alguns moradores "visionários".

As ações que deram origem aos mutirões foram executadas pela própria comunidade a partir da iniciativa do COMUPRA, que contou com a experimentação do método do Jogo Oásis[66] através do qual busca identificar, acolher e valorizar a sabedoria das comunidades. Entendendo ser uma forma de construir novas formas de aprendizado e ação, baseando-se menos no conceito de escassez, que domina a sociedade atual, e mais na ideia de perceber a abundância, às margens de um rio. O Povo do Onça foi mobilizado então a encontrar seus recursos próprios, suas expertises, suas habilidades e assim possibilitar sonhos e devires a partir do reconhecimento das multiplicidades.

Esse tipo de ação, evitou que as áreas fossem novamente invadidas pela especulação imobiliária que expulsa pessoas para as áreas de risco. Mas, mais do que isso, despertou o sentimento de pertencimento e o empoderamento local, diminuindo a violência e proporcionando a construção coletiva de espaços para lazer.

Apresento algumas imagens do mutirão e do mutirinho[67] que foram realizados como "produto" do Jogo Oasis, atividade que inaugurou os mutirões para construção de áreas de lazer nas margens do Onça.

[66] O Jogo Oasis foi desenvolvido como parte da pesquisa de mestrado de Lucas Alves (2017) da Escola de Arquitetura da UFMG e foi criado pelo Instituto Elos, organização social de Santos/SP como ferramenta de mobilização cidadã. Já foi aplicado em diversos contextos no Brasil e no mundo como metodologia para engajar comunidades em torno da realização de sonhos coletivos que se materializam como praças, parques, centros comunitários hortas, mas estimulam também maior participação na vida comunitária.

[67] Após o primeiro Oásis outro mutirão foi realizado em outro trecho do bairro, registrado no vídeo: https://www.facebook.com/watch/?v=2068257683386761

Figura 47 – Crianças plantando o jardim que compõe área do campinho



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

Figura 48 – Mutirão para construção do campinho



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 49 – “Mutirinho” para construção do parquinho no Conjunto Ribeiro de Abreu



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2017.

Durante o mutirão, pneus velhos se transformaram em cavalinhos e pedaços de madeira em gangorras. O espaço, que antes estava cheio de entulho, agora tem brinquedos, tem um campo de futebol, tem uma horta comunitária e tem plantio de agrofloresta. Itamar de Paula Santos explica qual é o objetivo de ações dessa natureza: *“Tá vendo os meninos brincando? Nós queremos é isso! Os meninos estavam socados dentro de casa. Com esse espaço, eles se sentem respeitados, com direito a ter infância, é isso o que também entendemos por requalificação socioambiental do Baixo Onça”*.

Essa e outras falas do Itamar retratam ganhos que não são contabilizados pelo IQVU da Prefeitura: “Há mais de *trinta e cinco anos atrás, quando eu vim pra cá, eu olhava da minha casa e via o rio. Aqui era uma praia. Agora, eu me reencontrei com o rio, consigo ver ele de novo”*, conta Itamar de Paula Santos. “*Senta aqui e escuta o barulhinho…*”, apontando para o próprio ouvido e abrindo um grande sorriso.

Figura 50 – Curso do rio, prainha, logo abaixo do Campino/parquinho



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Outro mutirão de criação de espaços de convivência que aconteceu no Ribeirão Onça foi no campinho de futebol do bairro CBTU/Novo Tupi.

A URBEL (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Prefeitura de Belo Horizonte) e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa convidaram o Coletivo às Margens[68] para "pensar junto à comunidade um mutirão para incrementar o campinho do CBTU. As atividades foram realizadas durante dois meses, finalizando em dezembro/2018 e resultaram em um parquinho, com mesas de jogos e cercamento do campinho.

[68] O projeto virou uma cartilha com os passos para o mutirão e pode ser acessado pelo site: https://www .asmargens.com/projetos/as-margens-no-cbtu/.

Figura 51 – Mutirão no CBTU realizado com o Coletivo às Margens



Fonte: Coletivo às Margens, 2019.

Aqui recorre-se à tensão dialética com o espaço concebido, em que a *prática espacial* corresponde ao espaço percebido, o mais próximo à vida quotidiana e aos usos mais prosaicos, os lugares e conjuntos espaciais próprios de cada formação social, o cenário em que cada ser humano desenvolve as suas competências como ser social situado num determinado tempo e lugar. São essas práticas espaciais que segregam o espaço que praticam e fazem dele espaço social.

Outras formas de ocupação coletiva realizada nas práticas espaciais do Povo do Onça nas margens do Ribeirão são a agrofloresta e a horta comunitária.

Na região do Complexo do Onça, área do parquinho/campinho, também deu lugar, ao plantio de agrofloresta, a área tem se tornado um lugar protegido pela própria população. A agrofloresta é uma parceria atual do COMUPRA com a Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta é transformar áreas em torno do rio com plantios de plantas arbóreas nativas e também de frutíferas, como limão, mexerica, banana, abacate, jabuticabeira que fornecem alimentos saudáveis ao mesmo tempo que reabilita a área e impedem que ocupações irregulares aconteçam.

Figura 52 – Cecilia, moradora local, aprendendo a preparar a terra para plantio



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 53 – Mutirão de plantio de agrofloresta



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Os encontros para plantio de agrofloresta foram bastante produtivos. A agrofloresta está sendo vista como forma de usar melhor os espaços, somar energias para trazer resultados. Para Itamar de Paula *"a agrofloresta se torna um laboratório vivo dentro das cidades, aberto ao público*".

A Horta comunitária já é uma experiência que o COMUPRA vem realizando há muito tempo. O “Nossa Horta”, que existe desde 2003, integra o projeto Ribeiro de Abreu Social (Ribas), premiado pela Unicef em 2007, e é desenvolvido pelo COMUPRA em parceria com os Correios, Secretaria Municipal de Abastecimento e Ministério das Comunicações. Itamar de Paula Santos esclarece que *“o mais importante na nossa horta são as pessoas, que têm se alimentado de forma mais saudável e reduzido o número de doenças. Nosso desejo é integrar o programa à escola”.*

De acordo com Itamar de Paula Santos, foram produzidas hortaliças e ervas medicinais pelo processo orgânico, das quais 50% são destinadas às famílias envolvidas no programa, e a outra metade pode ser comercializada com a comunidade, é um laboratório comunitário a céu aberto.

Contudo, o Nossa Horta essa primeira experiência do projeto teve suas atividades suspensas devido à conflritos com a escola. A Nossa Horta fase dois aconteceu em um quintal da sede do COMUPRA. Esse projeto foi parceria com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Atualmente o projeto Nossa Horta fase três acontece tanto na sede do COMUPRA quanto no Complexo do Onça, ao lado do campinho, em uma experiencia completamente aberta à toda comunidade, que faz uso com responsabilidade e cuidado.

Figura 54 – Seu Antônio, um dos cuidadores da horta comunitária



Fonte: Gabriel Noronha, 2021.

Em um movimento de plantio, manutenção e colheita de horta comunitária se articulam experiências de reflexão e de intervenção participativa nos espaços comunitários, em que as comunidade se apropriam do espaço e pensam sua projeção para o futuro. A relação entre a horta e a comunidade que a utiliza e mantém coletivamente supoe um processo de identificação e transformação mútuas entre o espaço e as pessoas que fazem uso da horta.

O caráter comunitário se expressa pela adoção de práticas e mecanismos organizativos formais ou informais que permite gestionar de forma coletiva a horta sem que haja divisão de espaços de cultivo, entendendo o espaço comunitário como um bem que é de todos. Através das hortas eles fazem uma gestão coletiva dos recursos compartilhados: espaço de cultivo, as ferramentas, os insumos, criam as regras e as normas que permitem o funcionamento da horta com formatos variados. E além disso produzem e disseminam os conhecimento compartilhados.

Esse trecho do Onça, foi transformado de forma muito significativa pelas comunidades, de forma a garantir que as áreas de inundação sejam devolvidas ao rio e ocupadas como espaço do Parque Ciliar, além do mutirão, do campinho, do parquinho, da agrofloresta e da horta comunitária, passou a ser também o local das festas.

As formas de resistência que se apresentam no Onça, passam também pelas festas, e pela ludicidade que se expressam também em torno do rio. No contexto de uma cidade, a prática espacial remete para o que ocorre nas ruas e nas praças, para os usos que estas recebem por parte de habitantes locais e dos visitantes. Nessa abordagem, com o intuito de externalizar as águas da cidade, aconteceu no baixo Onça em 2016 e em 2019 a saída do tradicional bloco carnavalesco Tico Tico Serra Copo, que de forma lúdica mostrou para toda cidade o potencial da região. O Bloco Tico Tico Serra Copo e vários foliões da comunidade, de toda parte de Belo Horizonte e de outras cidades, curtiram a folia nas margens do Ribeirão do Onça. O Bloco reconhece e divulga todas as lutas sociais que acontecem no município.

Figura 55 – Flyer de divulgação do Bloco Tico Tico Serra Copo, Carnaval, 2016



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 56 – Brincadeiras de Carnaval em uma das praias do Onça, Carnaval, 2016



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 57 – Bloco Tico Tico Serra Copo, Carnaval, 2019



Fonte: Acervo do COMUPRA.

A Ciclo Expedição da Onça também retrata a prática espacial de ciclistas da cidade que realizaram uma expedição nas margens do Onça, evidenciando ainda mais as potencialidades e possibilidades que a região apresenta. A proposta foi pedalar no entorno do curso do Ribeirão Onça e discutir a importância dos cursos d'água, a importância de se preservar as áreas de inundação, bem como discutir a mobilidade e o uso e ocupação da cidade.

Figura 58 – Flyer-convite da CicloExpedição no Onça



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 59 – Ciclistas atravessando o Pontilhão na CicloExpedição do Onça



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

São várias os usos em torno do rio, são movimentos de resistência expressados em forma de arte. Como a parceria realizada com o projeto "Eu quero Nadar no Capibaribe" de Recife/PE, um projeto que utiliza ferramentas audiovisuais como meio de promover reflexões sobre as práticas do dia a dia e a relação com o rio. Umas das atividades utilizam uma bolha como possibilidades de brincar no rio.

O projeto que busca desmistificar que preservação ambiental e ecologia são assuntos para cientistas e políticos, trazem o debate para a vidas das pessoas. Em abril de 2016, através de parceria entre o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa o Projeto passou pelo Ribeirão Onça[69], como sendo a expressão de um imaginário de águas que queremos, a expressão de um desejo, de um horizonte a ser alcançado, de nadar e brincar nos rios urbanos.

[69] Vídeo da bolha, nadando no Onça: https://fb.watch/3MSB-OTyL7/.

Figura 60 – Nadar no Onça, prática no rio realizada em abril/2016



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Interessante foi também a manifestação realizada em razão do não cumprimento da construção da ponte do Novo Acesso ao Ribeiro de Abreu prometido pelo Governo do Estado. A comunidade se organizou em torno do rio, em uma manifestação lúdica e pacífica, com bolo e a caricatura do governador do estado. A proposta foi comemorar o aniversário de 68 anos da Ponte do Ribeiro de Abreu, e cobrar a promessa da construção da Nova Ponte, obra que não se realizou até a presente data.

Figura 61 – Comunidade reunida para manifestar contra a não construção do novo acesso ao bairro



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2017.

Figura 62 – Bolo com formato de ponte servido no dia da manifestação pelas obras do novo acesso ao Ribeiro de Abreu



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2017.

O “Arraiá do Onça” outra manifestação em torno do rio, também expressa uma dessas práticas espaciais afetuosas onde se celebra a vida, encontros promovidos pelas comunidades, curiosamente considerada uma das mais vulneráveis da cidade. O Arraiá do Onça foi inspirado pela energia provocada na movimentação da comunidade em torno do mutirão que transformou a área ocupada em espaço de lazer proporcionados pelas mãos dos próprios moradores.

Figura 63 – Estrutura para o Arraiá do Onça sendo montada em 2016



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 64 – Apresentação de Grupo de quadrilha no Arraiá do Onça, 2016



Fonte: Acervo do COMUPRA.

A montagem de Árvores de Natal também se tornou uma prática espacial realizada pelo COMUPRA e pelo Povo do Onça. 2020 foi o quarto ano de instalação de uma árvore de Natal na área do parquinho/campinho. A cada ano a arvore é construída com materiais reaproveitados fornecidos pela própria comunidade.

No dia de inauguração da Árvore de Natal do Onça é celebrado com ritual ecumênico, com apresentação de coral e atividades artísticas. O mais interessante é

perceber que no último ano essa ideia se repercutiu em outros bairros do Baixo Onça, fortalecendo a ideia de plantar árvores na beira do rio, construindo o imaginário do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Itamar de Paula, que ficou conhecido como "plantador de árvore de natal" comenta em mensagem enviada ao grupo de WhatsApp:

> O processo de construção da árvore vem dando certo, dando trabalho e ela, "a alvre", nos ajuda em nosso norte, nos dá alegrias e passa alegria, nos dá esperança e traz esperança.
> Trabalhar para construi-la, acompanhar as etapas, estar junto com todos, carrega em si experiência de outros tempos que junto e misturado traz novas aprendizagens, cria e me faz experimentar novas energias vindas do exercício real do fazer acontecer. Isto está sendo bom e sei que não só prá mim, disto eu não tenho dúvida.
> E sinceridade, não sou muito fã do Natal, mas esta "alvre" na rua, na beira do Onça tem um "trem" diferente, ela é resistência, caminho.
> Enquanto isto a vida acontece e temos a certeza que estamos vivos.[70]

Figura 65 – Montagem da primeira Árvore de Natal do Baixo Onça, 2017



Fonte: Acervo do COMUPRA.

[70] Itamar de Paula, dez. 2020.

Figura 66 – Apresentação de coral na inauguração da Árvore de Natal do Baixo Onça, 2018



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 67 – Horta Comunitária com decoração de Natal em 2018, ao lado da Árvore



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 68 – Árvore de Natal do Baixo Onça, 2020



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Esses movimentos que vem sendo realizados no Baixo Onça demonstram o exercício de uma prática espacial que torna possível o exercício real da política. Os sujeitos do mundo, impelidas por um devir democrático, constroem diálogos com diversos atores e saberes, recriando espacialidades onde não importa muito aonde se vai chegar, mas sim um exercício diário de desviar atenção, não para os problemas, mas ressaltando as potencialidades e possibilidades múltiplas de atuação em um espaço onde se encontram distintos saberes. “O que a forma urbana reúne e torna simultâneo pode ser muito diverso. Tão pronto são coisas, como pessoas, como signos; o essencial reside na reunião e na simultaneidade”.

Compreendo aqui, após cartografar certa prática espacial no Baixo Onça, na perspectiva das ações espontâneas realizadas em diversos pontos, que uma leitura dos

espaços de representação nos salta aos olhos quando ele é também carregado de imagens, emoções, afetividade, criatividade, conotações. O imaginário do rio aparece entrelaçado à linguagem viva e vivida nas práticas espaciais no Baixo Onça.

5.2 O Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça: uma outra representação do espaço

A representação do espaço propicia a produção de uma imagem em conhecimento, e desta forma, também define o espaço. Lembrando Doreen Massey, a forma como imaginamos o espaço influi nas formas como interferimos nele. O Projeto Urbanístico do Parque Linear do Ribeirão Onça, elaborado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, concebe e conforma um espaço idealizado e devido à inúmeras justificativas burocráticas não saiu do papel. Por outro lado, diversas áreas destinadas ao parque estão sendo ocupadas de forma coletiva nos últimos anos no Baixo Onça. Essas áreas, transformadas pelas populações têm gerado melhores convívios, diminuindo violências, aproximando práticas e saberes. Comparável à dimensão paradigmática da linguagem, uma representação espacial pode ser substituída por outra que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros.

Como já vimos, representações do espaço emergem ao nível do discurso, da fala como tal e, consequentemente, encerram formas verbalizadas, tais como: descrições, definições e teorias do espaço. Este foi o espaço concebido pela Prefeitura de Belo Horizonte para a construção das diretrizes do Parque Linear do Onça. Entretanto, pretende-se agora discutir a representação do espaço pelas comunidades do Baixo Onça dando relevância ao conhecimento produzido a partir da Oficina de Levantamento de Potencialidades de Uso Coletivo promovidas pela URBEL.

Como já falado anteriormente, a remoção das famílias das áreas de risco é prioridade para o Povo do Onça, assim como tem que ser para a Prefeitura. Nesse caminho, é preocupante o destino das áreas esvaziadas. Percebendo o movimento já existente na região de ocupação espontânea das áreas já liberadas e de grande mobilização social já existente como forma de buscar garantir que as áreas liberadas pelas remoções das famílias não sejam novamente ocupadas irregularmente, a URBEL promoveu diversos encontros nas comunidades, para dialogar com os moradores sobre as expectativas de ocupação e criação do Parque.

Entendendo que os relacionamentos entre as comunidades locais e os poderes

públicos devem ser conduzidos por processos mais profundos nas formas de planejar e de atuar no espaço, solicitam-se novos ingredientes entre as formas de ver o mundo e, assim, novas formas de cooperação entre as parcerias. Ensejando mais imaginação do que esforço, mais criatividade do que operações de máquinas, mais invenção do que repetição, mais solidariedade entre ideias e ações do que isolamento solitário e mais participação real do que simbólica. Reforça-se aqui a importância e a urgência de proporcionar que devires democráticos venham à tona, possibilitando o exercício de uma cidadania sob uma perspectiva crítica e emancipatória.

Nesse contexto, a URBEL, em parceria com o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa propuseram a realização de oficinas que pudessem traduzir os desejos dos moradores com relação à ocupação coletiva das margens do Onça. Tais ações visam despertar o sentimento de pertencimento e o empoderamento local, buscando diminuir a violência e proporcionando a construção coletiva de espaços de convivências. Assim os resultados vão muito além de uma transformação no espaço. A possibilidade de decidir sobre o próprio bairro, participar de reuniões comunitárias e se encontrar para discutir outros sonhos são características que se tornam cada vez mais comuns nessa região.

Capturar a prática espacial a partir das representações do espaço pelas pessoas comuns, Povo do Onça, foi possível com a elaboração de mapas afetivos ee assim auxiliar na definição de formas de ocupação coletiva nas margens do Onça. A produção de mapas afetivos é interessante para potencializar o entendimento de que espaço deve ser considerando como um produto de inter-relações e constituído através de interações. As chamadas cartografias afetivas podem gerar mapas potentes que construam conhecimentos ativos, exercitando o poder comunitário e são meios poderosos de mudanças sociais. A produção de mapas afetivos apresenta uma diversidade de visões, criando uma cartografia parcial da realidade vivida na região.

As oficinas de Levantamento de Potencialidades de Uso Coletivo tiveram conversas iniciais que se vinculavam à necessidade das pessoas de entenderem a dinâmica de ocupação dos rios urbanos, assim como entenderem a importância dos espaços do rio sendo devolvido ao rio, despertando nas pessoas, a atenção para os problemas locais, mas, principalmente o olhar atento para as potencialidades do Baixo Onça. Assim foi possível identificar os principais pontos de referência. Refletindo sobre o rio, os espaços públicos, a infraestrutura local, equipamentos e serviços públicos, acessibilidade, mobilidade, segurança, questões foram trazidas, como: “Quais são os maiores problemas da região?”

Quais são as características positivas (potencialidades) que devem ser preservadas? Quais são os pontos de referência que tornam a região única? Nesse debate, permeado por fotos, memórias e alguns mapas abertos sobre a mesa, as pessoas identificaram as áreas olhando o mapa trazendo toda sorte de histórias e vivencias inusitadas que traduziam muito afeto e a vontade de proporcionar melhoria nas condições dos seus lugares de vida, tendo o rio como centralidade.

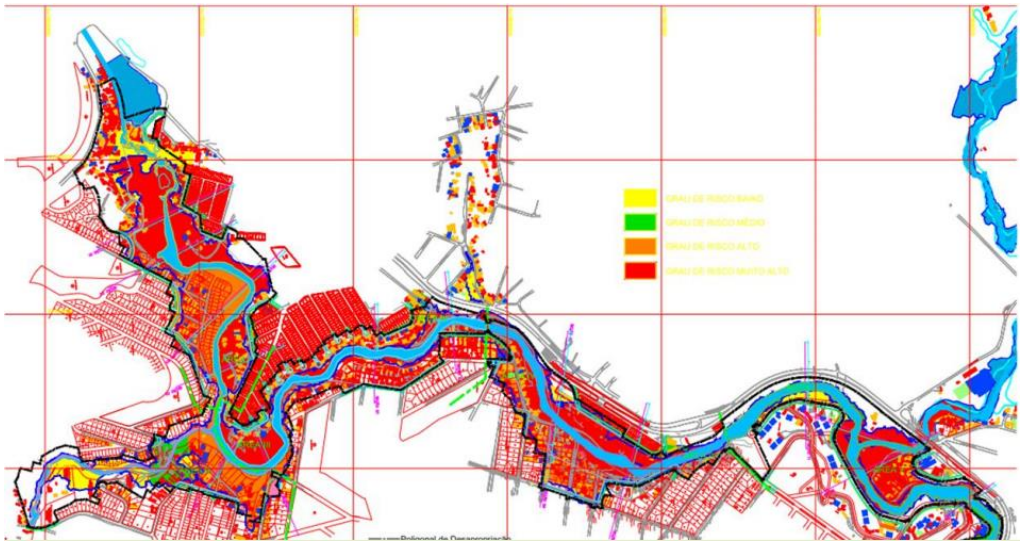
Figura 69 – Anotações de áreas de usos coletivos das margens do Onça realizada nas Oficinas de Levantamento de Potencialidades de Usos Coletivos



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Anteriormente às oficinas de Levantamento de Potencialidades de Uso Coletivo, em apresentação da atualização dos processos de remoção das famílias das áreas de mancha de inundação para as comunidades pela SUDECAP (Superintendência de Desenvolvimento da Capital), foram mostrados mapas com os limites das áreas de baixo, médio e alto risco geológico e risco de inundação. Na ocasião os mapas se apresentavam em linguagem muito técnica, com códigos que as pessoas não conseguiam compreender. Viu-se a necessidade de tornar aquele mapa mais próximo das pessoas, onde elas pudessem identificar melhor suas casas e como está a mancha de inundação.

Figura 70 – Imagem do Mapa da mancha de inundação elaborado pela SUDECAP



Fonte: Apresentação PBH, 2020.

Sendo assim, uma das primeiras atividades da oficina de Levantamentos de Potencialidades com o uso de mapas afetivos, foi justamente a tradução de um documento técnico em um documento mais compreensível, tradução essa realizada pelos próprios participantes. Eles identificaram os pontos importantes e deram nome a esses locais conforme esses locais são conhecidos na região. Esse momento foi interessante por revelar vários sentimentos e olhares diferentes para a mesma localidade.

Além disso, o limite das manchas de inundação foi muito discutido, percebeu-se certa desconfiança entre as experiências vividas com as inundações ao longo do tempo e os limites da mancha de inundação que se apresentavam naquele documento altamente técnico concebido pelo poder público. Na observação dos mapas, os participantes identificaram que algumas áreas que sempre inundavam, não estavam no limite da mancha, e áreas que nunca haviam inundado, estavam dentro dos limites da mancha nos mapas apresentados pela SUDECAP, isso gerou muita discussão e a necessidade de realização de campo com as comunidades para validação também a partir do olhar das pessoas do Onça sobre os limites da mancha.

Em setembro de 2020, a URBEL apresentou a situação prevista de remoções e aquelas já realizadas, conforme descritas nas tabelas abaixo.

Tabela 3 – Quantitativo de remoções no Baixo Onça

ÁREA	BAIRROS	REMOÇÕES (Por situação de risco)					TOTAL GERAL
		MUITO ALTO	ALTO	MÉDIO	BAIXO	SEM CLASSIFICAÇÃO	
1	Ouro Minas	18	0	0	2	149	169
	Novo Aarão Reis	272	0	0	142	32	446
	Total ->	**290**	**0**	**0**	**144**	**181**	**615**
3	Novo Aarão Reis	136	74	74	0	300	584
	Ribeiro de Abreu	48	69	0	0	126	243
	Total ->	**184**	**143**	**74**	**0**	**426**	**827**
4	Ribeiro de Abreu	112	8	0	0	3	123
	Total ->	**112**	**8**	**0**	**0**	**3**	**123**
OP Vila Fazendinha		0	0	0	0	149	149
Total		**586**	**151**	**74**	**144**	**759**	**1714**

Fonte: Apresentação da URBEL, 2020.

Tabela 4 – Com o quantitativo de remoções das famílias em áreas de risco, setembro/2020

SITUAÇÃO DE RISCO	QTD	CONCLUÍDOS	PENDENTES
MUITO ALTO	586	360	226
ALTO	151	73	78
MÉDIO	74	0	74
BAIXO	144	59	85
SEM CLASSIFICAÇÃO	610	55	555
TOTAL	**1565**	**547**	**1018**

Fonte: Apresentação da URBEL, 2020.

As conversas seguiram e giraram em torno de questões sobre o que irá acontecer com aqueles espaços “esvaziados” pela desocupação das áreas de risco? Quais são as características positivas daquelas áreas que podem ser potencializadas pela população local? O que cada um gostaria de ver ali?

Esse debate resultou na externalização das práticas cotidianas das pessoas em seus espaços de vivencias. Os problemas, assim como as potencialidades e possibilidades eram percebidos na medida em que as pessoas mencionavam suas experiências e contavam os causos com o intuito de trazer todos os elementos possíveis que demonstrassem suas relações com cada lugar daquele rio. Os participantes relataram usos cotidianos na beira do rio.

Na medida em que as falas iam surgindo, que expressavam ora problemas, ora potencialidades em torno do rio, elas eram anotadas no cartaz para que depois pudessem ser lidas e validadas de forma coletiva. Nessa troca os olhares se ampliam e conexões

foram estabelecidas, criando-se o reconhecimento das diversas trajetórias e múltiplas possibilidades de encontros.

A coleta de informações na oficina de Levantamento de Potencialidades de Uso Coletivo, promovida pela URBEL e facilitada pela autora da pesquisa em 2019, possibilitou ampliar as histórias sobre o lugar e reconhecer suas potencialidades. Os temas foram discutidos em grupos, depois apresentados para os demais, reagrupados e validados por todos. Os problemas foram externalizados e discutidos, mas para cada um dos problemas que apareciam uma lista de possibilidades surgiam. Eles foram agrupados, conforme a lista abaixo:

Problemas identificados no Baixo Onça:

- Usos atuais que impedem a ocupação coletiva;
- Famílias morando em locais de risco;
- Lixo em locais indevidos;
- Esgotamento sanitário irregular;
- Esgoto do hospital desaguando no rio;
- Dificuldade de participação dos moradores;

As pessoas estavam bastante focadas em identificar as potencialidades e trazer propostas que pudessem materializar em melhorias para o Baixo Onça. A seguir listamos as potencialidades identificadas pelos participantes.

Potencialidades identificadas no Baixo Onça:

- O Ribeirão e sua beleza cênica;
- Sonhos, criatividade e ação;
- Carroceiros;
- Nascentes;
- Cachoeiras;
- Mirante;
- Prainha;

As possibilidades aparecem como *horizontes a serem alcançados*, elas se destacam com muita clareza na manifestação das pessoas que demonstram forte conexão com os lugares, assim como com o compromisso de tornar reais todas as possibilidades pensadas.

Possibilidades de ocupação coletiva no Baixo Onça:

- Gerar energia limpa na beira do rio que está limpando
- Parceria e representação política
- Ampliação e reconhecimento do circuito turístico
- Diálogo diferenciado com o poder público
- Melhoria do Complexo do Onça (campinho/parquinho)

- Memorial do Onça
- Praça ao lado da horta comunitária
- Manutenção da Nascente Fundamental do Onça
- Melhoria do campinho do CBTU
- Ciclovia e pista de caminhada
- Circuito guarda-corpo e adaptação do piso para segurança
- Educação ambiental
- Placas educativas
- Implantação de Unidade de Recolhimento de Pequenos Volumes (URPV)
- Construção de Tanque de Evapotranspiração - TVAPs
- Proteção de nascentes
- Horta participativa
- Ampliar canteiros
- Implantação de saneamento ambiental com uso de horta
- Viveiro de mudas
- Centro de triagem de entulho
- Parquinho
- Plantio de agrofloresta
- Cercamento de áreas com bamboo
- Mobiliário de descanso
- Jardim
- Eventos culturais
- Implantação de feira
- Trilha, pista de caminhada, ciclovia
- Iluminação nas margens do rio
- Lixeiras ecológicas
- Jardins filtrantes
- Centro de referência ambiental do parque

Figura 71 – Pessoas em torno do mapa identificando as potencialidades do Baixo Onça em uma das oficinas



Fonte: Acervo da autora, 2019.

É muito interessante quando vários olhares se debruçam sobre um tema tendo como centralidade o curso de um rio. As conversas trazem memórias e infância e o reconhecimento de como as coisas eram e como elas podem ser. Curiosamente essa comunidade não foca em seus problemas, mas sim em suas potencialidades e possibilidades, como demonstra a diferença de tempo para elaborarem a lista de problemas daqueles que se dedicaram à pensar as potencialidades e possibilidades que podem tornar aquele lugar melhor para todos. Assim as potencialidades foram amplamente discutidas e serviram como elementos para usos que pudessem ser implantados por meio de processos de mutirão com a participação das próprias comunidades, apoiadas pela Prefeitura.

Para concretizar as ideias, promover a implantação dos usos coletivos e tornar o Parque Ciliar Comunitário uma realidade, os participantes se debruçaram sobre o limite da mancha de inundação e a partir de todo conhecimento gerado, das reflexões sobre os problemas e potencialidades, do olhar para o grande potencial que reconhecem na região, e propuseram usos coletivos que pudessem ser desenvolvidos pelas pessoas das próprias comunidades, com o apoio da Prefeitura. Para cada uso coletivo que a comunidade elegeu, os técnicos da URBEL propuseram oficinas que podiam ser desenvolvidas ao longo do tempo para as comunidades onde ocorreram as remoções. Esses usos coletivos, com suas respectivas propostas de oficinas associadas estão demonstradas no quadro a seguir.

Quadro 3 – Quadro com listas dos usos coletivos propostos nas oficinas, com respectivas oficinas que podem ser realizadas

NOSSO PARQUE CILIAR DO RIBEIRÃO ONÇA

OFICINA DE LEVANTAMENTO DE POTENCIALIDADES DE USO COLETIVO

QTD	USO COLETIVO	ORCINA 1	OFICINA 2	ORCINA 3	ORCINA 4	OFICINA 5	ORCINA 6	ORCINA 7	OFICINA 8	OFICINA 9	OFICINA 10
1	TRILHA ECOLÓGICA	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Lixeiras Ecológicas	Placas	Guarda-corpo Ecológico	Brinquedos com materiais reaproveitados I	Brinquedos com materiais reaproveitados II			
2	VIVEIROS DE MUDAS	Biocontrução	Compostagem	Lixeiras Ecológicas	Placas	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Gotejadores	Plantio		
3	JARDINS FILTRANTES	Jardins Filtrantes									Festival de Hip Hop
4	ANFITEATRO	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Biocontrução	Lixeiras Ecológicas	Placas	Mosaico	Cobertura Ecológica (Piaçava)	Grafitti	Danças Urbanas	Capoeira
5	QUIOSQUES	Biocontrução	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Lixeiras Ecológicas	Placas	Cobertura Ecológica (Piaçava)	Mosaico			Ginástica/Zumba
6	HORTA COMUNITÁRIA	Biocontrução	Manejo de Horta	Lixeiras Ecológicas	Placas	Compostagem	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Gotejadores		
7	PARQUINHO	Biocontrução	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Brinquedos com materiais reaproveitados I	Brinquedos com materiais reaproveitados II	Lixeiras Ecológicas	Placas	Plantio	Jardinagem	Gotejadores
8	CAMPINHO	Biocontrução	Mobiliários Urbanos I								
9	MIRANTE	Guarda-corpo Ecológico	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Jardinagem	Lixeiras Ecológicas	Placas				
10	FOSSAS ECOLÓGICAS	Fossas Ecológicas (TEVAP)									
11	AGROFLORESTAS	Plantio									
12	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	Mobiliários Urbanos I	Mobiliários Urbanos II	Lixeiras Ecológicas	Jardinagem	Placas	Gotejadores				
13	PISTA DE CAMINHADA	Biocontrução	Lixeiras Ecológicas	Mobiliários Urbanos I							
14	JARDINS	Biocontrução	Jardinagem	Lixeiras Ecológicas	Placas	Gotejadores	Mosaico				
15	MEMORIAL DO RIBEIRÃO ONÇA	Memorial do Ribeirão Onça	Fotografia e Vídeo								
16	MONUMENTO DO ONÇA										

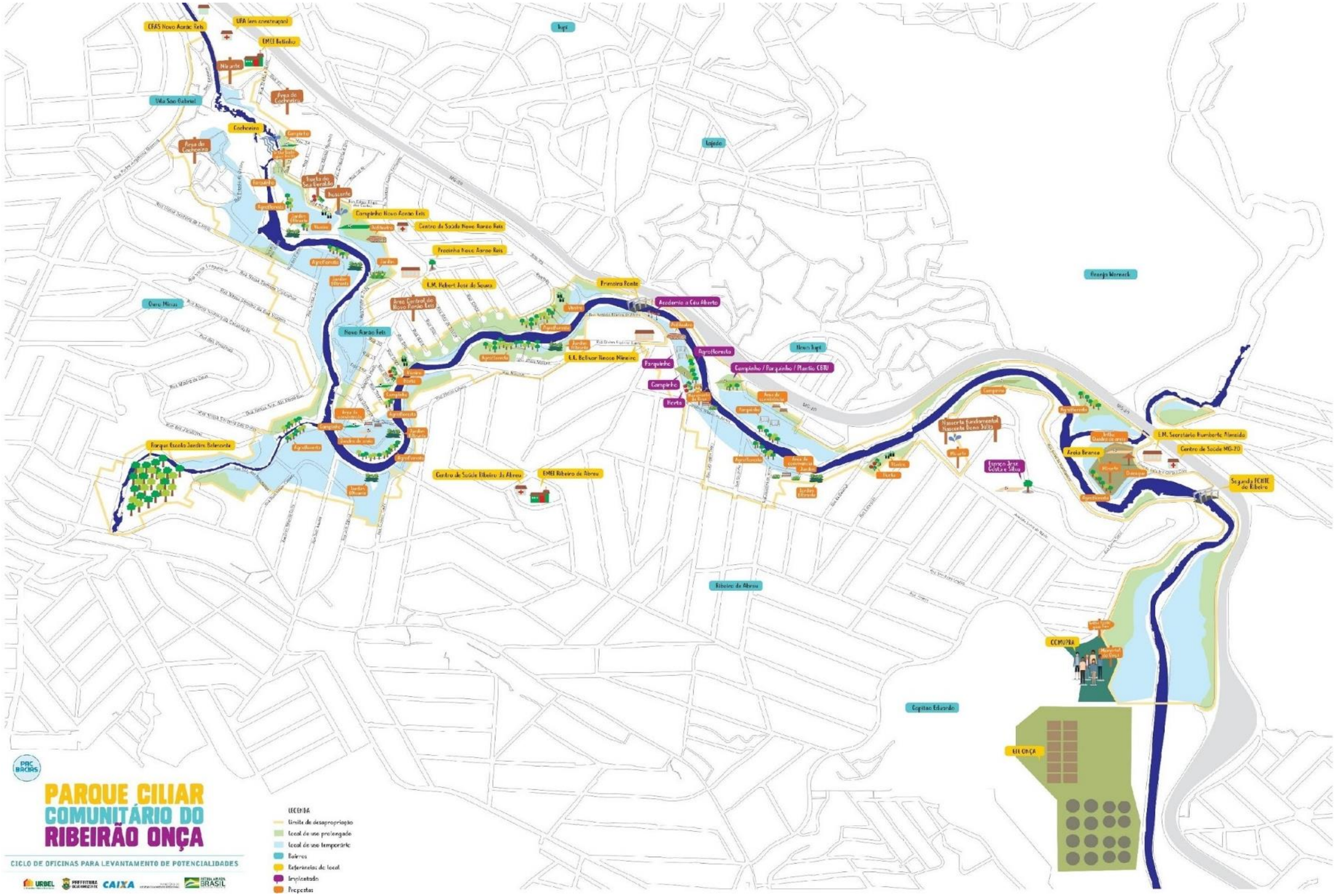
Fonte: Apresentação da URBEL, 2020.

Para a proposição dos usos coletivos as participantes das oficinas discutiram cada trecho do Ribeirão Onça. Refletiram sobre possibilidades de tornar aqueles lugares mais dignos na exuberância da potência que emerge dos rios em leito natural.

O exercício coletivo de olhar para o mapa e pensar possibilidades de usos pelas comunidades nos faz pensar na pergunta da Professora Gisele Girardi: “Quais as implicações políticas (aí entendidas no sentido mais amplo da política como negociação) dos diferentes modos de espaço conceber nas práticas sociais que utilizam mapas?” (GIRARDI, 2014A, 87). Aqui é importante dialogar com as proposições de Doreen Massey sobre o espaço, mencionadas anteriormente neste texto: a) espaço como produto de interrelações, b) possibilidade da existência da multiplicidade. c) O espaço está sempre em construção, nas *relações-entre*, no *fazer-se*. Conforme nos ensina Gisele Girardi, essas “proposições são importantes para se olhar o mapa e nele reconhecer os conteúdos de poder social, as relações de dominância e de subordinação, o potencial de capacidades que elas podem produzir e desafiar as formas de relação através das quais as identidades são formadas” (GIRARDI *apud* MASSEY, 2004, p. 104).

A seguir o mapa afetivo FIG 72 que conseguimos cartografar a partir da “representação do espaço” das práticas espaciais e espacialidades produzidas pelo Povo do Onça.

Figura 72 – Mapa do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça



Fonte: Elaborado na oficina de Levantamentos de Potencialidades de Uso Coletivo realizada pela Urbel.

Apesar de apresentar aberturas, esse movimento comunitário de proporcionar mudanças locais através do encontro entre as pessoas, de provocar mutirões, quando é apropriado pelos órgãos públicos pode gerar muitos questionamentos, imprecisões e insatisfações.

Durante as oficinas, assim como durante todo o processo, nos encontros, nas reuniões e atividades que aconteceram no Baixo Onça, muitas foram as cobranças e as críticas devido a um histórico de ausências, de atrasos, de desvios de verbas e tudo o mais que envolve os interesses escusos contidos na estrutura burocrática dos poderes públicos, a crítica aqui não se encaminha a uma administração específica da PBH, mas em anos de negligência com os rios e as pessoas da cidade, insistindo em modelos de gestão e governança que excluem a participação das pessoas e a possibilidade que devires democráticos venham à tona.

Entretanto, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da URBEL, foi capaz de ouvir as comunidades do Baixo Onça. São anos acumulados de pressão e mobilização do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa que vão colocar em prática ações de fortalecimento social, favorecendo a requalificação socioambiental e promovendo o protagonismo das comunidades por moradias dignas e rios vivos.

Trouxemos aqui a representação do espaço apreendida pelo Povo do Onça que se traduziu em mapas afetivos de usos coletivos imaginados pelos sujeitos do mundo, possibilitando emergir, não um Parque Linear Público, mas um Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, que demonstre as coexistências de ideias e vivências, não apenas de uma única forma de imaginar o espaço como idealizado pela Prefeitura, mas por uma multiplicidade de possibilidades.

Sobre o imaginário que move essas pessoas, falaremos à seguir dos *espaços de representação* inspirados pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, buscando o entendimento relacional das espacialidades produzidas no Baixo Onça. Entendimento esse que se relaciona com as práticas espaciais e com a representação do espaço. Para completar a tríade dialética, proposta por Lefebvre, vamos agora abordar os espaços de representação, espaço vivido, ligado ao simbólico que o movimenta.

6 O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NO BAIXO ONÇA

6.1 Deixem o Onça Beber Água Limpa

A terceira dimensão da Produção do Espaço proposto por Henry Lefebvre (1991) é o espaço de representação, trata-se da dimensão simbólica do espaço.

Manuel Delgado (2013) descreve o espaço de representação como sendo "aqueles que envolvem os espaços físicos e lhes sobrepõe sistemas simbólicos complexos, codificando-os e convertendo-os em moradas de imagens e imaginários". Se refere ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material), neste caso o símbolo nesta pesquisa é o Ribeirão Onça. O rio em leito natural, não tampado e invisibilizado que aflora na superfície torna-se ele mesmo um veículo transmitindo significados.

Nos espaços de representação podemos encontrar expressões de submissão a códigos impostos a partir dos poderes, mas também "expressões do lado clandestino ou subterrâneo da vida social. [...] onde se bebem e se inspiram as deserções e desobediências"[71].

Na produção de uma outra cultura da água possível é necessário outras formas de imaginar o espaço, para que se permitam outras formas de atuar sobre, com ele e por ele, para ressaltar as coexistências de uma diversidade de saberes e formas de se conectar ao espaço. Não apenas enquanto "área de risco", mas enquanto lugares possíveis e potentes de existência, justamente por estar vívido no imaginário e no cotidiano das pessoas.

Cada vez mais torna-se necessário pensar a memória do futuro sobre os rios urbanos que estamos construindo no presente. É imperativo engrossar vozes e multiplicar atitudes em busca de transformações reais nas formas de se relacionar com as águas urbanas, fortalecendo outras culturas de rios possíveis. Como multiplicar sonhos? Construir metas? Tecer vontades? É produzindo agora as memórias de rios vivos. O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa nos ensina a busca de *conviver com o rio vivendo*.

Este Movimento, encabeçado pelo COMUPRA, começa questionando os modelos econômicos e estruturais que optamos por seguir, onde se colocam em pauta a habitação precária, a escassez hídrica, as dificuldades de diálogo com diversos poderes, as diversas

[71] DELGADO, M. Conferência proferida no âmbito do ciclo A Cidade Resgatada, organizado pela OASRN. Museu de Serralves, 15 de maio de 2013. O texto foi gentilmente cedido pelo autor com autorização da OASRN. Tradução do espanhol por Pedro Bismarck e Luís Piteira, p. 334.

injustiças ambientais e sociais existentes em vários pontos da cidade, que constroem tantos espaços de segregação e de desigualdades.

Movimentam-se uma série de entidades, comunidades, pessoas, poderes públicos e privados no entorno de uma provocação que surge com o despertar para reflexões que partem a partir do histórico das relações que construímos com as cidades.

Esse imaginário passa pelo entendimento de que todos os seres, humanos e não humanos, pobres e ricos, brancos e pretos, entidades e pessoas têm o direito a beber água limpa remetendo ao rio como indicador da qualidade dessa vida que se quer.

Figura 73 – 1ª Logomarca criada para o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, 2011



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 74 – Logomarca Atual do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo COMUPRA.

O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, iniciou com a parceria de 33 instituições, dando origem ao evento de mesmo nome realizado, pela primeira vez em 2008 às margens do Onça, no bairro Ribeiro de Abreu. A cada ano é escolhido um local, ao longo da margem do rio, e desse ponto se percorre vários bairros da região nordeste e norte de Belo Horizonte. Um tema escolhido pelos participantes é colocado em pauta, debatido, explicitado, levado para as escolas, discutido com os moradores e os poderes públicos e demais entidades, encaminhando uma discussão responsável sobre vários aspectos socioambientais que permeiam os diálogos por rios vivos na cidade.

O desenho abaixo (FIGURA 75), elaborado em 2015, sugere a forma de atuar do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, os valores que carrega, os objetivos que busca alcançar e as conquistas até aquele momento.

Figura 75 – Mandala do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: COMUPRA, 2015.

Conforme o imaginário que compõe esse desenho, os valores que permeiam suas ações giram em torno da cidadania, da mobilização social, da atuação intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar, da sustentabilidade da região, da construção de parcerias, da busca pela melhoria da qualidade de vida urbana.

Sugere-se também, os objetivos do Movimento, pelo quê ele se mobiliza: saneamento básico com ênfase na captação de esgoto; devolver ao Onça o espaço do Onça: ocupação ordenada e sem risco; valorizar e respeitar o saber popular; permanência do Onça em leito natural; novo ponto turístico de BH; visibilidade da potencialidade ambiental.

As conquistas realizadas até aquele momento também são explicitadas no desenho, como a interceptação do esgoto do córrego Gorduras; o reconhecimento da Escola Municipal Herbert José de Souza como referência de sustentabilidade; e a

conquista ao direito ao Parque do Onça.

O diálogo empreendido pelo COMUPRA através do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa se insere no debate sobre possibilidades de córregos e ribeirões se destacarem como importante elo de harmonia entre as bacias hidrográficas e os ambientes urbanos da paisagem. A construção do Parque Ciliar Comunitário do Onça se apresenta como eixo integrador capaz de envolver diversos atores sociais nesta intervenção urbana.

O Movimento busca articular as comunidades do Baixo Onça com setores administrativos da administração pública municipal e estadual e com outras entidades quando se colocam diante do desafio de transformação do espaço onde vivem, buscando reconhecer e legitimar a importância em atividades que envolvem mobilização social, articulação transinstitucional, educação ambiental, produção alimentar, dentre outras atividades que geram empoderamento social.

O Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa realiza o que Maria da Glória Gohn (2009) define como educação não formal, um dos núcleos básicos da pedagogia social, um processo com várias dimensões, dentre elas: "a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; [...] a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos [...]". É um movimento que provoca vontades, desperta interesses e provoca reflexões de caminhos possíveis para que *os espaços do rio sejam devolvidos ao rio* trazendo às pessoas possibilidades de (re)conexão com o ambiente, a cidade, o próprio rio e assim a importância de multiplicar toda essas experiências.

Em que se estimule potências o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa está constantemente se refazendo, reconstruindo, redesenhando caminhos e experimentando saberes, fantasiando utopias, praticando a autoavaliação, a empatia, a liberdade interior. Construindo saberes que se baseiam na experimentação da vida, e buscam formas de materializar tais saberes em seus próprios espaços e tempos. São sujeitos que reafirmam identidades e buscam o diálogo com os demais poderes sociais, mas constantemente precisam escavar seu próprio direito de fala.

Eles questionam caminhos que antes lhes foram impostos, mas também exercem devires em nome de seus sonhos, sem questionar se há justiça em tantos processos burocráticos que se inserem na cena pública. Precisam gritar para que se façam ouvir. Às vezes, os gritos ecoam em políticas públicas e transformações locais. No entanto, muitas vezes o *grito-mudo* reverbera dentro das contradições sociais e das limitações que lhes

são impostas por outros sujeitos: os *sujeitos da universidade-fábrica, da burocracia, do mercado, da gestão pública tecnocrata*.

Mas, no entanto, em uma dimensão simbólica do espaço, o Deixem o Onça Beber Água Limpa se desenvolve expressando e invocando valores e experiências sociais.

Ao longo dos anos, o COMUPRA vem propondo debates, reuniões e eventos periódicos – eventos culturais, cursos de formação, mutirões de recuperação ambiental, plantio de árvores e proteção de nascentes, dentre uma diversidade de ações –, sempre trabalhando em prol da articulação e mobilização dos moradores da região com o poder público e privado, visando a requalificação socioambiental do Ribeirão Onça.

Desde 2008, realiza-se o Evento Deixem o Onça Beber Água Limpa através de encontros socioculturais que visem defender, articular, propor e apoiar o desenvolvimento de soluções que levem à requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Baixo Onça, buscando valorizar suas potencialidades.

A seguir pretende-se realizar uma cartografia dos eventos do Deixem o Onça Beber Água Limpa, buscando invocar os temas e valores simbólicos que permeiam esse Movimento. A proposta é mostrar os temas trabalhados e as metas sugeridas pelo Movimento a partir de um imaginário em torno de um rio urbano visível, aberto, não canalizado, que externaliza todas as contradições de uma sociedade negligente com suas águas.

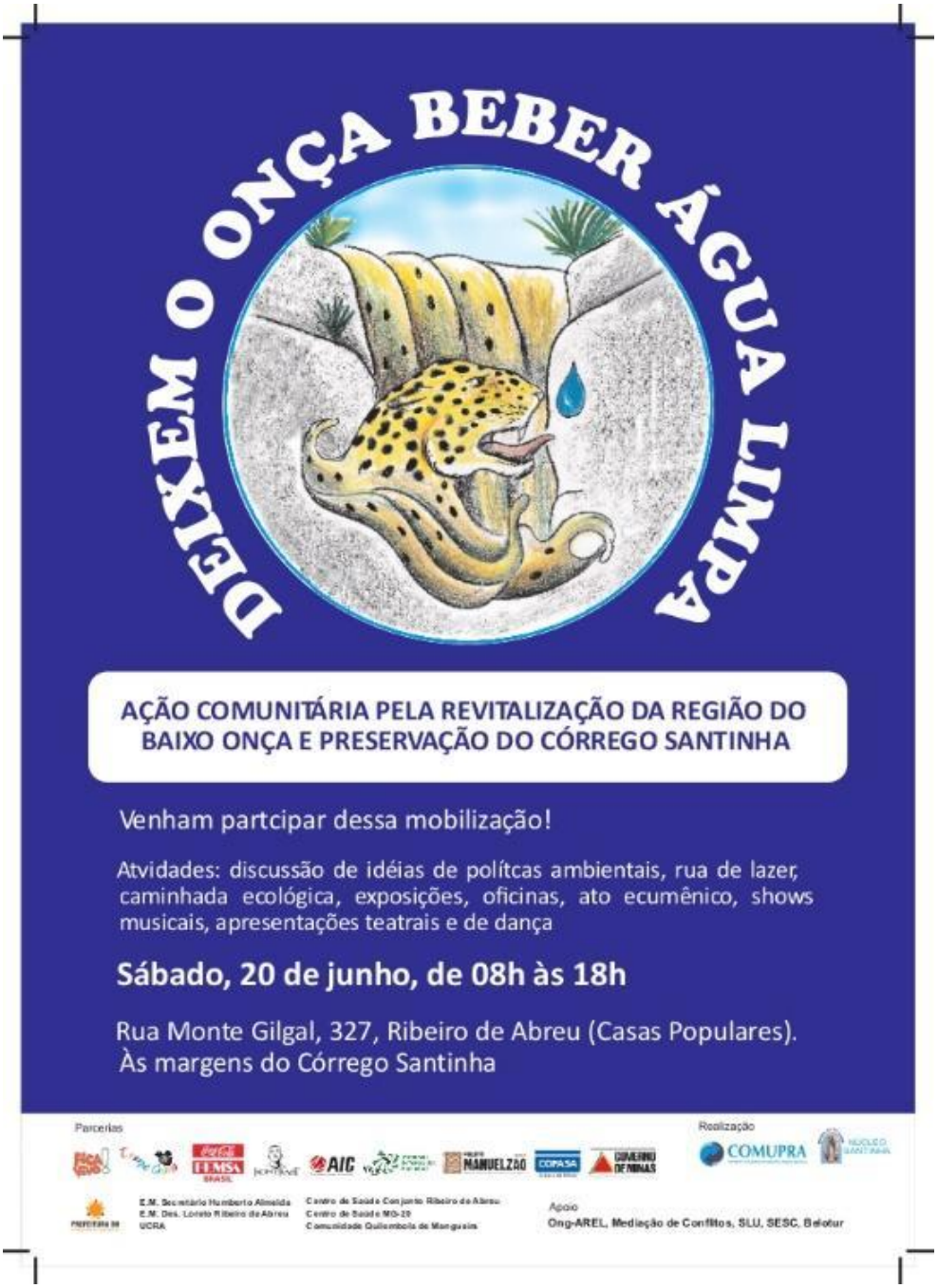
6.1.1 1º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2008

O primeiro evento foi realizado no bairro Ribeiro de Abreu, entre as ruas Etilândia e Juazeiro do Norte às margens do Ribeirão Onça. Nos primeiros anos não havia temas definidos, mas a ideia foi realizar um grande evento nas margens do rio, buscando promover debates sobre meio ambiente, cultura e lazer tendo o Ribeirão Onça como eixo de integração, dando início a uma prática que vem se consolidando a cada ano.

6.1.2 2º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2009

O segundo Deixem o Onça Beber Água Limpa foi realizado no bairro Ribeiro de Abreu, nas Casas Populares, rua Monte Gilgal às margens do Córrego Santinha. Ele reuniu temas socioambientais que foram discutidos sob a ótica da arte e da cultura buscando inserir no imaginário das pessoas uma cultura por rios vivos na Capital Mineira.

Figura 76 – Flyer-convite do 2º Deixem o Onça Beber Água Limpa, 2009

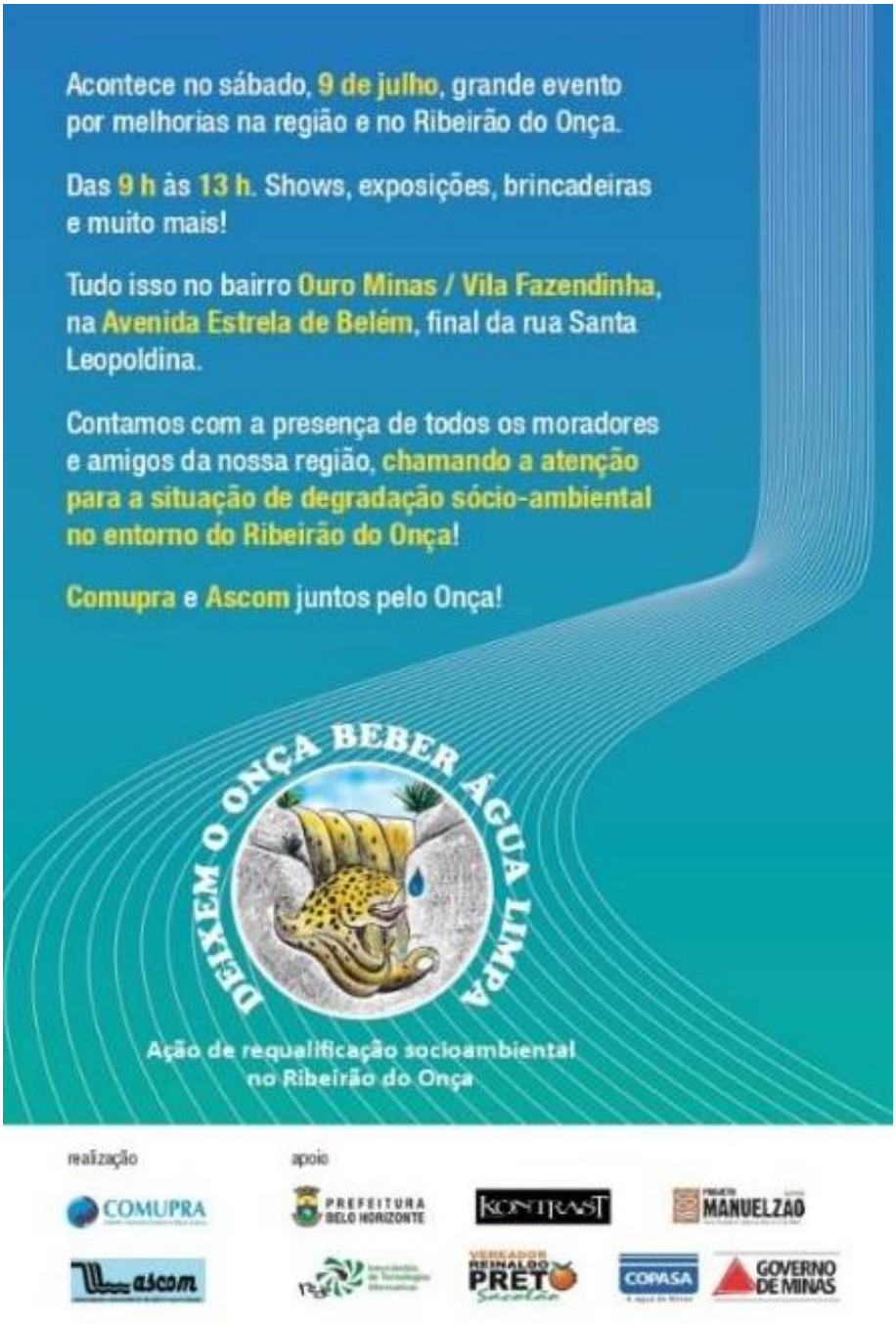


Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.3 3º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2011

Em 2011, realizou-se o terceiro evento no Bairro Ouro Minas/Vila Fazendinha, avenida Estrela de Belém esquina com rua Santa Leopoldina; na ocasião foram ressaltados os problemas de ocupação irregular nas margens do rio, chamando atenção para a situação de degradação socioambiental no entorno do Ribeirão Onça.

Figura 77 – Flyer-convite do 3º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 78 – Barraca da SLU montada no 3º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.4 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2012

O evento foi realizado no Conjunto CBTU, na rua Dois às margens do Ribeirão Onça, com o tema "*Valorização de Nascentes Urbanas*" realizado em parceria com o Subcomitê do Onça com recursos do projeto hidroambiental advindo de recursos da cobrança pelo uso da água. Foram discutidos temas relacionados à agricultura urbana e à valorização das nascentes em ambiente urbano e a importância de seus cuidadores para a preservação dessas áreas. É interessante perceber como o Movimento sempre vincula o rios às potencialidades das pessoas no seu entorno.

Figura 79 – Flyer-convite do 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 80 – Flyer-convite do 4º[72] Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

[72] No flyer aparece como IV evento devido a divergência de contagens dos eventos, alguns consideram a Ação Global realizada em 2010 como uma ação do Deixem o Onça Beber Água Limpa.

Figura 81 – Estrutura montada no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 82 – Apresentação cultural no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 83 – Atividades realizadas no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 84 – Atividades realizadas no 4º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.5 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2013: Nossa Praia

Em 2013, o evento foi realizado no bairro Conjunto Ribeiro de Abreu, rua Serra da Mantiqueira, 535, em frente ao encontro do Córrego Isidora com o Ribeirão Onça. O evento trouxe a discussão em torno da importância do lazer em torno de rios vivos.

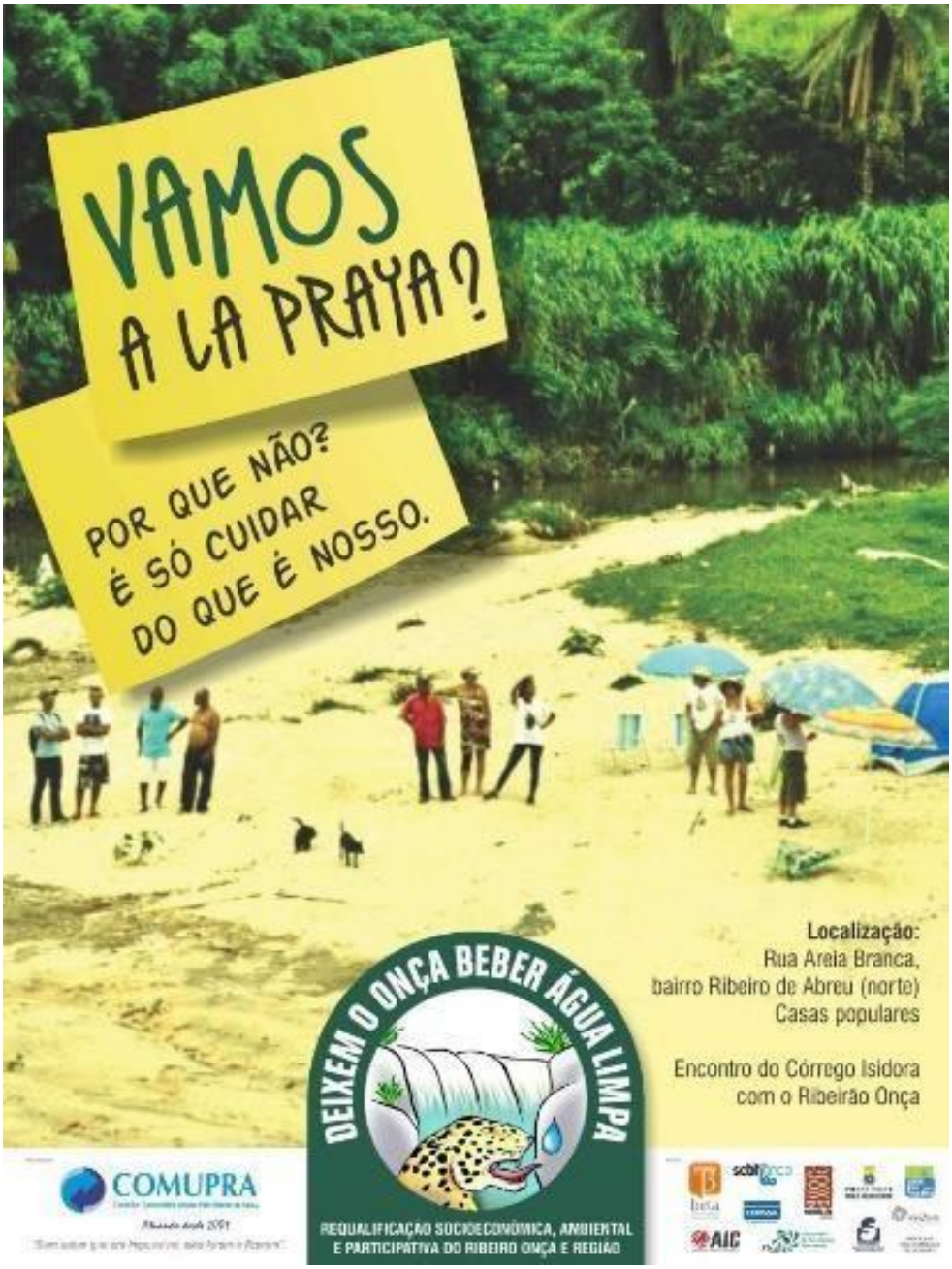
Nessa época foi apresentado pela primeira vez ao COMUPRA os estudos da mancha de inundação realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte. A partir de então o Movimento passou a reforçar sua luta e a qualificar seus eventos com temas relacionados ao imaginário do Parque que queremos para a região.

O objetivo desse evento foi anunciar à comunidade local as previsões de intervenções e investimentos na localidade, despertando a atenção de todos (poder público, iniciativa privada, mídia e população) para o enorme potencial do ribeirão Onça, reafirmando a intenção do COMUPRA e do Movimento na continuidade da construção do diálogo e da realização de diversas ações necessárias para o enfrentamento dos desafios que levem a requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Ribeirão Onça e região.

Aproveitando a formação de praia que se dá no encontro do Ribeirão Izidora com o Ribeirão Onça, através da composição de um cenário de praia, a ideia foi mostrar que se o rio estivesse limpo poderia proporcionar lazer e práticas esportivas como o caiaque. Na ocasião, os estudantes das escolas do entorno ocuparam a praia com quadra de vôlei, cadeiras e sombrinhas de praia, cangas, em um cenário típico praiano. Além disso receberam os caiaqueiros da Expedição “Navegando o Onça, Vivas ao Rio” realizada por integrantes do Movimento que desceram o trecho do rio de caiaque, como forma de chamar atenção para inúmeras possibilidades. A atividade foi realizada com vestimenta adequada para proteger os caiaqueiros de toda contaminação existente no rio.

A ideia de estimular as potencialidades do Ribeirão foi contribuir para facilitar o processo de negociação futura entre o poder público e as famílias que serão realocadas. Além disso, dá visibilidade à uma região marginalizada, inserindo mais pessoas e instituições da comunidade e fora dela, nas discussões e construção das propostas.

Figura 85 – Flyer-convite do 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 86 – Lazer na Nossa Praia no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMPURA.

Figura 87 – Faixa da Nossa Praia no 5º Deixem o Onça Beber Água Lima



Fonte: Acervo do COMPURA.

Figura 88 – Expedição Navegando o Onça, Vivas ao Rio no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMPURA.

Figura 89 – Expedição Navegando o Onça, Vivas ao Rio no 5º Deixem o Onça Beber Água Lima



Fonte: Acervo do COMPURA.

Figura 90 – Moradores no 5º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMPURA.

Figura 91 – Lazer na Nossa Praia no 5º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.6 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2014: Nosso esgoto, prá onde vai?

O sexto Deixem Onça Beber Á gua Limpa, realizado em 2014, aconteceu no bairro Monte Azul, pista marginal da Rodovia MG-20 entre as ruas Cibipuruna e Izabel Glansman e teve como tema "Nosso esgoto, para onde vai?"[73]. Naquele ano, considerando que as águas do Ribeirão Onça se encontram bastante poluídas, discutiu-se a situação do esgotamento sanitário diretamente despejada no rio em uma área onde está localizada a Estação de Tratamento de Esgoto do Onça e que também será palco de um dos maiores parques de Belo Horizonte.

Construir um parque dessa magnitude no baixo curso de uma bacia hidrográfica urbana exige que se discuta e realize interferências em todo o restante da cidade à montante do Parque, isso inclui o esgoto da cidade que é jogado diretamente no curso d'á gua. Durante as semanas que antecederam ao evento, foram realizadas diversos debates e mostras fotográficas da situação do esgotamento sanitário no Baixo Onça. À seguir algumas imagens que circularam nas redes sociais do Movimento dando ênfase à situação dos interceptores que levam o esgoto de toda cidade para a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Onça.

Figura 92 – Faixa da campanha realizada antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

[73] Link para vídeo produzido por Amantino Feliz de miranda para a Escola Municipal Herberth de Souza sobre o evento: https://www.facebook.com/100003002517773/videos/543532619090150/

Figura 93 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 94 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



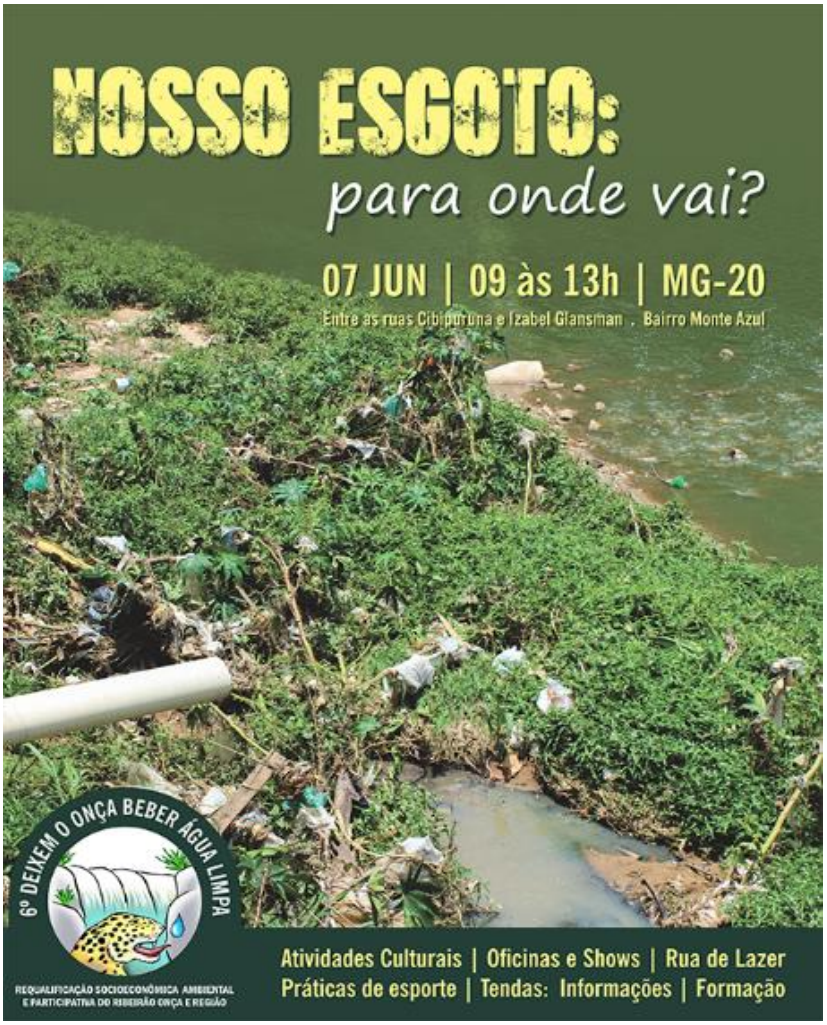
Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 95 – Imagens da campanha Nosso Esgoto Prá onde vai? Exibida uma semana antes do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 96 – Flyer-convite do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 97 – Vista panorâmica do 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 98 – Barraca do COMUPRA montada no 6º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.7 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2015: Nosso Parque, que parque queremos?

O sétimo Deixem Onça Beber Àgua Limpa, em 2015, foi realizado no bairro Belmonte, no Parque Escola Jardim Belmonte, com o tema "Nosso Parque, que parque queremos?"[74]. Com diversas apresentações culturais[75], estandes e oficinas realizadas dentro do Parque Belmonte localizado na região do baixo Onça.

Com a realizadas as Oficinas Comunitárias para elaboração das diretrizes do Parque Linear do Onça que aconteceu no final de 2014, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, o tema Que Parque Queremos fundamentou diversos diversos debates relacionados ao modelo de cidades e à qualidade das águas do Parque. Na ocasião, foi anunciado pela COPASA[76] obras de revitalização e de captação de esgoto do Córrego Gorduras afluente do Ribeirão Onça.

O Evento foi realizado sempre ressaltando que a implementação do Parque seja fundamentada em princípios e ticos do bom exemplo, da solidariedade, da garantia de direitos e que se baseie no resultado do ciclo de oficinas para consulta a população realizado em 2014.

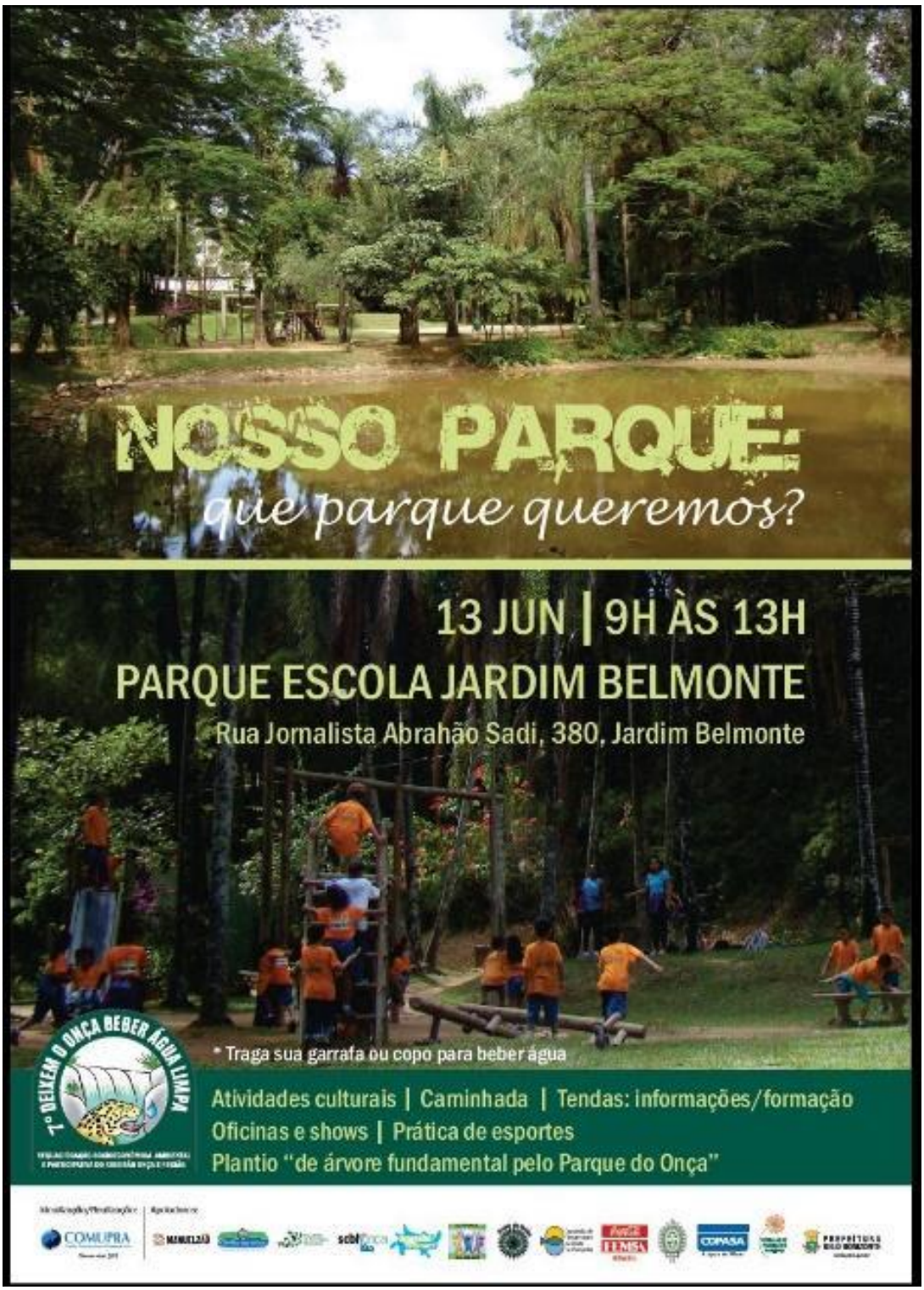
---

[74] Vídeo produzido para o evento: https://www.facebook.com/100004415223143/videos/477258182431352/

[75] Vídeo de apresentação cultural realizada por alunos da escola de dança Cerpas Ana Bernardina: https://www.facebook.com/100004415223143/videos/477258182431352/

[76] Vídeo da COPASA sobre a participação no evento e o compromisso de revitalização do Córrego Gorduras: https://fb.watch/3MSd7tu5Fz/

Figura 99 – Flyer-convite do 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 100 – Apresentação cultural 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 101 – Bandeira hasteada pelo grupo de escoteiros no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 102 – Apresentação cultural no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 103 – Barraca da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 104 – Estande do Subcomitê do Onça no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 105 – Exposição de Bentos do Projeto Manuelzão no 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 106 – Organizadores do 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa



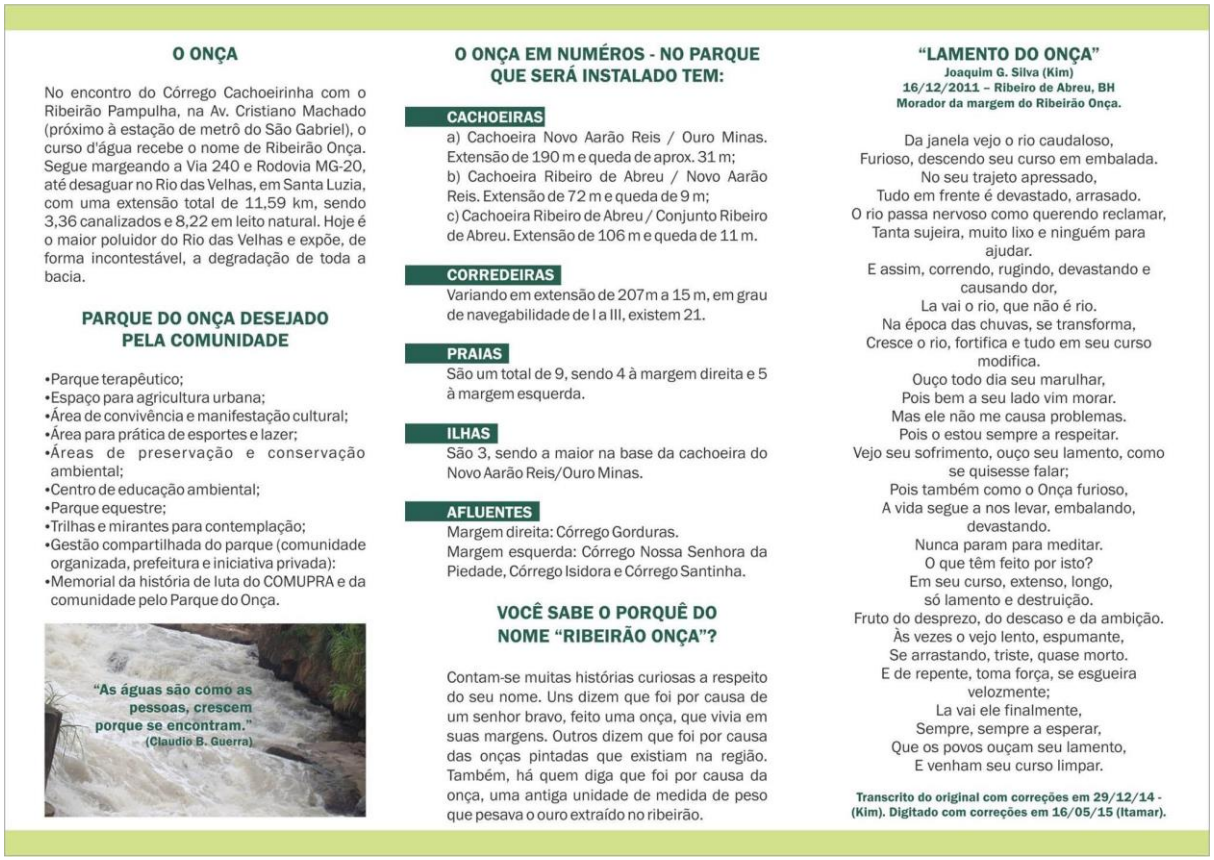
Fonte: Acervo do COMUPRA e Lina Maria, 2015.

Figura 107 – Material informativo produzido para o 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa – Frente



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

Figura 108 – Material informativo produzido para o 7º Deixem o Onça Beber Água Limpa – Verso



O ONÇA

No encontro do Córrego Cachoeirinha com o Ribeirão Pampulha, na Av. Cristiano Machado (próximo à estação de metrô do São Gabriel), o curso d'água recebe o nome de Ribeirão Onça. Segue margeando a Via 240 e Rodovia MG-20, até desaguar no Rio das Velhas, em Santa Luzia, com uma extensão total de 11,59 km, sendo 3,36 canalizados e 8,22 em leito natural. Hoje é o maior poluidor do Rio das Velhas e expõe, de forma incontestável, a degradação de toda a bacia.

PARQUE DO ONÇA DESEJADO PELA COMUNIDADE

- Parque terapêutico;
- Espaço para agricultura urbana;
- Área de convivência e manifestação cultural;
- Área para prática de esportes e lazer;
- Áreas de preservação e conservação ambiental;
- Centro de educação ambiental;
- Parque equestre;
- Trilhas e mirantes para contemplação;
- Gestão compartilhada do parque (comunidade organizada, prefeitura e iniciativa privada);
- Memorial da história de luta do COMUPRA e da comunidade pelo Parque do Onça.

"As águas são como as pessoas, crescem porque se encontram."
(Claudio B. Guerra)

O ONÇA EM NUMÉROS - NO PARQUE QUE SERÁ INSTALADO TEM:

CACHOEIRAS
a) Cachoeira Novo Aarão Reis / Ouro Minas. Extensão de 190 m e queda de aprox. 31 m;
b) Cachoeira Ribeiro de Abreu / Novo Aarão Reis. Extensão de 72 m e queda de 9 m;
c) Cachoeira Ribeiro de Abreu / Conjunto Ribeiro de Abreu. Extensão de 106 m e queda de 11 m.

CORREDEIRAS
Variando em extensão de 207 m a 15 m, em grau de navegabilidade de I a III, existem 21.

PRAIAS
São um total de 9, sendo 4 à margem direita e 5 à margem esquerda.

ILHAS
São 3, sendo a maior na base da cachoeira do Novo Aarão Reis/Ouro Minas.

AFLUENTES
Margem direita: Córrego Gorduras.
Margem esquerda: Córrego Nossa Senhora da Piedade, Córrego Isidora e Córrego Santinha.

VOCÊ SABE O PORQUÊ DO NOME "RIBEIRÃO ONÇA"?

Contam-se muitas histórias curiosas a respeito do seu nome. Uns dizem que foi por causa de um senhor bravo, feito uma onça, que vivia em suas margens. Outros dizem que foi por causa das onças pintadas que existiam na região. Também, há quem diga que foi por causa da onça, uma antiga unidade de medida de peso que pesava o ouro extraído no ribeirão.

"LAMENTO DO ONÇA"
Joaquim G. Silva (Kim)
16/12/2011 – Ribeiro de Abreu, BH
Morador da margem do Ribeirão Onça.

Da janela vejo o rio caudaloso,
Furioso, descendo seu curso em embalada.
No seu trajeto apressado,
Tudo em frente é devastado, arrasado.
O rio passa nervoso como querendo reclamar,
Tanta sujeira, muito lixo e ninguém para ajudar.
E assim, correndo, rugindo, devastando e causando dor,
La vai o rio, que não é rio.
Na época das chuvas, se transforma,
Cresce o rio, fortifica e tudo em seu curso modifica.
Ouço todo dia seu marulhar,
Pois bem a seu lado vim morar.
Mas ele não me causa problemas.
Pois o estou sempre a respeitar.
Vejo seu sofrimento, ouço seu lamento, como se quisesse falar;
Pois também como o Onça furioso,
A vida segue a nos levar, embalando, devastando.
Nunca param para meditar.
O que têm feito por isto?
Em seu curso, extenso, longo,
só lamento e destruição.
Fruto do desprezo, do descaso e da ambição.
Às vezes o vejo lento, espumante,
Se arrastando, triste, quase morto.
E de repente, toma força, se esgueira velozmente;
La vai ele finalmente,
Sempre, sempre a esperar,
Que os povos ouçam seu lamento,
E venham seu curso limpar.

Transcrito do original com correções em 29/12/14 - (Kim). Digitado com correções em 16/05/15 (Itamar).

Fonte: Acervo do COMUPRA, 2015.

6.1.8 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2016: Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa

O oitavo Evento Deixem Onça Beber Água Limpa, realizado em 2016 no bairro Conjunto Ribeiro de Abreu, na rua Serra dos Órgãos, 335, priorizou o tema da moradia. Na ocasião o Evento foi realizado na então nova Sede do COMUPRA.

Foram realizadas atividades culturais, de educação ambiental e de lazer, de formação e informação, trilhas, oficinas e shows. Foi feita a assinatura de termo celebrado entre a COPASA e o COMUPRA oficializando a cessão do espaço para utilização e desenvolvimento de atividades comunitárias de cunho socioeconômico e ambiental durante os próximos anos.

O lema desta edição "Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa" buscou elevar as discussões para a questão da moradia por diversos motivos, um deles é o momento vivido, em que as negociações para a realocação das famílias em áreas de

risco estão acontecendo entre a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel) e os moradores ribeirinhos. O outro foi a conquista obtida com a cessão do espaço para ser a sede do COMUPRA

Acompanhar esse processo de realocação das famílias em área de risco demonstra organização da sociedade local que cobra dos poderes públicos o entendimento de suas demandas mais elementares. Essa forma de diálogo faz com que os projetos saiam do papel, de forma a atender as expectativas e se tornarem uma realidade com base nas demandas sociais. Quanto mais se participa dos espaços coletivos, quanto mais se dialoga com os poderes públicos, quanto mais se promove ações se tem mais gente informada da importância de uma ampla participação local, alcança-se mais parcerias e se obtém negociações mais bem-sucedidas.

Além das apresentações culturais[77], do anúncio pela COPASA de cessão da fazenda para cuidados do COMUPRA, das oficinas e estandes, aconteceu também uma roda de conversa com cuidadores de nascentes[78] e a reflexão sobre qual cidades essas pessoas gostariam de ter a partir do entendimento do significado das nascentes para os rios urbanos.

[77] Vídeo produzido pelo Amantino Feliz Miranda do evento:
https://www.facebook.com/100003002517773/videos/907990075977734/

[78] D. Ivana, Córrego do Jatobá (http://bit.ly/ivanajatoba); Seu Nônô, Córrego Navio Baleia (http://bit.ly/seunono); Toninho, Córrego Tamboril; Seu Thomaz, Córrego Santinha; D. Julia e Itamar do Ribeirão do Onça.

Figura 109 – Flyer-convite do 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 110 – Preparação da roda de conversa com cuidadores de nascentes sobre a cidade que queremos no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 111 – Exposição de fotos da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 112 – Roda de conversa com cuidadores de nascentes sobre a cidade que queremos no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 113 – Apresentação de orquestra no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 114 – Anúncio pela COPASA da cessão da fazenda Capitão Eduardo para Sede do COMUPRA no 8º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2016.

6.1.9 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2017: Água limpa nos rios: direito humano

O nono Evento Deixem Onça Beber Água Limpa, realizado no bairro Ribeiro de Abreu, na rua Antônio Ribeiro Mariano de Abreu, no parquinho e campinho do Onça às margens do Ribeirão Onça, com o tema "Água limpa nos rios: direito humano". O evento contou com brincadeiras[79], atividades culturais, oficinas e estandes das escolas, das comunidades e dos parceiros do Movimento.

Em 2017 o evento aconteceu no local onde aproximadamente 260 famílias foram removidas, o espaço foi ocupado com quadra de peteca, banquinhos, parquinho e um campinho de futebol, através de mutirão, que contou com a experimentação do método do Jogo Oásis, já apresentado nesta pesquisa. O tema do Deixem desse ano provocou as conversas sobre enchentes e os modelos de cidades que estamos construindo. A ideia foi

[79] Vídeo de brincadeira realizada no evento: https://www.facebook.com/100003002517773/videos/1209345932508812/

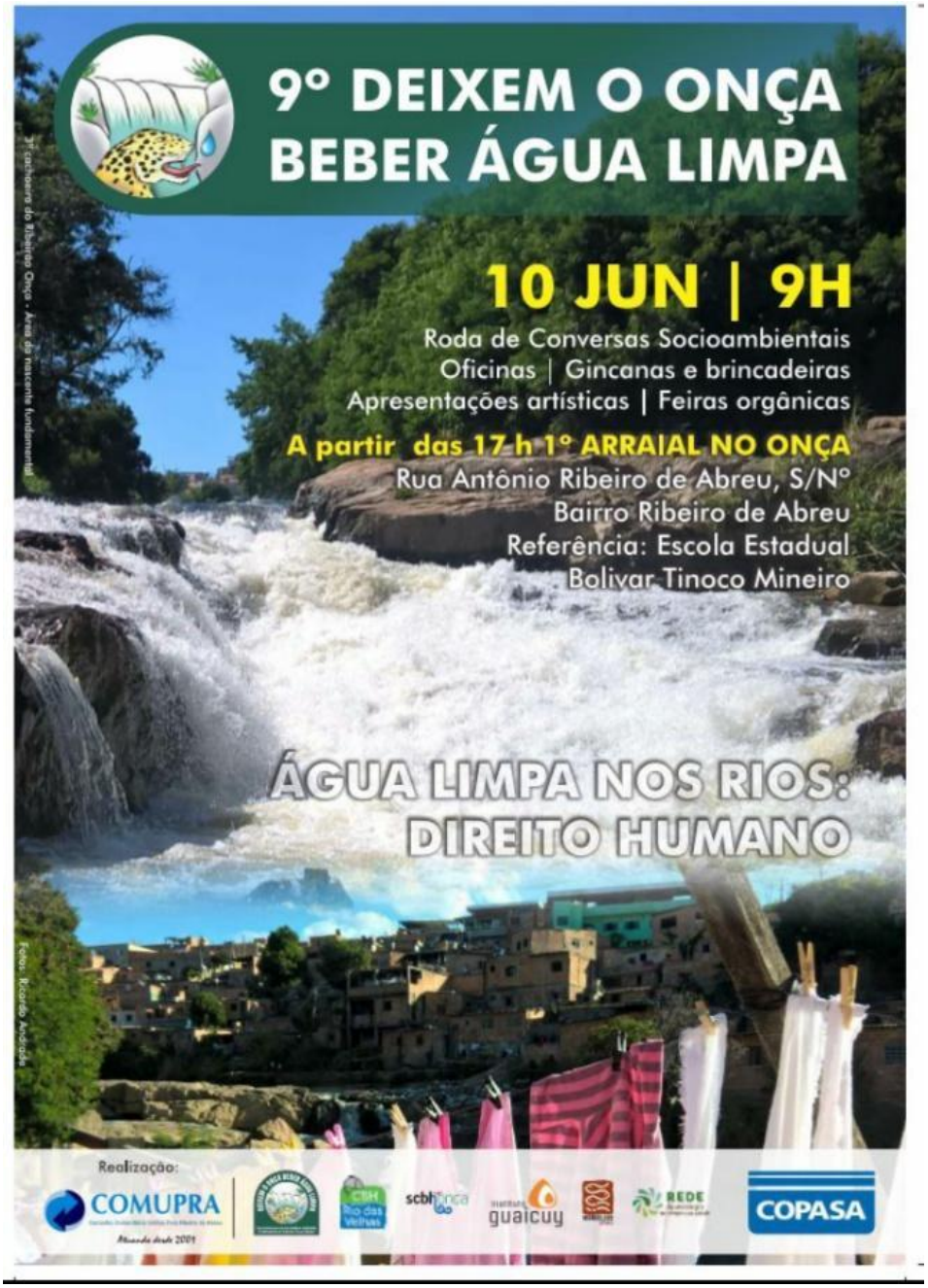
reafirmar a necessidade de *devolvermos ao rio o espaço do rio*. Nas chuvas de 2016 as inundações continuaram a acontecer no Baixo Onça, contudo, essas 260 famílias não precisaram sair correndo de suas casas e ir para abrigos durante as chuvas. Isso implica dizer que devolver ao rio o espaço do rio, estimula a ideia de moradia digna, longe das áreas de inundação.

A ação buscou discutir os modelos de cidade que produzem áreas de risco e as soluções apontadas pela comunidade de transformação local ao ocupar coletivamente as margens do rio com áreas de lazer e plantio de agrofloresta, diminuindo a violência local, promovendo vida e beleza no espaço, evitando novas ocupações irregulares.

Além do Nono Deixem o Onça Beber Água Limpa, no mesmo dia aconteceu no mesmo local, o I Arraiá do Onça, ressaltando a importância das festas comunitárias.

À seguir algumas fotos retratando o evento.

Figura 115 – Flyer-convite do 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 116 – Agentes Comunitários de Saúde 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 117 – Exposição do Projeto Manuelzão e do Subcomitê do Ribeirão Onça no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 118 – Estande da URBEL no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 119 – Apresentação cultural no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 120 – Instalação de fotos no 9º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2017.

6.1.10 10º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2018: O Onça é 10: apresentar e celebrar

Em dezessete anos de atuação na luta pela requalificação socioambiental na região do Baixo Onça, o COMUPRA e seus parceiros, realizam a décima edição do Deixem o Onça Beber Água Limpa com o tema "O Onça é 10: apresentar e celebrar". O evento aconteceu no dia 9 de junho para cerca de 1.000 pessoas, entre adultos e crianças.

A organização do evento ocorreu durante todo o tempo para ser realizado no Minas Shopping, a ideia era fazer com que o Deixem o Onça Beber Água Limpa fosse apresentado para além da sua região de atuação, mas mantendo-se na bacia do Onça. Além disso, chamar atenção para a responsabilidade de um shopping construído em uma das localidades que mais inundam durante as chuvas, a avenida Cristiano Machado. Contudo, a administração do shopping cancelou a sua execução a algumas semanas antes dizendo que seria realizado uma tenda do gelo, com uma instalação que iria ocupar o lugar onde seria realizado o Deixem. Isso expressa o quão desconectado dom lugar são esses empreendimentos gigantescos que preferem priorizar um lazer importado, mas que gera

lucro, do que apoiar uma iniciativa local que gera conhecimento e consciência política.

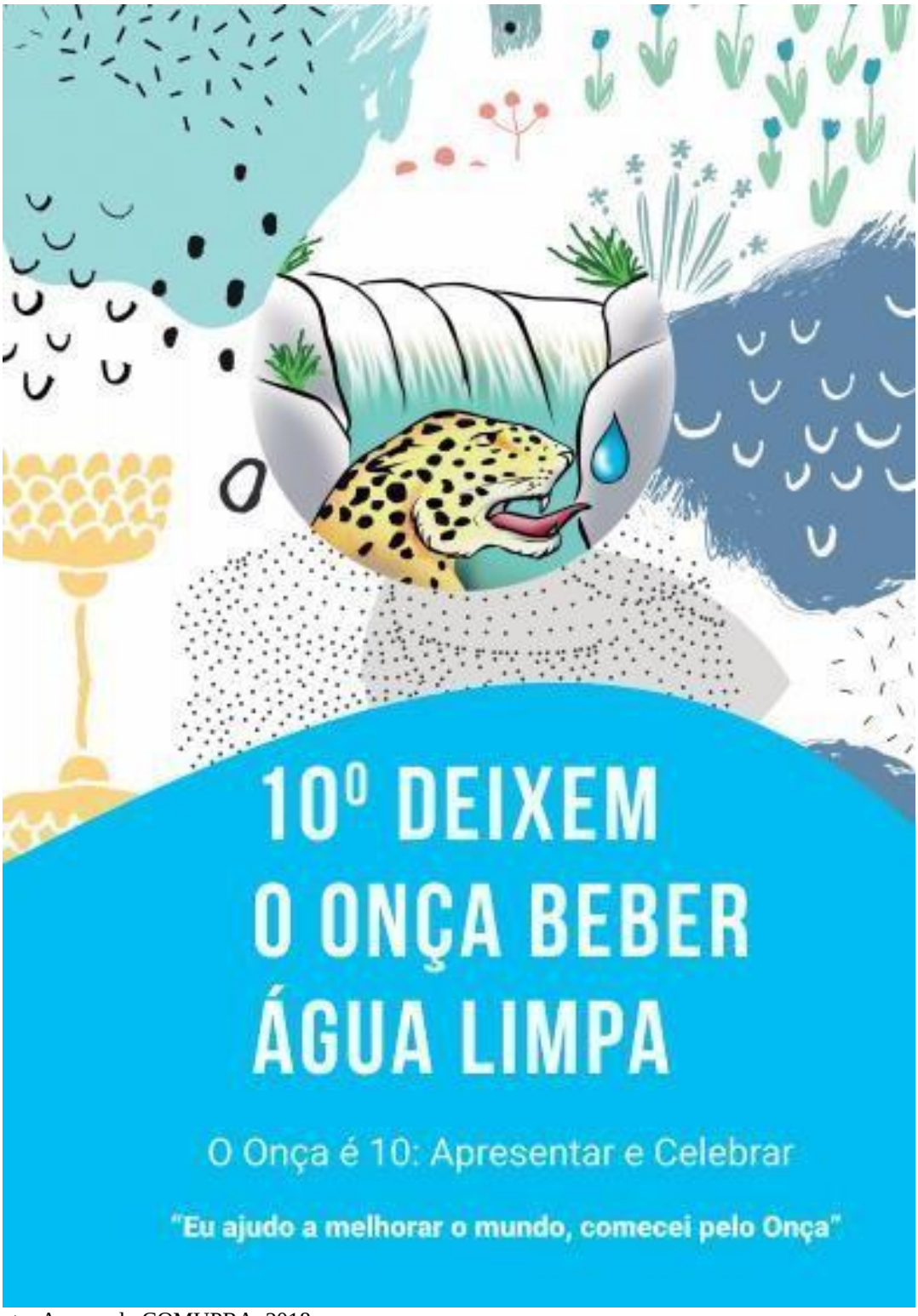
De toda forma o evento foi realizado no bairro Guarani, na rua Ana Maria de Jesus ao lado do residencial Maria Estela, nas margens do Onça, e foi uma das edições mais bonitas. A programação foi composta por exposições, rodas de conversas socioambientais, oficinas, apresentações culturais, exposições das escolas[80], tendas de informação, brincadeiras e shows.

Na ocasião, foram discutidas as demandas da comunidade, que são as pautas discutidas pelo COMUPRA desde a sua formação, a saber: a realocação de todas as famílias inseridas nas manchas de inundação; a construção da nova ponte de acesso ao Ribeiro de Abreu e bairros vizinhos; a municipalização da MG-20; a interceptação de 100% do esgoto da região; e a implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça, temas que compõem a trajetória do Movimento, como metas a serem seguidas.

À seguir algumas imagens produzidas na ocasião.

[80] Vídeo produzido pelos alunos da equipe de Educom do Programa Escola Integrada da EM Secretário Humberto Almeid. Disponível em: https://fb.watch/3MNDlJo0vJ/.

Figura 121 – Flyer-convite do 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 122 – Apresentação cultural 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 123 – Organizadores do 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 124 – Doação de mudas no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 125 – Vista panorâmica e caixotes de hortaliças produzidos para o 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 126 – Barraca do COMUPRA no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 127 – Apresentação de Capoeira no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 128 – Estandes no 10º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

Figura 129 – Brincadeiras com crianças no 10º Deixem o Onça beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA, 2018.

6.1.11 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2019: Viver com o rio vivendo

Em 2019 o 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa aconteceu no Novo Aarão Reis, na rua Cinquenta A, ao lado do campo de futebol. Essa área é considerada de alto risco de inundação, se localiza bem abaixo da primeira cachoeira do Onça, onde se encontravam muitas famílias em situação de risco. A área sofre com grande pressão imobiliária por especuladores que não se importam com a localização de risco e ocupam a grande planície de inundação do Onça. Nesse contexto, a URBEL, responsável pelo plano social de realocação, envolvida com as atividades do Deixem o Onça Beber Água Limpa, propôs ao Movimento a importância do 11º evento acontecer nessa localidade, de onde estavam sendo retiradas mais de cem famílias.

O evento foi construído com a comunidade do Novo Aarão Reis que também quis celebrar os 30 anos do bairro. Novamente o objetivo foi o de anunciar à comunidade local as intervenções realizadas na região com a retirada das famílias, além de despertar a atenção de todos para o enorme potencial – com suas cachoeiras, praias e ilhas –, promovendo e incentivando ações que levem à sua requalificação socioeconômica, ambiental e participativa do Baixo Onça, estimulando os moradores a se envolverem com o local.

Viver com o rio vivendo (um devir democrático) foi o tema proposto para que as famílias do Novo Aarão Reis pudessem compreender a importância de devolver ao rio o espaço do rio, assim como permitir moradia digna às pessoas realocadas. Desta forma buscou-se fortalecer os processos comunitários no bairro, compartilhando experiências já realizadas e transformando o lugar de forma coletiva.

A política de habitação de Belo Horizonte ainda é bastante incipiente. É responsabilidade do legislativo propor um reajuste dos parâmetros. Porém, seria interessante também se as possibilidades de realocação das famílias viessem acompanhadas do incentivo ao uso tecnologias sociais, como a reutilização de águas da chuva, os quintais produtivos, o uso da energia solar, dentre outras ideias ecologicamente possíveis que melhoram a vida das pessoas; como em um processo educativo, configurando a criação de um grupo comunitário, importante para o empoderamento social. De certa forma as experiencias no Baixo Onça demonstram aberturas nesse sentido.

É importante mencionar sobre a percepção dos moradores do bairro Novo Aarão Reis que se manifestaram em relação ao primeiro evento realizado em seu bairro.

> A relação do Novo Aarão Reis com o Ribeirão de Abreu é difícil. Mas o evento potencializou uma nova relação. O reconhecimento dos espaços coletivos de convivência faz a comunidade trabalhar por uma relação mais amorosa com o lugar onde vive. [...] Criou-se uma relação de pertencimento propiciado pelo rio e pela cultura. [...] Foi um evento orgânico. [...] Temos que promover mais encontros com o rio. [...] Agora o bairro Novo Aarão Reis vai aparecer na Globo sem ser por um corpo estendido no chão, mas por uma linda festa na beira do rio" (Antônio, morador do bairro Novo Aarão Reis).
>
> As pessoas mais importantes de 60, 70, 80 anos estiveram lá. São as pessoas que arregaçaram as mangas e fizeram o bairro acontecer há muito tempo atrás. As pessoas de hoje não sabem dar valor à luta, precisamos conscientizar essas pessoas. Cada casa aqui tem uma mulher de luta e de garra. Eu senti o bairro mais silencioso hoje.[81]

É interessante perceber que após o 11º Deixem, a relação entre os bairros deu sinais de melhora, da mesma forma que os moradores do Novo Aarão Reis passaram a se envolver mais com as questões comunitárias, pois o evento deu origem a diversas edições da Feira Solidária o bairro que acontece no mesmo lugar.

As pessoas sentem a diferença no espaço em movimento, em transformação, evidenciando o reconhecimento do potencial local, dos próprios recursos, das multiplicidades de atuação, assim como do reconhecimento das coexistências quando passa a olhar para seu próprio lugar de vida e a querer transformá-lo coletivamente. Foi isso que aprendemos nessa belíssima edição do Deixem o Onça Beber Água Limpa que aconteceu uma área de grande vulnerabilidade socioambiental.[82]

À seguir trago algumas imagens produzidas no evento.

[81] Ana, moradora do bairro Novo Aarão Reis.

[82] Vale a pena assistir a matéria produzida pelo Jornal MGTV sobre o evento: https://globoplay.globo.com/v/7677470/?s=0s.

Figura 130 – Flyer-convite do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



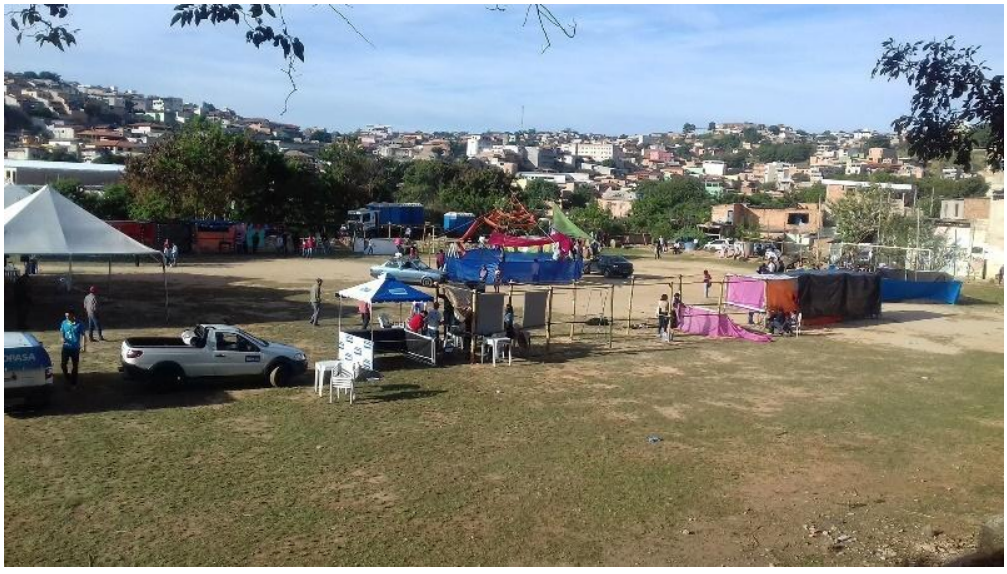
Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 131 – Entrada do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 132 – Vista panorâmica da organização do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 133 – Certificado de Plantador de Árvore do 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 134 – Plantio de árvore no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 135 – Exposição de mural no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 136 – Estande da Feira Solidária no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 137 – Detalhe do estande do COMUPRA no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

Figura 138 – Unidade Móvel de Educação Ambiental do Projeto Manuelzão no 11º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Acervo do COMUPRA.

6.1.12 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa – 2020: Sanear é preciso porque viver é preciso

Diferentemente de todas as edições do Deixem o Onça Beber Água Limpa o evento de 2020 aconteceu de forma virtual[83] devido ao contexto de pandemia provocado pelo novo coronavírus – Covid-19. Todas as discussões que geraram em torno do coronavírus levou o Movimento a discutir mais uma vez a questão do saneamento básico. Mas, além disso, no iní cio do ano recomeçaram os debates sobre as qualidades da água do Onça e das famílias ribeirinhas que convivem todos os dias com o mau cheiro, com o lixo e com o medo da inundação. O debate sobre o lançamento de esgotos não se encerra e assim foram identificados diversos vazamentos de esgoto na região devido a uma manutenção no sistema da ETE Onça realizado pela COPASA que acabaram jogando o esgoto diretamente no rio.

[83] Acesse as imagens enviadas pelos participantes durante o evento virtual: https://www.facebook.com/100004311270449/videos/1617579305062430/.

No vídeo[84] de lançamento do 12º Deixem, o COMUPRA questiona o abandono das metas de saneamento pelos poderes públicos, pela COPASA e pelas agências reguladoras mostrando que foi esse abandono que faz com que o ribeirão Onça seja o afluente que mais leva o esgoto "in natura" para o rio das Velhas. O Movimento lembra as Metas 2010 e 2014 do Projeto Manuelzão que previu a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça e questiona: "O que foi feito?", "Porque o Onça continua sem 100% de saneamento?" "O que está por fazer?" "Quando será feito?". E relembra também que no evento de 2014 perguntamos para onde vai nosso esgoto? Mas olhando para o rio em 2020 sabemos que continua indo para o rio.

O lema desse evento traz a importância do tema: Sanear é preciso porque viver é preciso! E Reivindica "100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto já"! Assim propõe a Meta 2025: pescar, nadar e brincar no Ribeirão Onça.

Organizado para acontecer em formato virtual através da plataforma Meet de videoconferências o evento foi divido em 5 encontros com as seguintes temáticas:

1) 13/06/2020: abertura do 12º evento: breve histórico dos eventos anteriores; contextualização do tema e fala dos parceiros do Movimento;
2) 20/06/2020: roda de conversa: Saneamento no Ribeirão Onça é questão de saúde pública;
3) 27/06/2020: Baixo Onça: ações comunitárias que contribuem para transformações socioeconômicas e ambientais com impacto local, para toda cidade;
4) 01/07/2020: O Ribeirão Onça num papo reto com o poder público;
5) 04/07/2020: Roda de conversa: EducAÇÃO no Baixo Onça, o protagonismo das escolas municipais Secretário Humberto Almeida, Herbert José de Souza e Hélio Pellegrino no processo de ações socioambientais na região.

[84] Vídeo produzido pelo COMUPRA sobre o 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa: https://www.youtube.com/watch?v=A2YJ9wHoV3M

Figura 139 – Flyer com a programação do evento distribuído nas redes sociais



Fonte: Acervo do COMUPRA.

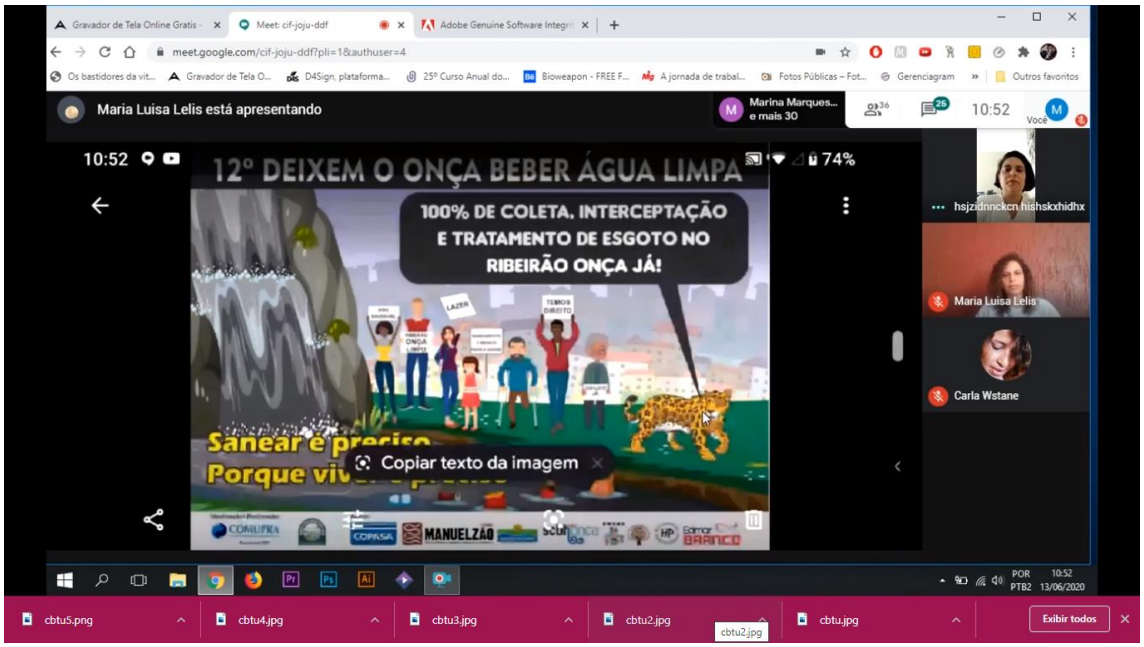
Para que possamos compreender melhor os temas abordados durante todo evento, à seguir buscarei dialogar com as diversas falas que foram realizadas, buscando compreender melhor todos os devires democráticos, as multiplicidades e as coexistências que perpassam os imaginários provocativos do Deixem o Onça Beber Água Limpa. Todos os eventos foram gravados e estão disponíveis no YouTube.

6.1.13 Movimentos do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa: Sanear é preciso porque viver é preciso! Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça:

6.1.13.1 Primeiro encontro: Contextualização do tema do evento e falas dos parceiros do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa[85]

O primeiro dia do evento que contou com a participação de 40 a 45 pessoas de modo virtual, foi aberto por Cléria Rocha, psicóloga e colaboradora do COMUPRA e membro do Subcomitê do Ribeirão Onça, que ressalta a exigê ncia que se apresenta no título do evento: 100% de interceptação de esgoto já! Dando o tom da luta que existe no Baixo Onça, em comunidades que se apresentado como "comunidades de luta", dispostas não a brigar com o poder público, mas a se colocar disponíveis para o que precisar ser feito para o alcance a meta proposta.

Figura 140 – Primeiro encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Nesse contexto, Roneide, professora e colaboradora do COMUPRA, lembrou que são onze anos de reuniões mensais nas sedes do COMUPRA para debates sobre a relação entre rio e comunidade, e que o 12º evento coroa as ações do Movimento, relembrando o

[85] O primeiro encontro do evento pode ser acessado nos seguintes links:
Parte 1: https://www.youtube.com/watch?v=UqdlzaDn1es
Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=-vmLphVWYsc

objetivo maior, a requalificação socioambiental do Ribeirão Onça. Itamar de Paula, morador, nascido e criado no Ribeiro de Abreu, tendo relação com o Onça "desde que se entende por gente", complementa os motivos do evento:

> Contextualizar uma luta que por si já é contextualizada quando mostra resultados, quando mostra mudança na vida das pessoas e das famílias, é um indicador de que estamos no caminho certo. Os pontos da luta do Onça, vão além de ser norteadores, eles são a Meta 2025: pescar, nadar e brincar no Onça. Então para chegar nela em 2025 teremos que ter o esgoto interceptado e tratado; vamos ter que ter todas as famílias relocalizadas; vamos ter que ter a implantação do parque ciliar do Onça; vamos ter que ter a municipalização da rodovia MG-20. Então, esse evento, essa série de reuniões virtuais trazem à tona a importância da Meta, que assume um plano principal dentro desse processo. Ao buscar no dicionário o significado da palavra sanear e ele é amplo, sanear para alguns pode ter dúvidas, mas viver ninguém tem dúvidas. Para sanear tem que estar limpo, tem que estar equilibrado, tem que se estar feliz, tem que estar tranquilo para fazer as coisas, tem que viver, literalmente viver. Então é interessante a convergência de ideias. (Itamar, 2020)

Itamar aponta o caminho do desafio ambiental, fala da importância da motivação pela agrofloresta, pelo lazer e o comum. Ele se diz de forma bastante pragmática ao citar Betinho que: *"a fome, ela tem pressa, a fome não precisa de belos pensamentos não, ela precisa de ação"*, da mesma forma é com o rio. É preciso ir para a ação, por isso a questão da Meta, por isso 2025. *"Não estamos falando de coisas impossíveis, tem cinco anos para fazer as mudanças"*.

Para o líder comunitário é extremamente importante o resgate da história do Movimento:

> é extremamente importante ver como chegamos até aqui, quais caminhos que nos trouxeram até aqui, porque avançamos, porque algumas coisas ficaram só nas falas, porque não há mais resultabilidade? Capacidade tem, não estamos tratando com um bando de gente incapaz, pelo contrário, são pessoas que sabem o que quer, que estão na luta, que querem um mundo melhor. Vamos fazer isso acontecer? Estou convidando vocês!

Respeitando o que já foi feito, Itamar aproveita e fala das conquistas de terem sido retiradas 487 famílias que a partir dessa luta "ambiental", mas na realidade tem cunho altamente social, que a partir dessa luta do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e do COMUPRA que essas famílias estão em situação melhor. Itamar lembra que:

> Os vídeos de depoimentos dessas famílias nos levam a entender que fizemos coisas belíssimas. Quando se consegue mudar a vida das pessoas de forma positiva, você tem a certeza que você e um grupo de pessoas fizeram isso, esse é o caminho. As dificuldades nós sabemos, mas a vida é rara, é coisa que temos que tratar com carinho, perceber a vida e fazer ela acontecer. Quando passamos lá embaixo e vemos a horta e a agrofloresta, os meninos brincando, soltando papagaio, as vaquinhas comento tudo que foi plantado, isso é que é legal, quando se lembra como era aquilo ali, se isso está acontecendo aqui porque não pode acontecer em outros lugares? Se esse é o caminho que tanto pediram pra gente apontar, nós apontamos, agora é seguir!

Cléria Rocha lembra que *"chamar para continuar lutando é chamar para continuar vivendo, não é só o rio, é a gente também, é tudo"*. A partir da fala do Itamar, Cléria vê a importância de relembrar o que é o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa,

> O Movimento não é uma instituição, não é um CNPJ, não é um lugar... ele não é um grupo pequeno, fechado, ele é, como diz mesmo o nome, ele é um movimento de pessoas que se entende o que está acontecendo já faz parte do movimento, ele não tem uma entrada registrada, ele também não tem uma saída. Ele é da cidade inteira, ele é do Ribeirão Onça. (Cléria Rocha 2020)

Mas tem as instituições e pessoas que levam esse movimento adiante há doze anos. A começar pelas escolas, que é um orgulho de parceria com o Movimento as escolas municipais abrigadas na região do Baixo Onça que sempre são parceiras e atuantes nos eventos.

Sônia França, professora de história e artes, Escola Secretário Humberto Almeida diz que a questão étnico-racial tanto quanto a questão ambiental é a "tônica" da escola desde que foi inaugurada em 1993. Ela atua como professora, mas principalmente como moradora, ao lembrar que já atuou no centro de saúde, onde eram a única referência de saúde na região:

> quando aconteciam as enchentes na década de 90, eu ia com outras moradoras para a escola estadual atender as pessoas, a prioridade era a demanda da população ribeirinha do Ribeiro de Abreu... Isso tem a ver com a luta, pois entendo que sanear é universalizar, é saúde é vida, e o saneamento, esgotamento sanitário tem que ser para todos. A abordagem trabalhada na escola é de valorizar os saberes, valorizar as parcerias que trabalham na perspectiva de melhorar as condições de vida da nossa população. [...] A preocupação está em ensinar com os alunos e lutar pela vida é essencial, função importante da escola.(Sônia França, 2020)

Saint Clair, professor há 25 anos de história, está na Herbert de Souza há 10 anos, atualmente coordenando o EJA. Ele defende que saneamento está totalmente ligado à educação, citando pesquisa do Trata Brasil: "pessoas sem acesso ao saneamento básico tem média de 18% menor em relação àqueles que detém esse direito à educação." E isso interfere no aprendizado. O dado demonstra a importância do saneamento em seus aspectos mais amplos.

Saint Clair esclarece que a escola participa há dez anos do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, justamente por estar localizada no ambiente impactado pelas águas. Antes da pandemia realizavam travessias nas margens do Onça buscando compreender os impactos ambientais, em especial ao esgotamento sanitário. Na travessia realizavam um questionário com moradores. Ele esclarece que nesse questionário, para termos ideia de como o saneamento é importante e como afeta a escola, os moradores descreveram uma série de doenças caudadas pela falta de saneamento: diarreia, dengue, hepatite, anemia, leptospirose, desnutrição, lombriga e outras doenças, mostrando a importância do saneamento local para que as comunidades tenham acesso a melhor qualidade de vida. "A escola Herbert José de Souza tem buscado colocar em pauta essas questões no Projeto Político Pedagógico e na parceria com o Movimento Deixem o Onça beber Água Limpa tem feito com que a escola lute internamente por uma sustentabilidade maior".

Maria José Zeferino, conhecida como Majô, aposentada pela prefeitura, conselheira do Subcomitê do Onça, continua atuando na Escola Municipal Hélio Pelegrino, se reconhece como mobilizadora social, e relembra estar desde 2011 junta ao Deixe o Onça Beber Água Limpa, no terceiro evento ocorrido bairro Ouro Minas. Sua escola se localiza no bairro Primeiro de Maio, extrapolando os muros da escola, atuando nas proximidades do córrego, conquistando o Parque Nossa Senhora da Piedade. Sobre o tema do 12º Deixem, ela menciona: *"sanear é preservar vida, é tornar a vida das pessoas saldável, é produzir efeitos positivos para o país, tanto em termos econômicos quanto sociais, por isso a importância de cuidarmos 100% do esgoto que polui o Onça. Uma comunidade sadia é que precisamos*".[86]

Após as boas vindas das escolas parceiras do Movimento, o representante da COPASA esclarece que a COPASA é parceira do Movimento desde sua criação e a empresa participa como apoio para realização dos eventos desde então. Ele reconhece que

[86] Texto da Professora Carla Machado enviado para Majô.

tem alegrias, mas dissabores, que muito já foi feito, mas que muito ainda precisa ser feito.

Para ele a importância de “sanear é preciso, porque viver é preciso” é que em suma a qualidade de vida é levar a saúde às pessoas. Para isso é preciso trabalhar muito. Ressalta a importância da convivência. A COPASA enquanto concessionária de prestação de serviço, desde a captação até a coleta e tratamento. Na bacia do Onça ele esclarece que tem 94% do esgoto coletado e tratado. Mas os 6% impacta bastante o baixo Onça, sendo necessário ampliar a infraestrutura.

Marcus Vinicius Polignano, representando o Comitê de bacias Hidrográfica do rio das Velhas, menciona que:

> Essa luta é um exemplo de como a sociedade civil é importante nesse processo. Não vamos conseguir mudar política pública se a sociedade não estiver o Movimento é um exemplo de persistência, de foco, com o objetivo de tornar o ambienta mais são. Sanear é tornar o ambiente mais são, e no momento de pandemia vemos como a espécie humana é frágil, e que mostra o quanto é importante garantir políticas p úblicas saudáveis. Essa é uma luta que o CBH do rio das Velhas e o projeto Manuelzão vem fazendo. Melhorar a qualidade dos serviços, é uma meta. A presença dos órgãos públicos os interesses são diversos e nem sempre o que se deseja é executado. Na meta 2010 não alcançou os 100%, mas é preciso reconhecer que as ETEs já estão defasadas. Os relatos dos professores mostram como a rede está deficiente. “Córrego não é lixo e esgoto, mas um lugar de convivência com a sociedade, é o que o Manuelzão defende, o saneamento é ambiental, não basta transpor esgoto. Sem ação antrópica o rio vive! Precisamos rever nossas atitudes. (Marcus Vinicius Polignano, CBH Velhas e Projeto Manuelzão, 2020)

Outro parceiro do Movimento é a URBEL, representada por Marina Marques que se manifesta sucintamente sobre o papel do órgão. Para ela “Sanear é preciso, porque viver é preciso”, significa,

> Sanear é tornar bom para habitar e não em uma visão higienista que culmina com a necessidade do trabalho da Urbel nas vilas e favelas. Estão trabalhando para tornar a região melhor para toda forma de vida que habita. A Urbel tem mantido contato com famílias cadastradas durante a epidemia e trabalhado pela transformação das margens e implantação do Parque Ciliar do Onça. Os pontos trazidos pelo Movimento, em especial as remoções e a implantação do Parque, são os objetivos do meu trabalho. (Marina Marques, 2020)

Eric Machado, funcionário público do Meio Ambiente de Contagem, e coordenador do Subcomitê do Ribeirão do Onça. Ele faz breve explanação de seu trabalho no Alto Onça e ressalta que o Deixem o Onça Beber Água Limpa tem uma característica forte ao lado do rio e das comunidades, fortalecendo a luta em toda a bacia do Ribeirão Onça.

Segue então Edmar Martins, atual vereador de Belo Horizonte pela alcunha de Branco, já faz parte do Movimento muito antes dele existir por ser morador da região. Ele afirma que o "Papel do vereador é fortalecer as entidades" pelas quais ele acredita.

A Regional Norte também tem participação grande no Movimento por ter as águas da região contribuintes do Ribeirão Onça. O representante da regional Humberto Bernardes afirma que água é vida e que o grande desafio é devolver água usada com qualidade para o ambiente.

Após as falas dos parceiros atuais do Deixem o Onça Beber Água Limpa, os participantes colocaram questões voltadas para informações sobre o processo de realocação, que foram respondidas com bastante objetividade e prontidão pela URBEL. Além disso questões vinculadas sobre a capacidade de funcionamento da ETE Onça e dos esgotos.

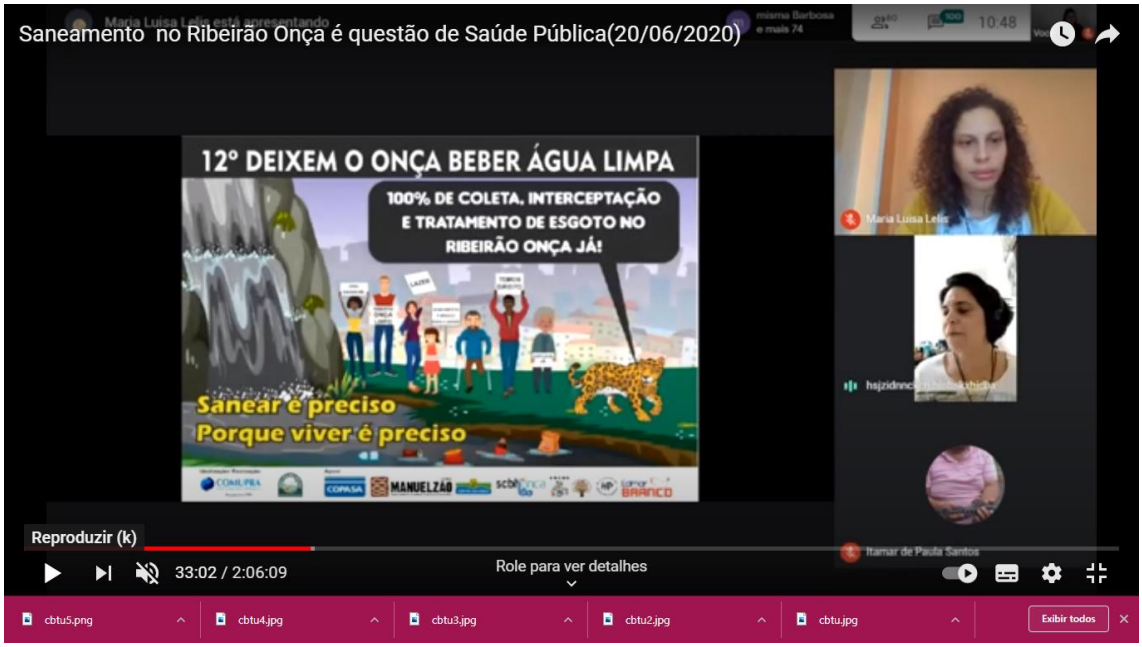
O primeiro dia do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa mostrou a diversidade de atores que compõem esse movimento, demonstrando o reconhecimento da multiplicidade e das coexistências de diversos olhares e atuação.

6.1.13.2 Segundo encontro: Saneamento no Ribeirão do Onça é questão de Saúde Pública[87]

O segundo dia da 12ª edição do deixem o Onça beber Água Limpa contou com a presença entre 65 e 82 pessoas durante transmissão que aconteceu na manhã de sábado, das 10 às 12h.

[87] O segundo encontro do evento pode ser acessado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=2p_SklwctXo

Figura 141 – Segundo encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O tema retratado foi “Saneamento no Ribeirão Onça é uma questão de saúde” que contou com a participação dos centros de saúde dos bairros vizinhos, tanto das gerentes quanto das ACS, reconhecidas como figuras importantíssimas nesse processo; esteve presente também o Conselho Municipal de Saúde, o Projeto Manuelzão que em sua origem trabalha com a promoção da saúde e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em ETEs Sustentáveis que desenvolve estudo da sobre a contaminação do Covid nos esgotos.

Antes que os convidados iniciassem suas falas, Itamar de Paula viu a necessidade de ressalta que não devemos esquecer a Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Onça. “*Temos que interiorizar a meta”*. Para ele falar sobre saúde é falar sobre água e rio limpo, e essas questões estão relacionadas aos objetivos do Movimento. Portanto, é importante questionar *“Qual é a proposta de saúde para alcançar a meta proposta*?

A roda de conversa se inicia com a fala de Dênio Pimenta, biólogo gestor ambiental e professor, atende o público no Centro de Educação Ambiental (CEA) Nordeste. Ele relembra a missão do COMUPRA

> Dar continuidade e potencializar os processos de mobilização e promoções de ação de sustentabilidade ambiental, social e econômica junto com as pessoas, instituições públicas e privadas voltadas principalmente para mudanças de atitude que promovem requalificação socioambiental na região do baixo Onça, tendo como eixo catalizador das ações o Ribeirão Onça. (Itamar de Paula)

Ele faz a reflexão sobre a missão do COMUPRA e relaciona com a importância do monitoramento de COVID nas águas residuais de Belo Horizonte. Foi possível estimar que 0,6%, 23 mil pessoas tiveram contato com o vírus. No Baixo Onça os resultados deram positivo para acima de 64% das amostras, esse fato por si já ressalta a importância de todo esse diálogo.

Mônica, representante do Centro de Saúde da MG-20 agradece o convite, dizendo estar muito feliz de ter sido convidada para esse debate muito importante, principalmente em tempos de pandemia. Ela responde à pergunta do Itamar sobre a proposta dos centros de saúde para a meta 2025:

> Infelizmente nosso dia a dia no centro de saúde não consegue responder aquilo que de fato seria o nosso papel que é trabalhar na promoção e na prevenção [da saúde]. Acaba tendo que se envolver muito com a questão da assistência de atender as pessoas que de fato já estão adoentadas e a gente consegue muito pouco desenvolver ações voltadas para a prevenção e promoção e nada mais adequado para esse momento que é o tema desse encontro: o esgoto, a preservação dos rios! A gente tenta apoiar a todos naquilo que é possível quando somos chamados. (Mônica Soares, 2020)

Natália Cristina, gestora do Centro de Saúde Efigênia Murta Figueiredo para ela o importante é pensar na questão de saneamento básico como política de saúde pública nos seus determinantes sociais para a questão da saúde no processo de adoecimento e saúde da população e principalmente considerando que a "*Água de esgoto é uma ferramenta potente de detecção precoce de doenças"*. Para Natália "*pensar em questões intersetoriais abordando saúde, educação, preservação ambiental é algo que precisa estar constantemente presente na agenda de discussão p são temáticas que repercutem na qualidade de vida da população*".

Dirlane Albano, assistente social do Centro de Saúde do Novo Aarão Reis, falou da sua vivência, ela denuncia descarte inadequado do lixo ladeira abaixo no ribeirão, e responsabiliza falta de consciência dos moradores, bem como precárias escadarias para as ruas. Ela realça que "70% de doenças registradas no Centro de Saúde são decorrentes de falta de água potável e outras contaminações".

Bruno Pedralva, inicia com uma frase de um dos idealizadores do Projeto Manuelzão Apolo Heringer: "saúde não é um problema médico" pois "assistência médica diz respeito à apenas 15% do que determina saúde", e completa "as questões do ambiente, questões de renda, de moradia e de qualidade de vida são muito mais determinantes".

Portanto é preciso lutar por justiça ambiental, por saneamento, por renda e por moradia quando se trata de um conselho de saúde, completa o médico.

Letícia Lauar, graduanda em medicina relembra o papel do Projeto Manuelzão na percepção ampliada sobre saúde, voltada para a promoção da saúde, o bem estar físico, emocional e psíquico, sendo a água o indicador de qualidade de vida. Para ela é impossível falar de saúde sem falar de política. Falar de saneamento, água e saúde o que mais linka é a palavra direito, A qualidade de vida é direito de todo cidadão, a saúde e água não são mercadoria, são bens de uso comunitário e que a gente não se esqueça, que todo direito conquistado é fruta de muita luta, em semelhança ao que se vê ocorrendo na luta pelo Ribeirão do Onça.

Roberto Blasig e Cecília, moradores locais, expressaram preocupação com a conscientização em tempos de Covid e defenderam expansão do debate pra igrejas e escolas sobre a correta destinação do lixo.

Carlos Chemicharo, professor aposentado da UFMG é especialista em esgotamento sanitário, e discorre mais detalhadamente sobre a metodologia da pesquisa de testagem indireta pelo esgoto que cujos resultados foram trazidos no debate. Ele explica que o que se encontra no esgoto são fragmentos virais, material genético, extremamente improvável contaminação por águas. A estimativa é feita a partir dos fragmentos, sendo especificamente importante onde há subnotificação de casos.

O segundo dia do 12º Deixem revela que os técnicos e conselhos de saúde entendem muito bem seus papéis, mas que a burocracia de estado e a pesquisa cientifica estão longe do chão do mundo.

6.1.13.3 Terceiro encontro – Baixo Onça: ações comunitárias que contribuem para transformações socioeconômicas e ambientais com impacto local e para toda a cidade[88]

O terceiro encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa contou com a participação de cerca de 65 pessoas, a temática esteve voltada para a valorização das ações comunitárias que acontecem no Baixo Onça. A maioria dessas ações foram retratadas nesta pesquisa no capítulo referente ao Parque Ciliar Comunitário do Onça Acontecendo que começaram a acontecer de forma mais concentrada no Baixo Onça a partir de 2016.

[88] O terceiro encontro do evento pode ser acessado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=yDipZuA3-_k

Aqui é interessante perceber como se materializa no espaço a real possibilidade da política conforme aborda Doreen Massey.

Figura 142 – Terceiro encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Após a abertura do 3º dia de encontro, a primeira fala é cedida à Itamar de Paula que buscar ressaltar a importância de resgatar a memória e a importância de olhar para o rio:

> Tudo isso não começou em 2016 com os mutirões, isso começa em 2001, com a primeira grande demanda comunitária com a duplicação da MG-20, com a primeira relocalização de família, e o Onça apareceu. [...] Onde tirou as casas da beira do Onça e ele surgiu. (Itamar de Paula Santos)

Ele resgata que o processo de relocalização atual não é o primeiro que acontece na região, e que o que acontece hoje é resultado de aprendizado e amadurecimento das comunidades locais. Ele volta a salientar sobre a importância de se colocar ‘datas’ e “interiorizar metas” para cobrar com mais eficiência os órgãos governamentais das demandas da comunidade.

A palavra aberta à comunidade é dada para a Cecília, moradora do Ribeiro de Abreu, que faz um traçado sobre o funcionamento dos mutirões que segundo ela chegou a ter até 88 participantes. Ela ajuda a cuidar da horta e dos jardins da sede do COMUPRA, e também da biblioteca. Ela aconselha os moradores que tiverem interesse à procurar as

escolas e igrejas para participarem do Movimento. Para ela as mudanças começaram a acontecer a partir da revitalização da nascente da Dona Julia, Nascente Fundamental do Parque do Onça.

Dona Helena é moradora do Ribeiro de Abreu, geralmente é ela quem cozinha para os mutirões, reuniões e eventos no COMUPRA. Todos gostam da sua boa comida e do seu alto astral. Ela disse que *"trabalhamos em equipe no mutirão da nascente"* e que *"juntando a população o bairro ficou muito mais calmo"*, que antes era bastante violento. *"Estavam precisando de um lugar para as crianças brincarem"*, e o parquinho ajudou bastante nisso. Ela relaciona a saúde e a segurança com a reabilitação desse espaço comum do bairro.

A palavra foi dada ao Fábio Batista, morador da região que se denomina "empreendedor ambiental". Aos 4 anos se mudou pra região, em 1979, pois o *"pai tirava sustento nas margens do ribeirão do Onça"*. Aos 6 começou a trabalhar tirando areia na ponte, até os 12 anos". Sua segunda fonte de renda provinha da ETE Onça donde segundo ele *"recolhia esterco e vendia para senhoras que criaram plantas maravilhosas e saudáveis"*. Alimentava os peixes com pedaços de pão como uma brincadeira. Foi professor voluntário na escola dos filhos em Santa Luzia, e através da feira de ciências da escola ele entrou em contato com a problemática da água. No bairro Industrial Americano 7 das 13 nascentes haviam sido contaminadas pelas "fossas rudimentares (sic), e por terem as suas águas captadas, haviam muitos casos de doenças veiculadas pela água. Fábio então destacou por alguns minutos o Tanque de Evapotranspiração (TEVAP), excelente alternativa para saneamento em domicílios da região.

Marina Marques, analista social da URBEL, é coordenadora no programa de "Intervenções para redução do risco de inundação nas bacias dos córregos Pampulha, Cachoeirinha e Onça". O trabalho que se iniciou em 2015 coincide segundo ela com os objetivos do COMUPRA. Ela apresenta o Mapa resultado das oficinas realizadas no Baixo Onça mencionadas no Capítulo 4 dessa pesquisa.

A palavra foi dada ao Senhor Thomaz Oliveira, morador antigo do quilombo Mangueiras, coordenador do Núcleo Manuelzão do Córrego da Santinha que ele acredita *"ser o córrego afluente mais limpo do ribeirão do Onça*." O afluente que tem *"3300 metros de extensão em leito natural*" somente foi possível segundo ele com a colaboração desses "moradores, da Copasa e da Prefeitura". Ele conta que o afluente Lajinha está numa situação totalmente oposta devido à "ocupação desordenada". Thomaz lembra com certa tristeza que para a duplicação da rodovia MG-20 houve retirada da gruta e da

cascatinha que existia nesse córrego e que de certa época pra cá o diálogo com o DER desapareceu para evitar que tal situação acontecesse, e portanto, acredita ser necessária a municipalização da via. Ao final ele agradece o convite para essa "reunião do século XXI", feita de jeito virtual.

Duas representantes da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional tomam a fala. Eulalia Gomes da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), ressalta a defesa da *"água como elemento essencial para a segurança alimentar municipal"*, presente na Lei Municipal número 11.046. Ela destacou a realização do plantio de agrofloresta como resultado das intervenções nas margens do Onça. Para Eulália o maior patrimônio ali adquirido é *o "sentimento que a comunidade tem que a água é patrimônio das pessoas"*. Edglenia Lopes Nascimento, apelidada de Nenêm, também representante da SUSAN completou que as comunidades do Baixo Onça "*além de propor, cobrar e construir junto os projetos, ela implanta".*

Dany Amaral da Secretaria de Meio Ambiente sente saudade do "gabinete itinerante" que o levava a visitar a área durante seu trabalho, ações suspensas com o contexto de pandemia do coronavírus. Ele ressalta que houve aplicação de compensações ambientais para realizar ações no Ribeirão do Onça. Ele completa que *"o Ribeiro de Abreu é o maior local fonte de joaninhas de Belo Horizonte"*

Isabela Caiafa, psicóloga, moradora e integrante do Deixem o Onça Beber Água Limpa relata algumas perguntas feitas no chat da reunião. A principal delas se refere ao poder de fiscalização da Prefeitura sobre novas áreas de ocupações irregulares que aparecem todos os dias no Baixo Onça. Outros presentes questionam demora no cronograma das obras de implantação do Parque. Marina Marques da Urbel salienta que é importante a realização do Seminário para criação do Parque Comunitário e destino dos recursos para a infraestrutura do mesmo. E disse também que a fiscalização das ocupações irregulares é realizada pela Secretaria de Política Urbana. O Itamar cita que o que está sendo feito é um *"marco regulatório comunitário*" e que o caminho continua ser *"constranger o poder público*" para provocar o comprometimento por essas demandas dos coletivos.

Roseli Correia é professora, membro do Subcomitê e coordenadora do Núcleo Capão, ligado ao Projeto Manuelzão. Ela diz que se inspira com as ações do Baixo Onça e que vem tentando puxar ações no córrego do Capão, na sub-bacia do Vilarinho. Ela realiza diversas atividades relacionadas aos rios da cidade e apresenta o podcast "Memórias Ribeirinhas: narrar é resistir", um projeto que busca resgatar a memória por

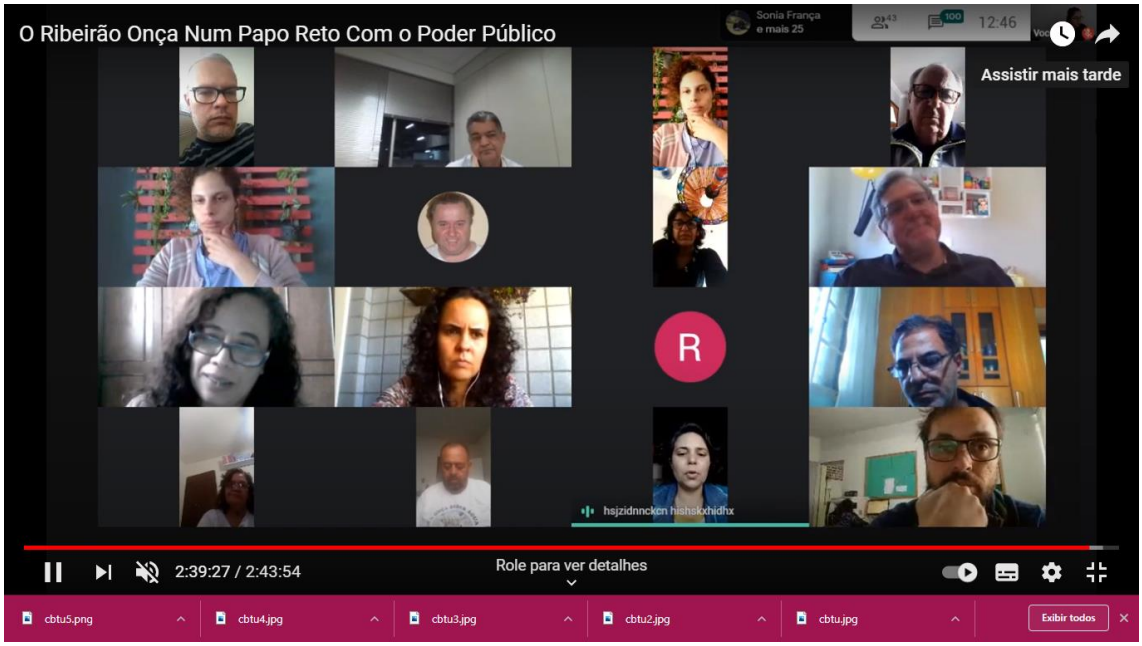
rios vivos, com influências literárias de Guimarães Rosa e Ailton Krenak.

Esse encontro é revelador das multiplicidades e das coexistências que se revelam no Baixo Onça. Muitas ações já registradas nesta pesquisa são validadas e reconhecidas por diversos atores locais.

6.1.13.4 Quarto encontro – Papo Reto com o poder público[89]

No quarto encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa, que contou com a presença de cerca de 60 pessoas foi explicitado a importância da universalização do saneamento básico na Bacia do Onça, assim como a relação, limites e desafios de implantação das obras relacionadas à contenção das cheias e da drenagem urbanas, assim como dos processos de relocação das famílias em áreas de risco.

Figura 143 – Quarto encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Maria Luiza Lelis, moradora local e colaboradora do COMUPRA abre o conversa e destaca que este encontro ocorre seis anos depois da realização de um evento do Deixe o Onça Beber Água Limpa com o tema semelhante. Em 2014 o tema do evento foi “Nosso Esgoto para onde ele vai?”. Contudo, vê a necessidade preemente de manter a discussão

[89] O quarto encontro do evento pode ser acessado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=xpJZmOXaAYc.

do saneamento considerando a importância da saúde na vida das pessoas.

Itamar de Paula explicita o orgulho de fazer parte dessa história, dessa criação, dessa equipe que busca criar novos caminhos, pois para ele são poucas pessoas que conseguem fazer acontecer. Nas palavras do Itamar:

> Tudo na vida da gente é meta: quando viramos adolescente é meta, quando casamos, é meta... tudo é meta! Então quando o COMUPRA em 2007 fala assim: "deixem o Onça beber água limpa" ele está falando que existe uma meta [...]. Com o passar do tempo, com as atividades exercidas pela comunidade com apoio do poder público em alguns momentos, com apoio dos comerciantes, com apoio das igrejas, porque eles também são parceiros nessa luta aí... então viemos fazendo coisas e perseguindo essa meta. Nós não tínhamos colocado um número nela, mas nós já estávamos trabalhando pela relocação das famílias. [...] já estávamos ocupando as margens do Onça com a ideia de Parque com a ideia de renaturalizar o rio. Nós também não tínhamos falado em números da meta, mas falávamos no novo acesso ao bairro, da necessidade disso. Então essa é a percepção comunitária que eu quero dividir aqui, principalmente com o pessoal do poder público. Deixar claro que isso aqui não é nenhum embate de enfrentamento não, isso é uma convergência, nós estamos convergindo tudo, olha que legal! Estamos com 61 participantes para discutir o Onça, para discutir a vida no entorno do Onça. E é um momento muito atual, porque o investimento no saneamento é enfrentamento à pandemia, quando fala da intervenção de 100% de interceptação do esgoto, olha o tanto que esse movimento, que esse grupo de pessoas que está na vanguarda! (Itamar de Paula, 2020)

Nesse caminho, a proposta do encontro intitulado "Papo reto com o poder público" demonstra o quão é importante compartilhar as visões das comunidades com o poder público, porque eles sabem que é possível e que no Baixo Onça os poderes públicos já têm o principal fator de qualquer conquista que é a comunidade junto com ela. As pessoas em um devir democrático estão fazendo uma região acontecer, estão fazendo uma região funcionar.

Nesse caminho é importante perceber que a luta é antiga, mas que avanços são possíveis e que nesses encontros não sairá nenhuma solução mágica, mas, que precisamos driblar os processos burocráticos e se comprometer, como proposto pelo Itamar:

> [...] nós queremos é criar compromisso com a gente mesmo, compromisso entre humanos, aí eu não estou falando de cargos, estou falando da raça humana, nós somos humanos, nós estamos no mesmo barco, estão

> vamos melhorar isso, e pra isso vocês podem contar com o Deixem o Onças Beber Água Limpa. (Itamar de Paula, 2020)

Esse movimento de invocar nas pessoas o comprometimento é o que cria vínculos, que faz com que as instituições se movimentem e busquem dentro de suas limitações atender às demandas da população.

A palavra foi dada ao representante da COPASA, Sérgio Pacheco que apresentou a contextualização dos trabalhos realizados em busca da universalização do saneamento na Bacia do Onça. Ele reforça a importância da relação com o município de "parceria", onde um depende do outro para concretizar com sucesso as intervenções necessárias.

Josué Valadão, secretário de obras da SUDECAP, acha que a meta 2025 é perfeitamente factível. Ele destaca que todos os processos ligados às manchas de inundação são prioridade, inclusive realocação da população. É imperativo garantir que não haja reocupação das áreas no Baixo Onça. Antes deixavam os entulhos para evitar novas ocupações, mas com os acordos "de cavalheiro" junto à população do Baixo Onça, em que Prefeitura tira os entulhos e a comunidade ocupa de forma coletiva, tem sido um exemplo de atuação conjunta com a comunidade.

Ele explica que a obra de macrodrenagem do Onça possui quatro etapas: tratamento de vazão do Córrego Pampulha; tratamento da vazão do Córrego Cachoeirinha e tratamento de um braço de cerca de 900 metros do Onça, para poder receber a vazão que vai aumentar com as obras à montante, e a consequência disso vai se dar à jusante, nas margens do Onça; sendo a quarta etapa a implantação do parque. Para isso a remoção das famílias irá correr simultaneamente, já que não se poderá ativar as obras à montante antes da retirada total das famílias, concluindo as ações de implantação do Parque.

Sobre a implantação do Parque Josué Valadão lembra que são 5,5 km de Parque, que no passado foram feitas reuniões com a Secretaria de Planejamento Urbano através das Oficina Comunitárias para a elaboração das diretrizes do Parque do Onça, e que no final de 2019 foram organizados novos encontros para se redefinir esse posicionamento (Oficina de Levantamento de Potencialidades de Uso Coletivo). Ele menciona sobre o posicionamento do Movimento no sentido de mudar o nome do termo de Parque Linear para Parque Ciliar, entendendo como uma mudança aparentemente pequena, mas que diz muito sobre o entendimento da população, passando a requalificação ambiental como prioridade. E que dentro dessa abordagem uma serie de demandas apontadas pela comunidade indicadas nas oficinas vão ao encontro dessa requalificação ambiental como

as “trilhas ecológicas, viveiros, jardins, anfiteatros, quiosques, horta comunitária, campinho” uma série de coisas que a comunidade foi desenhando e que serão implantadas em parceria.

Ele chama atenção ao final ao novo marco legal do saneamento, pois parabeniza o trabalho feito pela Copasa e alerta para o “perigo de descontinuidade do trabalho” já feito no município. Josué Valadão parabeniza ainda a ação de fiscalização e cobrança do vereador Edmar Branco na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).

Ana Flávia Martins Machado representante da URBEL se refere às 1500 famílias em zona de alto risco como citado pelo secretário Josué Valadão, e postula que 1/3 das famílias, ou seja aproximadamente 500, já foram atendidas. O momento está em preparar os contratos para execução das oficinas elencadas na Oficina de Levantamento de Potencialidades de uso Coletivo. Para então retomar as atividades junto às comunidades buscando a remoção de forma segura, criando procedimento para que o menor número de famílias esteja em áreas de risco nas próximas chuvas.

A palavra foi dada a Roberto Andrés, professor no curso de Arquitetura da UFMG e editor da revista PISEAGRAMA, encabeça alguns coletivos que discutem mobilidade urbana e cidades criativas. Ele se coloca como admirador do trabalho feito pela comunidade do Baixo Onça, reconhecendo como um

> trabalho muito importante na luta por um ambiente melhor, por uma cidade justa e pela preservação das águas, eu fico muito entusiasmado quando vejo a comunidade em ação com capacidade de diálogo com o poder público, que é o que a gente precisa. (Roberto Andrés, 2020)

O professor entende, como Josué Valadão que a universalização do saneamento no Ribeirão do Onça é totalmente factível, e ressalta que é *“muito bom ouvir o mesmo de um gestor público”*.

Entretanto, Roberto Andrés se diz preocupado com um tipo de obra que ainda é realizada na Capital Mineira. Para ele,

> existe um tipo de confusão de obras que são para saneamento, para evitar o esgoto nos rios e tem alguns outros tipos de obra de drenagem urbana que a meu ver ainda estão propensos a alguns paradigmas que já foram superados e continuam sendo feitos de forma conjunta, em que a retirada do esgoto se atrela à construção de avenidas, que geram remoções de família sem necessidade. Esse modelo de “reorganização urbana”, o rodoviarismo presente encarece

> tremendamente as obras que seriam para interceptação do esgoto, essa abordagem torna o projeto muito oneroso e, portanto, inviável. Os projetos devem ser feitos com mais consciência da necessidade das pessoas, pesando nas questões urbanas contemporâneas de maneira mais participativa da comunidade de fato e dos atores das instituições, das universidades dos institutos poderem participar disso e ajudar a dizer sim ou não a certas escolhas. (Roberto Andrés, 2020)

Entende-se com Roberto Andrés que as obras de fundo de vale, obras para conter enchentes só transfere o problema de lugar. Ele concorda cem por cento com o lema do evento de que "sanear é preciso, porque viver é preciso" e, por isso, entende que o foco deveria estar no esgoto porque as questões de obras para enchente precisam de um fórum de debate melhor. Ideias que já são trazidas pelo Projeto Manuelzão há mais de 20 anos.

Para a contenção de enchentes na opinião do Professor:

> tem que ter uma abordagem mais ampla onde coletamos as águas em todo território onde ela cai, com jardins drenantes, com sistema de captação e não tentar trabalhar o fundo do vale fazendo grandes obras de engenharia que consomem o recurso públicos, que poderiam estar sendo utilizados para a urgência atual que é universalizar o saneamento. (Roberto Andrés, 2020)

Por fim, ele propõe pensar o lançamento da Meta 2025 junto com as entidades presentes, propondo fazer um lançamento público em que todos as entidades e sociedade juntos se comprometam com a Meta de 2025 que tem a ver com universalizar o saneamento na bacia do ribeirão do Onça.

Palavra dada ao Vereador Edmar Branco que fala sobre a importância dessas discussões organizada pela sociedade civil, através do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, demonstrando alto nível de organização. Destaca que desde antes de ser eleito vereador já fazia parte desse Movimento, que é o que dá a ele a capacidade de puxar essa discussão enquanto vereador, abrindo porta pra entidades comunitárias trazerem suas demandas à Câmara Municipal, assim como fiscalizar os trabalhos desempenhados pelo Executivo. O papel dele é continuar cobrando, buscando garantir a vida das pessoas ameaçadas. Para ele *"Não tem como pensar no Parque sem pensar na vida das pessoas. Então é preciso fiscalizar que a retirada das famílias aconteça a mais rápido possível"*.

Marcus Vinicius Polignano, Coordenador geral do Comitê de bacias Hidrográficas do Rio das Velhas e Coordenador geral do Projeto Manuelzão, que participa das lutas do Baixo Onça desde seu início iniciou sua fala externando o

sentimento de parceria, da persistência e a força de luta que reconhece do Baixo Onça, no COMUPRA no Deixem o Onça Beber Água Limpa, o que considera todo agrupamento necessário para manter essa luta viva. Para ele é fundamental ter uma meta, e ele relembra as Metas 2010 e 2014 acham fundamental que todos os atores se comprometam com a meta. Sobre esse comprometimento, Polignano acha que:

> não é favor de nenhum órgão, não é nenhum benefício específico, tem a própria legislação que obriga a ter metas (com todos os defeitos ao marco regulatório). Os prestadores de serviço de saneamento têm que ter compromisso com metas. Metas de quantidade e de qualidade. Não é só tratamento, mas a qualidade do tratamento. Temos que aprimorar o tratamento da ETE Onça que só funciona em um nível secundário e que ainda leva uma quantidade de componentes para dentro do rio que comprometendo a qualidade de suas águas. (Marcus Vinicius Polignano, 2020)

Ele então convida a todos para assinar formalmente um grande pacto para a Meta 2025. Ele entende que já que todos concordaram, que falaram positivamente a respeito dela e que cada um tem atribuições. Que é preciso então registar e colocar prazos e comprometimentos de cada um para que e possa acompanhar.

> Cabe a sociedade cobrar, cabe ao poder público exercer a sua função de política pública e cabe um resultado bom para todos. Todos com o mesmo intuito de melhorar a qualidade da saúde da comunidade, a condição social e a condição ambiental do Baixo Onça. (Marcus Vinicius Polignano, 2020)

Itamar ressalta sobre a importância da fiscalização nas áreas em torno do rio que continuam sofrendo pressão de “invasões”. Para ele, o órgão criado pela Prefeitura, o Centro Integrado de Operações (COP-BH), que reúne operacionalmente todos os órgãos da prefeitura, espaço estratégico de tomada de decisão, pode ter essa função. Isso é importante considerar porque as denúncias têm sido realizadas pelos próprios moradores, mas isso expõe as pessoas em seus lugares de vida.

Após todas essas falas que aparentemente convergem para o pensamento único de apoio à Meta 2025 de nadar, pescar e brincar no Onça a dinâmica do evento *on line* traz as perguntas e inquietações dos moradores, verdadeiros interessados nesse processo. É nesse momento que as questões práticas aparecem e que fica possível apreender as estórias até aqui, o reconhecimento das coexistências e que o espaço não está fechado,

não se encerra em si, está em constante transformação.

À seguir vou pontuar algumas perguntas colocadas no chat pelos participantes e que foram respondidas pelos órgãos responsáveis.

Pergunta da Sonia França: “considerando a Meta 2025 o que esses órgãos estão fazendo para atingir a universalização do saneamento básico no Onça?

Pergunta da Roneide: “existe proposta por parte da COPASA de criar mecanismos para interceptores não jogarem esgoto no Onça durante a manutenção da ETE? Todas as vezes que precisar de manutenção o esgoto será descartado no rio? Há algumas semanas vi um interceptor rompido em frente a ETE, se ele chegou até ali o problema não era na rede coletora, onde era?

Muitos moradores perguntam qual o cronograma de retirada para as ruas São Judas Tadeu, Etilândia, Juazeiro do Norte e Areia Branca.

Qual é o recurso disponibilizados para as remoções?

Em período pandêmico não seria interessante acelerar as negociações?

Em relação às perguntas sobre o que os órgãos estão fazendo para atingir a Meta 2025, o Sergio representante da COPASA responde de forma bem sintética devido ao tempo, que a apresentação inicial feita por ele mostrou o que está em andamento para a universalização do saneamento no Onça, quais os desafios apresentados e o que tem sido realizado. Ele ressalta a interação e integração de todos os órgãos, especialmente com a PBH.

Sobre a criar mecanismos para não jogar esgoto, ele menciona que o uso do esgoto é questão de conscientização quanto à utilização do sistema de esgotamento, que o esgoto não foi feito para ser lançado gordura, lixo e que os problemas de manutenção passam por essas questões, que tem a ver com educação de modo geral, visto como um problema de todos. Sérgio responsabiliza as chuvas pelo rompimento dos interceptores nesse ano de 2020, e denuncia mal uso da infraestrutura de esgotamento sanitário pela população que descarta nela resíduos sólidos. David Bichara responde que problemas relacionados ao odor, decorrente queima de gases efluentes do tratamento, tem sido recorrente, mas já estão sendo solucionados. Ele também relembra que o tratamento biológico do esgoto é particularmente sensível à mudanças do afluente, e reflete portanto na água retornada ao corpo d’água.

Sobre a questão colocada pelo Sergio, Itamar de Paula reforça a importância da COPASA articular também com a Secretaria de educação, levando a importância de temas como esse serem obrigados a constar nos conteúdos educacionais.

Os questionamentos colocados para a URBEL foram respondidos pela Ana Flavia esclarecendo que nos trechos mencionados são áreas de desapropriação feitas junto à SUDECAP, que a pandemia suspendeu o planejamento ações por um tempo, mas já retomou. Esclareceu também que o cronograma de remoção das demais áreas não houve paralização, nem no pagamento das indenizações e nem nas negociações. Ela explica que a definição de um cronograma final é combinada individualmente com cada família. Ela receia que quando se estabelece um prazo só para todos, pode ficar a impressão de que essa ação pode ser menos complicada do que ela é. Ela reafirma que continua em andamento a prioridade é a importância de diminuir o número de famílias que estejam em áreas de risco nos períodos de chuva.

Com relação aos recursos disponíveis e já gastos no processo de remoção, Ana Flavia explica que:

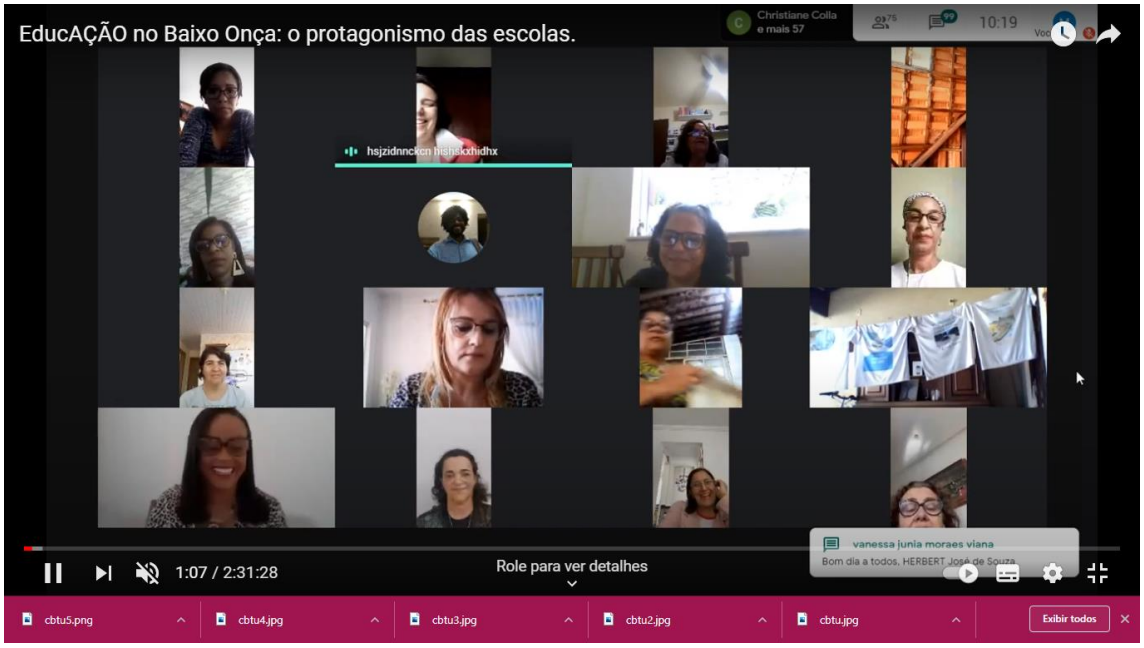
> no quadro de composição de investimento, o valor que define os recursos gastos na intervenção, tem-se para indenização recursos na ordem de 46 milhões e que já foi gasto com indenização e reassentamentos o valor de mais ou menos 18,5 milhões. Essa conta não é fechada, se houver necessidade de ajuste na medida que avançamos nas negociações, avançamos também no esforço para alcançar o necessário para completar o trabalho. Não está incluso o valor da construção das unidades habitacionais, que está sendo discutido na esfera federal, mas que se não for consolidado o próprio município vai buscar se adequar. (Ana Flavia Martins Machado, 2020)

Ao final de todas as perguntas respondidas, o principal encaminhamento é para cada instituição documentar o que vai ser feito para atingir a Meta 2025 e as ações em prol de nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça, com próxima reunião agendada para setembro/2020.

O papo reto com o poder público, encontro provocativo dos órgãos governamentais com os órgãos não governamentais, a universidade e o Povo do Onça, promovido pelo COMUPRA e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa se expressa pelo reconhecimento de das multiplicidades. Além disso é produtor de devires em que os atores se sentem provocados a se organizarem em torno de propostas concretas. Um devir democrático não espera a benesse do estado, cria-se laços, constrói junto, mostra resultados acontecendo no espaço e cria compromissos e metas através de um imaginário possível: nadar, pescar e brincar no Onça em 2025.

6.1.13.5 EducAÇÃO no Baixo Onça: o protagonismo das escolas municipais no processo de ações socioambientais na região[90]

Figura 144 – **Quinto encontro do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa**



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É inegável o protagonismo das escolas do Baixo Onça junto ao Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. O quinto encontro do 12º evento teve a maior média móvel de público de todas as chamadas. Em média foram 100 participantes, isso pode ser creditado à mobilização da comunidade escolar em torno da causa ambiental.

Maria Luísa Lelis relembra as cinco principais reivindicações do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, e menciona o quanto é forte e profícuo o envolvimento das escolas nos debates que são trazidos pelo Movimento.

A palavra é dada à Maria José Zeferino, a Majô, residente do bairro Guarani. Ela apresenta o trabalho de educação ambiental deflagrado na Escola Municipal Hélio Pellegrino, mas antes disso ela faz uma introdução de seu percurso com o Movimento. Majô foi uma das primeiras professoras na Escola Municipal Hélio Pellegrino, criada no

[90] O quinto encontro do evento pode ser acessado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=SDdC_1fOP_s

bairro Aarão Reis em 1995, "*após uma luta dos moradores por uma escola, já que não havia nenhuma no bairro Guarani"*. Depois de atuar em Núcleos do Manuelzão, foi feito apontamento de proposta no DRENURBS que culminou com a criação do Parque Nossa Senhora da Piedade, criado em 2008, do qual participou ativamente das discussões e implementação do mesmo, onde em 2010 foi estabelecimento como centro de educação ambiental. Majô se torna a primeira coordenadora do CEA. Ela foi também entre 2010 a 2013 coordenadora do Subcomitê de bacia hidrográfica do Onça e ao final tece uma contextualização geográfica da rede hidrográfica e a qualidade de suas águas.

Carla Machado, colega de profissão de Majô endossa fundamentalmente que *"Os trabalhos desenvolvidos na Escola priorizam o entendimento do estudante como ser participante no meio ambiente próximo e no meio ambiente distante. E que em todas as agressões ao meio ambiente somos autores e co-autores"* e que entre os recursos utilizados para educação ambiental estão os *"jogos, brincadeiras, vídeos, canções, visitas técnicas e hortas"*.

Sônia França é coordenadora do Projeto Escola Integrada na Escola Municipal Secretário Humberto Almeida. Ela faz um retrato da escola e enfatiza que "*os dois maiores projetos da escola são o ambiental e o étnico racial*" Relata que a própria infraestrutura da escola foi um objeto de luta, pois inicialmente a *"estrutura da primeira escola para 5 a 8ª série eram 8 pequenas salas feitas de isopor"*, e após saber da visita do prefeito Sérgio Ferrara iria ao bairro Monte Azul, os moradores armaram um protesto que bloqueasse o caminho do prefeito, que foi obrigado a ouvir as reivindicações dos manifestantes para "c*onstruir um novo prédio, uma escola mais decente"*. Conseguiram então a reforma da escola em 1990.

Ela relaciona a história da escola à duplicação da MG-20 e todos os impactos resultantes. Segundo Sônia, na década de 80 *"teve uma luta por moradia em Belo Horizonte. Que muitas pessoas acamparam na porta da Igreja São José. Muitas foram pro Jaqueline. E outras pro Novo Aarão Reis"*. O bairro surgiu de uma doação de pequeno terreno da fábrica Cachoeirinha entre a MG-20 e o Ribeirão do Onça. Segundo a educadora a escola Secretário Humberto Almeida *"está numa posição muito privilegiada, mas também problemática"*, centralizada, mas bastante conflituosa tendo em vista os inúmeros bairros que abrange em sua cobertura.

Ela destaca *"duas lideranças extremamente importantes, na Nordeste o Itamar e na Norte o Seu Thomaz"*. Diálogos comunitários são promovidos, em conjunto com Ministério Público, para resolução de conflitos. Projetos ambientais como circuitos de

percepção ambiental são feitos com estudantes da Escola Integrada, além de gincanas ecológicas. Entre as fotos expostas no slide está uma reportagem[91] em que uma estudante do 6° ano, **Evillyn** relata que *"O Ribeirão Onça nem sempre foi sujo, por isso, estamos fazendo a conscientização com a comunidade para limpar o rio*".

E para finalizar é apresentado vídeo de *stop-motion* feito com os estudantes intitulado "O Córrego do Onça". Ela formaliza uma proposta ao vivo *"propomos incorporar o circuito de percepção ambiental do Baixo Onça no programa da SMED"*, se referindo ao Programa BH Para Crianças.

Saint Clair Marques apresentou ações da Escola Municipal Herbert José de Souza em cada um dos seis eventos do Deixem o Onça Beber Água Limpa que participaram. Chama bastante atenção os formulários utilizados para estudantes, que tabularam dados sobre questões socioambientais depois o encontro do Deixem o Onça Beber Água Limpa de 2014, com o tema "Para onde vai o nosso esgoto?".

Claudia Silva Santos também professora da Herbert de Souza destaca "*revitalização do próprio espaço da escola como os jardins dentro de pneus que são o próprio símbolo do Ribeiro"*, assim como a reutilização de muitos outros materiais de descarte. Saint Clair mostra que as ações não se limitam ao território imediato à da escola, mas reforça a importância de entender a bacia como um todo, exemplificando a *"visitação às nascentes do Onça em Contagem [...]*". O Professor destaca que ciclos virtuosos aconteceram após materializar parcerias em diversos eventos. Através de indicação da PBH e UFMG a Escola foi indicada para o ICLEI que *"vão investir mais 15000 euros e a escola será autosustentável em energia elétrica"*, segundo Saint Clair.

Dulce, professora da Escola Acadêmico Vivaldi do *Jaqueline "é uma escola muito nova, que atende mais de 1500 alunos, que começou a funcionar na igreja, e que só depois foi construída a escola". "E é um bairro que foi construído em cima das nascentes"*, por isso bastante sensível à questão das águas. Aparentemente a vulnerabilidade social nessa região é sensivelmente maior que a região do Onça, possivelmente devido à mobilização ainda muito recente da escola.

Escola Municipal Desembargador Loreto. A Diretora Luzia explica que a Escola tem 50 anos, e é "*muito próxim*a da Mata dos Werneck". Daqui é possível ver o Vale do Onça seguindo para Santa Luzia".

Escola Municipal Paulo Freire representada pela professora **Aline Freitas**,

[91] Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7959566/.

trabalha no Projeto Escola Integrada desde 2013. Mais uma escola criada a partir do Orçamento Participativo. Eles têm uma relação de longa data com a nascente da Dona Júlia. "*a escola tinha alguns espaços ociosos, porque é situada num espaço muito acidentado, e que com a parceria com a Rede, fizeram um platô com pneus, utilizando garrafas pet, bambus, e fizeram a horta dois da escola*", hoje referência em horta escolar na cidade.

Márcio Lima coordenador do EJA da E. M. Jardim Felicidade enfatiza o papel político desses movimentos nas escolas da região: *"garantir as bandeiras que esse movimento carrega, irradiar pela bacia afora, ser referência nessa cidade de construção"*.

Roseli Correia, professora da Escola Municipal Adalto Luz Cardoso sente um processo embrionário para implantação do Parque Ciliar do Capão, ocorrendo naquele córrego que é um dos mais importantes na cabeceira do Vilarinho, o córrego do Capão, produtor de água que possui 2500 metros de comprimento. *"Essas experiências que dão certo no território nas escolas são importantes para impulsionar outros trabalhos"*.

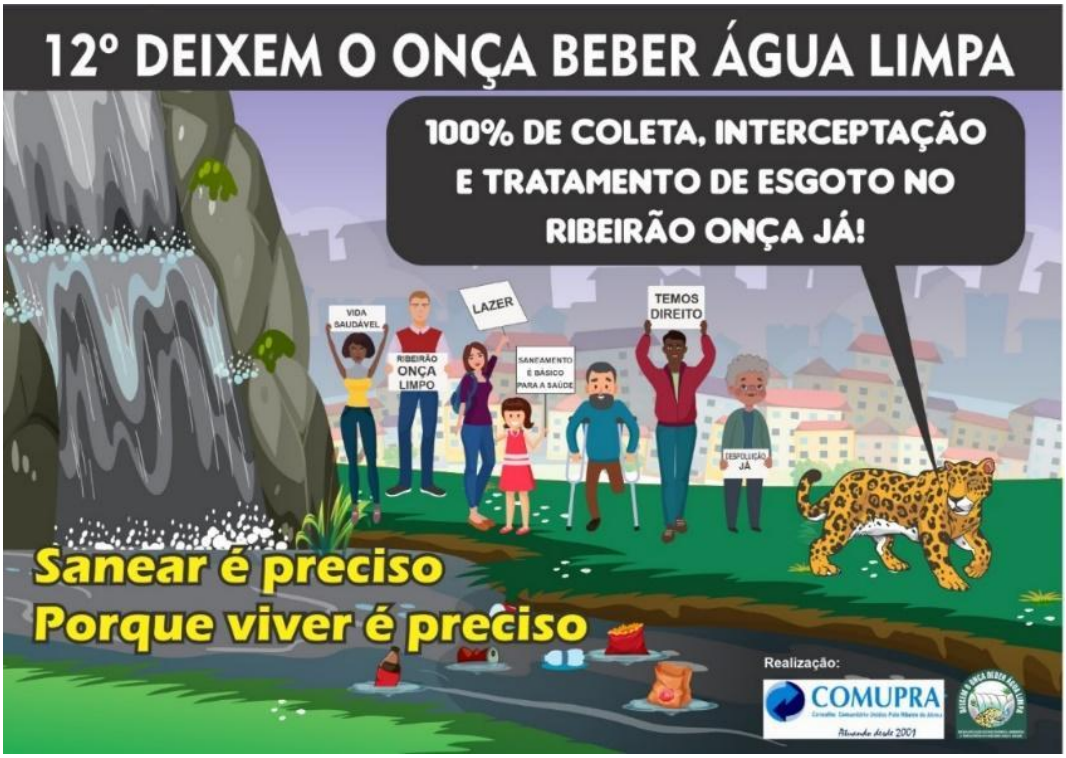
A Escola Estadual João Câmara teve seu diretor Ricardo Augusto colocando a escola como opositora "às questões das obras arbitrárias da prefeitura de Belo Horizonte para o córrego do Vilarinho". Diversos professores reverenciaram a Majô como protagonista de uma luta que floresceu em várias outras frentes.

Cléria conclui que:

> podemos considerar que já estamos bebendo água limpa no sentido das ações, já que essas ações têm proliferado, tem disseminado para outros cantos [...] que enxergar as águas é enxergar as pessoas." "requer que a gente olhe pra trás e como que a gente vivia. Como a gente vive. E como a gente pode viver melhor. Então nesse sentido a escola é um ambiente físico e também um ambiente ideológico fundamental para todas essas questões não só ambientais.

Todas essas questões que foram trazidas pelas escolas demonstram caminhos possíveis para a formação de uma outra cultura da água possível, que insira os cursos d'água em ambientes urbanos plenos de vida.

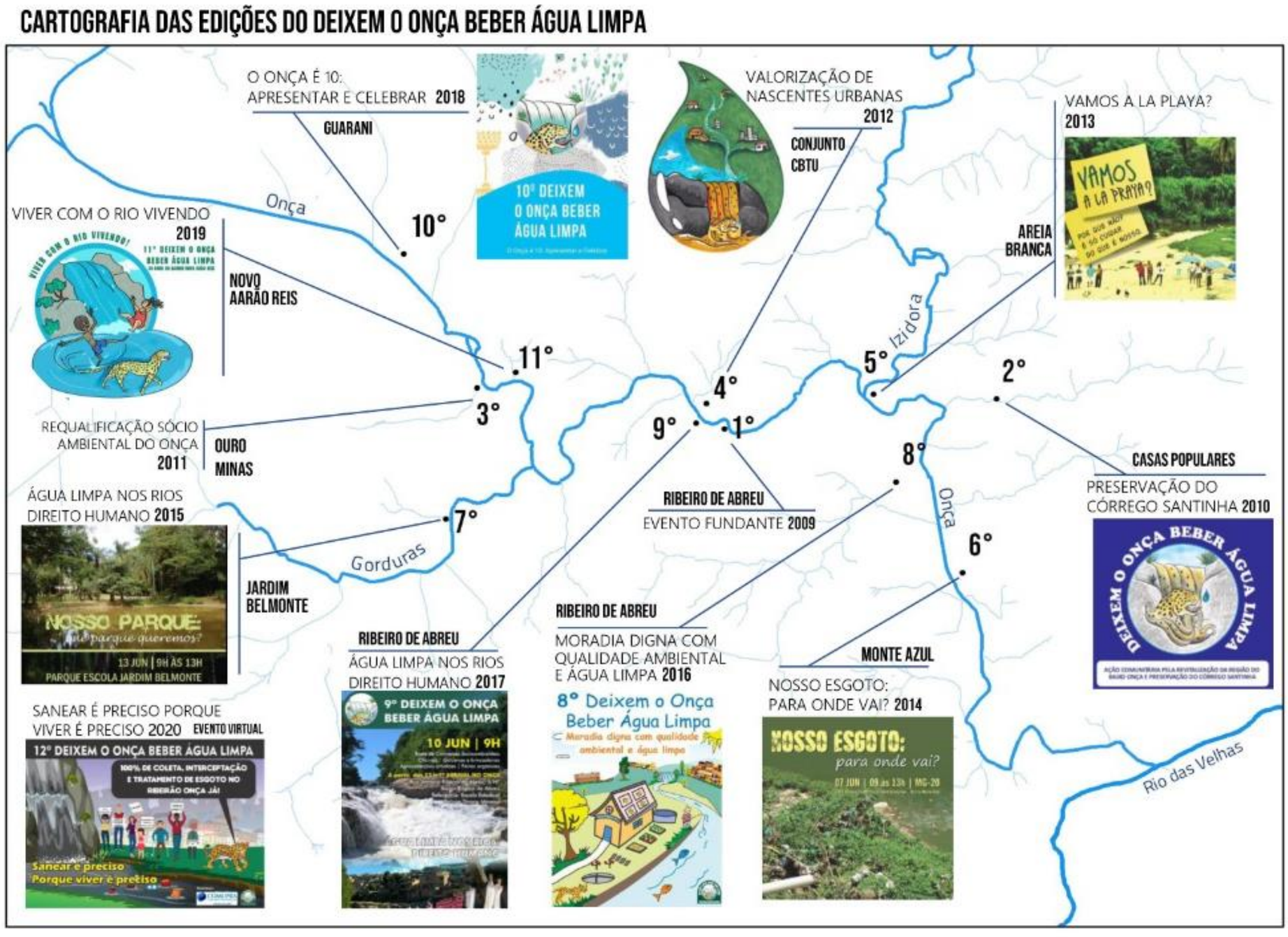
Figura 145 – Flyer-convite do 12º Deixem o Onça Beber Água Limpa que aconteceu em formato on-line



Fonte: Acervo do COMUPRA.

À seguir foi organizado uma cartografia dos espaços de representação produzidos através **as edições do Deixem o Onça Beber Água Limpa** realizadas em torno do Ribeirão Onça.

Figura 146 – Cartografia das edições do Deixem o Onça Beber Água Limpa



Fonte: Elaborado para a pesquisa..

6.2 Cartografia espaço-temporal da produção de um imaginário por rios vivos

A título de sintese espaço-temporal, à seguir apresentamos uma **linha do tempo** com o registro das atividades realizadas através dos diversos imaginários das águas que coexistem na Bacia do Onça:

a) atividades comunitárias no Baixo Onça;

b) atividades do Projeto Manuelzãao;

c) atividades do CBH Velhas;

d) atividades da PBH e COPASA;

e) os eventos do Deixem o Onça Beber Água Limpa.

Esses mapeamento do tempo/espaço nos dão ideia do volume de um processo de devires democráticos construídos ao longo de mais de 20 anos de construção progressiva de multiplicidades de estórias até aqui.

Figura 147 – Linha do tempo dos processos de gestão



Fonte: Elaborado pela autora.

6.3 Cartografias dos desejos: por uma cultura da água possível

No livro “Micropolitica: cartografias do desejo” de Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), os autores apresentam uma concepção de subjetividade como sendo um processo eminentemente coletivo e político, composto por uma diversidade de vetores, despontando um pensamento implicado na militância política.

Para os autores “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31). Felix Guatarri define a subjetividade como indissociavelmente vinculada ao plano do desejo, enquanto materialidade de onde emanam e sustentam-se as produções coletivas.

Os processos de subjetivação realizam-se, por intermédio de multiplicidades e coexistências, onde seus movimentos caracterizam-se como devires múltiplos que se atravessam num plano infinito de conexões e agenciamentos. Trata-se de fenômenos que dizem respeito à política, ao Estado, às tecnologias, bem como ao espaço urbano, aos meios de comunicação, à vida cotidiana e as mais variadas formas de agenciamentos indicativos das multiplicidades e dos diversos fluxos sociais:

Não é a subjetividade que emerge de uma singularidade do sujeito, mas sim, a própria vida e o mundo que se encontram nela envolvidos. Tal concepção se alinha com a filosofia da diferença, de Gilles Deleuze (1968), como afirmação de uma condição única de cada ser, que expressa puro devir, solo pulsante que faz variar todo o plano de multiplicidades.

Aqui a coletividade diz respeito à própria heterogeneidade de vetores que a compõe. Ou seja, a multiplicidade das infinitas linhas, dos devires minoritários que se atravessam, se imbricam, se entrelaçam e se agenciam, compondo o plano da experiência concreta.

Isso nos conduz à necessidade de um mapeamento sobre como o tema dos processos de subjetivação vem se configurando a partir das ações no Baixo Onça.

A ideia da pesquisa foi a de cartografar devires que propiciem outras formas de se relacionar com os corpos hídricos, existentes muito antes da construção das cidades, provocando transformações individuais e sociais que se expressam no espaço.

A força de um rio, em sua potência, aberto, não tampado, permeado por um emaranhado de relações sociais e ambientais, pode provocar verdadeiras mudanças sociais quando se produz subjetividades e coletividades que completam ao colocarem um

devir-rio como centralidade de suas ações.

Nesta pesquisa eu busquei cartografar narrativas com imagens, vídeos e mapas os movimentos realizados em torno do rio pelo Povo do Onça, junto com o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa. Para entender um pouco mais como essas pessoas se sentem, me interessou saber como elas percebem as ações realizadas no Baixo Onça, se afetam as próprias formas de atuar, e se acreditam na realização da Meta 2025.

Essa parte da pesquisa não teve a pretensão de atingir todo universo de pessoas envolvidas com as ações que acontecem no Baixo Onça, não tendo sido preparado um plano amostral que validasse a pesquisa nos dando um resultado milimetricamente calculado. O intuito foi observar um indicativo sobre as questões abordadas.

Os questionários elaborados visaram apreender o olhar de três públicos distintos: a comunidade do Baixo Onça; os técnicos e gestores da Prefeitura de Belo Horizonte que através do seu trabalho já desenvolveu alguma atividade com o Baixo Onça nos últimos anos; e os profissionais da COPASA que se relacionam ou se já se relacionaram com as ações nessa localidade.

Aqui a ideia, conforme Deleuze e Guattari (1996), é viabilizar e potencializar dos devires minoritários e os micromovimentos que subvertem os regimes instituídos, da possibilidade de se investir na própria subjetividade como estratégia de resistência ao modo de funcionamento do hegemônico.

Essa estratégia de produção do conhecimento não “perseguiu” um ator específico, não realizou campanha para que fosse respondido e muito menos trouxe aqui respostas finais para a pesquisa. A proposta de cartografar subjetividades sobre as ações que acontecem no Baixo Onça com o intuito de apontar caminhos, trazer resultados parciais de uma realidade bastante complexa de ser aprendida, mas que podem indicar devires democráticos nas formas de ser e atuar.

A seguir busco dialogar com alguns resultados que se apresentaram nos formulários de pesquisa.

6.3.1 Questionários para técnicos, gestores e professores da PBH

No diálogo com os profissionais da prefeitura o formulário foi enviado para 46 pessoas entre técnicos, gestores e professores dos quais obtivemos 30 respostas. Sobre o grau de escolaridade dos respondentes 80% têm pós-graduação e 20% possuem ensino superior. E a maioria, 56,7% são da área de ciências humanas, 16,7% das engenharias e

o restante ficou distribuído nas demais áreas do conhecimento.

O setor da Prefeitura de Belo Horizonte de origem do respondente, 46,7% são da Secretaria de Educação e 23,3% da URBEL, o restante está dividido entre as demais áreas da Prefeitura.

Sobre a relação dessas pessoas com os projetos realizados no Baixo Onça 23,7% reconhecem que o seu trabalho é muito importante para a cidade, 20% concordam parcialmente que seu trabalho seja muito importante para a cidade e apenas 3% não concorda nem discorda. Essa questão é importante para percebermos como a pessoa vê a importância do próprio trabalho para a sociedade.

Ao serem perguntados como se sentem provocada/o(s) pelas lutas existentes no Baixo Onça à aprimorar a prória prática profissional, 63,3% afirmaram que concordam plenamente, 30% concordam parcialmente e 6,7% não concordam nem discordam dessa afirmação.

Sobre a afirmação de que "As atividades realizadas no Baixo Onça modificam positivamente minha forma de atuar", 53,3% disseram concordar totalmente com essa afirmação, 40% disseram concordar parcialmente e 6,7% não concordam nem discordam.

Ao serem perguntados sobre se "As ações realizadas no Baixo Onça aprimoram o planejamento das atividades do meu setor", 46,7% disseram concordar totalmente, 40% responderam que concordam parcialmente e 13,3% não concordam nem discordam.

Em relação à afirmação "Os projetos realizados no Baixo Onça com a participação das comunidades podem qualificar, ampliar e/ou estimular políticas públicas", 66,7% concordam totalmente, 30% concordam parcialmente e 3,3% não concordam nem discordam.

Sobre a aformação: "As práticas realizadas no Baixo Onça podem fortalecer a gestão das águas", 63,3% concordam totalmente e 36,7% responderam que concordam parcialmente.

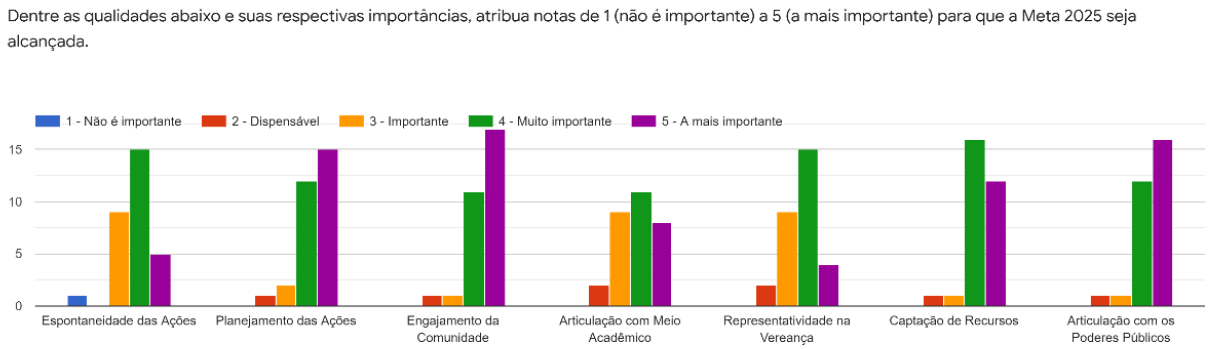
Ao serem questionados sobre a afirmação: "As práticas socioambientais que acontecem no Baixo Onça são capazes de estimular uma gestão das águas que envolve tanto as pessoas em suas localidades quanto as instituições", 57,7% disseram que concordam totalmente e 43,3% afirmaram concordar parcialmente.

Sobre a Meta 2025, em que se afirmou que "é uma realidade possível a ser alcançada", apenas 16,7% concordam totalmente, 33,3% concordam parcialmente, 40% não concordam e nem discordam, 6,7% discordam parcialmente e 3,3% discordam.

Conforme o gráfico baixo, sobre as qualidades necessárias para o alcance da Meta

2025, as **mais importantes** apontadas pelos respondentes foram: o *engajamento das comunidades*, o *planejamento das ações* e a *articulação com os poderes públicos*. E as qualidades **muito importantes** citadas foram a *captação de recursos*, a *espontaneidade das ações* e a *representatividade na vereância*.

Figura 148 – Gráfico das qualidades necessárias para a Meta 2025, por técnicos, gestores e professores da PBH.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em uma análise geral das respostas é possível narrar a opinião dos técnicos, gestores e professores, sobre as afirmações apresentadas. A maioria dos respondentes vê como importante para a cidade o trabalho que realiza. Além disso, essas pessoas se sentem impelidos a aprimorar a própria prática profissional, assim como modificam positivamente a forma de atuar, e buscam aprimorar o planejamento dos seus setores no contato com as lutas e atividades realizadas no Baixo Onça. É interessante entender também que a maioria concorda com a afirmação de que as ações realizadas no Baixo Onça podem qualificar, ampliar e/ou estimular políticas públicas. Apesar de quase a totalidade acreditar que as práticas realizadas no Baixo Onça podem fortalecer a gestão das águas, envolvendo as pessoas e as instituições, 10% discordam que a Meta 2025 será uma realidade, 40% não tem certeza e menos de 40% acreditam em sua realização.

As questões apresentadas, apontam horizontes de que as atividades realizadas no Baixo Onça podem estimular encontros dos conhecimentos técnicos com outros saberes, através do qual a práxis fundamenta uma dimensão política no fazer técnico e fundamenta o fazer técnico como uma das dimensões do político, ainda mais quando os diálogos são com outros saberes além do técnico, que repercute no modo de fazer técnico.

6.3.2 Questionários para a COPASA

Em relação aos respondentes da COPASA, é importante dizer que apenas 50% dos formulários encaminhados foram respondidos. Dos que responderam 66,7% possuem pós graduação e 33,3% ensino superior. As áreas do conhecimento principais são das ciências humanas (66,7%) e 33,3% das engenharias.

A maioria dos respondentes concordam que "*seu trabalho é muito importante para a cidade"*, alguns concordam totalmente (66,7%) e outros concordam parcialmente (33,3%). 66,7% concordam totalmente com a afirmação de que *"Eu me sinto provocada/o pelas lutas existentes no Baixo Onça à aprimorar minha prática profissional*", os outros 33,3% concordam parcialmente. Na mesma proporção coube na afirmação *"As atividades realizadas no Baixo Onça modificam minha forma de atuar"*.

Quando perguntados se concordam com a afirmação de que *"As ações realizadas no Baixo Onça aprimoram o planejamento das atividades do meu setor*",o resultado percentual deu o mesmo para quem concorda totalmente (33,3%), parcialmente (33,3%) e não concordam nem discordam (33,3%).

Interessante perceber que 66,7% concordam totalmente com a afirmação de que "*Os projetos realizados no Baixo Onça com a participação das comunidades podem qualificar, ampliar e/ou estimular políticas públicas*" e 33,3 % concordam parcialmente. A mesma proporção ocorreu com a afirmação "*As práticas realizadas no Baixo Onça podem fortalecer a gestão das águas.*"

Em relação à afirmação "*as práticas socioambientais que acontecem no Baixo Onça são capazes de estimular uma gestão das águas que envolve tanto as pessoas em suas localidades quanto as instituições*" 33,3% concordam totalmente e 66,7% concordam parcialmente.

Sobre a Meta 2025, 33,3% concordam totalmente que é uma realidade possível a ser alcançada; 33,3% concordam parcialmente e 33,3% discordam totalmente.

Sobre as qualidades necessárias para o alcance da Meta 2025, as **mais importantes** apontadas pelos respondentes foram: o *engajamento das comunidades*, a *articulação com os poderes públicos e captação de recursos*. E as qualidades **muito importantes** citadas foram o plajamento das ações, a *espontaneidade das ações* e a *articulação com o meio acadêmico.*

Da mesma maneira que os técnicos da Prefeitura, os profissionais da COPASA concordam total ou parcialmente com a maioria das afirmações colocadas.

No entanto, tanto os técnicos e gestores da PBH quanto da COPASA não demonstram concordar totalmente com o alcance da Meta 2025, isso pode indicar o entendimento dos profissionais sobre os tempos burocráticos dos poderes públicos, ou que existe um modelo a ser perseguido, desconsiderando que o espaço é aberto, está sempre em devir, que as mudanças acontecem quando as ideias são internalizadas e que a Meta 2025 serve para que compromissos sejam firmados.

6.3.3 Questionários para as Comunidades

Os formulários foram encaminhados para dois grupos de WhatsApp do Baixo Onça dos quais faço parte: "Acorda Ribeiro de Abreu" com 44 participantes e "Abraçando o Novo Aarão Reis" com 36 participantes. Foram respondidos trinta questionários. A maioria dos respondentes, 43,4% residem no bairro Ribeiro de Abreu; 10% no bairro Guarani e 23,3% residem em outros bairros fora do Baixo Onça e cerca de 20% está distribuído nos demais bairros do baixo Onça.

Do total residente no Baixo Onça, 80% afirmaram que não é morador da margem do rio, e 20% dos respondentes são moradores da margem do rio. Desses que são moradores da margem do rio, 90% não irão passar pelo processo de realocação, 6,7% passaram pelo processo de realocação e 3,3% não sabe se irá passar. 100% dos que passaram pelo processo de realocação disseram que sua vida melhorou depois que foi realocado da área de risco de inundação.

Para a comunidade do Baixo Onça que respondeu ao questionário da pesquisa, as respostas dadas sobre as atividades que acontecem no Baixo Onça: 90% concordam totalmente que são atividades importantes para a cidade. Sobre a afirmação de que "*O conjunto de ações que acontecem na região do Baixo Onça melhora a vida das pessoas*", 90% responderam que concordam com essa afirmação e 3,3% discordam totalmente. 76,7% concordam totalmente que *as ações coletivas realizadas no Baixo Onça deixam as pessoas felizes*. 93,3% concordam totalmente que *"devolver ao rio o espaço do rio é proporcionar segurança e moradia digna"* assim como 90% afirmaram que *"viver com o rio vivendo" é conviver com o rio livre, despoluído, com mata ciliar e segurança"*.

Em relação à afirmação: *"Eu me sinto provocada/o pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa a olhar para nossos rios e querê-los vivos, com seu povo feliz*", 70% concordam totalmente, 13,3% concordam parcialmente, 6,7% não concordam nem discordam; 3,3% discorda parcialmente e 6,7% discordam totalmente.

Sobre a *Meta 2025 ser uma realidade a ser alcançada*, 53,3% concordam totalmente com a afirmação, 23,3% concordam parcialmente; 6,7% não concordam nem discordam; 10% discordam parcialmente e 6,7% discordam totalmente.

Algumas pessoas que responderam ao questionário da comunidade não são do Baixo Onça, isso pode ser interessante para mostrar conexões e aberturas nas práticas espaciais que acabam por envolver sujeitos de fora. A grande maioria que respondeu não reside nas margens do Onça e não estão em processo de realocação. As pessoas realocadas estão mais felizes, sendo esse um indicador importante para a continuidade do projeto de remoção. Muito interessante a percepção das pessoas de que o que contece no Baixo Onça melhora a vida das pessoas, e que as deixam felizes. Além disso, a grande maioria entendem a importâ ncia de desocupar as áreas de inundação e que é possivel um rio limpo, aberto e com um ambiente protegido. Enquanto 83% concordam total ou parcialmente, cerca de 16% discordam que as atividades do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa provoque o desejo de ver o rio limpo e as pessoas felizes. Sobre a Meta 2025 nem todos concordam totalmente que ela é uma realidade possível. Talvez isso se dê devido há anos de descaso vividos no Baixo Onça, através do qual as pessoas vão perdendo confiança de que mudanças reais podem chegar até elas.

As reflexões são de que os resultados parciais que se apresentam através da estratégia de produção de conhecimento adotada é que, ao não definir um universo amostral fica difícil afirmar que todas as opiniões registradas traduzam a opinião de todas as comunidades ou de todos os técnicos e gestores em relação às atividades que acontecem no Baixo Onça. No entanto, enquanto resultados parciais e no intuito de cartografar devires minoritários, as ações empreendidas no Baixo Onça inspiram positivamente os sujeitos do mundo, e os técnicos e gestores dos poderem públicos são estimulados a aprimorar suas práticas visando potencializar políticas públicas para a cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja forte o desejo de continuar a navegar, através da pesquisa, nos diálogos com os sujeitos do mundo, cartografando o movimento do Povo do Onça, a pesquisa é travessia. Em determinado momento é preciso pausar, voltar-se para o trajeto e buscar compreender como as questões trazidas serviram de aberturas para o entendimento do mundo onde comungo ideias com outros sujeitos do mundo. São aprendizados que vão se refazendo. Ainda que o texto de pesquisa se encerre, as práticas não se esgotam. Durante o caminho de pesquisa, muitas questões se apresentaram para que pudessemos abordar os objetivos apresentados. No entanto alguns caminhos serão ressaltados.

A relação que se estabeleceu entre a construção das cidades e a natureza — em uma visão fragmentária, fruto do parcelamento da realidade, usada nas instâncias da produção do espaço e do conhecimento — é, e sempre será, uma relação em que os exercícios de poder se manifestarão. A gestão das águas urbanas vão do discurso hegemônico ao não hegemônico, e abriga a cultura da sociedade que a sustenta. O importante é conseguir perceber o quanto se promove a estabilização e a reprodução de mais do mesmo, ou, por outro lado quanto existe de transformação e de inovação nas ações e nos discursos da sociedade.

Não se convive bem com rios poluídos, não se vive bem convivendo com risco de inundações, com o mal cheiro constante, só recriando outras formas de imaginá-los é que podemos recriar novas formas de conviver com os rios das cidades. Isso só é possível fabricando aberturas para além da gestão baseada em modelos hegemônicos de controle das águas, buscando elementos em nosso cotidiano que desperte crenças e atitudes que possam potencializar mudanças e resgatar as condições dos rios urbanos.

Existem aberturas e devires que conduzem narrativas de um imaginário das águas, em que rios urbanos são plenos de vida. Há mais de vinte anos esse imaginário permeia a bacia do rio das Velhas através do Projeto Manuelzão e do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Onça e do Comitê do Rio das Velhas.

A prática espacial do Povo do Onça com o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa pode ser um estímulo a uma reterritorialização coletiva e simbólica das áreas em torno dos rios, em que se estabeleça uma relação mais profunda com os cursos d'água urbanos. Uma outra cultura da água possível deve estar ligada a um coletivo que compartilha valores e práticas em constante movimento. Distintas trajetórias se encontram no Baixo Onça. Investir na coletividade, na potência das multiplicidades,

nos devires minoritários para que se possa produzir revoluções interiores.

As cartografias não convencionais são ótimas ferramentas para apreender devires democráticos. Elas trazem outros códigos além dos de localização. Trazem elementos que demonstrem as identidades, as estórias de vidas, fazendo valer o lugar, com nome e sentido. Os mapeamentos “afetivos” possibilitam um reflexo do mundo, conforme a visão de cada existência. Os espaços são múltiplos, e se constituem pelas diversas relações que se estabelecem em um mesmo lugar.

O que tem sido realizado no Onça é gigante. O Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça acontecendo demonstra a certeza do exercício do devir.

A Meta 2025 é transescalar e transtemporal. Em alguns momentos a Meta vai dialogar com a bacia toda, em outros momentos ela será localizada. Às vezes dialoga com o município, discute a Municipalização da MG-20; mas, quando for discutir a relocalização a Meta estará dialogando com o lugar. Quando for discutir o novo acesso dos bairros no entorno, estará dialogando com a Prefeitura. A Meta 2025 nunca dialoga com apenas um ator, nunca fala de um único assunto. A Meta 2025 é uma realidade possível. Alguns atores se comprometem mais, outros menos, mas o mais importante é ter um horizonte a ser alcançado. O que se pode constatar é que tudo que está sendo produzido no Baixo Onça apontam soluções.

O Deixem o Onça Beber Água Limpa nos ensina que os rios urbanos abertos, não tampados, expressando toda sua potencialidade proporciona o exercício de devires democráticos, acomodando outras formas de fazer política, de nos relacionarmos entre sociedade e com os cursos d’água urbanos.



REFERÊNCIAS

ABERS, R. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. ½, p. 257-290, jan./dez. 2003.

BAUMAN, Z. **La cultura como praxis**. Paidós: Barcelona, 2002.

BERGSON, H. **Evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005[1907].

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília, 1997.

CAMARGOS, L. M. M. (Coord.). **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio das Velhas**: resumo executivo – dezembro 2004. Belo Horizonte. Instituto Mineiro das Águas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, 2005.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cutrix, 2000.

CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. (Org.). **Pensar o ambiente**: bases filosóficas para a educação ambiental. Brasília: MEC-SECAD, 2009. 241 p. (Coleção educação para todos, 26)

CHAMPS, J. R. Uma nova concepção para a drenagem urbana. In: LISBOA, A. **Projeto Manuelzão**: a história da mobilização que começou em torno de um rio. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2008.

CHAUÍ, M. **Cultura política e política cultural**. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995. p. 71-84.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (CBH RIO DAS VELHAS). Cartilha Plano Diretor de Recursos Hídricos – Unidade Territorial Estratégica Ribeirão Onça. 2016a. 12 p. Disponível: http://issuu.com/cbhriodasvelhas/docs /cartilha_onca_22_5x27cm_2016_04_13_/1?e=0/37534071. Acesso: 2 jun. 2017.

CORTELLA, M. S.; RIBEIRO, R. J. **Política para não ser idiota**. Campinas: Papirus; 7 Mares, 2012. (Papirus Debates)

COUTINHO VARGAS, M. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, p. 109-134, 1999.

CUCHE, D. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Roberto Machado. 2. ed. São Paulo: Graal, 2006[1968]. 437 p.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993[1991]. p. 143.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto *et al*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996[1980]. Vol. 3. p. 94-96.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. p. 84-86.

ESPINOSA, B. **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: Rona, 1997. (Coleção Centenário)

GALLI, T. M.; REGIS, V. M. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal**, Rev. Psicologia, v. 254, n. 2, p. 271-286, Mai/Ago. 2012.

GALLO, S. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 98p.

GATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

GIRARDI, G. Cartografia geográfica: entre o "já-estabelecido" e o "não-mais-suficiente". **Ra'e Ga**, Curitiba, v. 30, p. 65-84, abr. 2014.

GIRARDI, G. Modos de ler mapas e suas políticas espaciais. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 36, p. 85-110, jul., dez. 2014A.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2009.

GONZAGA, T. *et al*. (Org.). **Revitalização de rios no mundo**: América, Europa e Ásia. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2010.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 166-205.

HISSA, C. E. V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HISSA, C. E. V. Fronteiras da transdisciplinaridade moderna. In: HISSA, C. E. V. H. **Estudos ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Le Retour de la Dialectique**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace social**. Anthropos: Barcelona, 1974.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEMOS, R. S. **Entre os limites e as fronteiras da gestão de recursos hídricos e da gestão municipal: pressões ambientais, expansão urbana e a situação hidroambiental da bacia hidrográfica lagoa da Pampulha – Região Metropolitana de Belo Horizonte.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2013.

LEMOS, R. S. **Entre os limites e as fronteiras da gestão de recursos hídricos e da gestão municipal**: Pressões ambientais, expansão urbana e a situação hidroambiental da bacia hidrográfica Lagoa da Pampulha, Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LISBOA, A. **Projeto Manuelzão**: a história da mobilização que começou em torno de um rio. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2008.

MACIEL JR., P. **Zoneamento das águas**: um instrumento de gestão dos recursos hídricos. Belo Horizonte: RC Editora Gráfica, 2000. (Impresso por solicitação do instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – com financiamento do PROÁGUA/Banco Mundial)

MAGALHÃES JÚNIOR, A.P. Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARICATO, H. Nunca fomos tão participativos. **Revista Sem Terra**, ano X, n. 43, Jan/Fev 2008.

MASSEY, D. **Espaço, lugar e de gênero**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

MASSEY, D . **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2008.

MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

MORIN, E. **El Método IV: Las ideas, su hábitat, su vida, sus costumbres, su organización**. Madrid: Cátedra, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental. In: SADER, E. (Org.). **Os porquês da desordem mundial**: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL De BELO HORIZONTE (PBH). Diretrizes para o Parque do Onça. Secretaria de Política Urbana (SMAPU), 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH). Secretaria Municipal de Políticas Urbanas. Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/parquedoonca_diagnostico.pdf

REVISTA MANUELZÃO. Saúde, ambiente e cidadania na bacia do rio das Velhas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 59, ano 13, out. 2010.

RIBEIRO, M. J. Sociologia dos desastres. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 18, p. 23-43, 1995.

ROSA, G. **Manuelzão e Miguilim**. 30. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum, v. 4)

SANTOS, M. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHIMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012.

SEPULVEDA, R.; PROCÓPIO, J. C. Qual revitalização queremos? In: MATTA MACHADO, A. T. G. *et al*. (Org.). **Revitalização de rios no mundo**: América, Europa e Ásia. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2010.

SHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006.

SHIVA, V. Recursos naturais. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TERRA VIVA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL. Projeto Catalogador de Nascentes da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. Belo Horizonte: 2015.

TUCCI, C.; CORDEIRO, O. Diretrizes estratégicas para ciência e tecnologia em recursos hídricos no Brasil. **REGA**, v. 1, n. 1, p 59-73, jan./jun. 2004.

VARGAS, R. **La Cultura del água**: lecciones de la América Indígena. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la ciência y la cultura. Programa Hidrológico Internacional de la UNESCO para América Latina y el Caribe: Montevidéo, Uruguay, 2005.

VELHAS. Uma publicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Entrevista com Ailton Krenak. Ano VII, 13. Abril, 2021.

VIEIRA, D. C. **Educação ambiental na estruturação de mundos possíveis**: o caso do Núcleo Córrego João Gomes Cardoso/MG. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WITTFOGEL, K. A. **Despotismo oriental**: estudio comparativo del poder totalitario. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1963.

WSTANE, C. **Gestão de Águas Urbanas**: Mobilização social em torno de rios invisíveis. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE DO BAIXO ONÇA



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

Olá, Comunidade do Baixo Onça!

Para quem ainda não me conhece meu nome é Carla Wstane, sou geógrafa e pesquisadora sobre os processos de mobilização e participação social em torno das águas em Belo Horizonte.

Este formulário é parte da coleta de dados que compõe minha tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espirito Santo (UFES), intitulada: "Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG".

Me dirijo à vocês por querer entender um pouco mais sobre a visão que vocês possuem da região e dos movimentos coletivos que acontecem no Baixo Onça.

O contexto das minhas perguntas são os diversos projetos comunitários encabeçados pelo Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, que em parceria com diversas entidades e com setores da Prefeitura de Belo Horizonte, vem mobilizando as comunidades com vistas à implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça.

Através de diversas atuações comunitárias, as comunidades locais vem dando usos coletivos nas áreas que estão em processo de esvaziamento pelas remoções das famílias em área de risco de inundação, dando lugar ao Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Me interessa entender um pouco a opinião de cada um de vocês sobre tudo isso.

O questionário levará cerca de 5 minutos para ser respondido.
Agradeço desde já a sua disponibilidade em participar da pesquisa.
E informo que seu nome só será divulgado se você o permitir.

Atenciosamente,

Carla Wstane

Próxima

Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Queremos saber sobre você...

Seu nome: *

Sua resposta

Seu e-mail:

Sua resposta

Em qual bairro você mora? *

- ◯ Aarão Reis
- ◯ Beira Linha
- ◯ Capitão Eduardo
- ◯ Conjunto Paulo VI
- ◯ Dom Silvério
- ◯ Granja Werneck
- ◯ Guarani
- ◯ Lajedo
- ◯ Maria Teresa
- ◯ Minaslândia
- ◯ Mirante

- ◯ Monte Azul
- ◯ Paulo VI
- ◯ Nazaré
- ◯ Novo Aarão Reis
- ◯ Novo Tupi
- ◯ Ouro Minas
- ◯ Providência
- ◯ Quilombo Mangueiras
- ◯ Ribeiro de Abreu
- ◯ São Gabriel
- ◯ Tupi
- ◯ Vila São Gabriel
- ◯ Outro

Você é morador da margem do Ribeirão Onça? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Você passou ou irá passar pelo Plano de Relocalização de Famílias e Negócios Inseridos na Mancha de Inundação do Ribeirão Onça. proposto pela Urbel? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não tenho conhecimento

Voltar Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Sua vida melhorou depois que foi realocado das áreas de risco? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Voltar | Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Política de Privacidade

...e o que você conhece no Baixo Onça

Marque na lista abaixo os pontos no Ribeirão Onça que você conhece (pode marcar quantos você conhecer). *



- [ ] Cachoeira Novo Aarão Reis/Ouro Minas



- [ ] Cachoeira Ribeiro de Abreu/Novo Aarão Reis



- [ ] Cachoeira Ribeiro de Abreu/Conjunto Ribeiro de Abreu



- [ ] Corredeiras



- [ ] Praias



- [ ] Ilhas



Córrego Gorduras/Parque Belmonte



Parque Nossa Senhora da Piedade



Ribeirão da Izidora



Córrego do Santinha



Nascente Fundamental Parque do Onça (Dona Júlia)

Opção 12

Outro:

Voltar

Próxima

Sobre as atividades que acontecem no Baixo Onça

As afirmações a seguir devem ser respondidas com base na "SUA" opinião sobre os encontros que acontecem em diversos pontos no Baixo Onça: mutirões de limpeza, construção do campinho e do parquinho, plantio de agrofloresta, horta comunitária, cuidados com a nascente, encontros na sede do COMUPRA, evento Deixem o Onça Beber Água Limpa, etc.

Responda 1, 2, 3, 4 OU 5 procurando assinalar o que melhor represente sua opinião:

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Não concordo nem discordo
4 Concordo
5 Concordo totalmente

As ações realizadas no Baixo Onça são importantes para a cidade. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

O conjunto de ações que acontecem na região do Baixo Onça melhora a vida das pessoas. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Contribuir com essas ações coletivas deixam as pessoas felizes. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Contribuir com essas ações coletivas deixam as pessoas felizes. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Devolver ao rio o espaço do rio é proporcionar segurança e moradia digna. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

"Viver com o rio vivendo" é conviver com o rio livre, despoluído, com mata ciliar e segurança. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Eu me sinto provocada/o pelo Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa a olhar para nossos rios e querê-los vivos, com seu povo feliz. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

O Conselho comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) luta pela requalificação socioambiental e econômica da região. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

A "Meta 2025: Nadar, brincar e pescar no Onça" é uma realidade possível a ser alcançada. *

(Meta 2025: Conclusão do Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do Ribeirão Onça; 100% de interceptação de esgoto do Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes; Municipalização da MG-20; Construção do novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu; Implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça)

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Você permite a divulgação de seu nome na pesquisa? *

- ○ Sim
- ○ Não

Voltar | Enviar

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

Prezado(a) Senhor(a),

Meu nome é Carla Wstane, sou geógrafa e pesquisadora sobre os processos de mobilização e participação social em torno da gestão das águas em Belo Horizonte.

Este formulário é parte da coleta de dados que compõe minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espirito Santo (UFES), intitulada: "Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG".

Me dirijo à você por saber da sua interação com os projetos realizados na região do Baixo Onça enquanto servidor/a da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). A pesquisa se dirige à/aos técnicas/os e gestoras/es da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), da Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN) e de professores da Secretaria Municipal de Educação (SMED) que desenvolvem ou desenvolveram algum projeto na região do Baixo Onça nos últimos anos.

A proposta de diálogo com vocês tem o intuito de compreender a sua opinião acerca dos projetos realizados em parceria com as comunidades do Baixo Onça.

O questionário deverá ser respondido à luz das discussões e projetos realizados com vistas à construção do Parque Ciliar do Ribeirão Onça, que em função das obras de otimização do sistema de macrodrenagem do Córrego Cachoeirinha e ribeirões Pampulha e Onça, vem alterando as vazões nos trechos à jusante. A obra está demandando a remoção das famílias em área de risco geológico e de inundação.

Através de diversos projetos em parceria com setores da PBH as comunidades locais veem dando diversos usos coletivos (campinho, parquinho, plantio de agrofloresta, horta comunitária, proteção de nascentes e outros) para as áreas esvaziadas pelas remoções, dando lugar ao Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Gostaria de entender a opinião de vocês, técnicos e gestores, envolvidos com as pessoas e comunidades do Baixo Onça.

O questionário levará cerca de 8 minutos para ser respondido.
Agradeço desde já a sua disponibilidade em participar da pesquisa. Me comprometo a encaminhar para você e para seu setor os resultados obtidos.
Informo que seu nome só será divulgado se você o permitir.

Atenciosamente,
Carla Wstane

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Seu nome *

Sua resposta

Próxima

Sobre seu percurso escolar

Qual seu grau de escolaridade? *

- ◯ Ensino Fundamental
- ◯ Ensino Médio
- ◯ Ensino Superior
- ◯ Pós-graduação

Qual é a sua área de Formação?

- ◯ Ciências Agrárias
- ◯ Ciências Biológicas
- ◯ Ciências da Saúde
- ◯ Ciências Humanas
- ◯ Ciências Sociais Aplicadas
- ◯ Linguística, Letras e Artes
- ◯ Ciências Exatas e da Terra
- ◯ Engenharias
- ◯ Não se aplica

Voltar Próxima

Sobre você e seu local de trabalho

Em qual setor da PBH você trabalha? *

- ◯ Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (SMOBI - URBEL)
- ◯ Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC)
- ◯ Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)
- ◯ Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI)
- ◯ Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU)
- ◯ Secretaria Municipal de Educação (SMED)
- ◯ Outro: _____

Qual a sua função nesse setor? *

Sua resposta

Voltar Próxima

Sobre sua relação com os projetos realizados no Baixo Onça

As afirmações a seguir devem ser respondidas com base na "SUA" opinião sobre os projetos que "VOCÊ" e sua equipe realizam ou realizaram com as comunidades do Baixo Onça. Sendo de 1 a 5 a seguinte gradação:

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Não concordo nem discordo
4 Concordo
5 Concordo totalmente

Meu trabalho é muito importante para a cidade. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

Eu me sinto provocada/o pelas lutas existentes no Baixo Onça à aprimorar minha prática profissional. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

As atividades realizadas no Baixo Onça modificam positivamente minha forma de atuar. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

As ações realizadas no Baixo Onça aprimoram o planejamento das atividades do meu setor. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

Os projetos realizados no Baixo Onça com a participação das comunidades podem qualificar, ampliar e/ou estimular políticas públicas. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

As práticas realizadas no Baixo Onça podem fortalecer a gestão das águas. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

As práticas socioambientais que acontecem no Baixo Onça são capazes de estimular uma gestão das águas que envolve tanto as pessoas em suas localidades quanto as instituições. *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

A "Meta 2025: Nadar, brincar e pescar no Onça" é uma realidade possível a ser alcançada. *

Meta 2025: Conclusão do Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do Ribeirão Onça; 100% de interceptação de esgoto do Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes; Municipalização da MG-20; Construção do novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu; Implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo Totalmente

Dentre as qualidades abaixo e suas respectivas importâncias, atribua notas de 1 (não é importante) a 5 (a mais importante) para que a Meta 2025 seja alcançada. *

Atenção! Assinale UMA importância para cada qualidade

	1 - Não é importante	2 - Dispensável	3 - Importante	4 - Muito importante	5 - A mais importante
Espontaneidade das Ações	◯	◯	◯	◯	◯
Articulação com Meio Acadêmico	◯	◯	◯	◯	◯
Planejamento das Ações	◯	◯	◯	◯	◯
Articulação com os Poderes Públicos	◯	◯	◯	◯	◯
Captação de Recursos	◯	◯	◯	◯	◯
Engajamento da Comunidade	◯	◯	◯	◯	◯
Representatividade na Vereança	◯	◯	◯	◯	◯



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Posso divulgar seus dados (nome e função exercida) na pesquisa? *

- ◯ Sim
- ◯ Não

Voltar | Enviar

ANEXO C – QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA COPASA



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

Prezado(a) Senhor(a),

Meu nome é Carla Wstane, sou geógrafa e pesquisadora sobre os processos de mobilização e participação social em torno da gestão das águas em Belo Horizonte.

Este formulário é parte da coleta de dados que compõe minha tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espirito Santo (UFES), intitulada: "Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG".

Me dirijo à você por saber da sua interação com os projetos realizados na região do Baixo Onça, enquanto profissional técnico ou gestor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). A proposta de diálogo com vocês tem o intuito de compreender a sua opinião acerca dos projetos realizados em parceria com as comunidades do Baixo Onça.

O questionário deverá ser respondido à luz das discussões e projetos realizados com as comunidades do Baixo Onça em especial com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e o Conselho Comunitários Unidos pelos Ribeiro de Abreu (COMUPRA)

Através de diversos projetos em parceria com a COPASA e com setores da Prefeitura de Belo Horizonte as comunidades locais veem dando diversos usos coletivos (campinho, parquinho, plantio de agrofloresta, horta comunitária, proteção de nascentes e outros) para as áreas esvaziadas pelas remoções de famílias em áreas de risco de inundação, dando lugar ao Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Gostaria de entender a opinião de vocês, técnicos e gestores da COPASA, envolvidos com as pessoas e comunidades do Baixo Onça.

O questionário deverá ser respondido à luz das discussões e projetos realizados com as comunidades do Baixo Onça em especial com o Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa e o Conselho Comunitários Unidos pelos Ribeiro de Abreu (COMUPRA)

Através de diversos projetos em parceria com a COPASA e com setores da Prefeitura de Belo Horizonte as comunidades locais veem dando diversos usos coletivos (campinho, parquinho, plantio de agrofloresta, horta comunitária, proteção de nascentes e outros) para as áreas esvaziadas pelas remoções de famílias em áreas de risco de inundação, dando lugar ao Parque Ciliar do Ribeirão Onça. Gostaria de entender a opinião de vocês, técnicos e gestores da COPASA, envolvidos com as pessoas e comunidades do Baixo Onça.

O questionário levará cerca de 8 minutos para ser respondido.
Agradeço desde já a sua disponibilidade em participar da pesquisa.
Me comprometo a encaminhar para você e para seu setor os resultados obtidos.
Informo que seu nome só será divulgado se você o permitir.

Atenciosamente,
Carla Wstane

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Seu nome *

Sua resposta

Próxima



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Sobre seu percurso escolar

Grau de Escolaridade *

- ◯ Ensino Fundamental
- ◯ Ensino Médio
- ◯ Ensino Superior
- ◯ Pós-graduação

Voltar Próxima

Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Qual é a sua área de Formação? *

- ◯ Ciências Agrárias
- ◯ Ciências Biológicas
- ◯ Ciências da Saúde
- ◯ Ciências Humanas
- ◯ Ciências Sociais Aplicadas
- ◯ Linguística, Letras e Artes
- ◯ Ciências Exatas e da Terra
- ◯ Engenharias
- ◯ Não se aplica

Voltar Próxima



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Sobre você e seu local de trabalho

Em qual setor da COPASA você trabalha? *

Sua resposta

Qual a sua função nesse setor? *

Sua resposta

Voltar Próxima



Parque Ciliar do Ribeirão Onça: o imaginário das águas urbanas na construção do espaço público comunitário em Belo Horizonte/MG

*Obrigatório

Sobre sua relação com os projetos realizados no Baixo Onça

As afirmações à seguir devem ser respondidas com base na "SUA" opinião sobre os projetos que "VOCÊ" e sua equipe realizam ou realizaram com as comunidades do Baixo Onça. Sendo de 1 a 5 a seguinte gradação:

1 Discordo totalmente
2 Discordo
3 Não concordo nem discordo
4 Concordo
5 Concordo totalmente

Meu trabalho é muito importante para a cidade. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Eu me sinto provocada/o pelas lutas existentes no Baixo Onça à aprimorar minha pratica profissional. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

As atividades realizadas no Baixo Onça modificam minha forma de atuar. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

As ações realizadas no Baixo Onça aprimoram o planejamento das atividades do meu setor. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Os projetos realizados no Baixo Onça com a participação das comunidades podem qualificar, ampliar e/ou estimular políticas públicas. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

A "Meta 2025: Nadar, brincar e pescar no Onça" é uma realidade possível a ser alcançada. *

Meta 2025: Conclusão do Plano de Relocalização de Famílias e Negócios inseridos nas manchas de inundação do Ribeirão Onça; 100% de interceptação de esgoto do Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes; Municipalização da MG-20; Construção do novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu; Implantação do Parque Ciliar do Ribeirão Onça.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	Concordo totalmente

Dentre as qualidades abaixo e suas respectivas importâncias, atribua notas de 1 (não é importante) a 5 (a mais importante) para que a Meta 2025 seja alcançada. *

Atenção! Assinale UMA importância para cada qualidade

	1 - Não é importante	2 - Dispensável	3 - Importante	4 - Muito importante	5 - A mais importante
Articulação com os Poderes Públicos	☐	☐	☐	☐	☐
Captação de Recursos	☐	☐	☐	☐	☐
Representatividade na Vereança	☐	☐	☐	☐	☐
Planejamento das Ações	☐	☐	☐	☐	☐
Espontaneidade das Ações	☐	☐	☐	☐	☐
Engajamento da Comunidade	☐	☐	☐	☐	☐
Articulação com Meio Acadêmico	☐	☐	☐	☐	☐